

PRINCÍPIOS

TEORIA, POLÍTICA E INFORMAÇÃO

MARÇO - ABRIL / 2009 - R\$ 25,00*

ESPECIAL
Nº 100

ACOMPANHA DVD COM
AS 100 EDIÇÕES DE PRINCÍPIOS*

CRISE

Para onde vão o mundo e o Brasil?

Luiz Inácio Lula da Silva
Aldo Rebelo
Aloísio Teixeira
Ariano Suassuna
César Benjamin
João Sicsú
João Quartim de Moraes
José Luiz Del Roio
Liège Rocha
Luiz Gonzaga Belluzzo
Marcio Pochmann
Marco Antonio Raupp
Mangabeira Unger
Raúl Castro
Renato Rabelo
Wagner Gomes

* APENAS PARA ASSINANTES E VENDEDORAS. ** PREÇO ESPECIAL MENSAL. DVD

Capital da Qualidade de Vida.

O título existe porque
as coisas aqui vão bem.



Em 2008, Aracaju conquistou o título de capital brasileira da qualidade de vida. E para que ela continue assim, a Prefeitura trabalha muito. Investimentos maciços em infraestrutura e serviços sociais estão melhorando cada vez mais a vida dos aracajuanos. Os resultados estão aí: Aracaju antecipou já em 2008 as metas do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) estabelecidos pelo MEC para 2009. O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome aponta Aracaju como uma das três capitais brasileiras com melhor IDI – Índice de Desenvolvimento Familiar. E uma pesquisa da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro aponta Aracaju como a capital nordestina com melhor índice de geração de empregos. São esses resultados que mostram que, com trabalho sério e compromisso com o cidadão, a Prefeitura faz de Aracaju a capital brasileira da qualidade de vida.



Princípios número 100!

Um feito do movimento marxista e progressista



1981. Um alvoroço. A anistia fora conquistada dois anos antes e, embora a ditadura militar ainda vigorasse, o cheiro forte de liberdade já irrompia. As ruas eram retomadas por trabalhadores e estudantes. A frente oposicionista começava a preparar a “ofensiva final” pela democracia. Havia uma gestação de novos partidos, e o histórico Partido Comunista do Brasil (PCdoB), semiclandestino, logo ganharia as praças pela sua legalidade.

Nesse ambiente entrava também, em ebulição, a vida intelectual do país. Florescia o debate de ideias. E a floravam as divergências sobre os caminhos... João Amazonas, ex-deputado constituinte de 1946, destacado líder do PCdoB, estava no olho desse redemoinho. Entremeio a essa azáfama – quando já eram tantas as tarefas – ele diz a seus companheiros: a jornada do movimento revolucionário é de longo curso. É preciso uma revista que à luz do marxismo perscrute os dilemas da luta presente, investigue a realidade brasileira e internacional e fundamente o futuro de nosso movimento.

Assim, sob essas circunstâncias e com esses propósitos, em março de 1981, nasce a revista *Princípios*. Hoje, comemoramos o seu número 100 e 28 anos de circulação ininterrupta. Essa longevidade de *Princípios* vem de sua fidelidade àqueles propósitos que a fizeram nascer e, obviamente, da fertilidade das ideias que propaga. Seu índice remissivo demonstra o precioso rol de intelectuais, jornalistas, cientistas, artistas, lideranças políticas e sociais que, ao longo do tempo, voluntariamente ofereceram suas contribuições. Seu êxito vem, ainda, do fato de ser uma obra coletiva à qual, ao longo do tempo, se dedicaram várias equipes de trabalho.

Percorrer mais de sete mil e quinhentas páginas de sua coleção é fazer uma viagem ao itinerário da elaboração teórica e política de uma destacada corrente do movimento marxista brasileiro. Sua evolução registra os aportes analíticos e teóricos que ofereceu ao movimento transformador e, obviamente, os dilemas, equívocos e crises por que passou. Este rico acervo, agora, é disponibilizado, na sua coleção de 100 edições, disponível em DVD, com 1584 textos, produzidos por 455 colaboradores, abordando os mais diversos temas.

100% em defesa do Brasil e do socialismo!

Em seu percurso, a revista buscou interpretar o Brasil. Sua história, pujança e desigualdades. Deformações e potencialidades. Seu povo, sua cultura. A luta pela afirmação de sua soberania e vida democrática. O combate às desigualdades sociais.

Nos anos 1980 empenhou-se pela consolidação da redemocratização do país. Procurou influenciar os debates da Assembleia Constituinte.

No início da década de 1990, diante da crise do socialismo, enfrentou o vendaval anticomunista e participou ativamente do labor que sublinhou o legado da União Soviética à humanidade e, simultaneamente, examinou os erros e os condicionantes que levaram à sua derrocada. Nesta luta de ideias, contribuiu para reafirmar o socialismo em bases novas. Neste mesmo período, também se dedicou a desvendar do ponto de vista teórico e político o caráter nefasto do neoliberalismo, bem como os caminhos para seu enfrentamento e superação.

A revista, hoje, participa da elaboração de um novo projeto nacional de desenvolvimento cuja realização passa pelo êxito do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Nesse sentido, critica a corrente “continuista” que freia o ritmo da concretização do programa com o qual o presidente foi eleito e apresenta ideias, propostas que contribuam para o avanço das mudanças. Defende a soberania nacional e a integração solidária da América Latina.

Ante a guerra imperialista suas páginas têm publicado libelos em defesa da paz e dos direitos

dos países ao desenvolvimento e à soberania. *Princípios* se dedica, com especial interesse, a debater e divulgar a nova luta pelo socialismo que brota dos paradoxos do capitalismo contemporâneo e da consciência e luta dos povos.

Os artigos, entrevistas, resenhas, estudos, pesquisas que publica se vinculam ao seu objetivo de enriquecer e desenvolver o marxismo, sem o que não se vai ao longe.

A cultura e a ciência também comparecem às suas páginas. Sobretudo agora quando as contradições do capitalismo trazem a barbárie à cena da história, realça-se o papel da cultura e da arte na jornada libertária dos trabalhadores e dos povos. Por outro lado, o pensamento marxista sempre que se conectou com a evolução das ciências conheceu avanços, além de seu papel e da inovação tecnológica no projeto nacional.



João Amazonas

A temática ecológica e a concepção de um projeto de desenvolvimento que harmoniza o crescimento econômico com a preservação ambiental – em contraposição à lógica do lucro máximo que destrói o meio ambiente – fazem parte de sua linha editorial.

Princípios número 100, uma conquista da corrente marxista e progressista do nosso país! Homenageamos a todos os que contribuíram para este feito, destacando o legado de seu fundador, João Amazonas.

Com este número 100, aumenta a responsabilidade de *Princípios* de oferecer à sua comunidade de leitores uma revista cada vez mais à altura dos desafios teóricos e políticos de nosso tempo.

Nossos agradecimentos a todos os que contribuíram com esta jornada e que nos incentivam a seguir adiante.

Com a crise capitalista, para onde vamos?

O mundo segue sob os efeitos destrutivos da maior crise capitalista desde a depressão de 1929. Já se sabe que a economia mundial sofrerá uma contração em 2009, resta ver, em que dimensão. Nova crise, velha receita. Os prejuízos são empurrados sobre os povos e os trabalhadores. Mês a mês, centenas de milhares de postos trabalho são eliminados. As estimativas variam de 18 milhões a 50 milhões de novos desempregados só neste ano. Os países em desenvolvimento recebem os impactos tanto da recessão quanto do protecionismo dos países ricos.

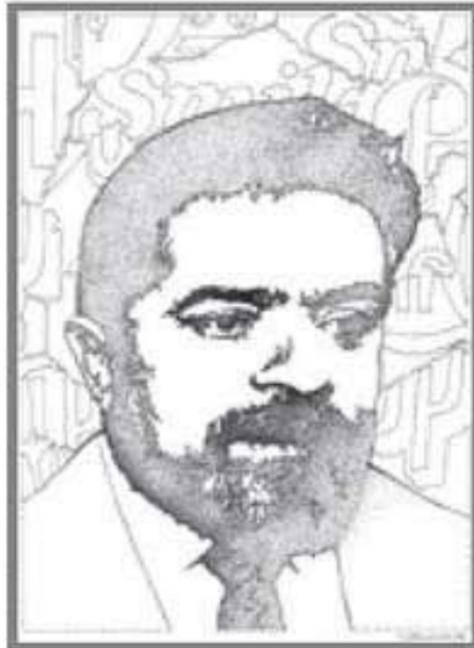
Uma lista – da qual fazem parte Índia, Rússia e, principalmente, a China – absorve com menos danos os efeitos da crise. A China, por exemplo, com investimento público em infraestrutura e estímulo ao mercado interno, atua para que haja um crescimento de 8% em meio à tormenta. Com isto, se credencia a insurgir-se com mais relevo na arena internacional.

O governo Lula, com base nas suas conquistas e num conjunto de medidas positivas anticrise que adotou, busca minorar os prejuízos sobre a economia e manter o crescimento. Todavia, o Brasil se ressentido da orientação ortodoxa e monetarista que regeu e rege o Banco Central. Enquanto isso, a oposição neoliberal roga pragas e torce pelo pior. É preciso do governo mais audácia para garantir a defesa da economia nacional e os direitos dos trabalhadores. Questão-chave à sucessão presidencial.

Que mundo resultará desta crise? Mesmo em declínio, os BUA com seus oligopólios não irão abdicar pacificamente de suas ambições e posições. Por isso há riscos e ameaças. Na Europa, embora cresça a luta dos trabalhadores, a direita e mesmo a vertente herdeira do fascismo se fortalecem. A crise incide sobre uma transição mundial em que uma das tendências é a construção de uma ordem multipolar, distinta da atual, marcada pela regência unipolar do imperialismo estadunidense. Ela acelera as transformações pelos quais o mundo passa e cabe ao campo democrático e progressista atuar localmente e mundialmente para que a resultante seja favorável aos povos.

Os estragos da crise desmascaram os dogmas neoliberais. E o capitalismo revela com mais agudeza os seus limites históricos, ao golpear as conquistas civilizatórias que a luta dos povos conquistou. É claro que o capitalismo não está com a vela na mão e nem sairá da cena da história por morte natural. Ele precisa ser confrontado mundialmente e vencido no âmbito de cada país pelo movimento revolucionário. Objetivo que demanda acumulação de forças e movimentos táticos apropriados a cada país. Mas o fato é que diante de tal crise, o socialismo emerge como uma alternativa rejuvenescida e viável e o marxismo é novamente valorizado.

Adalberto Monteiro
Editor



CAPA

Erguendo barreiras anticrise
Luiz Inácio Lula da Silva **8**

“É preciso desbravar caminhos”
Entrevista com
Roberto Mangabeira Unger..... **14**

**Um novo pacto político
para o Brasil
enfrentar a crise**
Renato Rabelo..... **19**

**Entendimento nacional pela
produção e emprego**
Marcio Pochmann..... **24**

**Ciclos, planejamento e
sociedade de bem-estar**
João Sicsú..... **32**

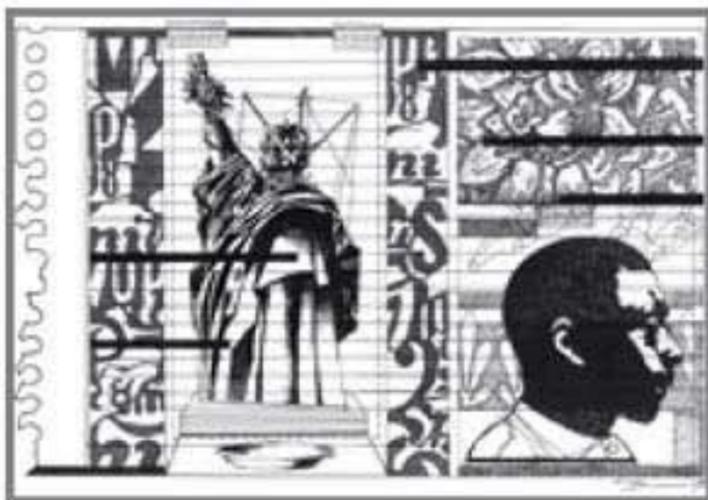
**Os desafios do movimento
sindical diante da crise**
Wagner Gomes..... **36**

**Mulheres:
crises e conquistas**
Entrevista com Liège Rocha..... **43**

**Em Belém o Fórum Social Mundial
se reinventa e inaugura
jornada de lutas de 2009**
Ana Maria Prestes e
Ricardo Abreu (Alemão)..... **47**

**A crise do capitalismo e a
luta anti-imperialista**
José Reinaldo Carvalho e
Umberto Martins..... **52**

Um mundo não polar
José Luiz Del Roio..... **58**

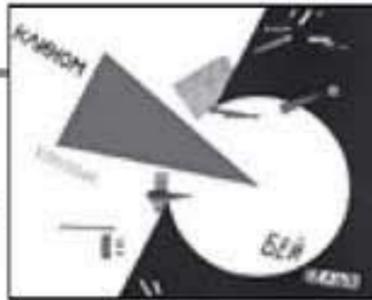


CAPA



Integração sul-americana: parcerias com autonomia
Aldo Rebelo **64**

A dinâmica revolucionária e os fundamentos materialistas do marxismo
João Quartim de Moraes **68**



Marx, Keynes e a Finança Capitalista
Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo..... **74**



Relendo Marx
César Benjamin **84**

Ciência & tecnologia para o desenvolvimento nacional
Marco Antonio Raupp **89**

A universidade brasileira e os desafios do século XXI
Aloísio Teixeira **94**

INTERNACIONAL

Jamais regressará a dor ao coração das mães nem a vergonha à alma de cada cubano honesto
Raúl Castro..... **100**



Os 50 anos da Revolução Cubana e sua projeção internacional
Eugênio Rezende de Carvalho..... **105**



Venezuela: Resistir, lutar, vencer
Carolus Wimmer..... **110**

Uma década da revolução bolivariana
Altamiro Borges..... **115**

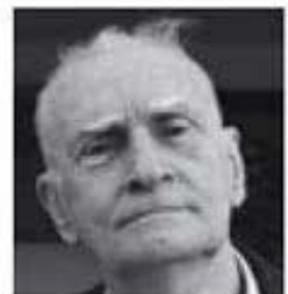


O conflito entre Israel e Palestina
Jamil Murad..... **119**

CULTURA

O cantor de Blues
Adalberto Monteiro..... **122**

Cultura popular e resistência nacional
Entrevista com Ariano Suassuna **123**



RESENHA

Os marxismos do novo século – De Cesar Altamira
A. Sérgio Barroso **129**

NOVIDADES NA PRINCÍPIOS

Princípios adota, a partir desta edição, as regras do novo acordo ortográfico da língua portuguesa. Também o logotipo da revista ganha uma feição mais moderna

Capa: Metier Comunicação



OBJETIVA / 09

BAHIAGÁS. VENCEDORA DO PRÊMIO NACIONAL TOP GÁS. CATEGORIA RESPONSABILIDADE SOCIAL.

Estamos canalizando energia também para o social.



A Bahiagás, líder no Nordeste em distribuição de gás natural canalizado, agora também é líder nacional em responsabilidade social. O projeto *Caminhos para a Autossustentabilidade*, desenvolvido pela Gerência de Segurança e Meio Ambiente da Bahiagás, acaba de ganhar o prêmio Top Gás, concedido pela Petrobras às empresas de distribuição de gás natural que mais se destacaram no país em 2008. Esse projeto trouxe benefícios diretos para mais de mil pessoas, com oficinas de formação de agentes ambientais, oficinas de artesanato de materiais recicláveis, cursos de informática, atividades artísticas e esportivas, além de apoiar os 11 mil moradores das comunidades na busca de melhores condições de vida. A Bahiagás venceu na categoria Responsabilidade Social. Quem também vence com isso é a educação ambiental, a cidadania e a capacitação profissional da nossa terra.



Secretaria de
Infra-Estrutura

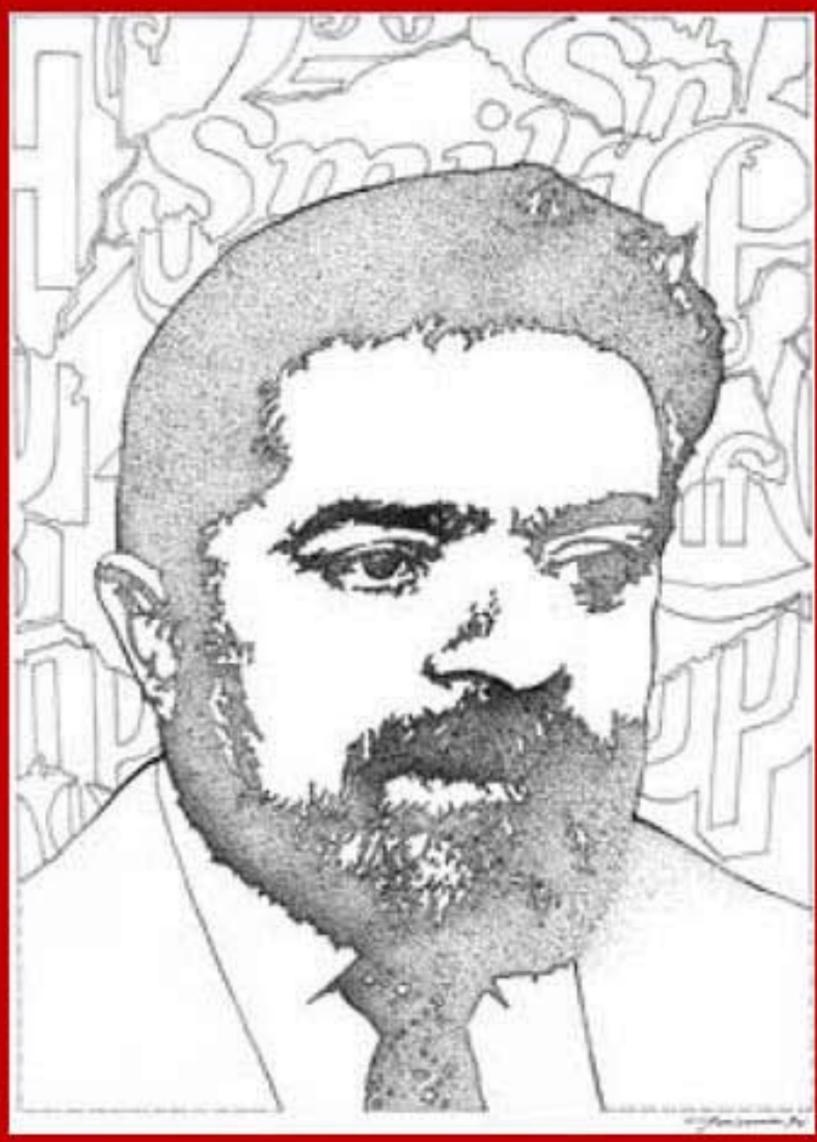


Ilustração de Luis Trimano

Erguendo

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

O presidente Lula – neste artigo escrito especialmente para esta edição comemorativa de Princípios – apresenta as linhas adotadas pelo governo para superar a crise capitalista.

Desnuda o ridículo daqueles que torcem contra o Brasil. Aponta os países ricos como geradores dessa avalanche destrutiva. E, finalmente, apresenta a convicção de que chegou a hora de uma inversão de papéis. Cabe aos governos dos países que contestaram os dogmas do Consenso de Washington apontar ao mundo, sem arrogância, os caminhos que levem os povos ao desenvolvimento e à justiça social

Hoje em dia, do ponto de vista econômico, nenhum país é uma ilha. De modo que a crise surgida no coração do capitalismo está afetando, em graus diferentes de intensidade, todos os países do mundo. O relatório “Tendências Mundiais do Emprego”, da Organização Internacional do Trabalho – OIT –, estima que em 2009 o aumento do número de desempregados estará entre 18 milhões e 50 milhões. Números tão diferentes mostram que há muita incerteza sobre o que vai acontecer, e uma das razões é seguramente o desconhecimento sobre como agirá cada governo nacional. Ou seja, os efeitos da crise dependerão em muito das medidas que forem adotadas em cada país.

Ricardo Stuckert/FR



barreiras anticrise

Eu tenho plena consciência de que, por tudo o que vimos fazendo nos últimos anos, nós já estamos em melhores condições para enfrentar essa crise, que está visitando todos os países sem ser convidada. E isso não é dito apenas por mim ou por membros do meu governo. Isso é reconhecido por qualquer instituição internacional ou por qualquer fórum empresarial ou de debate econômico. O Brasil está sendo visto como um país com plenas condições de atravessar esse período crítico com menos prejuízos. Mas, apesar de estarmos mais preparados e, por sabermos do papel indispensável do Estado, estamos agindo em várias frentes. Estou convencido de que quanto mais rapidamente dermos as respostas adequadas, menores serão as perdas de emprego e os custos sociais desta crise que os países desenvolvidos impuseram

ao mundo, pela absoluta falta de controle sobre o mercado financeiro.

Desde o surgimento dos primeiros sintomas da crise, determinei às minhas equipes para atuarem em três grandes linhas. Em primeiro lugar, trabalhar para atenuar o impacto da retração do crédito destinado à produção e ao consumo. Uma das medidas foi reduzir o compulsório dos bancos, liberando recursos para serem emprestados às empresas e aos consumidores; estamos tomando providências para que haja uma redução do spread bancário – uma delas é recomendar aos bancos públicos que deem o exemplo; usamos parte das reservas em dólar que acumulamos ao longo dos últimos anos para abrir novas linhas de crédito para exportadores e produtores brasileiros; aumentamos em R\$ 100 bilhões o vo-

Presidente Lula em lançamento das obras do PAC na comunidade de Manguinhos, Rio de Janeiro





Eles estão participando da principal ação de combate à crise.

A CRISE FINANCEIRA MUNDIAL SURPREENDEU TODO MUNDO. MAS A SUPERAÇÃO DE GRAVES DIFICULDADES JÁ FAZIA PARTE DOS MUITOS DESAFIOS RECENTES DO ACRE. E O EXEMPLO COMEÇA PELO SETOR PÚBLICO. EM 1999 O POVO ACREANO INICIOU UM ESFORÇO PARA SUPERAR UMA VERDADEIRA CRISE CRÔNICA DE DESGOVERNO. HOJE OS RESULTADOS SÃO VISÍVEIS E O GOVERNO DO ACRE É RECONHECIDO COMO REFERÊNCIA EM GESTÃO PÚBLICA PARTICIPATIVA, COM DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, RESPONSABILIDADE AMBIENTAL E COMPROMISSO SOCIAL.



TRABALHANDO COM TODOS E PARA TODOS, O GOVERNO DO ACRE CRIA UM AMBIENTE DE CONFIANÇA NO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO ESTADO, QUE TEM A INCLUSÃO SOCIAL COMO PRIORIDADE E A EDUCAÇÃO PÚBLICA DE QUALIDADE COMO UMA DE SUAS AÇÕES MAIS EFICIENTES, INCLUSIVE PARA COMBATER A CRISE. A DE HOJE OU QUALQUER OUTRA QUE POSSA SURGIR.

O ACRE TEM A EDUCAÇÃO PÚBLICA COMO BASE PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A PRESERVAÇÃO DA FLORESTA AMAZÔNICA.

lume de recursos que o BNDES poderá colocar à disposição dos produtores, reforçando algumas linhas para as micro e pequenas empresas, que respondem pela maior parte – 55% – dos empregos com carteira assinada no Brasil; reduzimos e mudamos o recolhimento de vários impostos, para que as empresas disponham de maior folga de caixa e dependam menos de crédito para capital de giro; e reduzimos alíquotas do imposto de renda, para que os contribuintes tenham mais recursos para o consumo.

Em segundo lugar, ao invés de cancelar obras do PAC, com medo da crise, nós fizemos exatamente o contrário: ampliamos o volume de recursos de R\$ 504 bilhões para R\$ 646 bilhões até 2010. Além disso, estamos reforçando o controle sobre a execução das obras, para garantir o cumprimento dos cronogramas de investimentos. As milhares de obras que estão nas fases preliminares, em execução ou concluídas em todo o país tornam o PAC um dos principais sustentáculos das barreiras anticrise que estamos levantando. Sua importância não é apenas por injetar um volume inédito de recursos na economia, criando milhões de empregos em praticamente todos os municípios do país, mas também por eliminar os gargalos de infraestrutura, criando os alicerces para um desenvolvimento econômico duradouro e sustentável.

Tenho conversado com empresários para que instituíam o segundo e, se possível, até o terceiro turno de trabalho para que as obras do PAC sejam concluídas com maior rapidez e também para uma maior absorção de mão-de-obra, o que contribuirá também para atenuar os efeitos da crise. No Brasil de hoje, 53,6% da população, ou seja, a maioria, vive em apenas 4,5% dos municípios. À medida que está presente em todos os rincões do país, o PAC aponta também para a redistribuição de riquezas, para a redução das desigualdades sociais e regionais, para a desconcentração populacional. Até há pouco tempo, quando eu conversava com representantes de empreiteiras como a Odebrecht, Andrade Gutierrez, Suez, ou Camargo Corrêa, a principal reclamação era: “Presidente, está faltando engenheiro”, “Presidente, está faltando pedreiro”, e por aí fora. E eu posso dizer que há o risco de faltar ainda mais. Nós decidimos recentemente que vamos construir 500

mil casas populares este ano e mais 500 mil no ano que vem. Trata-se de um investimento que vai movimentar a economia, criará um número extraordinário de empregos, especialmente de mão-de-obra não qualificada, além de atender às necessidades impostas pelo crescimento demográfico e pelo déficit habitacional acumulado ao longo da nossa história.

Em terceiro lugar, seguimos aprimorando as políticas sociais, que são uma das principais razões para o crescimento do Brasil nos últimos anos. Estamos mantendo e ampliando o Bolsa Família, que tem re-

tirado milhões de pessoas da pobreza, e avançando em ações complementares na área de qualificação e crédito, que permitem aos membros dessas famílias melhores oportunidades no mercado de trabalho. Continuamos implementando a política de valorização do salário-mínimo, que subiu para R\$ 465 a partir do dia 1º de fevereiro, o que representou um aumento nominal de 12,05% e um aumento real, ou seja, já descontada a inflação, de 6,39%. Desde 2003, o aumento real do salário-mínimo está em torno de 50%. Estou convencido de que, ao lado das demais medidas anticrise, esta política séria de distribuição de renda contribui decisivamente para que o mercado interno se mantenha relativamente aquecido, minimizando os efeitos da crise internacional sobre a nossa economia.

No atual cenário econômico, o peso do fator psicológico é muito grande. E enquanto nós estamos injetando ânimo nos atores econômicos, tomando todas as medidas às quais já me referi, estimulando estados e municípios a agirem da mesma forma,

trabalhando para evitar o pânico, incentivando a população a continuar consumindo, há aqueles que sequer disfarçam que estão na maior torcida pela chegada da crise. Com isso, querem atingir o governo, mas até sem querer acabam trabalhando contra o país. Esse tipo de comportamento não conseguiu instalar a crise, mas já provocou alguns transtornos. Baseada na campanha alarmista e prevendo uma queda séria do consumo, a indústria automobilística brasileira reduziu drasticamente a produção. E qual foi o resultado? Pátios vazios e filas de compradores de 30, 60 e até 90 dias para a compra de automóveis. Resultado: o setor teve que rever suas projeções e retomar a produção a toque de caixa para dar conta de

Esta crise não foi gerada pelo socialismo bolivariano do presidente Hugo Chávez, não nasceu por causa das medidas adotadas pelo Evo Morales ou por causa da eleição de Fernando Lugo, no Paraguai. A crise é fruto do chamado Consenso de Washington



Uma das medidas contra a crise: construção de um milhão de casas populares

atender ao consumo. No mês de janeiro, por exemplo, a produção superou a de dezembro em nada menos que 96%.

Tudo isso prova que estamos no rumo certo e que, mesmo com as campanhas a favor da crise e contra o país, estamos resistindo bravamente. Até pouco tempo atrás, não faltavam especialistas dos países ricos para nos dizerem o que deveríamos fazer – cortar isso, cortar aquilo, como escovar os dentes, que gravata usar para combinar com o terno etc. É como se nós só fizéssemos lambanças e como se o mundo deles fosse o melhor dos mundos. E agora, o que é que eles vão dizer em casa? Os chamados países emergentes, com destaque para o nosso país, estão provando que em matéria de seriedade não devem nada a ninguém. A dívida pública brasileira correspondia a 52% do PIB e agora a apenas 35%. Enquanto isso, nos Estados Unidos, a dívida pública já está em 70% do PIB (o dobro do Brasil) e na Itália, corresponde a 105% (três vezes mais). É o caso de se perguntar: “quem tem autoridade para dar lição a quem”?

Esta crise não foi gerada na Venezuela, não foi ge-

rada pelo socialismo bolivariano do presidente Hugo Chávez, não nasceu por causa das medidas adotadas por Evo Morales ou por causa da eleição de Fernando Lugo, no Paraguai. A crise é fruto do chamado Consenso de Washington, que vendeu a lógica de que o Estado não servia para nada, de que o Estado só atrapalhava, e que o deus mercado, deixado livre e solto, seria o propulsor do desenvolvimento, que traria em seu bojo a justiça social. Esse deus mercado, antes tão arrogante e autossuficiente, quebrou e agora corre para se aninhar no colo do Estado em busca de proteção.

O cenário econômico atual é a oportunidade que temos para inverter os papéis. Agora, somos nós que, sem arrogância, sem tripudiar, devemos dizer a eles como devem se comportar para evitar as ondas de desemprego, para evitar o sacrifício dos mais fracos, daqueles que não têm quase nada e que nunca poderão ser responsabilizados pelo que está acontecendo.

Luiz Inácio Lula da Silva é Presidente da República Federativa do Brasil

Entrevista com Roberto Mangabeira Unger

“É preciso desbravar caminhos”

POR ADALBERTO MONTEIRO

Homem de ideias polêmicas e inovadoras, Roberto Mangabeira Unger é ministro-chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Prestigiado pensador das ciências jurídicas e sociais, é autor de uma vasta obra intelectual, editada e discutida

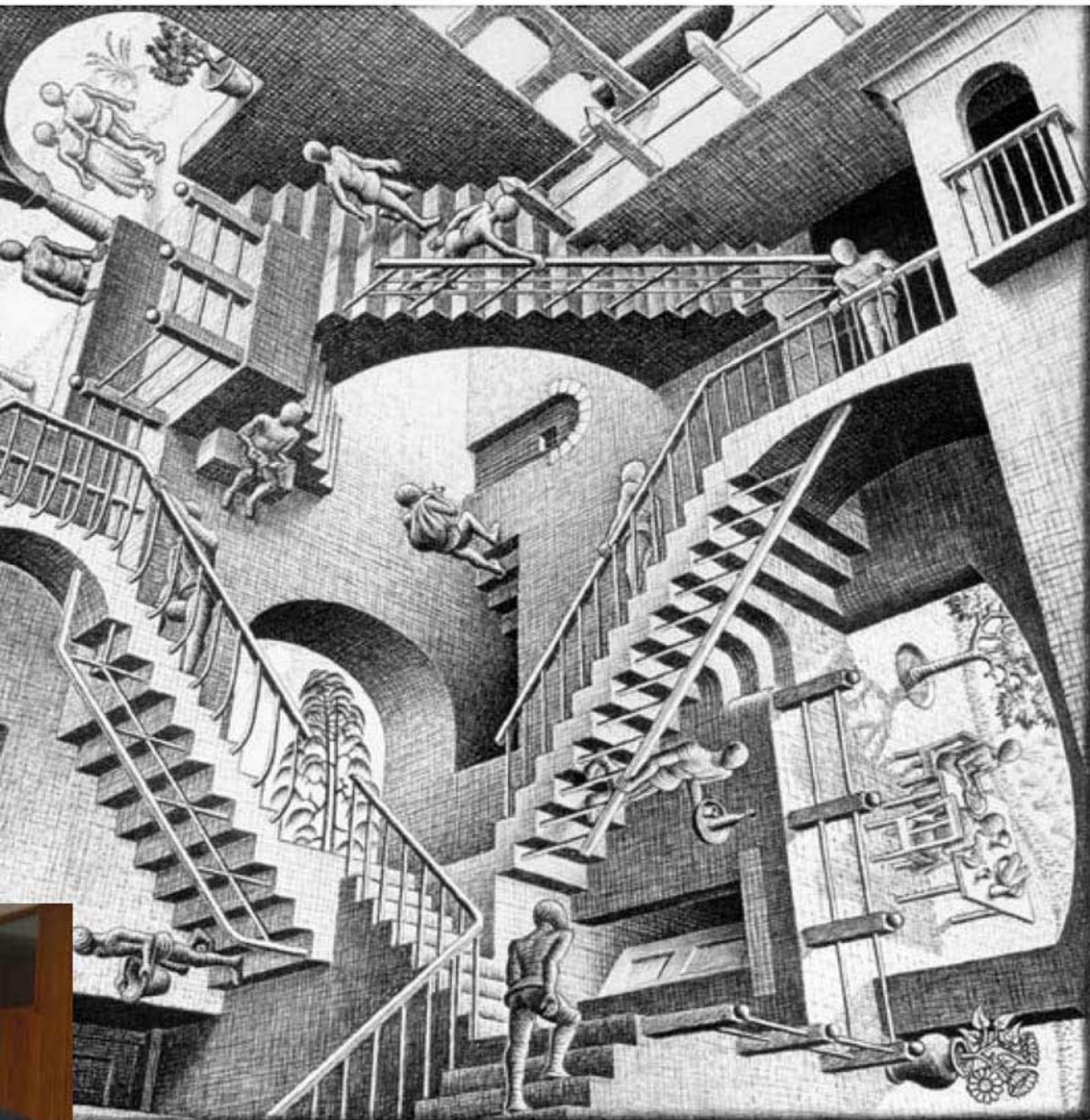
em vários países do mundo. Ainda jovem tornou-se professor titular da Universidade de Harvard, onde deu aulas para o recém-empossado presidente dos Estados Unidos, Barack Obama.

Neto do célebre político baiano Octávio Mangabeira, participa da política brasileira desde o final do regime militar, quando atuou no extinto MDB. Desde então, sua presença constante no debate político nacional tem sido marcada pela busca de alternativas para o Brasil.

Mangabeira Unger recebeu a redação de Princípios e expôs sua visão sobre a atual crise que impacta o mundo e suas ideias norteadoras para um novo modelo de desenvolvimento. Publicamos a seguir alguns dos principais trechos de seu depoimento.

O Ministro Mangabeira Unger recebe a revista Princípios





Pintura de M.C. Escher, 1953

Pressupostos para um novo projeto nacional

Sustento que as formas institucionais da democracia, do mercado e da sociedade civil estabelecidas nos países ricos do Atlântico Norte representam apenas parte de um universo muito mais amplo de possibilidades institucionais. Todos os grandes problemas das sociedades contemporâneas estão a exigir a renovação do repertório de instituições que definem hoje a democracia, a sociedade civil e o mercado.

No Brasil estamos acostumados a seguir sempre o caminho dos países que nos acostumamos a

tomar como referência. Mas só podemos resolver nossos problemas nacionais desbravando caminhos. Isso significa inovar nas instituições que definem a democracia, a sociedade e a economia de mercado. Essa seria, no Brasil, uma revolução não apenas econômica e política, mas, sobretudo, cultural. Seria uma transformação profunda das consciências, uma libertação do melhor de nosso caráter para afirmar vigorosamente nossa originalidade coletiva.

No Brasil sobram partidos, mas faltam alternativas. Aqui se firmou a ideia de que todas as grandes alternativas aventadas e debatidas no século XX

foram desacreditadas, tendo sobrado, supostamente, apenas um caminho: o das instituições estabelecidas nos países ricos do Atlântico Norte. Segundo essa idéia, a tarefa no Brasil seria a de adaptar esse modelo às nossas circunstâncias. E, sobretudo, humanizá-lo por meio de políticas sociais, políticas de transferência, estabelecendo uma humanização do inevitável. Sustento que essa idéia não serve ao Brasil.

O grande paradoxo do Brasil reside em que, apesar de sua enorme energia humana, ele vive preso em uma camisa-de-força, composta de instituições e dogmas que suprimem a nossa vitalidade. Precisamos quebrar essa camisa-de-força através do experimentalismo institucional. A crise financeira é mais do que uma circunstância propícia, é uma oportunidade. E a relação com os Estados Unidos, em vez de um problema, pode ser a grande oportunidade, porque eles também estão, paralelamente, em busca de uma saída.

A relação Brasil-Estados Unidos

No cumprimento dessas tarefas, acredito que nosso caminho nacional converge com a preocupação de muitos outros países grandes do mundo, inclusive os Estados Unidos.

Os EUA, potência hegemônica no mundo, estão mais abertos do que já estiveram desde a década de 1930. Estão em um de seus momentos periódicos de inflexão histórica. A mudança política que ocorreu naquele país é apenas uma manifestação dessa transformação mais profunda. Há um começo de questionamento do projeto interno e do projeto externo. Um dos pressupostos desse longo período de hegemonia conservadora que marcou os Estados Unidos no século XX foi o malogro dos progressistas americanos, sobretudo do Partido Democrata, em apresentar uma alternativa concreta que atendesse aos interesses e às aspirações da maioria trabalhadora. A reavaliação do projeto interno, a busca de um sucedâneo do projeto de Roosevelt, por sua vez, ajuda a provocar uma reavaliação do projeto externo.

A grande indagação para os Estados Unidos é como podem evitar a opção entre fecharem-se em seu próprio baluarte ou imporem ao mundo sua fórmula. Em vez dessas duas opções ruins, melhor seria, na minha visão, trabalhar junto com as outras grandes democracias do mundo no fomento de alternativas institucionais, sobretudo no sentido da democratização de oportunidades. Seria um grande ensejo para nós. Poderíamos, no Brasil, tomar a iniciativa, propondo aos Estados Unidos um conjunto abrangente

e audacioso de iniciativas comuns de ampliação de oportunidades através da reconstrução das instituições que definem a economia de mercado.

Cito aqui dois exemplos. O primeiro é usar o poder do Estado para mobilizar crédito, tecnologia, conhecimento e práticas avançadas em prol das pequenas e médias empresas, que são a maior força da economia deles e também da nossa. E o segundo é construir meios para, em nossos países – muito grandes, desiguais e ambos de estrutura federativa – reconciliar a gestão local da escola pelos municípios com padrões nacionais de investimento e qualidade.

Essas propostas dão uma ideia de como poderíamos não só definir de forma mais nítida nosso projeto nacional, mas também de como podemos repensar a relação com os Estados Unidos à luz de nosso próprio interesse.

A crise mundial e seus ensinamentos

A crise financeira internacional oferece um cenário muito fecundo e aberto para esses experimentos nacionais, binacionais e internacionais. O maior tema da crise financeira internacional não é, como se supõe, a regulação dos mercados financeiros. Esse é um tema relativamente superficial. A grande questão é a reorganização da relação entre o sistema financeiro e a economia real. Hoje o sistema produtivo em larga medida se autofinancia em todas as economias de mercado do mundo. Mais de 80% do financiamento da produção baseiam-se nos próprios lucros das empresas. Para que serve então todo o dinheiro que está nos bancos e nas bolsas? Teoricamente para financiar a produção. Mas, na realidade, é para sustentar posições dentro do mercado financeiro, tendo a economia real por pretexto e não por assunto.

A crise financeira internacional é uma grande oportunidade para iniciar uma série de experimentos institucionais que estreitem os vínculos entre o sistema financeiro e a economia real. Um exemplo modesto é a proposta de estimular investimentos na economia real e desestimular as operações puramente internas do sistema financeiro desvinculadas da economia real. Outro exemplo seria mobilizar parte da poupança da sociedade, concentrada no sistema previdenciário, para investir na economia real.

É preciso usar a crise financeira como uma oportunidade para essa reinvenção de nós mesmos. E, no cenário da crise financeira internacional, o lugar para começar essa reorganização do mercado é o redesenho das instituições que conformam o vínculo entre sistema financeiro e economia real. Mas esse seria apenas o ponto de partida.

Um novo modelo de desenvolvimento para nosso país

O Brasil tradicionalmente cresce por meio de setores internacionalizados e favorecidos de sua economia. Esses setores geram riqueza e uma parte pequena dessa riqueza é usada para financiar programas sociais. Hoje o governo e toda a nação querem mais do que isso. Querem transformar a ampliação de oportunidades econômicas e educativas no próprio motor do crescimento econômico.

O paradigma de industrialização que se afirmou no Brasil em meados do século XX é aquele a que os especialistas costumam chamar de fordismo: a produção, em grande escala, de bens e serviços padronizados, com o uso de maquinaria e processos produtivos rígidos, mão-de-obra semiqualficada e relações de trabalho muito hierárquicas e especializadas. O nosso fordismo é tardio, e se mantém competitivo no mundo à base da restrição de retornos ao fator trabalho. Não podemos avançar no mundo apostando em trabalho barato.

Temos, portanto, simultaneamente, duas tarefas em matéria de reconstrução industrial. Uma é acelerar a passagem (que já se iniciou) para além desse fordismo tardio em direção a uma forma de industrialização mais flexível, descentralizada, densa em conhecimento e, sobretudo, vocacionada para a inovação permanente. Mas há outra tarefa mais difícil e instigante. Trata-se de organizar uma travessia direta do pré-fordismo para o pós-fordismo fora do centro industrial do Brasil, sem que o país todo tenha que passar pela etapa intermediária do fordismo industrial. Ou seja, não há necessidade de o país inteiro virar a São Paulo de meados do século XX para só depois se tomar outra coisa.

Para realizarmos com êxito essa tarefa é preciso inovar primeiro nas relações entre o Estado e a iniciativa privada e depois nos próprios regimes de propriedade. Há hoje no mundo dois modelos disponíveis de relação entre o Estado e a iniciativa privada. Há o modelo americano, do Estado que regula à distância as empresas, e há o modelo do nordeste asiático, onde o Estado formula uma política industrial e comercial unitária e a impõe de cima para baixo, por meio de um aparato burocrático.

Precisamos de um terceiro modelo. De um modelo de associação estratégica descentralizada, pluralista, participativa e experimental entre o Estado e a iniciativa privada. Esse seria o ponto de partida para o futuro: construir regimes alternativos de propriedade privada e social que possam coexistir experimentalmente. Não deve ser necessário fixar a economia de mercado em um único regime de propriedade. Isso

seria um dogmatismo antieconômico e antissocial. A meu ver esse seria um caminho necessário para nós e para o mundo, inclusive para os Estados Unidos.

Aperfeiçoar a democracia e as instituições brasileiras

O Brasil precisa, e o mundo todo precisa, de uma democracia de alta energia, mudancista. Uma democracia organizada para facilitar a transformação política da sociedade e diminuir a dependência das mudanças em relação às crises. Todas as democracias e todas as culturas contemporâneas são organizadas, ainda, de maneira a fazer com que as mudanças continuem a depender das crises. O trauma, os colapsos econômicos e as guerras foram, nos últimos dois séculos, os maiores motores das transformações.

Parte do nosso destino nacional no Brasil é viver no *lusco fusco*. O maior talento das nossas elites dirigentes foi evitar as crises decisivas. Para nós, portanto, é ainda mais importante encontrar uma maneira de organizar a vida política que atenuie esse vínculo entre mudança e crise. Por isso proponho outro tipo de democracia para o Brasil, baseada em cinco conjuntos de inovações institucionais.

Em primeiro lugar, inovações como financiamento público de campanhas e abertura de acesso gratuito aos meios de comunicação de massa em prol dos partidos e dos movimentos sociais, visando a elevar de forma duradoura e organizada o nível de mobilização política na sociedade. O princípio é muito simples. A fecundidade estrutural de uma vida pública, de um tipo de política, depende de sua temperatura e do seu grau de mobilização.

Um segundo conjunto de inovações institucionais estaria relacionado à adoção de mecanismos constitucionais que resolvessem rapidamente os impasses e acelerassem os experimentos transformadores. No regime presidencialista, que nós copiamos dos americanos, o ponto de partida para isso seria instituir mecanismos para resolver prontamente os impasses, seja por meio de eleições antecipadas, seja por meio de plebiscitos abrangentes.

O terceiro conjunto de inovações relaciona-se ao potencial experimentalista do regime federativo. Também nisso, como no caso do presidencialismo, copiamos os americanos. O federalismo clássico que reproduzimos padece de uma contradição. Estados são supostamente laboratórios de experimentação, mas o seu arcabouço institucional é antiexperimentalista; a divisão rígida de competências entre os três níveis da federação cerceia o aproveitamento desse potencial experimental. A tarefa reside, então, em

substituir essa rígida divisão de competências por um federalismo cooperativo e experimentalista que permita associar os três níveis da federação em iniciativas conjuntas. Com isso estaríamos permitindo que determinados setores ou localidades divergissem mais radicalmente e oferecessem contra-modelos.

Um quarto conjunto de inovações relaciona-se à necessidade de assegurar a todo cidadão um conjunto mínimo de recursos e direitos sociais, capazes de resgatar aqueles que estejam em situações de exclusão ou de subjugação das quais não possam escapar por seus próprios meios.

Por fim, há ainda as inovações ligadas à tarefa de enriquecer a democracia representativa progressivamente, com traços de democracia participativa e direta. Asseguro que os orçamentos não são o melhor lugar para a materialização dessa proposta. Melhor seria engajar a sociedade civil diretamente na provisão dos serviços públicos.

Reorientar o modelo dominante de globalização

No meu modo de ver, o enfrentamento da crise tem a ver com a reorientação da globalização. A globalização está em progresso no mundo desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Trata-se de um processo marcado por quatro características que precisam ser substituídas. E o Brasil deveria colocar-se na dianteira da luta por essa substituição.

A primeira característica da forma dominante de globalização é a compreensão segundo a qual a maximização do livre comércio seria o princípio dominante do regime de comércio internacional. O problema é que o livre comércio não é o fim, apenas um meio. O fim deveria ser a coexistência da maior variedade possível de trajetórias de desenvolvimento e de experiências de civilização, dentro de uma economia mundial que se vá abrindo progressivamente. Esse ponto é manifestação específica de um tema mais geral. A organização econômica e política do mundo passa por um funil cada vez mais estreito de alternativas, enquanto o que interessa

ao mundo é exatamente o oposto: ter um conjunto de alternativas que se abrem, de alternativas libertadoras, de maneiras diferentes de construir a democracia e a economia de mercado.

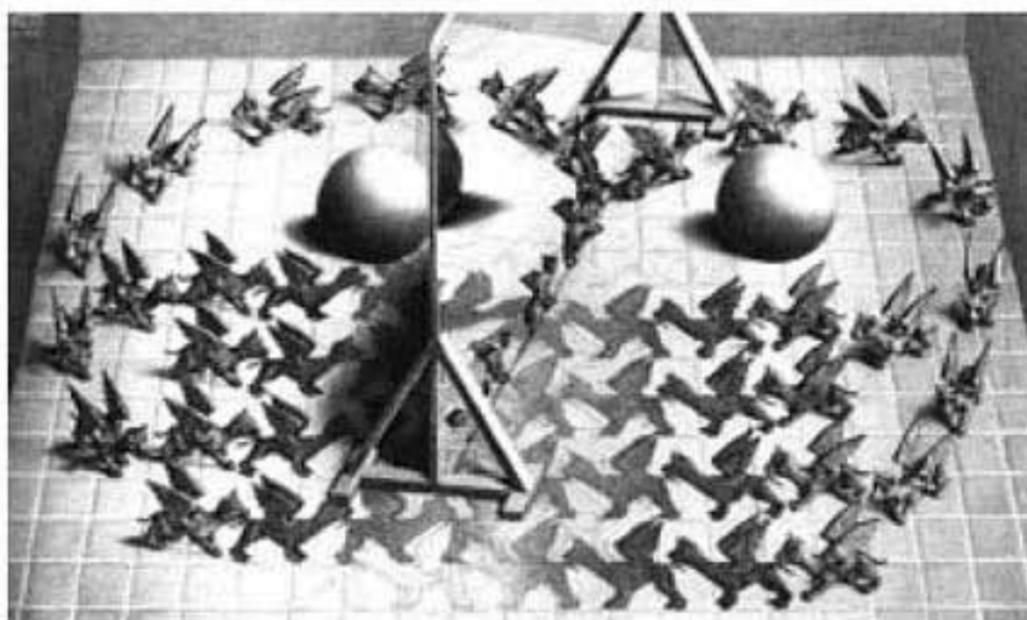
A segunda característica da ordem econômica mundial que vem sendo construída é a imposição a todos os países, em nome do livre comércio, de uma única forma de economia de mercado. Cito um

exemplo: proíbe-se, sob o rótulo de subsídios, todas as formas de coordenação estratégica entre o Estado e a iniciativa privada que os países ricos usaram para enriquecer. Nós não podemos aceitar isso.

A terceira característica da organização econômica mundial que se vem cons-

truindo é dar às coisas e ao dinheiro liberdade crescente para correr o mundo, enquanto se aprisionam as pessoas dentro do Estado-Nação ou de blocos relativamente homogêneos de Estados-Nações, como a União Europeia. Não podemos aceitar isso. Precisamos exigir que as pessoas tenham liberdade, e não apenas as coisas. A liberdade das coisas e do dinheiro é às vezes útil e às vezes danosa. A liberdade das pessoas para correr mundo é sacrossanta. Porque é parte do processo pelo qual a humanidade se torna uma e diferente ao mesmo tempo.

Por fim, a quarta diretriz que marca essa nova forma de organização internacional reside no fato de ser o trabalho livre uma exigência apenas formal, que se satisfaz com a aparência dos contratos. Uma economia mundial livre precisa ser construída sobre a base de um trabalho realmente livre. Muitas das formas de trabalho que existem no mundo de hoje se aproximam da servidão. Aliás, é preciso ter clareza sobre o fato de que o trabalho assalariado é a forma menos satisfatória de trabalho livre. O trabalho assalariado é apenas uma etapa, como os esquerdistas do século XIX sempre entenderam. Porém, na atual forma dominante de globalização, o mundo se satisfaz com formas de trabalho assalariado que são na verdade um disfarce para a servidão.



M.C. Escher, 1946

Adalberto Monteiro é editor de Princípios e presidente da Fundação Maurício Grabois



Um novo pacto político para o Brasil enfrentar a crise

No Brasil é tempo de um novo pacto político para o enfrentamento da crise. Novo pacto capaz de barrar a recessão e manter um nível de desenvolvimento e emprego positivos. Ao contrário, corre-se o real risco de o governo do país ser vencido pela retração econômica e expansão do desemprego. A saída de fundo para a crise tem de superar os marcos do capitalismo. O socialismo é o caminho necessário e viável

RENATO RABELO

O ascenso desenvolvimentista no Brasil, iniciado a partir de 2007, está enfrentando pesado obstáculo desde setembro do ano passado com a agudização e expansão da crise econômica e financeira mundial. O país retomou o patamar de desenvolvimento do PIB anual acima dos 5% e a tendência apontava para uma aceleração do seu crescimento a níveis mais altos, por um período mais longo. Essa crise integral do capitalismo que sacode o mundo em todas as direções atingiu o Brasil em pleno voo, provocando uma queda acentuada de 3,6% do PIB (na indústria 7,4%), já no último trimestre de 2008, ano que ainda alcançou um crescimento importante de 5,1% do PIB.

A evolução do governo Lula

No final dos oito anos de governo de FHC, o Brasil se encontrava numa crise aguda e profunda, tutelado e subordinado pela segunda vez pelo FMI, com um volumoso déficit no balanço de transações correntes, sem reservas internacionais, sem crédito externo. Isso tudo ocorreu mesmo tendo queimado 100 bilhões de dólares com as privatizações de estatais de

grande porte. O dólar nas alturas, desemprego aberto em ascenso e o país no caminho da neocolonização com a imposição estadunidense da Alca para os países das Américas. O FMI exigia de todos os candidatos à presidência em 2002 o cumprimento integral do contrato com o governo brasileiro e com o crescimento de Lula na campanha eleitoral, setores dominantes econômicos auxiliados pela grande mídia incendiava o clima de desconfiança e pânico.

Neste contexto gravíssimo é que se instala o primeiro governo Lula. Diante de tal situação e decorrente da correlação das forças políticas de então, o presidente Lula foi levado a estabelecer uma forma de pacto político que exprimia um duplo compromisso contraditório: responder ao apoio da base democrática e popular que o apoiou desde 1989 e, ao mesmo tempo, estabelecer um acordo que cedia aos interesses da oligarquia financeira beneficiária da política neoliberal implantada desde início de 1990.

A expressão programática desse pacto – Carta aos Brasileiros – foi elaborada pelo comando da candidatura Lula, no ápice da desconfiança, inflada pela dominação midiático-empresarial, para aplacar a ira desses setores predominantes. Essa Carta é que deu ao novo governo, desde sua origem, uma característica de dualidade, como já afirmávamos desde sua posse em 2003. A manifestação desse tipo de pacto na composição do governo ficou demonstrada no papel de avalistas do acordo, exercido por Antonio Palocci, titular do Ministério da Fazenda, e na escolha que se arrastou de um presidente para o Banco Central da confiança dos grandes círculos financeiros internos e externos. Numa formação heterogênea, o restante do governo foi completado com muitas figuras de origem democrática e progressista, vinculados ao campo popular e democrático.

O primeiro mandato do governo Lula atravessou momentos de grande instabilidade, sobretudo em 2005, açoitado pelos mesmos setores que fabricavam crise após crise desde sua posse. Apesar do caráter contraditório desse pacto, esse tipo de coalizão política e social é que permitiu na prática – em condições de crescimento da economia mundial – que o governo Lula se estabilizasse economicamente na crítica situação por que passava o país, se impusesse e começasse a distribuir renda primária aos mais deserdados. Simultaneamente, o governo se livrou do plano Alca dos Estados Unidos e da tutela do FMI, buscando a afirmação de uma nova política externa “Sul-Sul”, de integração do subcontinente e diversificação comercial, dando ao Brasil importante protagonismo no cenário externo.

O segundo governo Lula colocou o centro de gravidade de suas ações na aceleração do desenvolvi-

to, no reforço dos programas sociais e na integração do subcontinente. A dualidade que se refletia na luta entre continuidade e mudança, neoliberais e anti-neoliberais, desenvolvimentistas e ortodoxos, partidários de políticas públicas universais e focalizadas, estatistas e mercadistas esteve sempre presente e se elevou numa maior contenda com a saída acidental de Antonio Palocci da Fazenda, substituído por Guido Mantega, personalidade de feição progressista. Foi sendo configurado na política econômica um caráter sem muito rigor conceitual – pode-se denominar de “híbrido” – ou seja, a conjunção de política macroeconômica ortodoxa liberal e políticas econômicas de cunho desenvolvimentista. Apesar desses limites e contradições o Brasil começou uma fase ascendente e promissora de desenvolvimento desde 2007.

Novo desafio, nova oportunidade

Porém, o início da fase aguda da crise sistêmica do capitalismo iniciada em setembro de 2008, atingindo toda a economia mundial, impôs uma nova situação. Os Estados Unidos “exportam” sua recessão para o mundo inteiro. Antes, analistas americanos afirmavam que a crise não ia atingir a Europa. Hoje ela a atinge em cheio e já impõe grandes sofrimentos aos países em vias de desenvolvimento. Agora, aqueles mesmos analistas afirmam que não se chegará a uma depressão em escala mundial, mas na realidade é manifesto que os EUA não têm nenhum domínio sobre o curso da crise. O Brasil, com suas reservas e aplicação de elevados investimentos em curso, de imediato não foi atingido. Contudo, começou a ser impactado com a recessão que se alastra mundo afora, tornando-se incerto o desdobramento dessa situação de crise no país, sobretudo nos próximos seis primeiros meses de 2009 e daí por diante.

O Banco Central (BC) manteve sua política monetária ortodoxa, completamente caduca em período de uma crise da atual dimensão. Agora, a queda da Selic iniciada pelo BC é insuficiente e tardia. Desde o estouro agudo da crise em setembro de 2008, o Brasil já se encontrava nos marcos de uma nova situação financeira e econômica mundial, tomando-se o risco maior a tendência à recessão e não mais a inflação como fixamente se comportou essa instituição dominada pelo monetarismo que defende o interesse financeiro-rentista.

Em virtude da dimensão da crise em marcha – que põe em xeque a exacerbada globalização financeira liberalizante e ao próprio hegemonismo unipolar dos EUA –, os povos e países da chamada periferia do sistema são jogados diante de ingentes desafios: encontrar novas respostas políticas e eco-

nômicas que não se limitem a remediar o impasse da nova grande crise do capitalismo, mas, distinguir novas oportunidades e caminhos para transformar o Brasil em uma nação soberana, democrática, próspera e socialmente avançada.

Muitos exemplos da história demonstram que esses momentos de grandes crises do sistema, que ocorrem no seio dos países capitalistas centrais, criam oportunidades aos países dependentes e subdesenvolvidos para buscar caminhos próprios de desenvolvimento nacional. A industrialização do Brasil ganhou impulso, no primeiro governo Getúlio Vargas, em consequência da grande crise do capitalismo de 1929-30 e a ocorrência da Segunda Guerra Mundial, na qual o Brasil ficou mais livre da dependência para buscar caminho próprio levando em conta os interesses da nação.

A crise dessa dimensão, como fundamentava Lênin, “descarta o convencional” e “traz à tona os impulsos e forças mais profundas”. Ela é fecunda e propicia a busca de alternativas, tão essencial ao futuro exitoso independente da nação brasileira e ao seu desenvolvimento civilizacional. Isto porque pode ser um período de reforço das convicções e iniciativas pelo rompimento de concepções e dogmas que sustentam o domínio da elite dominante e exploradora, consubstanciados nos paradigmas neoliberais que perpassaram toda a última década.

Hoje, comparativamente entre os países que compõem o BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China), o Brasil reúne excepcionais condições objetivas. Vasto território, imensas terras agricultáveis, condições excepcionais de responder à questão da fronteira energética de nossa época, podendo ser um grande exportador de alimentos e energia e, também, desenvolver a indústria do conhecimento em vários setores. E nestes últimos 100 anos de história é a primeira vez que o Brasil diante de uma crise dessa dimensão não se torna insolvente, não “quebra”, com um acúmulo de reserva de divisas internacional de monta e comércio exterior bem diversificado. Em tais condições, com aplicação de um justo direcionamento político e econômico, que preserve a economia nacional, multiplique o investimento público, amplie seu mercado interno e defenda o emprego e a renda do trabalhador, o Brasil poderá comparativamente sair mais rapidamente da crise e assumir uma posição mais importante no cenário internacional. A nação brasileira pode se tornar mais fortalecida e passos maiores po-

derão ser dados no avanço do progresso social.

A encruzilhada diante do governo Lula

No Brasil o novo contexto gerado pela grande crise – tendo em conta a eleição geral de 2010, onde estará em disputa a presidência da República – leva o governo Lula a uma encruzilhada: conseguir manter um nível de desenvolvimento e emprego positivo,

barrando a recessão, ou ser vencido pela retração econômica e expansão do desemprego. Prevalecendo a primeira vertente, o prestígio popular do governo e do presidente se elevará ainda mais, podendo irromper forte clamor nacional pela continuidade de Lula.

Se o governo conduz bem o país diante de grave crise global pode estimular a consciência de que a mudança do presidente em momento delicado como esse, na direção desse complexo empreendimento, pode ser muito arriscada, sendo por isso mais seguro mantê-lo. No período da grande depressão na década de 1930 nos EUA, o presidente Franklin Delano Roosevelt, com o projeto do New Deal que reergueu a nação norte-americana superando a

grande crise do capitalismo, foi reeleito quatro vezes, talvez não chegando à quinta porque faleceu.

Mas, se prevalece a segunda vertente, o presidente Lula pode perder o prestígio e a confiança hoje depositada à sua condução à frente da Nação. Assim sendo, possibilitaria o aparecimento de “salvadores da pátria”, reforçando o discurso revanchista da oposição, o que dificultaria vitória do candidato, ou candidata, que seja escolhido(a) como seu sucessor. Fato que poderia truncar o novo ciclo político aberto por Lula desde sua posse em 2003.

Esta é objetivamente a encruzilhada política que vive o governo, tornando a reconstrução do pacto político, que na prática prevaleceu até hoje de uma forma ou de outra, a iniciativa necessária para assegurar a vertente que leva ao êxito no enfrentamento da crise.

Reconstruir o pacto político

O curso dos modelos de desenvolvimento capitalista tendo como centro o Estado liberal do início do século passado, o Estado do bem-estar social do segundo pós-guerra, substituído pelo Estado neoliberal, ao fim e ao cabo fracassou porque aprofun-

O novo pacto político deve consistir em dar maior força à base popular e democrática, aos trabalhadores e às camadas médias, em aliança com os empresários da produção e do comércio

dou o fosso entre países ricos e pobres, aumentou a dependência econômica e tecnológica entre centro e periferia no mundo, não conseguiu incluir praticamente dois terços da humanidade na marcha do desenvolvimento e levou o mundo a uma nova grande crise que já está provocando perdas imensas de forças produtivas, e é predadora do bem-estar dos trabalhadores e da maioria da humanidade.

Nos países centrais em que irrompeu a crise, onde – guardada a diferença entre eles – predominam Estados do capitalismo monopolista, nesse momento respondem à crise com criatividade para salvar o grande capital, colocando o Estado a seu serviço, numa ganstância (dinheiro do contribuinte e endividamento das gerações futuras) de trilhões de dólares. Por outro lado, a crise é ostensivamente destrutiva para os trabalhadores e povos, porque provoca desemprego em grande escala, queda acentuada da renda do trabalho, perdas e restrições significativas às aposentadorias e multiplicação das camadas deserdadas.

Nesse contexto, a busca das saídas econômicas para a crise responde a interesses determinados, sendo assim em verdade um terreno de acirrada luta política, refletindo a correlação de poder político em âmbito tanto nacional como internacional. Não existe saída econômica neutra ou simplesmente “técnica”, sobretudo em momentos de crise que põem a nu os verdadeiros interesses das classes dominantes. A manifestação da luta entre classes e nações explode nitidamente nesses momentos. A questão incontornável é: quem vai pagar pela crise? A lógica do sistema é empurrar a dívida para a maioria, o real ônus do capitalismo, e livrar o punhado privilegiado e responsável por tal situação, concedendo-lhe o bônus do “socialismo”.

Como se pode compreender a luta política no Brasil para a saída econômica e financeira da crise? Parte importante dos compromissos assumidos desde o primeiro governo Lula correspondeu à adoção do regime de juros muito altos e superávit fiscal elevado. Medidas adotadas para tornar atrativos e garantidos os títulos da dívida pública, respondendo à crise de confiança com a vitória de Lula, manifestada pelos grandes credores que detinham o domínio financeiro da economia. A origem desse acordo não provinha da necessidade de uma solução “técnica”, para justo desenvolvimento econômico, mas da imposição predominante dos setores financeiros e rentistas. Eles impunham através de sua força política e econômica as condições de seus altos ganhos alcançados na aplicação do modelo neoliberal concretizada, sobretudo nos governos de Fernando Henrique Cardoso. Por isso, para o enfrentamento da crise, o desafio é mais político que econômico. Porque é chegada a

hora de reconstruir o pacto político conformado nas circunstâncias do momento da primeira posse de Lula à presidência da República.

O novo pacto político deve consistir em dar maior força à base popular e democrática, aos trabalhadores e às camadas médias, em aliança com os empresários da produção e do comércio. É preciso construir, assim, um grande pacto pela defesa e impulso do desenvolvimento da economia nacional e do mercado interno, da renda do trabalho e do emprego. Em consequência da ação crescente da crise capitalista estamos diante de um risco maior: a recessão. Por isso, toda iniciativa e mobilização deve se voltar para viabilizar os meios que visem à expansão, e não à retração da economia.

Em suma, como consequência do novo pacto político deve ser vencida a política da desregulamentação financeira, de juros altos e do câmbio livre da fase da economia “cassino”, submetida a fortes injunções da hegemonia dos grandes agentes financeiros. Hoje, manter juro real básico no patamar acima de 5% é o mesmo que continuar acelerando a marcha para o abismo da depressão econômica. E deixar o câmbio livre de qualquer controle é voltar a cavar a vulnerabilidade externa do país. Em resposta a essa situação, impõe-se o nivelamento do juro real básico ao patamar internacional nesse tempo de crise, e certa forma de controle do câmbio e do fluxo de entrada e saída de capitais. Hoje, esse novo pacto político é o caminho para construção e êxito do novo modelo de desenvolvimento nacional, que afirme a independência do Brasil, o avanço democrático, o progresso social e a integração solidária do continente.

No entanto, o curso da história expõe com mais nitidez que a saída de fundo para a crise não se dará nos marcos do capitalismo. Os modelos de desenvolvimento capitalistas fracassaram, expondo a maioria da humanidade a crises depredadoras de maior amplitude. A verdade de nossa época é que o capitalismo já não comporta mais as imensas forças produtivas geradas em seu bojo, sendo incapaz de transformá-las em mais avançadas relações de produção e distribuição de renda e riqueza, e de uma ordem mundial equitativa e solidária. Neste tempo histórico, o capitalismo passou a ser o obstáculo para a soberania das nações e seu avanço civilizacional. O socialismo que irrompeu na cena da história contemporânea ressurgue como a alternativa necessária e viável. É o caminho que pode abrir uma nova era para a soberania dos países e despontar o caminho para um novo tempo de renascimento civilizacional.

Renato Rabelo é presidente do Partido Comunista do Brasil (PCdoB)

BNB. Os melhores resultados da história. Os melhores resultados na vida das pessoas.

O Banco do Nordeste alcançou o recorde histórico de aplicações no desenvolvimento da região: R\$ 13,2 bilhões de reais. Somente com os recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE - o BNB aplicou mais de R\$ 7,6 bilhões na economia do Nordeste. Foram mais de R\$ 1,2 bilhão para as micro e pequenas empresas, mais de R\$ 1 bilhão para o microcrédito e outros recordes em áreas como indústria, infraestrutura, agricultura, comércio e serviços. Recursos que financiaram a atividade produtiva, modernizaram a infraestrutura, aqueceram a economia e proporcionaram não só um grande resultado em números, mas também na vida de milhões de brasileiros.

Banco do Nordeste



Cliente Consulta | Ouvidoria: 0800 728 3030 - www.bnb.gov.br



Entendimento nacional pela produção e emprego

MARCIO POCHMANN

Para um efetivo desenvolvimento, a nação precisa abraçar uma convergência política que permita a construção das estratégias do amanhã. O caminho a ser perseguido deve incluir todos os brasileiros, além de ser compatível com a sustentabilidade ambiental e com o avanço tecnológico

Neste início do século XXI, a primeira grande crise do capitalismo global tem sido identificada como a mais grave desde a Depressão de 1929. Tão logo atingiu o epicentro da principal economia capitalista mundial (Estados Unidos), a crise financeira inicial se propagou rápida e sistemicamente para a esfera produtiva, com graves efeitos sociais e políticos ainda não muito bem considerados em praticamente todos os países.

O vírus da crise abala consideravelmente a estrutura de funcionamento da economia capitalista global, permitindo considerar que dificilmente o mundo pós-crise voltará a ser o que era até então. Por um lado, porque o colapso do padrão de financiamento, apoiado nas organizações financeiras privadas desregulamentadas e mediadas por um sistema de derivativos acoplados em agências de risco paralelas aos bancos, passa a exigir uma completa reformulação. Até o presente momento, contudo, praticamente não há evidências sobre a



Logo que abandonou a estrutura produtiva primário-exportadora o Brasil desencadeou um vigoroso projeto de industrialização nacional. Hoje o país já tem condições para alcançar um novo patamar civilizatório



programação de um novo sistema de financiamento da produção e, sobretudo da construção ha-

bitacional, estopim da crise financeira estadunidense.

Ademais, do abalo produzido pela liberalização financeira dependente da confiança em torno das promessas de rentabilidades imateriais realizadas aos detentores de riqueza e descoladas da economia

real, destaca-se a disfuncionalidade de grande parte das instituições multilaterais constituídas no segundo pós-guerra para exercer a governança global. O alastramento da crise mundial atual transcorre praticamente sem ações construtivas e coordenadoras por parte das Nações Unidas, sobretudo do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial que vinham quase sempre operando como se fossem uma espécie de porto seguro. Com instituições internacionais desacreditadas e sem governança mundial,

o sistema econômico, político e social capitalista dificilmente se sustenta nas mesmas bases que o permitiram chegar até os dias de hoje.

Por outro lado, constata-se também que a retomada, e continuidade, do padrão de produção e consumo de massa atrelada à brutal concentração de renda e à própria insustentabilidade ambiental dificilmente poderá ocorrer. Isso porque a crise se manifesta sobre um mundo demarcado por significativas desigualdades que terminaram sendo mais aprofundadas ainda pela globalização neoliberal das duas últimas décadas. No contexto da crise mundial, as diferenças tendem a aumentar, por penalizações diferenciadas entre os países. Sabe-se, por exemplo, que frente ao conjunto de políticas econômicas e sociais implementadas pela maioria dos países para o enfrentamento da crise atual, ressaltam-se dois aspectos principais.

O primeiro decorrente da confluência de ações voltadas para a defesa e sustentação da produção, ocupação e renda, traduzidas pelo recorrente uso de medidas anticíclicas de afrouxamento das políticas fiscais e monetárias, pelo socorro a empresas e bancos em dificuldades, pela ampliação do gasto público e pela regulação das forças de mercado. Noutras palavras, a reprodução de políticas recorrentemente adotadas desde a Depressão de 1929 para debelar crises, mas que frente às medidas recessivas de ajuste exporta-



dor da década de 1980 e das reformas liberalizantes dos anos 1990 defendidas pelas agências multilaterais (FMI e BIRD) até pouco tempo representam uma importante inflexão política.

Um segundo aspecto registra-se no grupo de nações que se caracterizam por estabelecer estratégias mais amplas do que o imediato combate da crise internacional. Tratam-se de ações articuladas nos planos interno e externo, visando a permitir que algumas economias possam sair da crise atual melhor

posicionadas na geopolítica mundial. Nesse sentido, ganham dimensões países como China, Índia e Rússia que implantam decisões voltadas ao fortalecimento do parque produtivo, militar e financeiro e, com isso, melhor aproveitam a fase atual de transição para o cenário global multipolar. De maneira geral, a crise mundial tende a enfraquecer os países capitalistas avançados, abrindo possibilidades tanto para o reposicionamento de economias até então identificadas como periféricas como para tornar mais veloz o deslocamento do centro dinâmico estadunidense. Mas isso pressupõe o uso de políticas públicas para





POLO INDUSTRIAL



Ao comemorar seu 42º aniversário, a Suframa mantém o olho no futuro e os pés no chão do presente.

O modelo Zona Franca de Manaus ganha reconhecimento nacional e internacional. Suas conquistas econômicas, sua relação com o meio ambiente e os benefícios sociais que gera na região amazônica tornam o modelo uma das mais bem-sucedidas políticas do Governo Federal.

As 550 empresas do Polo Industrial são responsáveis pelo saldo positivo de 30 bilhões de dólares e mais de 100 mil empregos.

Com novos horizontes e novos desafios pela frente, a Suframa trabalha para intensificar suas ações em áreas estratégicas como promoção do sistema regional de ciência, tecnologia e inovação, interiorização do desenvolvimento, logística e inserção internacional competitiva.

Fortalecer o modelo Zona Franca é a palavra de ordem. Para o bem da Amazônia. Para o bem do Brasil.

FIAM 2009

25 a 28 de novembro
Studio 5 - Manaus

www.suframa.gov.br



Ministério do
Desenvolvimento, Indústria
e Comércio Exterior



além do keynesianismo bastardo, com ações transformadoras no horizonte de maior prazo (cenário mundial pós-crise). Nesses termos, a crise favorece a renovação e o revigoramento de instituições, bem como possibilita o avanço da reestruturação do setor produtivo e do padrão de financiamento, permitindo que a governança não seja feita a partir do ideário passado, mas do novo que implique o redesenho do padrão civilizatório atual.

Exemplo do passado brasileiro

Ao longo do século XX, o Brasil foi um dos países que mais rápido expandiu a sua economia. Tão logo abandonou a estrutura produtiva primário-exportadora, a partir da Depressão de 1929, o país desencadeou um vigoroso projeto de industrialização nacional somente interrompido pela crise da dívida externa (1981-83). Com a produção nacional sendo multiplicada por 18,2 vezes (6,0% ao ano) entre as décadas de 1930 e 1980, uma nova estrutura produtiva nacional de base industrial foi constituída, permitindo a conformação do sistema nacional de proteção social no Brasil. As antigas ações de proteção social por categoria profissional foram gradualmente sendo ampliadas desde 1923, quando foi inaugurada a primeira experiência brasileira de previdência social (caixa de aposentadoria dos ferroviários), passando pela experiência do atendimento das principais categorias profissionais urbanas a partir da década de 1930. Mesmo que nos anos 1960, o segmento rural do mercado de trabalho tenha sido incorporado parcialmente por políticas de assistência médica e aposentadoria, ressalta-se que somente com a Constituição Federal de 1988 ocorreu a unificação do sistema de assistência e previdência social para trabalhadores urbanos e rurais.

As inovações na montagem do sistema nacional de proteção social do país se tornaram possíveis com a ampla participação popular posta em marcha pelo movimento de redemocratização durante a década de 1980. A efetividade do sistema de proteção social terminou sendo fortemente contida a partir de 1990 quando se passou a assistir à implementação de um conjunto de políticas e reformas de corte neoliberal, com maior produção e reprodução da exclusão social. Por um lado, apareceram sinais claros de interrupção no sentido da construção do padrão de universalização do Estado de bem-estar social, com avanço de medidas de maior focalização e assistencialismo do gasto público, enquanto, por outro, o esvaziamento da participação relativa dos salários no total da renda nacional. Essa inflexão no regime de bem-estar social e de emprego no Brasil decorreu, em grande medida,

do movimento maior de baixo crescimento da economia nacional e da concomitante expansão do ciclo de financeirização da riqueza. Somente com o intervalo na adoção das medidas neoliberais desde o início do atual século é que se percebeu uma melhora relativa nos indicadores socioeconômicos da nação. Essa melhora nos indicadores econômicos e sociais (expansão significativa dos investimentos e da produção, queda na desigualdade de renda e na pobreza), mais evidente desde 2004, pode ser interrompida pela crise mundial, caso a ousadia criativa e responsável não seja vencida pelo medo conservador.

Nova agenda nacional

A conformação de uma nova maioria política iniciou-se com a Revolução de Trinta em meio ao contexto da Depressão de 1929, permitindo liderar a construção do país urbano e industrial. Os novos segmentos sociais não rurais gestados pelo projeto de desenvolvimento foram aliados no enfrentamento do núcleo conservador da época, caracterizado por oligarquias primário-exportadoras.

Desde a crise da dívida externa, logo no início da década de 1980, o comando de parte importante da agenda nacional passou a ser crescentemente exercido pelos interesses dos ricos proprietários do capital portador de juros. As consequências disso se manifestaram desde a elevação da carga tributária até a desconstrução de parte do patrimônio público, passando pelo represamento relativo dos recursos relacionados ao gasto social (desvinculação da receita da União em 20%) e pela formação do superávit fiscal necessário para atender aos custos financeiros (quase 2/3 deles provém de recursos sociais).

Pela crise mundial e sua contaminação no Brasil, observa-se como o processo de financeirização da riqueza gestado por uma maioria liberal-conservadora encontra-se atualmente frágil, podendo ceder lugar ao novo desenvolvimentismo. Mas a conexão do Brasil com o futuro pressupõe a reconsideração prévia a respeito dos "defeitos" que atingem a nação: ausência da plena ocupação e injusta repartição da riqueza e das rendas geradas. O conjunto de mazelas nacionais contém segmentos sociais que, reunidos e articulados em torno de um novo ideário, poderiam forjar a base da maioria política necessária à mudança transformadora. Nesse sentido, não se pode abandonar a perspectiva de construção da agenda civilizadora no século XXI, com a promoção e defesa da produção de emprego nacionais, acompanhada da efetivação das reformas patrimoniais modernizantes, como a repactuação da nova riqueza (produtividade imaterial acumulada a quase 50% do produto

anual). A busca da equidade social deve estar regida pelo reconhecimento e valorização de distintos esforços realizados realmente por variados segmentos sociais em torno da produção e reprodução das novas fontes de riqueza nacional. Assim, benefícios desconectados da eficiência econômica – como herança, ganhos especulativos e financeiros improdutivos –, entre outros, precisam ser revistos à luz de um novo compromisso político-social com o desenvolvimento soberano e sustentável da nação.

Por ser um país ainda em construção, com a incompleta infraestrutura e a enorme ociosidade de parte de sua força de trabalho, a convergência de esforços associados ao alongamento da capacidade de produção pressupõe a inversão da tendência de mais meio século de queda na parcela do rendimento do trabalho na renda nacional. Atualmente, os brasileiros que somente dependem do seu próprio trabalho para sobreviver ficam com menos de 40% de toda a renda nacional, enquanto na década de 1950 aproximavam-se dos 60%. A ênfase no estabelecimento de uma nova agenda civilizatória merece ser perseguida, permitindo a reconstrução da sociabilidade perdida, bem como liberação do homem do trabalho heterônomo no contexto das exigências da sociedade pós-industrial. Ou seja, o ingresso no mercado de trabalho aos 25 anos (ao invés de 16 anos de idade), a educação para o longo da vida (ao contrário de somente crianças, adolescente e jovens), as 12 horas semanais no local de trabalho (ao invés de 44 horas) e a expansão de atividades ocupacionais socialmente úteis à sociabilidade, como cuidadores sociais, entretenimento e outras. A base material necessária à sustentação desse novo patamar civilizatório global já existe, tendo em vista o crescente ganho de produtividade (física e imaterial) oriundo do capitalismo pós-industrial deste começo do século XXI. Destaca-se, por exemplo, que para cada dólar derivado da produção material há, simultaneamente, outros 10 oriundos do conjunto das atividades imateriais (não produtoras de bens, mas de mercadorias intangíveis). A captura dessa parcela do excedente econômico reafirma o projeto de sociedade protagonizado pela progressividade tributária e pela amplificação do gasto social capaz de gerar autonomização e empoderamento no conjunto dos povos no mundo.

Mas isso pressupõe o avanço em novos modos de

O Estado do século XX, organizado em torno dos problemas socioeconômicos da sociedade urbano-industrial, tornou-se anacrônico para enfrentar os desafios dos dias de hoje

regulação que potencializem a elevação da produtividade e seu repasse equânime a toda a população. Assim, o imprevisto dos ganhos fáceis no curto prazo deve dar lugar ao planejamento de maior tempo nas decisões públicas e privadas que se relacionam às oportunidades atuais de desenvolvimento do país. Na medida em que se debate a respeito do patrimônio que a nação deseja possuir no amanhã, coloca-se em marcha a convergência política necessária para a efetivação das medidas estratégicas que realmente podem asfaltar o caminho do futuro. Seria o caso da constituição de uma nova maioria política, capaz de conter um conjunto amplo de interesses sociais marginalizados pelo neoliberalismo. A emergência desse novo tipo de aliança política poderia fortalecer o conjunto dos estratos sociais de baixa renda e de nível médio, geralmente integrados por alguma forma de organização e que expressam resistências à condução neoliberal do projeto de sociedade dos ricos e poderosos. O elemento central se daria em torno da ampliação e reorientação do fundo público, até então comprometido com a improdutividade do circuito da financeirização da riqueza, para a conformação de uma nova agenda civilizatória consonante com as exigências da sociedade pós-industrial.

O fundo público originado pela luta política dos segmentos sociais mais organizados deve ser reformulado e novamente vinculado às receitas originárias, permitindo favorecer tanto a progressividade na tributação sobre a renda dos ricos como a universalidade da proteção social (saúde, educação, pleno emprego, assistência social, entre outros). Esse sentido, obstaculizado pelo processo de financeirização da riqueza, responsável pela adoção de programas de ajuste estrutural e pela condução de políticas econômicas e sociais neoliberais, pode sofrer uma nova reconfiguração a partir da crise atual. A defesa das atividades produtivas com redistribuição da renda e riqueza, acompanhada da democratização das estruturas de poder, produção e consumo, permitiria ampliar o componente estratégico definidor de uma nova maioria política no Brasil. Da mesma forma que há inegáveis dificuldades políticas para fazer convergir segmentos tão heterogêneos, permanece o desafio de incorporação dos novos contingentes sociais incluídos nos últimos cinco anos e que ainda parecem permanecer com baixo poder

de pressão. A emergência dessa nova estratificação social em distintas regiões do Brasil precisa ser considerada, permitindo não apenas a organização da dinâmica econômica como estruturação de políticas universais de proteção social.

Renovação dos instrumentos de luta

A luta política em torno do fundo público indica o quanto o excedente econômico gerado assume crescente relevância na reprodução social. O Estado do século XX, organizado em torno dos problemas socioeconômicos da sociedade urbano-industrial, tornou-se anacrônico para enfrentar os desafios dos dias de hoje. O funcionamento do Estado que decorre da setorialização das ações expressa geralmente os interesses organizados que nem sempre se encontram conectados com uma visão do todo, implicando maior gasto, nem sempre compatível com eficácia plena.

Nessa perspectiva, imaginou-se que a soma das ações parciais ofereceria um todo superior somente a partir da atuação do Estado na execução do fundo público. Assim, os problemas da sociedade são enfrentados por ações setorializadas, como no caso da temática da ignorância, com o sistema público de educação; da doença, pelo sistema público de saúde; do desemprego, pelo sistema público de emprego, entre outros. Neste começo de século XXI, quando a sociedade pós-industrial adquire maior dimensão, o Estado necessário precisa ser matricial, trans e interssetorial, capaz de combinar diversas especializações com eixos de ação mais ampla. A oportunidade para que isso venha a ocorrer encontra-se diretamente relacionada à qualidade das lutas sociais em termos do embate das ideias que possam revolucionar o projeto de sociedade atual. O redescobrimto atual do Estado não pode estar conivente com as exigências de ricos e poderosos interessados na socialização dos prejuízos impostos pela crise. Urge implantar uma profunda reforma do Es-

tado que implique fazer avançar o fundo público para mais de 2/3 do total do excedente econômico, por meio da tributação dos ricos, sobretudo os detentores das novas riquezas imateriais. Assim, criam-se condições mais adequadas para o avanço da construção de um novo padrão civilizatório.

Da mesma forma, a ação estatal de novo tipo requer o seu próprio empoderamento para tratar do enorme desbalanceamento imposto por somente 500 grandes grupos econômicos transnacionais,

responsáveis por quase 50% do Produto Interno Bruto mundial. A defesa do espaço nacional, com exploração plena de todo o potencial econômico, impõe o fortalecimento da iniciativa privada, com novas regras que permitam ampliar a competição, mesmo com ação estatal em setores potencializadores da sociedade pós-industrial. Do contrário, a monopolização da produção e distribuição de bens e serviços pelas grandes corporações transnacionais torna pouquíssimas empresas detentoras de países, não o contrário.

O imperioso compromisso com o desenvolvimento nacional requer o planejamento de médio e longo prazos, com capacidades renovadas por parte do Estado na gestão de um maior possível fundo público. Para isso, a nação precisa democraticamente se posicionar favorável à convergência política que permita a construção das estratégias do amanhã, cujo caminho a ser perseguido deve incluir justamente todos os brasileiros, sendo sobretudo compatível com a sustentabilidade ambiental e o avanço tecnológico da nação.

Marcio Pochmann é professor licenciado do Instituto de Economia e do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho da Universidade Estadual de Campinas. Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

Luiz Eduardo Achutti



Coleta seletiva de lixo – Porto Alegre

O TRABALHO DECENTE CHEGOU PRA FICAR NA BAHIA



O Governo da Bahia, em parceria com órgãos públicos, instituições privadas e representações de trabalhadores e empregadores, aposta na valorização do trabalho e na geração de emprego para garantir o desenvolvimento sustentável. Para isso, foi criada, em 2007, a Agenda Bahia do Trabalho Decente, uma iniciativa pioneira em nível subnacional e que tem a cooperação e reconhecimento da OIT. A Agenda Bahia do Trabalho Decente é fundamentada na garantia de emprego de qualidade para os baianos, dignidade no trabalho, na inclusão e diálogo social.

Trabalho decente é direito da gente.
www.setre.ba.gov.br/trabalhodecente

 **Bahia**
TERRA DE TODOS NÓS

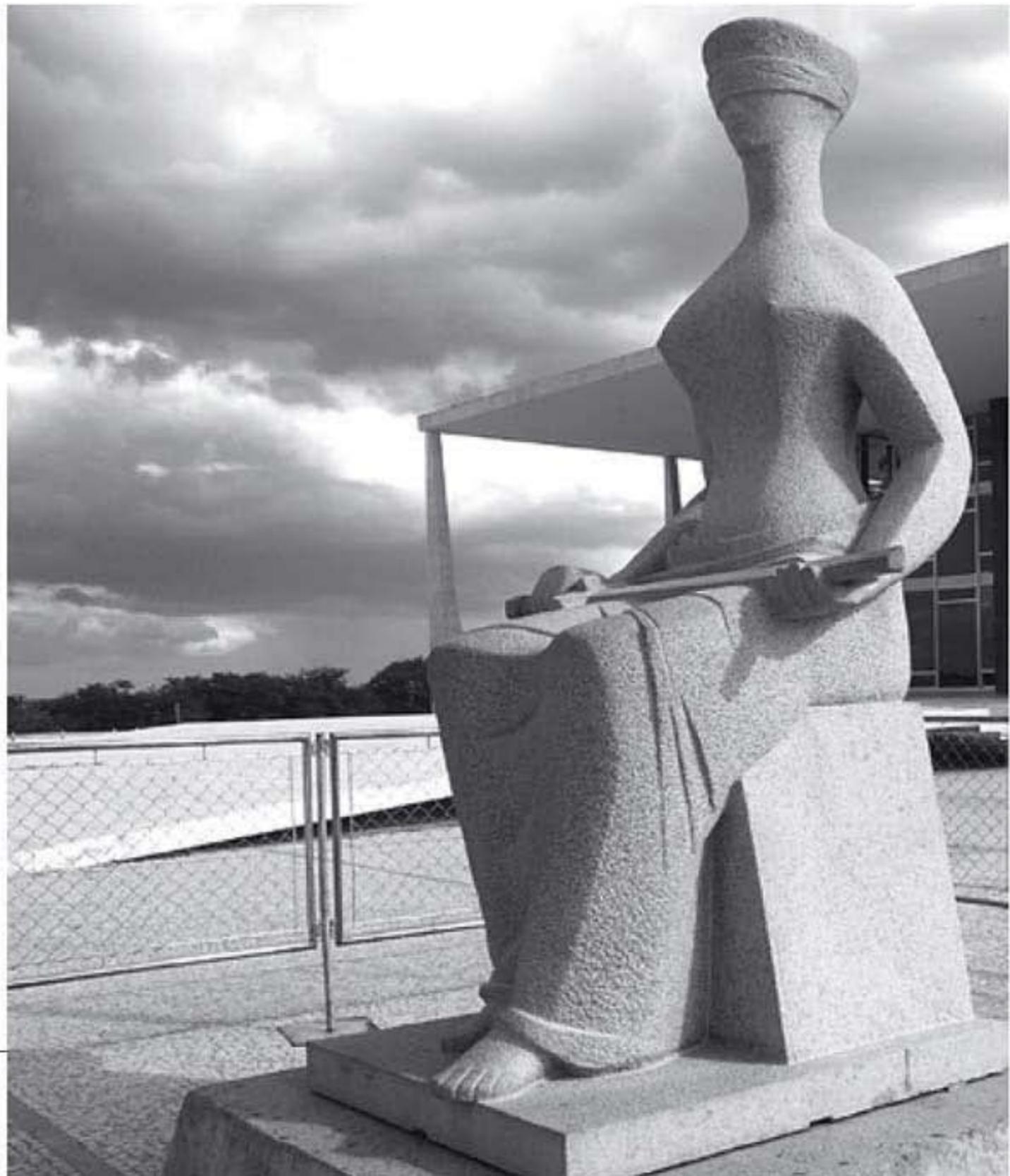
Secretaria do
Trabalho, Emprego,
Renda e Esporte

Ciclos, planejamento

João Sicstú

Para o Brasil, assim como para tantos outros países que adotaram tal receituário econômico, o fracasso do modelo neoliberal traz o desafio de aprofundar o debate sobre a construção de um planejamento que aponte para uma sociedade de bem-estar com crescimento econômico e distribuição de renda

*A Justiça:
monolito em
granito exposto
na Praça dos
Três Poderes, em
frente ao Superior
Tribunal Federal
(STF)*



Obra do escultor Alfredo Ceschiatti

e sociedade de bem-estar

Segundo a teoria conservadora, antikeynesiana, governos não devem intervir nas economias. Afirmam-se que os investimentos públicos ocupam o lugar reservado à iniciativa privada – e com um agravante por hipótese, o governo é considerado sempre menos eficiente que a iniciativa privada. Diz-se, ainda, que as reduções das taxas de juros e as políticas monetárias expansionistas somente geram inflação. Enfim, o impacto sobre o produto e o emprego dessas políticas é considerado desprezível e/ou efêmero.

Ademais, alguns poucos pregam que a tentação não deve levar ao pecado: mesmo em momentos de crise, nenhuma política intervencionista keynesiana deveria ser implementada. A receita é esperar pacientemente que a economia retorne por si só às fases de normalidade e crescimento. Se a demanda se reduz, preços tendem a cair. Se o desemprego aumenta, os salários se reduzem. Com preços menores, as compras aumentam. Com salários mais baixos, mais trabalhadores são contratados. Assim, teria-se como resultado o fim do desemprego, o incremento da produção e a volta aos tempos de prosperidade.

Está aberta a possibilidade de o mundo enfrentar uma recessão profunda com deflação, isto é, produto e preços em queda. Uma das mais importantes condições para que isto ocorra emergiu: o medo e a precaução de trabalhadores e empresários. A expectativa generalizada de que preços podem cair em função da queda esperada da produção e do nível de emprego por parte de uns e o medo da perda do emprego e da falência por parte de outros geram as chamadas profecias autorrealizáveis. Se a expectativa dos consumidores e empresários é de que preços irão cair, haverá desemprego e quebras de empresas, grande parte da sociedade tende a adiar seus gastos. Esse adiamento forçará uma queda de preços e produção. Dessa forma, as profecias se realizarão. Na grande depressão de 1929-33, preços e produção caíram cerca de 30% nas principais economias.

As ideias intervencionistas keynesianas foram quase que enterradas durante as últimas décadas. Contudo, diante da possibilidade de uma recessão

com deflação mundial, inusitadamente, quase todos tornaram-se intervencionistas keynesianos.

Os mesmos que diante da possibilidade de uma grave crise mundial são keynesianos, em tempos de prosperidade, pregam a liberdade irrestrita de ir e vir dos capitais especulativos, a desregulamentação dos mercados financeiros, o fim dos controles sobre o comércio internacional, o equilíbrio orçamentário (como um princípio moral) e a constituição de bancos centrais independentes (voltados unicamente para o combate à inflação). Como regra, são anti-

keynesianos e, excepcionalmente, em momentos de crise, são ardorosos defensores do intervencionismo keynesiano. O economista inglês John Maynard Keynes, certamente era favorável à realização de intervenções emergenciais. Entretanto, sua concepção de planejamento era algo muito mais amplo do que intervenções em períodos de exceção.

Segundo Keynes, planejamento possui um significado mais extenso que política econômica. O primeiro, além de englobar o segundo, refere-

se à construção de instituições e regras econômicas que devem ser duradouras. Instituições, regras, metas e políticas econômicas devem ser estabelecidas em tempos de normalidade visando a três objetivos: (i) estimular a atividade empresarial de investimento e geração de empregos, (ii) criar barreiras para evitar crises e (iii) criar uma sociedade de bem-estar social. As metas estabelecem limites para as principais variáveis macroeconômicas: emprego, produto, inflação e saldo comercial e de capital com o exterior. As instituições e regras tentam induzir a economia a se manter dentro das metas-limite. As políticas macroeconômicas devem ser utilizadas, em tempos de normalidade, quando há sinais de que as regras e instituições não serão suficientes para manter a economia dentro desses limites.

Quando a economia está fora dos limites estabelecidos, as políticas emergenciais são válidas. Nestas circunstâncias de crise, Keynes admitiu que até mesmo encher garrafas com dinheiro e enterrá-las em minas de carvão abandonadas para estimular a atividade empresarial e reduzir o desemprego seria aceitável. Contudo, observou que “seria mais sensa-

O neoliberalismo acabou e uma nova estratégia de desenvolvimento ainda não nasceu enquanto realidade social

to construir casas ou algo semelhante, mas se tanto se opõem dificuldades políticas e práticas, o recurso citado não deixa de ser preferível a nada”.

Portanto, o planejamento keynesiano é concebido sob a lógica de que o capitalismo do laissez-faire pode conduzir as economias para situações de recessão e deflação e, possivelmente, de mais desigualdade, pobreza e miséria. Assim, sugere uma intervenção branda, embora permanente, em economias com metas estabelecidas, com regras claras e com instituições públicas fortes para que não tenha que realizar intervenções profundas somente em momentos de crise. Evitar crises é uma prioridade do planejamento econômico keynesiano. Diferentemente, os que, atualmente e de forma repentina, se tornaram keynesianos defenderam as ausências de instituições, regras, metas e políticas macroeconômicas durante os períodos de normalidade e prosperidade. Contudo, são exatamente tais ausências que abrem as portas das economias modernas para as crises. Assim, enquanto as economias continuarem desgovernadas, por proposição dos “keynesianos” de ocasião, continuar-se-á a saborear ciclos com alguma prosperidade em tempos de laissez-faire e, conseqüentemente, crises amargas com intervenções emergenciais.

Em tempos de crise, são comuns os debates sobre a existência de oportunidades. Alguns acabam até por identificar pontos positivos que consideram característicos dos períodos de turbulência aguda. Contudo, cabe ser afirmado que crises são sempre negativas. Crises são sempre indesejadas. Oportunidades aproveitadas em tempos de crise não emergiram com a crise, já existiam. Grande parte dos países em desenvolvimento e, particularmente, o Brasil poderia utilizar o momento para ir além das políticas (necessárias) de enfrentamento da crise, isto é, aprofundando o debate sobre a construção de um planejamento estratégico em que o objetivo de uma sociedade de bem-estar seja a meta final. Entretanto, esta não é uma oportunidade aberta pela conjuntura de crise, mas sim pela estrutura de sermos um país não desenvolvido.

Uma sociedade de bem-estar

Grande parte da sociedade organizada não tolera mais a realidade brasileira de País não-desenvolvido, de País em que o cidadão comum não tem qualidade

de vida e que muitos não têm sequer as condições mais básicas de sobrevivência. A intolerância está acentuada pela falta de perspectiva: estamos onde não desejamos e não sabemos para onde estamos caminhando. Muitos se envolvem em debates acalorados sobre problemas conjunturais: são tensas as discussões sobre a inflação, a alta taxa de juros e a taxa de câmbio. Contudo, as decisões de políticas macroeconômicas estão desassociadas, pelo menos de forma explícita, de um planejamento estratégico do País, seja ele qual for: de construção de um País de bem-estar social ou de um País de economia

primarizada com renda e patrimônio concentrados. O Governo atua, age, inaugura obras, tenta fazer o melhor, mas isso é pouco. O que precisamos é de um projeto de futuro para que possamos sonhar. E, também, para que possamos fazer os links entre ações presentes e o futuro desejado.

A era neoliberal que predominou nos últimos 25 anos acabou. O Brasil e tantos outros países que adotaram o receituário neoliberal não obtiveram o resultado prometido. Não houve desenvolvimento, não houve melhora significativa na qualidade de vida. As reformas de inspiração neoliberal desestruturantes do Estado e da sociedade não entregaram o que prometeram. A realidade derrotou o neoliberalismo, mas muitos de seus adeptos

repetem suas ideias por falta do que dizer. É a inércia que predomina em momentos de transição. As poderosas entidades multilaterais que foram símbolos e instrumentos do neoliberalismo se encontram falidas, principalmente do ponto de vista de sua reputação, autoridade intelectual e capacidade de intervenção política. Estamos vivendo um vácuo histórico: faltam discursos e projetos. O neoliberalismo acabou e uma nova estratégia de desenvolvimento ainda não nasceu enquanto realidade social.

O objetivo final de uma estratégia de desenvolvimento deve ser a construção de País democrático, tecnologicamente avançado, com emprego e moradia dignos para todos, ambientalmente planejado, com uma justa distribuição de renda e da riqueza, com igualdade plena de oportunidades e com um sistema de seguridade social de máxima qualidade e universal – cujas partes imprescindíveis devam ser sistemas gratuitos de saúde e educação para todos os níveis e necessidades. O Estado de bem-estar social é o conceito que resume esse conjunto de realizações. O Estado de bem-estar social é a maior conquista da

O Estado de bem-estar social europeu deve ser visto como uma “obra aberta”. Sua construção no Brasil deve ser um ato de “improvisação criadora”

civilização ocidental ao longo do século XX. Foi a única conjugação de fatores sociais, políticos, econômicos que conformou um ambiente institucional que valoriza a liberdade, a individualidade, o trabalho, a gestão republicana do Estado, a justiça e o bem-estar. Sua construção, de forma mais acentuada, teve início ao final da década de 1940 na Europa ocidental, o palco da sua realização. Hoje há um Estado de bem-estar social em diversos países europeus, com destaque para os países nórdicos.

A implantação de um Estado de bem-estar no Brasil está longe de ser apenas a tentativa de realização de uma cópia do modelo europeu. O Estado de bem-estar social europeu deve ser visto como uma “obra aberta”, sua construção no Brasil deve ser um ato de “improvisação criadora” para utilizar os termos de Umberto Eco. É o equilíbrio entre a observação, a interpretação e a criação que deve balizar os limites do que está definido e do que está aberto na obra de arte social europeia. Portanto, “definitude” e “abertura” de um modelo social são importantes conceitos de limite que devem ser considerados em um processo de construção de uma estratégia de desenvolvimento para o Brasil. Há de singular, de definido, no Estado de bem-estar social implantado na Europa um conjunto específico de pilares que não podem ser re-interpretados ou re-criados, tal como o sistema universalista de seguridade social. A seguridade social universal é o que garante o exercício da individualidade do cidadão sem discriminação. Re-interpretar a seguridade social universal ou recriá-la, neste caso particular, significa transformá-la, e corre-se o risco assim, por exemplo, de criação de um modelo contábil e atuarial de seguridade social que torna-se “foquista” (somente atende aos que contribuíram). Entretanto, o tipo de democracia, ou seja, qual o “jogo” de inclusão política do cidadão é o mais adequado para se alcançar e manter uma sociedade desenvolvida está para ser definido.

Apesar de se ter clareza dos limites, ou seja, da “definitude” e também da “abertura” interpretativa e criadora que se pode ter a partir da referência, que é o Estado de bem-estar social europeu, não é possível fora de um movimento concreto de construção de uma estratégia de desenvolvimento do País estabelecer com maior exatidão o desenho da sociedade desejada.

Pintura de Pablo Picasso, 1910



Por ora, é suficiente reproduzir as palavras daquele que soube definir a felicidade de forma perfeita em diversas passagens de sua obra. Enfim, o que se deseja para o Brasil é um País onde se tenha “Tempo para a peteca e tempo para o soneto. Tempo para trabalhar e para dar tempo ao tempo. Tempo para envelhecer sem ficar obsoleto” (Vinicius de Moraes, referindo-se ao Rio de Janeiro, no poema *Cidade Antiga*).

Cabe ainda observar que por mais definida que seja uma estratégia de desenvolvimento, ela estará sempre em construção, seja para aqueles, tal como o Brasil, que ainda estão fazendo o vestibular para entrar na rota do desenvolvimento, seja para aqueles que já são desenvolvidos. Uma estratégia de desenvolvimento está sempre em construção, inclusive nos países mais desenvolvidos do planeta. Verdadeiros gestores de estratégias de desenvolvimento sentem de forma permanente aquilo que Camille Claudel sentia da distância imposta por Auguste Rodin: “há sempre algo de ausente que me atormenta” (fragmento extraído de carta de Camille a Rodin de 1886).

João Sicsú é diretor de Estudos Macroeconômicos do Ipea e professor da UFRJ.

Os desafios do movimento sindical diante da crise

WAGNER GOMES

O movimento sindical precisa se unir e intensificar seu poder de mobilização por justiça social e por um novo projeto de desenvolvimento capaz de abrir caminho ao nosso objetivo estratégico maior: o socialismo

Ao longo da história, a classe trabalhadora sempre foi vítima das turbulências que periodicamente perturbam o funcionamento das economias capitalistas, interrompendo o processo de circulação, reprodução e expansão do capital. Não é diferente neste momento em que o sistema atravessa sua maior crise desde a Grande Depressão dos anos 1930. Em todo o mundo, os capitalistas em apuros tratam de transferir o ônus da crise ao povo trabalhador, demitindo em massa, reduzindo salários e flexibilizando direitos.

A OIT (Organização Internacional do Trabalho) já estima em mais de 50 milhões o número de pessoas que vão engrossar o exército de desempregados ao longo dos próximos meses, de forma que este vai somar 240 milhões no mundo. Num só dia (26 de janeiro de 2009), multinacionais sediadas nos EUA, Europa e Japão, anunciaram a demissão de 79 mil operários(as). Note-se que essas empresas não estão encerrando as atividades, mas “fazendo ajustes” para adequar a produção a uma demanda reduzida. No mesmo mês de janeiro foram destruídos 598 mil postos de trabalho na economia estadunidense.

A posição da CTB

A CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil) foi a primeira central sindical brasileira a

notar o avanço da crise e assumir uma posição diante dos acontecimentos. Através do documento *O capital financeiro deve pagar a conta da crise*, ela conclamou o movimento sindical à unidade e à luta em defesa do emprego e dos direitos sociais sob ameaça.

No texto os sindicalistas constataam: “a crise que abala o sistema capitalista internacional, irradiada dos Estados Unidos, já chegou ao Brasil”, tendo por canais o câmbio (com a depreciação do real), as bolsas, o comércio exterior, o crédito internacional (que secou) e as decisões das transnacionais em resposta à crise, emanadas de matrizes em dificuldade nas potências capitalistas. Com efeito, o último trimestre do ano passado registrou uma súbita inversão do ciclo da economia nacional. A forte expansão da indústria nos três primeiros trimestres do ano deu lugar a uma preocupante queda da produção no setor, a agropecuária vai mal, a balança comercial acusou déficit em janeiro deste ano, o emprego escasseia, o desemprego avança.

Quem paga a conta?

A mudança do cenário econômico “terá repercussões negativas para a classe trabalhadora”, conforme previu o documento. O desempenho da economia durante o ano de 2007 e os três primeiros trimestres de 2008 foi um fator objetivo que favoreceu a luta do



A CTB participa da 5ª marcha unitária das



centrais sindicais, em dezembro de 2008.

movimento sindical e da classe trabalhadora, aliado a um ambiente político mais favorável criado pelo governo Lula. As categorias, em sua ampla maioria, conquistaram acordos coletivos exitosos, com aumento real dos salários, redução da jornada sem redução de salários (em alguns casos) e ampliação dos benefícios.

Foi um período de muitas contratações, aumento do nível de emprego, com incremento maior do mercado formal de trabalho e redução da precariedade. Cresceram a renda e o consumo das famílias, com destaque para as mais pobres, beneficiados pelos programas sociais da União e pela valorização do salário-mínimo. O fortalecimento do mercado interno estimulou o comércio e a indústria, alimentando o crescimento da economia. O IBGE registrou alta de 6% do PIB no primeiro semestre de 2008. Parecia que o Brasil tinha deixado para trás a era dos “voos de galinha” e estagnação da renda per capita (1980-2005), retomando o caminho do desenvolvimento nacional. A crise também coloca esta perspectiva em xeque.

O tempo mudou para a classe trabalhadora, especialmente no setor privado, onde os patrões demitem e pressionam para reduzir salários e flexibilizar direitos. As campanhas salariais de 2009 não transcorrerão no mesmo clima dos últimos anos. A crise acirra os ânimos e os conflitos entre capital e trabalho. O x do problema é definir quem vai pagar a

conta. Impedir que o ônus seja jogado nas costas dos trabalhadores e trabalhadoras não será tarefa simples. Pressupõe a unidade, a resistência e a luta das centrais e dos sindicatos, em aliança com outras organizações e forças progressistas, e depende também das opções políticas, da conduta do Estado nacional, das iniciativas do governo Lula.

Limites do capitalismo

A origem da recessão remonta aos Estados Unidos no final de 2007 e está associada à superprodução e aos excessos de investimentos e de especulação verificados no ramo imobiliário. Tornou-se uma crise econômica mundial em função da importância extraordinária que o mercado norte-americano tem no processo de reprodução do capital em escala internacional, nas esferas financeira, comercial e industrial. Tio Sam é o maior importador do mundo, um

consumidor insaciável de mercadorias estrangeiras, especialmente chinesas. Quando interrompe ou reduz as compras no exterior ele desperta a crise de superprodução na China e em outros países; quando interrompe ou reduz o crédito promove inversão do fluxo e fuga de capitais noutras economias. Nova Iorque ainda é o principal centro financeiro do mundo.

“A crise”, segundo a análise da CTB, “decorre de contradições inerentes ao sistema capitalista, agravadas pelo neoliberalismo, que estimulou o excesso de ganância das multinacionais e desregulamentou o sistema financeiro, abrindo caminho à especulação desenfreada”. É importante observar esta característica quando somos induzidos a imaginar a tática e a estratégia da classe trabalhadora e das organizações sociais que os representam diante da crise.

Lembrando Engels

Vale citar algumas observações do pensador inglês Friedrich Engels, parceiro de Karl Marx, sobre o tema, que embora feitas no final do século XIX mantêm admirável atualidade (1):

“Nas crises”, notou Engels, “o que se vê é a contradição entre a produção social e a apropriação capitalista chegar à explosão violenta. A circulação de mercadorias é momentaneamente paralisada. O

PETRÓLEO, GÁS, ÁLCOOL E BIODIESEL.
COM POTENCIAL E DIVERSIDADE ENERGÉTICA,
O BRASIL GANHA AUTONOMIA
E CONTINUA CRESCENDO.



Mais empregos, mais renda, mais recursos para estados e municípios. Mais desenvolvimento para o Brasil. Mais soberania. Afinal, a segurança de que não faltará energia é a base para uma maior qualidade de vida para os brasileiros. É para isso que a ANP - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - trabalha. A ANP pesquisa o potencial petrolífero brasileiro, estimula as atividades de exploração e produção de óleo e gás, autoriza e fiscaliza os postos de abastecimento, além de participar das mudanças para expandir o número de gasodutos e o uso do gás natural líquido. **ANP. Garantindo a energia para o desenvolvimento do Brasil.**



anp
Agência Nacional
de Petróleo,
Gás Natural e Biocombustíveis

Ministério de
Minas e Energia



meio de circulação, o dinheiro, torna-se um obstáculo à própria circulação – todas as leis da produção e da circulação são viradas pelo avesso. A colisão econômica atinge o auge: o modo de produção revolta-se contra o modo de troca, as forças produtivas revoltam-se contra o modo de produção para o qual se tornaram demasiado grandes.

O comércio estagna, os mercados superlotam-se, os produtos existem em tão grande quantidade que não são vendáveis, o dinheiro torna-se invisível, o crédito desaparece, as fábricas param, as massas trabalhadoras carecem de meios de subsistência porque produziram demasiado meios de subsistência, as falências e vendas forçadas sucedem-se ininterruptamente.

Meios de produção, meios de subsistência, trabalhadores disponíveis, todos os elementos de produção e de riqueza geral existem em excesso. Mas, a 'superabundância torna-se a fonte da penúria e da miséria' (Fourier), porque é precisamente ela que impede a transformação dos meios de produção e de subsistência em capital – meios para a exploração da força de trabalho humana. Em cada crise, a sociedade se asfixia sob o fardo das suas próprias forças produtivas e dos produtos que não pode utilizar. E choca-se, impotente, contra esta contradição absurda: os produtores nada têm a consumir porque há falta de consumidores”.

Todas estas contradições notadas pelo genial parceiro de Karl Marx (estagnação do comércio, interrupção do crédito, excesso de meios de produção e de subsistência, trabalhadores disponíveis, elementos da produção em excesso e, paradoxalmente, paralisação da produção, penúria e queda do consumo) podem ser facilmente verificadas na crise atual.

A bandeira do socialismo

As crises em geral, e esta em especial, evidenciam os paradoxos e os limites históricos do capitalismo. São inevitáveis e recorrentes sob o sistema, e a experiência histórica indica que, além dos efeitos sociais indesejáveis que provocam, também costumam ser acompanhadas do protecionismo, do acirramento das contradições entre as nações e de guerras. A Grande Depressão dos anos 1930 é apontada por muitos economistas e historiadores como uma das principais causas da Segunda Guerra Mundial.

Por esta e outras razões, é necessário esclarecer os trabalhadores e a sociedade em geral sobre a necessidade histórica candente de renovar a luta revolucionária pela destruição do capitalismo e pela construção de uma nova sociedade, socialista. O caminho do capitalismo e do imperialismo conduz à guerra, a

sobrevivência do sistema é uma ameaça à paz entre as nações. Por isto, talvez mais do que em qualquer outra época, a humanidade se defronta com o seguinte dilema histórico: socialismo ou barbárie.

Sem perder de vista a dimensão histórica da crise, é preciso responder com firmeza aos desafios que dela emergem. A denúncia do capitalismo e a propaganda do socialismo precisam ser feitas de forma viva, intercaladas com as lutas concretas (no chão das fábricas, nas ruas, no Parlamento, junto aos governos) em defesa da economia nacional, do crescimento, do emprego, dos salários, das conquistas e direitos.

Unidade é fundamental

Cabe aos movimentos sociais no Brasil buscar a unidade da classe trabalhadora e viabilizar uma ampla aliança política e social, com as organizações e partidos progressistas, para enfrentar a crise. Tal unidade deve ter por base a defesa intransigente dos interesses e direitos dos trabalhadores, que não têm culpa no cartório e não devem pagar pela crise.

Por iniciativa da CTB, as principais centrais sindicais brasileiras (FS, CTB, UGT, Nova Central e CGTB, com exceção da CUT) estiveram reunidas no dia 15 de janeiro na sede nacional da CTB para definir uma posição conjunta sobre a crise e agendar uma reunião com o presidente Lula para cobrar medidas em defesa do emprego. A união potencializou a força do sindicalismo e teve resultados positivos após a reunião com Lula, realizada em Brasília, como a preservação do aumento real de 5,7% do salário-mínimo neste ano.

Mas, é preciso ir além disto. Ampliar a unidade e a luta, envolvendo entidades da sociedade civil como OAB, CNBB, ABI, o conjunto dos movimentos sociais, partidos políticos, parlamentares e governantes, de forma a deflagrar uma grande mobilização nacional para abordar a crise, são outros passos necessários.

Evitar as falsas saídas

Propostas patronais, como a da Fiesp (Federação das Indústrias de São Paulo), que prevê redução de salários e de jornada, banco de horas e suspensão temporária dos contratos, do ponto de vista da CTB revelam o oportunismo das elites empresariais, que tiram proveito da crise e usam o fantasma da demissão para impor seus interesses, preservando e ampliando suas taxas de lucros.

A redução da jornada é uma aspiração histórica da classe trabalhadora que pode contribuir para amenizar o desemprego, conforme reconheceu o presidente

da Fiesp, Paulo Skaf. Todavia, o tempo de trabalho deve ser diminuído sem prejuízo para os salários, sacrificando os lucros, se necessário. No Brasil, os salários são historicamente baixos em comparação com os países capitalistas mais desenvolvidos (EUA, Japão e Europa), o que estimula centenas de milhares de brasileiros a vender sua força de trabalho, em geral bem qualificada, no exterior. Reduzir salários é inaceitável por várias razões, inclusive porque contraria normas legais inscritas na Constituição e na CLT que reconhecem a irredutibilidade dos salários. Não podemos transigir e traficar com esse e outros direitos conquistados pela classe trabalhadora brasileira em nome da conciliação de interesses com o capital e sob o constrangimento do facão no pescoço.

Além disto, do ponto de vista da chamada macroeconomia, a sugestão dos patrões, inspirada na defesa do lucro e em ideais neoliberais, é uma falsa solução, que pode agravar os problemas em vez de atenuá-los, configurando um tiro no pé. Não podemos esquecer que reduzir salários significa reduzir consumo e enfraquecer o mercado interno. Ocorre, conforme é mundialmente reconhecido por economistas e governos, que o baixo nível de consumo (que em nosso país é sócio dos baixos salários) é a outra face da crise de superprodução. Para combater a crise é necessário aumentar a capacidade de consumo da população, valorizando os salários e fortalecendo, por esta via, o mercado interno. Enfraquecer o mercado interno, neste momento, é jogar lenha na fogueira da crise. São também inaceitáveis as propostas de maior flexibilização das relações e da legislação trabalhistas.

Crise e oportunidade

A crise embute sérios riscos para a economia nacional, mas também encerra oportunidades e pode abrir caminho para transformações sociais mais avançadas. Na mesma medida em que atestam o fracasso das políticas neoliberais, previamente notado e apontado pelos críticos do sistema, os acontecimentos em curso também despertam a necessidade objetiva de buscar novos modelos de desenvolvimento nacional, alternativos e opostos ao neoliberalismo.

A CTB entende que está na ordem-do-dia a defesa do projeto de desenvolvimento com soberania e

As bandeiras do trabalho (pleno emprego, valorização dos salários, redução da jornada, ampliação dos direitos) não se contrapõem aos interesses nacionais, muito pelo contrário. São em si bandeiras desenvolvimentistas

valorização de trabalho, tema central do documento aprovado em seu congresso de fundação, publicado no livro que reúne as resoluções da reunião. A ideologia neoliberal apontou a depreciação da força de trabalho (com desemprego, terceirização, flexibilização, redução dos direitos e arrocho dos salários) e a

maximização dos lucros como fontes de crescimento econômico, porém, os efeitos do neoliberalismo desmentiram as promessas de seus ideólogos. Em vez de desenvolvimento, a depreciação da força de trabalho potencializou os fatores que conduzem à crise, reduzindo a capacidade de consumo das massas e as dimensões dos mercados internos.

Aqui convém lembrar a lição legada pelo filósofo alemão Karl Marx na análise das crises: "A razão última de todas as crises reais é sempre a pobreza e a restrição ao consumo das massas em face do impulso da produção capitalista a desenvolver as forças produtivas como se apenas a capacidade absoluta de consumo da sociedade constituísse seu limite" (*O capital*, livro 3). Combater a causa ou "a razão última" da crise significa combater "a pobreza e a restrição ao consumo das massas". O neoliberalismo, camuflado nas propostas da Fiesp, depreciou salários e elevou os

lucros, mas se revelou um veneno para as economias ao deprimir a taxa de consumo do povo trabalhador.

Trabalho e desenvolvimento

O projeto de nação propugnado pela CTB guia-se por uma filosofia oposta à neoliberal. Enxerga na valorização da classe trabalhadora não um obstáculo, mas sim uma fonte segura para o crescimento do PIB e o desenvolvimento nacional. As bandeiras do trabalho (pleno emprego, valorização dos salários, redução da jornada, ampliação dos direitos) não se contrapõem aos interesses nacionais, muito pelo contrário, são em si bandeiras desenvolvimentistas.

Afinal, é o trabalho que cria o valor econômico e toda riqueza social, daí que quanto maior for o nível de emprego maior será o crescimento do PIB, quanto maior o valor dos salários maior será o nível de consumo e a atividade comercial e industrial. Além disto, as demandas trabalhistas são progressistas do ponto de vista histórico por estabelecerem relações



Para a CTB o movimento sindical precisa caminhar unido e mobilizar suas bases em defesa dos direitos dos trabalhadores

mais avançadas e civilizadas entre os seres humanos, propiciando paz e harmonia social.

Governo Lula

Sem dúvidas o governo Lula constitui um avanço na direção da transformação progressista da nossa sociedade e a resposta que vem dando à crise tem notáveis diferenças em relação à época em que fomos comandados pela dupla FMI/FHC. Em vez de maiores restrições fiscais e monetárias, o presidente optou pela aceleração do PAC, elevou a capacidade de financiamento do BNDES, ampliou o crédito imobiliário para os mais pobres, valorizou o salário-mínimo e alongou o prazo do seguro-desemprego. São medidas que objetivam aumentar o consumo e os investimentos para evitar uma recessão mais severa.

A CTB apoia essas iniciativas, mas entende que é preciso mais ousadia no sentido de elevar o papel do Estado no controle dos mercados e gestão da economia. Defendemos mudanças mais profundas na política econômica, o que compreende medidas como a redução substancial dos juros e do spread bancário; fim do superávit primário e do câmbio flutuante; rigoroso controle sobre os fluxos de capitais estrangeiros; taxaço das remessas de lucros pelas multinacionais que, no ano passado, foi a principal causa do déficit em conta corrente; reforma agrária e fortalecimento da agricultura familiar; coibição das demissões imotivadas e ratificação e aplicação da Convenção 158 da OIT; reforma tributária democrática e progressiva; condicionamento da concessão de benefícios públicos a empresas em dificuldade à manutenção e ampliação do nível de emprego, entre outras.

Finalmente, é preciso levar em conta o contexto histórico mais geral em que transcorre a crise econô-

mica, caracterizado pela crise da hegemonia dos EUA e a decomposição da ordem imperialista fundada na supremacia do dólar. O mundo e a América Latina em especial vivem dias de transição política que respondem à necessidade objetiva de uma nova ordem mundial. Neste sentido, a mudança do cenário político na região, iniciada com a eleição de Hugo Chávez na Venezuela em 1998, é promissora e bem vinda. Conforme recomenda o documento da CTB sobre a crise é hora de “aprofundar o processo de integração da América Latina: fortalecer o Mercosul, a Alba (Alternativa Bolivariana para as Américas) e a Unasul; retirar as divisas das reservas aplicadas em títulos do governo estadunidense para investir na criação do Banco do Sul; caminhar na direção de uma moeda única sul-americana, excluindo o dólar no comércio entre os países da região”, fundar o Conselho de Defesa da América do Sul. O movimento sindical precisa caminhar unido e intensificar a mobilização de suas bases em defesa de uma integração socialmente mais justa e progressista, bem como para conferir à classe trabalhadora um protagonismo maior na luta por um novo projeto de desenvolvimento capaz de abrir caminho ao nosso objetivo estratégico maior: o socialismo.

Wagner Gomes é presidente da Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB)

Nota

- (1) Os trechos citados foram extraídos do livro *Engels*, coletânea de textos do autor organizado pelo professor José Paulo Netto, sob coordenação de Florestan Fernandes, publicado pela Editora Ática.

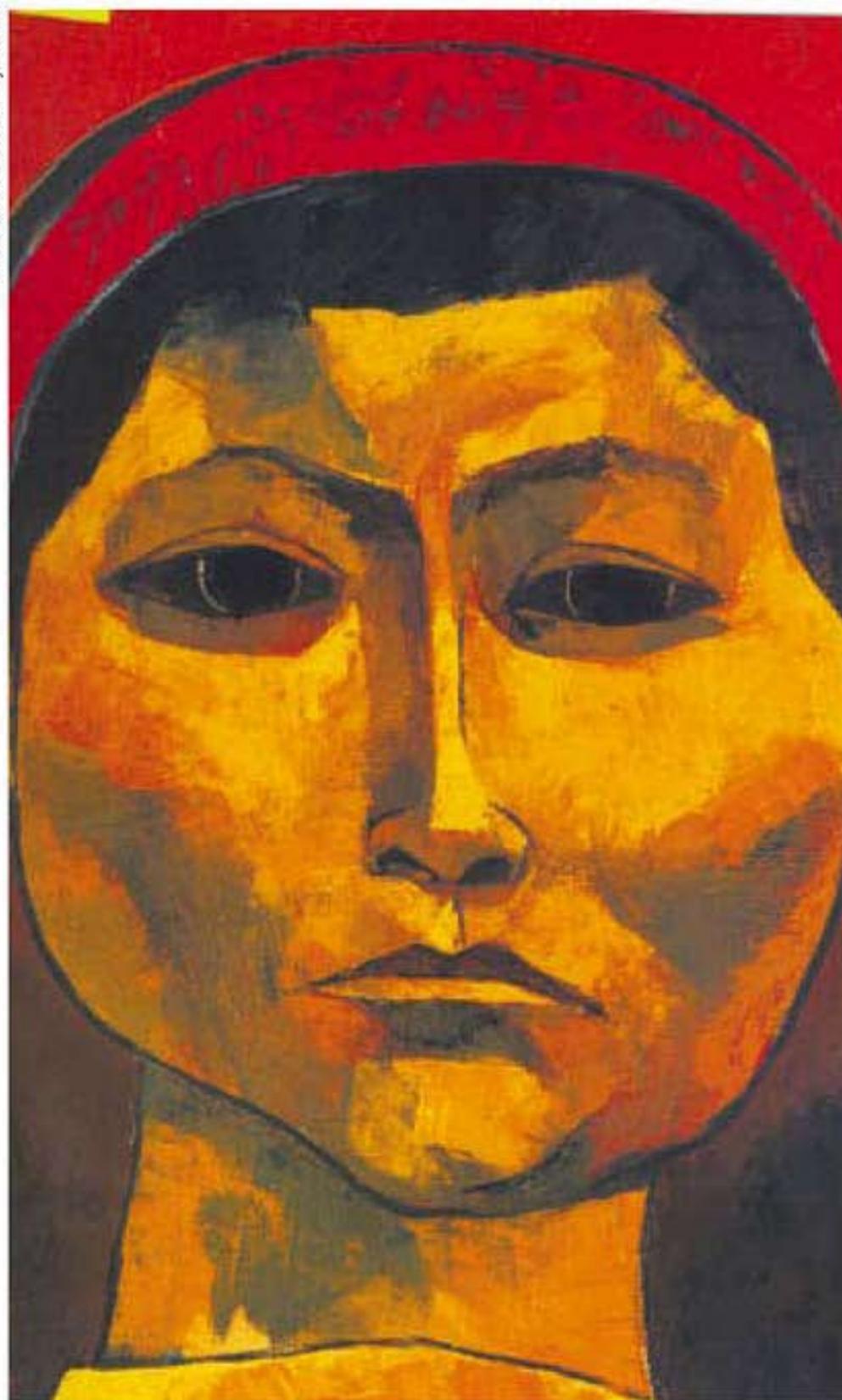
Entrevista com Liège Rocha

Mulheres: crises e conquistas

POR CAROLINA RUY

Crise financeira, com retração do serviço público valioso à mulher, discriminação, assédio e impedimento sobre decisões pessoais, como a de conceber ou não um filho. Estes são alguns dos obstáculos enfrentados pelas mulheres na conquista de seus direitos e de seu espaço na sociedade. Mas a luta, em curso, já conseguiu importantes ganhos e fez muitos ícones. Sobre estas e outras coisas, Liège Rocha, Integrante da Executiva Nacional da UBM; Diretora da Revista Presença da Mulher e secretária nacional da Mulher do PCdoB, conversou com a Revista Princípios, no dia 9 de março

Pintura de Oswaldo Guayasamín



Princípios – *Discute-se muito o prejuízo da crise econômica sobre as pessoas. Segundo dados da (Organização Mundial do Trabalho), a crise econômica atual afetará mais as mulheres do que os homens quanto a perdas de emprego, e pode aumentar o número de desempregadas no mundo em até 22 milhões. Como você avalia esta questão?*

Liége Rocha – Em todo momento de crise se discute o impacto na vida das mulheres. Recentemente o IBGE divulgou dados que demonstram o crescimento do nível do desemprego entre as mulheres após a crise: em 2003 o índice era de 54,6%, em 2008 a média de mulheres desocupadas foi de 54,1% que, após a instalação da crise passou para 58,4. Em Camaçari-BA, a fábrica Britania demitiu de um dia para o outro 350 mulheres, evidenciando novas estratégias empresariais em decorrência da crise. A precarização do trabalho atinge também as mulheres que recebem apenas 70% do salário em relação ao do homem, apesar de ter um nível de escolaridade maior. Na medida em que a crise afeta as políticas públicas, recai sobre as mulheres a sobrecarga maior, pois são elas que mais utilizam os serviços públicos. Por exemplo, a creche é um equipamento fundamental para a mulher trabalhadora, e apesar de ser direito universal da criança de zero a seis anos, ser direito do trabalhador e da trabalhadora, quem luta e sempre lutou por creches são as mulheres. Em anos anteriores, pesquisas apontavam que as mulheres, quando desempregadas, demoravam mais tempo para voltar ao mercado de trabalho, por se envolverem com as tarefas domésticas e o cuidado com os filhos, ficando com menos tempo para procurar emprego. É sobre as mulheres, então, que recai mais intensamente a dupla jornada. Daí a importância dos equipamentos sociais como creches, restaurantes e lavanderias públicas que podem minimizar a dupla jornada de trabalho. O momento exige uma ampla mobilização das mulheres em defesa do emprego, da garantia dos direitos e pela diminuição da taxa de juros.

Princípios – *Houve também conquistas das mulheres, nos últimos tempos?*

Liége Rocha – Com certeza houve um avanço considerável. A conquista do direito de votar e ser votada, a ampliação da participação da mulher em vários espaços de nossa sociedade, vitórias significativas no campo legislativo, como a Lei Maria da Penha. A entrada em massa das mulheres no mercado de trabalho fomal nos últimos 30 anos é fator importante e que se deve à queda da taxa de fecundidade e à elevação do nível de escolaridade. O movimento feminista também jogou papel neste senti-

do, demonstrando para a sociedade que as mulheres são capazes, protagonistas da história. Mas ainda não estamos no mercado de trabalho em condição de igualdade, sofremos discriminações, assédio moral e sexual e convivemos com a diferença salarial, mesmo exercendo as mesmas funções. A criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres no primeiro dia do primeiro mandato do Presidente Lula é conquista significativa para a implementação de políticas para as mulheres e combate às desigualdades. Sabemos que há desafios a serem enfrentados, queremos que os avanços na legislação se traduzam no cotidiano das mulheres. O número de mulheres nos espaços de poder, por exemplo, está longe de ser o desejado e ainda convivemos com a sub-representação no executivo, legislativo e judiciário. Não podemos esquecer que mais mulheres no poder é uma questão de democracia.

Princípios – *Como está o movimento das mulheres hoje? A luta da mulher no Brasil é unificada?*

Liége Rocha - No Brasil e na América Latina o movimento de mulheres é heterogêneo. Existem vários tipos de organizações hoje – entidades e ONGs feministas, secretarias da mulher nos partidos políticos, nos sindicatos e centrais sindicais, nas entidades do movimento comunitário, redes temáticas, organizações de mulheres negras, índias etc. Em alguns momentos, como no 8 de Março – Dia Internacional da Mulher, o movimento feminista consegue, em certa medida, se unificar. Em 2002, as mulheres de 11 articulações nacionais, entre elas a UBM, organizaram a Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras, onde aprovaram uma plataforma política dirigida à sociedade brasileira e aos candidatos à eleição a presidência da república naquele momento. No processo de preparação da 1ª e 2ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, promovida pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, da Presidência da República, diversas organizações de mulheres integraram as comissões organizadoras nos estados e municípios. Algumas bandeiras hoje têm unificado o movimento de mulheres no Brasil, como é o caso da luta contra a criminalização das mulheres e pela legalização do aborto, que congrega várias organizações de mulheres no país e se constitui numa frente ampla de atuação. O combate à violência contra as mulheres também é outra bandeira política que unifica. Está aí o resultado, que é a Lei Maria da Penha. Várias organizações feministas têm se articulado em torno da democratização da mídia e na luta por mais mulheres nos espaços de poder.

Enfim, existem ações unitárias, mas também existem disputas e divergências.

Princípios – *Além destas que você mencionou, quais outras bandeiras a luta das mulheres tem levantado?*

Liége Rocha – Outra discussão que tem sensibilizado e unificado as mulheres é sobre a imagem das mulheres na mídia. Já foram realizados, por iniciativa da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, com participação da sociedade civil, cinco seminários nacionais sobre mulher e mídia. O último teve como tema “Mídia, Gênero e Eleições”, debatendo a forma como a mídia tratou a questão de gênero durante o processo eleitoral. Por falar em eleições, outra questão que também nos unifica, é a participação das mulheres nos espaços de poder e decisão. É visível o crescimento das mulheres na participação política. Mas nós saímos agora de uma eleição onde não se conseguiu garantir os 30% de mulheres nas chapas dos partidos políticos, e a eleição também não garantiu 30% de mulheres nas Câmaras. Depois da Segunda Conferência de Políticas para as Mulheres, se instituiu a necessidade da discussão sobre a lei de cotas, de no mínimo de 30% de mulheres. No Brasil já existe esta definição, mas não há mecanismo de punição. Se a lei não é cumprida tudo fica por isso mesmo. Esta discussão está hoje na ordem do dia e tem unificado o movimento feminista. A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres baixou a “Portaria nº15, de 11 de março de 2009, publicada no Diário Oficial da União no dia 12, que institui a Comissão Tripartite para discutir, elaborar e encaminhar proposta de **revisão da Lei Eleitoral (Lei 9.504 de 1997)**, especialmente no que diz respeito ao percentual de 30% de vagas destinadas às mulheres.”

Princípios – *O caso, ocorrido em março último, do estupro e conseqüente gravidez de gêmeos de uma criança de nove anos no Recife, que teve a agravante do Arcebispo que excomungou a família, apresenta sinais nefastos da sociedade. Como isso se situa numa perspectiva mais geral?*

Liége Rocha – Isso revela o absurdo e a incoerência de setores da sociedade. Já se sabia do risco de vida que a criança corria. Gravidez decorrente de estupro ou que representa risco de morte para a mãe são situações em que a legislação brasileira permite interromper a gravidez. No caso da menina estavam caracterizados os dois aspectos. O debate na sociedade que o caso suscitou, ressalta a importância da legalização do aborto e não criminalização das mulheres e acontece nos marcos em que se discute

a instalação de uma CPI do aborto, que vem, com certeza, no sentido de criminalizar as mulheres mais uma vez. A luta pela legalização do aborto tem como principal foco garantir à mulher o direito de decidir se quer ou não fazer o aborto, também diminuir o número de mortes maternas em conseqüência de abortos clandestinos, sem assistência médica condizentes. Atualmente esta é a quarta causa de morte materna no Brasil.

O que se pretende não é o aborto enquanto método contraceptivo, isso tem que ficar claro. O que se pretende com a legalização do aborto é o direito de as mulheres decidirem se querem ou não interromper uma gravidez sem ser criminalizadas ou correr risco de vida.

Princípios – *Este caso, que é absurdo e extremo, é uma expressão de como a sociedade vê a mulher? Você acha que isso se manifesta em casos menores?*

Liége Rocha – Essa discussão acontece em um contexto de preconceito e de criminalização. Sabemos que vários casos de interrupção da gravidez acontecem. Uma série de fatores leva a mulher a interromper uma gravidez. Por ela ser inoportuna num determinado momento, por aquela gravidez ter ocorrido em decorrência do estupro, por uma situação de dificuldades de vida etc. Em qualquer caso ainda há um forte preconceito na sociedade contra mulheres que abortam. Existe toda uma discussão realizada após a Primeira Conferência de Políticas para as Mulheres, quando foi criada a Comissão Tripartite para rever a legislação punitiva sobre o aborto. Estamos tratando de uma discussão que já foi feita no processo da Comissão Tripartite, composta por representantes da sociedade civil, do legislativo e do executivo. É uma discussão que leva em conta o aborto como questão de saúde pública, de direitos humanos das mulheres, de vida das mulheres, do enfrentamento à violência contra as mulheres e tem que ser garantida nos marcos do estado laico.

Princípios – *Do que trata essa CPI do aborto? Quais são seus fundamentos?*

Liége Rocha – Os proponentes da CPI são parlamentares conservadores, ligados à igreja e que, segundo eles, o objetivo da CPI seria o de investigar o uso e a circulação clandestina de medicamentos abortivos. Mas na prática quem é que vai ser ouvido nessa CPI? E se uma mulher for intimada a depor na CPI, qual o tratamento que vai ser dado a ela? Ela vai ser presa? Criminalizada?

Para a instalação da CPI é preciso que os líderes dos partidos indiquem os integrantes que a forma-

rão. E existe uma articulação do movimento de mulheres com parlamentares, para que os líderes não indiquem seus representantes. Ela ainda não foi instalada.

Na Câmara tem um número significativo de parlamentares que são contra a legalização do aborto, muitos deles, inclusive, têm vários projetos que vão na linha da condenação. Nós assistimos na Comissão de Seguridade Social como foi difícil essa discussão. Não é uma coisa fácil. Mas temos que intensificar a mobilização e pressão perseguindo a legalização do aborto.

Princípios – O novo presidente dos EUA fez um movimento, no sentido de revogar algumas restrições que haviam sido feitas pelo ex-presidente George Bush em relação à ajuda a organizações que eram favoráveis a legalização do aborto. Foi um passo importante de fato?

Liége Rocha – Foi proibido, pelo antigo presidente da República dos EUA, qualquer tipo de financiamento a essas organizações. O fato de o atual presidente suspender isso foi bem visto pelo movimento feminista no Brasil. Precisamos acompanhar o desdobramento disto. Não tenho informações se essas organizações de fato já começaram a receber financiamento. Agora, que houve a suspensão do impedimento, houve! E que isso foi saudado pelo movimento feminista como um todo, também isso aconteceu.

Princípios – Na sua opinião, qual o maior símbolo da luta da mulher?

Liége Rocha – Depende de que época você está se referindo. A Berta Lutz, por exemplo, jogou um papel fundamental na luta pela conquista do voto feminino. A Simone de Beauvoir teve papel na discussão do feminismo. A Maria da Penha virou um ícone de enfrentamento à violência contra a mulher. Do ponto de vista da resistência armada contra a ditadura militar, Elza Monnerat e Helenira Rezende são símbolos de resistência. As cinco mulheres de Minas (como Loreta Valadares e Gilse Consenza) são símbolos de resistência à ditadura militar. Sem esquecer das heroínas da história do Brasil, como Maria Quitéria e Maria Felipa de Oliveira, esta lide-

Pintura de Oswaldo Guayasamín



rou a resistência popular à invasão da Ilha de Itaparica durante a luta pela independência na Bahia. Não esquecendo Chiquinha Gonzaga e Pagu entre tantas outras. Em cada momento da história tivemos aquelas que se destacaram e foram motivos de orgulho e de exemplo para milhares de mulheres na sua trajetória de luta. Precisamos resgatar e reforçar o papel das mulheres na história. Recentemente foi aprovado na CCJ o Projeto de Lei da Deputada Federal (PCdoB) Alice Portugal, que inclui no currículo do ensino médio a disciplina sobre os direitos da mulher. As mulheres estão tomando consciência do seu papel na transformação da sociedade, e estão conquistando espaço. Mas ainda temos um longo caminho a percorrer na conquista da emancipação da mulher.

Carolina Ruy é secretária de redação de Princípios.

Em Belém o *Fórum Social Mundial*
se reinventa e inaugura
jornada de lutas de 2009



Uma grande e unificada marcha em 27 de janeiro de 2009 abriu o Fórum Social Mundial

O Fórum Social Mundial segue como uma marca importante de resistência e de construção da contra-hegemonia. A expectativa é a de que ele aprofunde a união entre sua capacidade catalisadora de lutas e a promoção de alternativas humanitárias e progressistas para o mundo

ANA MARIA PRESTES RABELO E RICARDO ABREU (ALEMÃO)

Oito anos após a realização do 1º Fórum Social Mundial, em 2001, podemos dizer que já vivemos em um outro mundo. Mas certamente ainda não é o mundo que as centenas de milhares de pessoas presentes nas seguidas edições do Fórum almejavam conquistar. É interessante ver o mundo e sua evolução na última década através das lentes do Fórum. Fica a impressão de que os primeiros anos do século XXI foram dignos da inauguração de uma nova era. E o Fórum? Ao que parece segue a tensão entre os que o exaltam como um grande evento e aqueles que aspiram à concretização de seu poder norte-

ador frente às transformações sofridas pelo mundo. Resgatando um pouco de sua história veremos que, o primeiro FSM (Porto Alegre – 2001) aconteceu entre os dias 25 e 30 de janeiro. Foi um encontro de massas, reunindo cerca de 18 mil pessoas. Foi considerado o coroamento de um período rico e efervescente dos movimentos antiglobalização neoliberal que surgiram em meados da década de 1990. O segundo FSM (Porto Alegre – 2002) ocorreu quatro meses após os atentados de 11 de setembro e reuniu cerca de 50 mil pessoas. Seu sucesso foi um insulto à política belicista e de marginalização dos movimentos sociais da “Era Bush”. A terceira edição do Fórum Social Mundial (Porto Alegre – 2003) aconteceu em um momento de grandes transformações na América Latina e na iminência de uma guerra estadunidense contra o Iraque. Uma marcha de 100 mil pessoas abriu o Fórum que lançaria uma convocatória da Assembleia Mundial dos Movimentos Sociais para o dia mundial de luta contra a guerra – a exitosa manifestação simultânea de milhões de ativistas de mais de 600 cidades de todo o mundo contra a guerra no Iraque do dia 15 de fevereiro de 2003.

Na sua quarta edição o FSM (2004) colocou à prova a sua real mundialização. Mumbai, na Índia, foi a sede do primeiro Fórum fora do Brasil. Nele, os participantes do FSM foram confrontados ao mesmo tempo com um cenário chocante de pobreza e a pujança dos movimentos sociais locais. O mundo vivia o aprofundamento das mazelas neoliberais e das guerras no Afeganistão e no Iraque. Em 2005 o FSM retorna à cidade de Porto Alegre no Brasil. O encontro reuniu cerca de 150 mil pessoas poucos dias após a posse de G. Bush em seu segundo mandato. Na América Latina já eram mais fortes os contornos de um novo tempo inaugurado com os governos de Chávez e Lula. A nova realidade da América Latina e a inspiração contra-hegemônica que representa ao restante do mundo também foi marcante no Fórum Policêntrico de 2006, que ocorreu na Venezuela, Mali e Paquistão. Em 2007 o FSM se muda para Nairóbi, no Quênia, e todas as dificuldades esperadas da realização de um evento como o Fórum na África são colocadas à prova. Em 2008 um novo formato foi testado, o encontro presencial centralizado em uma cidade deu lugar ao Dia de Ação Global, com atividades simultâneas em todos os cantos do planeta.

Ao longo destes 8 anos o mundo se foi transformando e muitas das discussões realizadas no Fórum como a crise ambiental e suas consequências, o despropósito da guerra no Iraque, a tensão da migração versus xenofobia, a crise do sistema econômico capitalista, etc se confirmarão. É gritante a diferença de cenário do mundo que presenciou o FSM de 2001

e o mundo tal como o vivenciamos hoje, em 2009. Do triunfalismo estadunidense que proclamava a inauguração de uma nova era liberal e de guerra ao terror, vimos a evolução para a deterioração de um sistema econômico em uma crise sem precedentes e a flagrante derrota dos propósitos belicistas “civilizatórios” dos EUA no Iraque e no Oriente Médio. Às crises, econômica e política, unem-se as crises ambiental, energética, alimentar, migratória, que colocam em xeque o modelo de desenvolvimento capitalista e consumista que ameaça a sobrevivência da humanidade. Do apogeu do consenso de Washington e do “american way of life”, passamos a uma confluência de crises às quais o FSM 2009 teve que se dirigir.

“Os acontecimentos que marcam o início de 2009 são de tal modo importantes que se o mundo não puder conhecer a posição do Fórum Social Mundial sobre eles é possível prever que o FSM corra o risco de se tornar irrelevante” (Boaventura de Sousa Santos – no artigo “FSM: O ano do futuro”) (1). Mais uma vez esta é a grande pergunta sobre o FSM: Será que após seis dias de um riquíssimo encontro o mundo saberá o que Belém opinou? A total descentralização das atividades durante o encontro manteve viva a tensão entre o FSM como arena e o FSM como sujeito político. O grande número de atividades (mais de 2000) – aliado a problemas organizativos como impressão do material e localização das salas – terminou por provocar grande dispersão e fragmentação, o que de fato ocorreu em Belém. A questão é que a grande diversidade de propósitos que o Fórum abriga, e esta é uma de suas principais marcas, acabou por colocar o encontro em xeque por se tratar de um momento de profunda crise mundial em que o mundo inteiro se pergunta por alternativas claras e objetivas. Entretanto, conforme reconhece o teólogo da libertação e coordenador do Fórum Mundial das Alternativas, François Houtart – em entrevista a Estebán Velazquez publicada pela Agência Adital – mesmo com a diversidade de temas e atividades, há um “avanço no amadurecimento de um pensamento e de uma análise coletiva (...) ainda que nem sempre seja perceptível”. Alguns consensos vão se formando e se consolidando desde o início do processo FSM.

FSM: ferramenta da luta por outro mundo possível

Segundo o professor Emir Sader, “um balanço do FSM de Belém não deve ser feito em função de si mesmo. Ele não nasceu como um fim em si mesmo, mas como um instrumento de luta para a construção

do 'outro mundo possível'" (2). Concordando com a assertiva de Emir de que o FSM deve ser avaliado conforme sua capacidade de interferir na transformação do mundo no rumo do pós-neoliberalismo que o fundou, vejamos alguns aspectos do FSM de Belém. Em 2007, quando se decidiu pela realização de um Fórum Social Mundial na Região Amazônica (3), esperava-se que a temática privilegiada do encontro fosse a situação dos povos indígenas da região e principalmente a crise ambiental e climática a que a humanidade está submetida. No entanto, como a vida é dinâmica e o capitalismo por ser sistêmico se distribui em crises aparentemente descoladas, mas que ao fim e ao cabo só fazem sentido quando vistas globalmente, o colapso climático e a situação dos povos indígenas apresentaram-se como algumas das facetas de uma crise sistêmica. Uma confluência de crises – sintomáticas da crise do capitalismo e da crise de hegemonia estadunidense – foi esta a tônica do FSM 2009.

Diante da crise civilizatória a alternativa socialista

Diante dessa confluência de crises que caracteriza uma crise geral civilizatória, evidenciou-se a necessidade e a urgência de se debater as alternativas possíveis. Renato Rabelo, presidente nacional do PCdoB, escreveu uma intervenção para um dos seminários do FSM de Belém na qual afirmava: "os eventos deflagrados pela crise atual abrem uma fase nova na luta ideológica e política entre o capitalismo e o socialismo. Passamos da fase vivida no início da década de 1990, da afirmação corajosa da identidade comunista e da defesa dos princípios revolucionários, para a fase atual de afirmação renovada e crescente da opção pela alternativa socialista. (...)

Por isso, o avanço civilizacional não é possível nos marcos das relações de produção, de propriedade, de distribuição, gerados pelo capitalismo, pela sua divisão internacional do trabalho, pela sua atual ordem mundial imperante. A definição e aplicação de um Programa que abra caminho para o renascimento civilizacional contemporâneo, que sintetize o progresso civilizatório e seja convergente com uma nova ordem mundial solidária, equitativa e de paz deve se consubstanciar num Programa moderno de transição ao socialismo" (4).

No Fórum de Belém, talvez mais que em qualquer

outro, havia maior audiência e apoio à alternativa socialista. O debate das alternativas pós-neoliberais no FSM 2009 concentrou-se na discussão sobre qual socialismo para o século XXI.

Particularidades do Fórum de Belém 2009

Estima-se que cerca de 150 mil pessoas passaram por Belém do Pará por ocasião do Fórum Social Mundial 2009. Segundo os organizadores, um total de 133 mil pessoas se inscreveram, provenientes de 142 países. Destes, 15 mil se credenciaram para o acampamento da juventude, 1300 eram índios (de 50 países) e três mil eram crianças credenciadas na tenda Curumim-Erê. No geral, contando-se trabalhadores voluntários, tradutores,

expositores, artistas, equipe técnica e organizadores chega-se ao número de 150 mil. Para quem acompanha os debates em torno da existência e perspectiva do Fórum Social Mundial é significativa uma menção a estes números, por demonstrar o poder de convocatória do FSM, que permanece pujante. Em relação aos Fóruns realizados em Porto Alegre, este foi mais moreno e negro, com mais participantes do Norte e do Nordeste do Brasil. A afluência dos jovens também foi um dos grandes destaques do FSM de Belém. E a presença de organizações sindicais, coordenadas pela Federação Sindical Mundial e pela Confederação Sindical Internacional, realçou o tema trabalho como nunca dantes no processo FSM.

O FSM 2009 começou exatamente uma semana após a posse de Barack Obama na presidência dos Estados Unidos. As duas posses de Bush na presidência norte-americana também coincidiram com os Fóruns de 2001 (Porto Alegre) e 2005 (Porto Alegre), e é digna de nota a diferença do impacto gerado pelas posses de Bush, especialmente a de 2005 na dinâmica do Fórum, e os difusos e contraditórios comentários sobre a assunção de um negro à presidência – o que é inédito num país tradicionalmente racista como são os Estados Unidos. Três agendas conseguiram despontar no encontro, apesar da flagrante dispersão e fragmentação do evento. Amazônia e os povos indígenas e sua concepção de "bem viver"; a luta contra a guerra imperialista e pela paz, em especial na Palestina; e a alternativa dos povos diante da crise do capitalismo e do neoliberalismo, destacadamente a integração continental e o debate sobre o socialismo do século XXI na América Latina.

A mobilização e articulação das forças populares será imprescindível para definir a tônica do próximo período

A vitória da política em Belém e a crise de Davos

Essa edição do FSM também abrigou um importante encontro entre governos e sociedade civil. Pela primeira vez cinco presidentes se reuniram dentro do FSM para debater com os movimentos sociais uma agenda progressista de enfrentamento da crise econômica internacional e de promoção da integração regional na América Latina. Chávez, da Venezuela, Lugo, do Paraguai, Evo, da Bolívia e Correa, do Equador, se juntaram ao presidente Lula e fizeram um alerta de que não estamos em uma “época de mudanças”, mas em uma “mudança de época”. É preciso lembrar que pouco tempo se passou da resistência contra a Alca, quando o FSM surgiu, até este histórico ato que simboliza a nova fase da luta dos povos latino-americanos. E que até o FSM de 2003 havia veto à participação de presidentes, como aconteceu com Chávez.

O debate com os presidentes sul-americanos, política e simbolicamente, foi o mais contundente contraponto ao Fórum de Davos que o processo FSM já realizou até agora. Falava-se muito de uma crise do processo FSM. Em 2009 ficou claro que o Fórum que está em crise é justamente o Fórum de Davos. Segundo relatos dos próprios participantes, Davos era só perplexidade e lamentação. A presença dos presidentes demonstrou que o Fórum terá cada vez mais razão para existir se continuar formando alianças entre movimentos sociais, partidos e governos comprometidos com a transformação social. Há uma evolução na análise dessa experiência dos governos progressistas e, segundo a declaração da Assembleia dos Movimentos Sociais realizada em Belém, “os movimentos sociais da América Latina têm atuado de forma acertada, ao apoiar as medidas positivas que adotam esses governos, mantendo sua independência e sua capacidade de crítica em relação a eles”. Em outras palavras, ou o FSM incorpora o debate das resistências e também das alternativas concretas ao neoliberalismo e ao capitalismo, que já existem ou estão sendo gestadas, e reconhece o papel da luta política nessa transformação social, ou, vindo de outra forma, o Fórum de fato pode entrar em crise por uma opção de despolitizar-se, como ocorreu no Fórum do Quênia.

No caso da América do Sul e da América Latina, ganham relevo crescente as Cúpulas dos Povos, realizadas paralelamente às cúpulas de chefes de Estado da região.

De que Assembleia e de que ação global precisamos?

O encerramento do FSM de Belém ocorreu com

uma espécie de Assembleia das Assembleias, em clara alusão às Assembleias Mundiais dos Movimentos Sociais, que fizeram história nas prévias edições do FSM. O curioso é que em 2009 nem a Assembleia dos Movimentos e nem a das Assembleias tiveram a força aglutinadora que se esperava. A Assembleia dos Movimentos Sociais aprovou uma carta unitária e com propostas claras de enfrentamento deste momento de crise, uma agenda unificada para a semana de 28 de março a 04 de abril de 2009, com a bandeira “os povos não devem pagar pela crise”, além do protesto contra as guerras imperialistas e em solidariedade ao povo palestino. Desde a sua origem o processo FSM debate como fazer para impulsionar as mobilizações globais sem perder o seu caráter de espaço plural. Talvez uma simples solução seja possível, a mesma do FSM de 2003. Ou seja, fazer da Assembleia dos Movimentos Sociais, que é uma das muitas assembleias do FSM, a principal. Se ela for convocada com prioridade pelos principais movimentos sociais do mundo, será seguramente a mais importante. As regras democráticas do FSM na sua Carta de Princípios não impedem que a maioria se reúna. Todas as assembleias de convergência devem poder existir no espaço do FSM, nesse sentido todas as iniciativas são válidas, mas uma terá maior importância por mérito próprio, capacidade de articulação e representatividade. Espera-se que ao longo de 2009 as agendas anunciadas no Fórum sejam concretizadas. Se, pelo formato do Fórum ou por descaso oportuno da imprensa, o mundo não tomou conhecimento das opiniões do FSM sobre a confluência de crises a que estamos submetidos, a concretização de sua agenda será a oportunidade de difundir tais opiniões. O papel dos movimentos sociais é fundamental para levar adiante todas as agendas, lutas e mobilizações definidas no FSM. “O desafio para os movimentos sociais é conseguir a convergência das mobilizações globais em âmbito planetário e reforçar nossa capacidade de ação, favorecendo a convergência de todos os movimentos que buscam resistir a todas as formas de opressão e exploração” (Assembleia de Movimentos Sociais realizada no FSM 2009). Se o Fórum é um desaguadouro das lutas em curso, ele também deve ser a mola propulsora que eleve estas lutas a um novo patamar. A mobilização e articulação das forças populares será imprescindível para definir a tônica do próximo período.

Qual o futuro do Fórum?

Como fica o futuro do FSM? Em que condições se realizará o próximo Fórum? Uma grande polêmica está instalada quanto à realização do FSM 2011. A



Encontro dos cinco presidentes da América do Sul, em 29 de janeiro, no Fórum



questão, a saber, é se o FSM será realmente um processo, portanto sujeito às intempéries da realidade e à necessidade de dar respostas concretas às situações concretas, ou se transformará em um evento protocolar, disputado pelos mega-projetos encabeçados por certas ONGs que têm mais compromisso com as temáticas financiáveis do que com as verdadeiras necessidades do processo FSM. Há, desde 2007, uma sinalização sobre a possibilidade do próximo encontro ocorrer no continente africano. Assim como foi importante realizar o FSM na América Latina e promover as reais saídas que estão sendo gestadas na região de aliança entre movimentos, partidos e governos como uma referência ao mundo, a escolha da próxima sede precisa conectar o encontro presencial do FSM com as lutas em curso e a visibilização de saídas concretas à construção do outro mundo possível.

Segue o debate estratégico sobre o papel do FSM. Em maio de 2009 o Conselho Internacional voltará a realizar um seminário estratégico. Naturalmente voltará o debate sobre a “crise paradigmática do FSM”. Até lá propostas como a da comemoração dos 10 anos do FSM em Porto Alegre, a do 3º Fórum Social Brasileiro, do 4º Fórum Social Américas e do Encontro da Crise Civilizatória proposto para a Bolívia em 2010 já terão os seus contornos melhor definidos. A predisposição de importantes movimentos sociais para seguir investindo no FSM também estará mais clara. A capacidade do FSM de se colocar com grande poder de convocatória, de influir em decisões e de promover uma alternativa mundial serão pontos fundamentais a serem discutidos no debate estratégico.

Próximo de completar uma década de existência o Fórum Social Mundial segue como uma marca importante da atual etapa de resistência e construção da contra-hegemonia. Oxalá possa se encontrar com o seu mais temido potencial: o de unir seu apelo popular e sua vocação de catalisador de lutas com a promoção de uma alternativa mundial clara e objetiva.

Ana Maria Prestes Rabelo é representante da OCLAE no Conselho Internacional do FSM e doutoranda em Ciência Política na UFMG.

Ricardo Abreu (Alemão) é economista, diretor do Centro Brasileiro de Solidariedade aos Povos e Luta pela Paz (Cebrapaz) e membro do Comitê Central do PCdoB.

Notas

- (1) Disponível em: http://www.cartamaior.com.br/templates/coluna-Mostrar.cfm?coluna_id=4117
- (2) SADER, Emir. Balanço do Fórum e do outro mundo possível, disponível em: http://www.cartamaior.com.br/templates/materia-Mostrar.cfm?materia_id=15599
- (3) Decisão tomada na reunião do Conselho Internacional do Fórum Social Mundial de Berlim em maio de 2007.
- (4) Texto preparado para um seminário do FSM 2009, publicado na íntegra pelo Vermelho em 01-02-2009, em matéria com o título “Renato propõe atualizar programa de transição ao socialismo”.

A crise do capitalismo aponta para um rearranjo de poder, deslocando o eixo econômico liderado por Europa e Estados Unidos para países da Ásia. Militarização e violência contra os povos são reações estadunidenses à ameaça de decadência. Mais do que nunca urge intensificar a busca pela paz em sua face mais progressista e socialista

JOSÉ REINALDO CARVALHO E UMBERTO MARTINS

A crise do capitalismo e a luta anti-

A atual crise é a mais global e a mais grave da história do capitalismo no período posterior à Segunda Grande Guerra, provavelmente a mais grave desde a grande depressão da década de 1930. Uma crise que, tendo como epicentro os Estados Unidos, irradia-se para todo o mundo. São evidentes os sinais de recessão econômica nos Estados Unidos e em países europeus, com tendência a aprofundar-se e estender-se por longo tempo. Já se fazem sentir as duras consequências para os trabalhadores e os povos, com as demissões em massa e o anúncio de medidas antio-

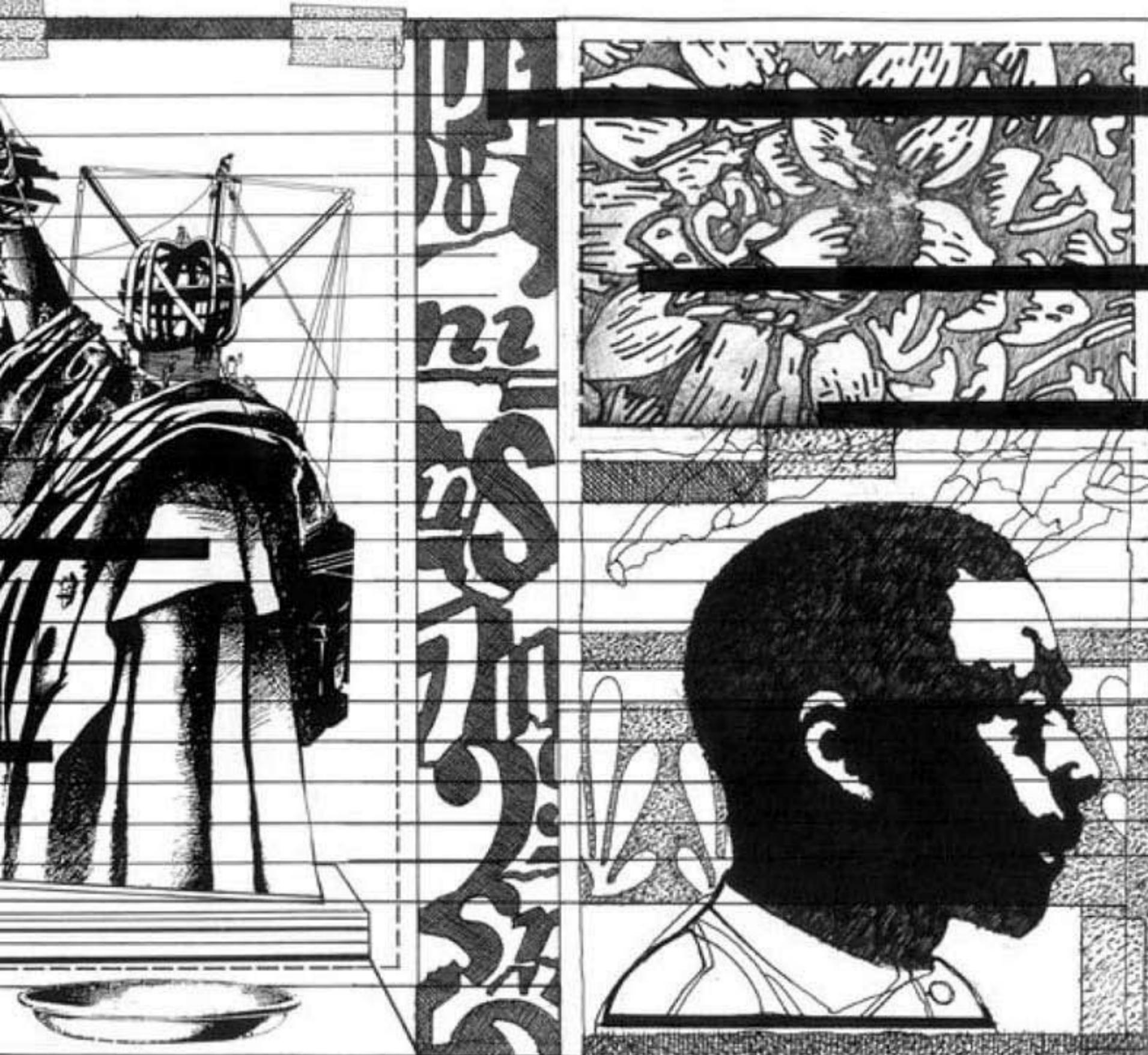
perárias pelos governos que, em momentos como este, atuam como verdadeiros comitês de salvação do grande capital.

A crise agrava as contradições de classes e geopolíticas fundamentais do sistema capitalista, põe a descoberto os limites históricos do sistema e as suas mazelas estruturais. Põe em questão o modelo de “desenvolvimento” protagonizado durante o último quarto de século, o neoliberalismo, traduzido na região da América Latina como o “Consenso de Washington”.

A eclosão da crise do capitalismo a partir do estouro das bolhas financeira e imobiliária em 2007 e

ilustração de Luis Trimano





imperialista

2008 fez soar também o dobre de finados das ilusões há muito tempo semeadas pelo dogmatismo oficialista, com sede em governos, academias e meios de comunicação, quanto às virtudes e à durabilidade do “ciclo de expansão” do capitalismo e sua vocação a regenerar-se e abrir uma nova era desenvolvimentista. Ilusões que conviveram com críticas de supostos renovadores que tiveram a veleidade de desqualificar o Partido Comunista. Este, segundo os “renovadores”, numa recidiva de “dogmatismo” marxista-leninista, teria sido acometido também de catastrofismo e leitura terminalista sobre o sistema capitalista, quando o que fizeram na verdade os comunistas – em seu 11º

Congresso de 2005 e num Seminário político-teórico em 2007 – foi chamar a atenção para as tendências profundas do desenvolvimento econômico e político da sociedade burguês-imperialista, denunciar as suas iniquidades e chamar os trabalhadores e os povos à luta pelo socialismo, única alternativa para resolver os impasses da época.

Definir os fenômenos econômicos atuais apenas como uma crise da “financeirização” é incorrer em unilateralismo, pois a crise não é só financeira, apesar da relevância dos problemas nesta esfera. É uma crise do processo global de produção capitalista, caracterizada por uma solução de continuidade na circulação de capitais nas esferas produtiva (D-M-D’) e financeira (D-D’). No primeiro caso, a interrupção do processo de circulação do capital ocorre com a paralisação da venda de mercadorias e, conseqüentemente, a não conversão do capital-mercadoria (M) em dinhei-

ro acrescido de mais-valia (D'). Na esfera financeira a circulação do capital é bloqueada com a interrupção do crédito. Ambos os fenômenos – superprodução e crise do crédito – que o pensamento econômico burguês enxerga como uma crise psicológica, uma “crise de confiança”, podem ser observados na crise atual. Os problemas começam a surgir depois que a produção no ramo imobiliário (construção civil) atingiu o pico, em 2005, e as vendas começaram a cair em 2006, revelando a crescente dificuldade de transformar o capital-mercadoria (M), expresso nos imóveis, em D' como capital-dinheiro acrescido de lucro.

Assim, a crise tem todas as características de uma crise clássica do capitalismo, uma crise cíclica decorrente da superprodução de mercadorias, que sucede num ciclo de curta e frágil expansão da economia americana, entre 2001 e 2007, se comparado com os dois ciclos anteriores (1982-1990 e 1991-2000), mais longos e com maiores taxas de expansão do PIB.

A crise tem a ver com a “Superprodução fomentada pelo crédito e pela concomitante inflação geral dos preços”, de que já falava Marx em *O Capital*, livro 3, volume 5.

Contexto de declínio histórico

É preciso enxergar a crise no contexto histórico e em sua interligação com a crise da hegemonia dos EUA. O processo de reprodução do capitalismo nos EUA e em âmbito internacional é fortemente marcado pelo parasitismo. A dívida e o déficit comercial norte-americanos cumprem papel destacado no processo de reprodução ampliada do capital em todo o mundo, daí a irradiação da crise, que transpõe as fronteiras estadunidenses e se propaga pelos cinco continentes.

Uma das características mais relevantes do atual contexto geopolítico mundial é o progressivo deslocamento do eixo dinâmico da industrialização e do poder econômico mundial dos Estados Unidos e da Europa para a Ásia, cabendo destacar, no interior desta, a extraordinária ascensão da China. Este movimento da história foi realçado pela crise econômica internacional, irradiada dos EUA, e tende a ser acelerado por ela na medida em que desperta a consciência da necessidade de uma nova ordem mundial.

O declínio da hegemonia norte-americana, nos planos econômico e político, é um fato hoje amplamente reconhecido, o que confirma a análise sobre o tema aprovada pelo 11º Congresso do PCdoB, à época objeto de forte polêmica. O fenômeno é o resultado histórico concreto e “natural” de uma lei objetiva que preside o processo de reprodução do sistema imperialista: o desenvolvimento desigual das nações.

Ao longo dos anos, o crescimento desigual das

economias nacionais (indicado pela evolução dos PIBs, comércio exterior e exportação de capitais) promove uma subversão silenciosa da correlação de forças entre as nações, primariamente na esfera econômica, resultando na ascensão e queda das potências e erodindo as bases objetivas em que se assenta a ordem imperialista.

Associado a outros fenômenos, como o parasitismo, o desenvolvimento desigual, conforme notou Lênin, é caracterizado pela decomposição mais ou menos lenta da potência hegemônica.

Os dois principais aspectos do desenvolvimento desigual em nossa época são, de um lado, o declínio dos EUA e, de outro, a vertiginosa ascensão da China. Não é um quadro ainda estratificado. Vivemos uma época de transição em que não se descarta que outras potências possam emergir como contendoras de peso no cenário mundial.

A decadência relativa do poderio econômico dos Estados Unidos é um processo histórico que não foi desencadeado pela atual crise econômica. Tampouco estará resolvido quando o ciclo da reprodução capitalista se inverter e a economia americana se recuperar da severa recessão que a perturba neste momento. O declínio transcorre há mais tempo. Ganhou impulso a partir dos anos 1970, após o fim do lastro do dólar em ouro.

Na verdade, o sistema imperialista internacional funcionou sem muitas perturbações, do ponto de vista econômico, no período compreendido entre o pós-Segunda Guerra e os anos 1970, à base do acordo monetário assinado em Bretton Woods em 1944, que estabeleceu o padrão dólar-ouro e o câmbio fixo no comércio exterior – o que permitiu notável estabilidade financeira, a amenização das crises cíclicas, o “pleno emprego” na Europa e índices robustos de crescimento econômico. É época em que, na Europa, floresceu o chamado Estado de bem-estar social, anos de crescentes conquistas para a classe trabalhadora no velho continente. Foram, conforme definiu o historiador E. Hobsbawn, “os anos dourados” do capitalismo.

O clima mudou a partir dos anos 1970 – o desenvolvimento desigual (recuperação do Japão, da Alemanha e França, principalmente, refletida na exportação e no acúmulo de superávits comerciais em dólares cuja troca por ouro passou a ser exigida) – e os gastos da guerra no Vietnã inviabilizaram o padrão monetário estabelecido em Bretton Woods e levaram o presidente Richard Nixon a decretar unilateralmente o fim do lastro do dólar em ouro para preservar as reservas de Fort Knox (consumidas pela guerra do Vietnã e o déficit comercial).

Com o fim do padrão dólar-ouro (1971) e a substituição do câmbio fixo pelo câmbio flexível ou fluante (a partir de 1973) os países capitalistas mais

desenvolvidos (e o sistema capitalista internacional) ingressaram numa fase crítica de desenvolvimento, caracterizada pelo progressivo declínio das taxas de crescimento dos PIBs, configurando uma tendência à estagnação (que não foi superada), bem como por um aumento substancial das taxas de desemprego, especialmente na Europa. A crescente desregulamentação financeira, a liberalização dos fluxos de capitais e das taxas de câmbio sepultaram o período de estabilidade financeira. A partir daí o sistema ingressou numa zona de forte instabilidade monetária, que não só atravessou a década de 1970 (exigindo em 1979 uma forte alta das taxas de juros nos EUA para salvar o chamado padrão dólar-flexível), mas vem evoluindo e se agravando desde então, desembocando na crise atual.

As crises cíclicas de superprodução tomaram-se mais agudas e radicais a partir da crise de 1974-75 (que não se resumiu à crise do petróleo). A eficácia das intervenções anticíclicas do Estado capitalista foi significativamente reduzida ou mesmo anulada. No final da década, as políticas keynesianas, desmoralizadas pelos fatos, foram abandonadas e substituídas pelo neoliberalismo – nos governos da dama de ferro Margaret Thatcher na Inglaterra, e Ronald Reagan, nos EUA –, que também não se mostrou eficiente e acrescentou novos problemas ao sistema.

Observou-se desde o início da década de 1970 a mudança no padrão e no modelo de desenvolvimento do capitalismo nos países mais industrializados. O fim dos anos dourados, de notável prosperidade, crises brandas, intervencionismo estatal e pleno emprego, cedeu lugar a baixo crescimento, altas taxas de desemprego, fortes crises e Estado mínimo. Como pano-de-fundo deste movimento histórico projeta-se a decadência econômica do imperialismo estadunidense.

A força-motriz desta decadência foi o acúmulo de déficits comerciais, refletindo uma crescente perda de competitividade e mercado por parte da indústria norte-americana, que se desdobrou num endividamento excessivo e numa crescente necessidade de financiamento externo, estimada em quase 1 trilhão de dólares por ano. Se aprofundarmos a análise, perceberemos que o déficit comercial, assim como o déficit em conta-corrente que resulta daquele, reflete uma carência de poupança interna que traduz uma baixa taxa de acumulação doméstica de capital.

A nova condição dos EUA, de maior devedor do mundo, arvorada pelo imperialismo como um sinal

Vivemos uma época de transição em que não se descarta que outras potências possam emergir como contendoras de peso no cenário mundial

de força e por economistas de pouca imaginação como um privilégio originado da supremacia do dólar, na realidade transformou o país num importador líquido de capitais, traduzindo sua relativa decadência como investidor global. Conforme assinalou o historiador marxista inglês Eric Hobsbawm, o “declínio relativo” da economia estadunidense, um processo histórico que em sua opinião começou logo após a Segunda Grande Guerra, “continua”. Não é mais o gigante industrial global. “O centro do mundo industrializado está rapidamente mudando para a parte mais oriental da Ásia”. Há vários indicadores desta decadência, que se expressa no plano industrial, comercial e mesmo monetário. O sintoma mais agudo e significativo, destacado por Hobsbawm, consiste no fato de que os EUA deixaram de ser um exportador líquido de capitais e dependem a cada dia mais da boa vontade dos investidores estrangeiros para rolar suas dívidas.

“Diferentemente dos antigos países imperialistas e da maioria dos países industriais desenvolvidos”, observa, “os EUA deixaram de ser um exportador líquido de capital ou o maior ator no jogo internacional de aquisição ou criação de empresas em outros países e a força financeira do Estado repousa na constante disposição de outros, na maioria asiáticos, a sustentar um déficit fiscal que de outro modo seria intolerável” (“A sombra que nos protege”, texto de Eric Hobsbawm publicado pelo jornal *Folha de São Paulo* (caderno “Mais”, 06-11-2005).

Aqui convém observar que a exportação de capitais é a forma, por excelência, da expansão do capital no exterior e, portanto, do domínio e influência econômica das potências imperialistas. Fornece, por isto, o critério fundamental para medir a ascensão ou queda relativa das potências capitalistas.

Outro sinal que podemos classificar entre os mais relevantes do processo de decadência é a queda dos EUA no ranking mundial da exportação de mercadorias, tendo sido ultrapassado pela Alemanha em 2005 e pela China a partir de 2007, deslocando-se para a terceira posição.

Conforme Marx já assinalava, a exportação de mercadorias é parte integrante da circulação do capital industrial, sendo de fato uma condição para a realização do capital destinado à exportação. A exportação de mercadorias constitui, em certo sentido, exportação de capital, embora também se diferencie desta.

Por outro lado, a ascensão da China é indicada

pelo PIB, o segundo maior do mundo no critério de paridade de poder de compra, pela crescente participação no comércio exterior e as reservas de quase 2 trilhões de dólares, que conferem ao país a condição de credor e grande investidor internacional. As reservas e o comércio exterior ancoram e impulsionam a expansão da influência econômica da China na Ásia, na África, na Europa, América Latina e nos próprios EUA.

Luta anti-imperialista, por uma nova ordem

Naturalmente, a mudança da correlação de forças no plano econômico provocada pelo desenvolvimento desigual tem implicações no plano geopolítico, pois a diplomacia, como os canhões, costuma trilhar as mesmas rotas da produção e do comércio. A política segue os passos da economia, embora o compasso e o andamento dessas duas esferas das relações sociais nem sempre sejam coincidentes. Depois de ganhar a chamada guerra fria, com a queda do Muro de Berlim (1989) e o colapso da União Soviética (1991), os EUA pareciam no auge do domínio político no mundo, com seus governantes incorrendo num radical unilateralismo e proclamando que também o século XXI seria um novo século americano. Daí o anúncio (1991) da “nova ordem mundial” de Bush pai. Num momento como o que estamos vivendo, de crise em toda a linha, vale lembrar as palavras de George Bush, pai, em discurso sobre o estado da União, pronunciado em 1992: “Pela graça de deus, a América venceu a guerra fria. (...) Um mundo uma vez dividido em dois campos armados, hoje reconhece apenas uma só potência proeminente, os Estados Unidos da América. (...) Somos os Estados Unidos da América, o líder do Ocidente que se tornou o líder do mundo”. A embriaguez de uma vitória que se revelaria efêmera uma década e meia depois, já encerrava um paradoxo, pois desde aquela altura a decadência econômica já estava em curso e o parasitismo da sociedade, traduzido na capacidade de viver à custa alheia, se agigantava.

A experiência histórica sugere que, cedo ou tarde, o declínio econômico é acompanhado, objetivamente, pelo declínio político. Isto pode ser percebido na América Latina, onde o peso relativo da economia americana caiu, perdendo espaço para a União Europeia e a China. A dependência econômica do Brasil e de outras nações em relação ao império diminuiu significativamente, respaldando movimentos políticos que buscam um caminho autônomo e soberano de desenvolvimento, a diversificação do comércio e a integração regional. A derrota da Alca

é um claro indicador do que estamos falando, e para além dos fatores políticos relacionados com a emergência de governos progressistas também reflete o enfraquecimento dos EUA como protagonistas econômicos na região.

A partir do final dos anos 1990, com o esgotamento das políticas ditadas pelo chamado Consenso de Washington, presenciamos a ascensão de governos progressistas com diferentes matizes em importantes países da América Latina e a mudança do cenário político, cada vez mais caracterizado pela contestação da hegemonia dos EUA na região. A rejeição da Alca foi certamente um marco neste movimento, no qual cabe também ressaltar a criação da Unasul, da Alba, as iniciativas por um Conselho de Defesa da América do Sul e pela ampliação do Mercosul. A expressão mais significativa desse movimento foi a realização em dezembro passado na Costa do Sauípe, Bahia, da primeira cúpula da verdadeira América, a nossa América, sem a presença de forças imperialistas, seja o imperialismo estadunidense ou as antigas potências coloniais. Uma cúpula que consagrou Cuba como integrante de fato e de direito do sistema interamericano, ao arrepio dos interesses dos Estados Unidos e dos seus aliados.

A guerra contra o Iraque, desencadeada de forma unilateral pelos EUA, com apoio da Inglaterra, também contribuiu para o desgaste político do império e ensejou protestos na Europa (Alemanha e França), China e Rússia, estimulando um movimento de realinhamento político que, em meio aos vaivéns próprios das alterações de conjuntura, permanece em curso.

A correlação de forças entre as nações na atualidade difere radicalmente da que sobreveio do pós-Segunda Guerra e mesmo da que sucedeu o fim da guerra fria. O declínio relativo dos Estados Unidos inviabiliza a manutenção da ordem internacional fundada no pós-guerra, sustentada na diplomacia do dólar, e lança o mundo num período de transição.

Também significa claramente a decadência das instituições supostamente multilaterais fundadas no pós-Segunda Guerra, especialmente as de Bretton Woods e derivadas: FMI, BIRD, OMC (sucessora do GATT), G-7 (que, em função do desenvolvimento desigual, já não reúne as sete maiores economias do mundo como na época em que foi fundado, em 1975). Também a ONU passa por processo de erosão, proclamada como irrelevante por George W. Bush e impotente para deter a mão assassina de Israel no genocídio que perpetra contra a Palestina.

Generaliza-se a constatação de que tais instituições estão em vias de esgotamento, o que dá lugar a uma viva polêmica sobre as alternativas de con-

figuração de uma nova ordem mundial. Fala-se em reforma do FMI, do BIRD e da própria OMC e aposta-se no G-20 financeiro, com a expectativa de abrir espaço aos “emergentes”. Mas, serão tais instituições reformáveis? Tal reforma mereceria o apoio dos comunistas e demais forças anti-imperialistas?

De outro lado, os EUA e outras potências estão dispostos a abrir-mão pacificamente de suas posições, resignando-se a uma posição secundária em relação ao papel que desempenham hoje ou à redistribuição do poder?

Os fatos apontam noutra direção. Em primeiro lugar, sobram sinais e evidências de que os Estados Unidos reagem à sua própria decadência fortalecendo a supremacia militar, aumentando a agressividade contra os povos e fomentando a militarização e a corrida armamentista.

As guerras contra o Iraque e o Afeganistão – cujo custo, de acordo com estudos do economista J. Stiglitz, sobe a mais de 3 trilhões de dólares – prosseguem. Os planos para a retirada do Iraque são vagos. Depois de empossado Obama, o Pentágono anunciou que necessita de 23 meses. Quanto ao Afeganistão, elevado à categoria de palco principal da “guerra ao terrorismo”, segundo o novo ocupante da Casa Branca, continuará recebendo tropas norte-americanas e da OTAN.

Na América Latina a reativação da 4ª Frota é uma demonstração das opções militaristas do imperialismo norte-americano e de que este reage duramente à contestação da sua hegemonia pelos governos progressistas da região.

É fato que o desenvolvimento objetivo das economias provoca mudanças no sentido da multipolaridade, ao promover a ascensão de novos países à condição de potências econômicas. Mas isto não significa necessariamente que esteja naturalmente em curso uma transformação democrática das relações internacionais, porquanto permanece intacto o poder do imperialismo e não há sinais de que os EUA estejam dispostos a ceder poder seja aos povos e nações que lutam por soberania e progresso social, seja às potências concorrentes. É ilusão supor que o mundo avança espontaneamente no rumo de uma transição da unipolaridade estadunidense para a multipolaridade e do unilateralismo ao multilateralismo.

As iniciativas concretas do imperialismo vão noutra direção e aqui cabe lembrar o pensamento de Lênin que, a nosso ver, não perdeu atualidade: o

Independen-
temente da boa
vontade do no-
vo presidente,
Barak Obama,
é estreitíssima
a margem de
manobra e nu-
la a vontade de
quem realmen-
te decide para
alterar esta
situação

imperialismo tende em política à reação e à guerra que, sob este prisma, ainda segundo Lênin, é inevitável. O que está sendo preparado não é um cenário de transição pacífica para a multipolaridade e o multilateralismo, o que seria desejável, mas o ambiente e as condições para novos conflitos bélicos visando à redivisão de áreas de influência em todo o mundo. A paz não é uma vocação do imperialismo.

A agressividade do imperialismo ganhou novo impulso com o governo Bush. Independentemente da boa vontade do novo presidente, Barak Obama, é estreitíssima a margem de manobra e nula a vontade de quem realmente decide para alterar esta situação. Para os que fazem leitura apressada e interesseira do que sai publicado, vale o alerta de que Obama tanto na campanha eleitoral como depois da posse já deu várias declarações de que pretende agir para recompor a hegemonia dos EUA e não trabalhar para uma situação de multipolaridade em que Washington teria de se conformar em redistribuir poder.

De um ponto de vista de classe, traduzindo os interesses e objetivos imediatos e futuros da classe trabalhadora, é indispensável combater as ilusões neste sentido. O caminho da paz, da construção de uma ordem internacional democrática e do predomínio do direito internacional passa pela luta sem tréguas contra o sistema imperialista, luta que é em essência, anticapitalista.

O agravamento da crise estrutural e sistêmica do capitalismo e as mudanças políticas que implica põem na ordem-do-dia a luta pelo socialismo, o que instiga e desafia a inteligência coletiva das forças comunistas e anti-imperialistas a desvendar os caminhos concretos da acumulação de forças para atingir este elevado objetivo que corresponde à emancipação da humanidade.

José Reinaldo Carvalho é jornalista, especialista em Política e Relações Internacionais, diretor do Cebrapaz e secretário de Relações Internacionais do Partido Comunista do Brasil.

Umberto Martins é jornalista, membro da equipe de análise da CTB (Central dos Trabalhadores do Brasil), diretor do Cebrapaz e colaborador do Departamento de Relações Internacionais do Partido Comunista do Brasil.

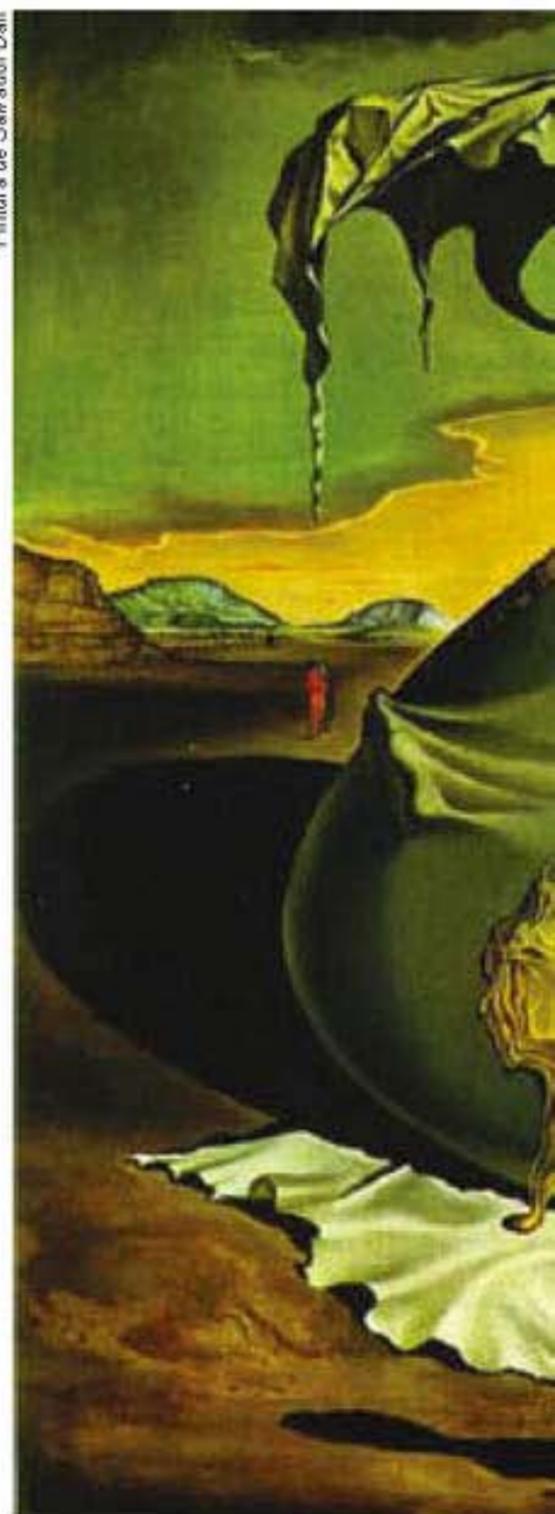
Um mundo não polar

Entre as saídas aventadas pelo capitalismo perante a crise estão: a procura de mão-de-obra barata pela Ásia, América Latina e África, a intensificação de guerras em curso contra países do Oriente Médio e o reforço às bases militares norte-americanas. Mas a crítica conjuntura também possibilita uma nova construção política que aponte, enfim, para um mundo não polar

JOSÉ LUIZ DEL ROIO

Vamos partir de uma afirmação que já conta com um vasto consenso. Estamos mergulhados numa crise sistêmica do capitalismo, a mais grave que houve até hoje. O seu epicentro está localizado no coração dos Estados Unidos e se espalha, em ondas sucessivas, por todo o planeta, porém golpeia com particular intensidade seus aliados mais potentes, o Japão e a União Europeia da zona do euro. Ou seja, a trilateral – substancialmente o diretório que rege a política imperialista, mesmo com suas inerentes e constantes contradições internas.

Pintura de Salvador Dalí





Como é lógico, as análises divergem sobre as causas que a geraram e as trilhas que devem ser seguidas para a sua superação. Tentando seguir parâmetros marxistas, podemos dizer que a razão primeira da crise está na queda da taxa média de lucros dos capitalistas. Pode parecer uma afirmação aberrante diante da imensa concentração de riquezas nas mãos de poucos. Mas é bom ver as tendências estruturais. Os grandes grupos empresariais competem entre si, e introduzem sempre novas tecnologias. A produtividade aumenta, porém diminui o número de trabalhadores necessários para a produção e uma menor quantidade de pessoas tem possibilidade de comprar.

Existe, então, uma corrida para rebaixar os preços para se poder concorrer num espaço populacional onde o poder de valor de compra é crescentemente baixo.

Se a taxa de lucro é decrescente, e esta tendência acontece desde a década de 1970, o capitalista busca aumentá-la, rebaixando os salários e tentando desmontar o “Estado social” onde ele existe. O que acaba por deprimir ainda mais o mercado. Uma das saídas encontradas pelo capitalismo hegemônico foi deslocar suas principais empresas para as zonas do mundo onde a mão-de-obra poderia ter um custo inferior. O foco maior de atração foi a Ásia. Mas, se estendeu também para América Latina e África. Processo que se repetiria no Leste europeu, depois da queda do socialismo.

Uma outra saída para buscar lucros foi a “financeirização” ilimitada da economia. Neste terreno o capitalismo enlouqueceu. O termo parece muito pouco científico, mas vamos recordar mais uma vez Marx quando, no *Quartely Reviewer*, comentando um artigo de T. J. Dunning, escrevia:

“O capital detesta a falta de lucro, ou um lucro muito limitado, tanto quanto a natureza tem horror ao vácuo. Se o lucro for conveniente, o capital se torna corajoso; com 10% assegurados, vai a qualquer lugar; com 20% se acalora; com 50% torna-se temerário; com o 100%, esmaga sob os seus pés todas as leis humanas; com 300% não há crime que não ouse cometer, mesmo riscando o patíbulo”.

O que dizer então quando no jogo das pirâmides, dos derivados, das bolhas imobiliárias, o lucro superava amplamente 1.000%?

Quando todo arcabouço começou a vacilar – e estamos apenas no início – os centros do capitalismo caíram em desespero. Talvez o caso mais típico seja do Reino Unido, berço do capitalismo industrial, que transformou quase todas as suas riquezas em ativos na famosa City de Londres. Onde encontra-se com suas finanças envenenadas com títulos podres, sua moeda a libra esterlina em queda livre, um mercado interno se restringindo e praticamente sem nada para exportar, pois seu sistema industrial foi desmontado. Trágico final do ideário lançado por Antony Blair, primeiro-ministro britânico, quando desestruturou o Labour Party e propôs a chamada “terceira via”, com o apoio entusiasmado do primeiro-ministro Massimo D’Alema, da Itália, e o presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso. Tudo com a benção do presidente Bill Clinton.

Os EUA vivem o mesmo drama do Reino Unido, sistema financeiro corroído, dívidas astronômicas, in-

dústrias desmanteladas, desemprego, infra-estruturas envelhecidas, com desvantagem na concorrência tecnológica em áreas importantes e fraturas na coesão social. Porém, indiscutivelmente, há pontos de força.

Grande espaço geográfico, população de 300 milhões de pessoas, imponente força militar, com centenas de bases militares espalhadas em mais de 90 países, o dólar ainda se mantém como moeda central e uma capacidade notável de criar consenso, através do controle de meios de comunicação que influem no planeta. Por exemplo, Hollywood, "soaps" nas televisões, distribuição musical, controle de editoras, internet etc. Sem contar com uma vasta gama de servos habituados a ser "influenciados" pelo imperialismo dos EUA.

A União Europeia é um espaço de mercado comum, com uma parte dos países com a mesma moeda, mas que encontra dificuldades em se transformar numa verdadeira "união". Não consegue estruturar uma política exterior comum, o mesmo vale para o setor da defesa e nem mesmo aprovar um documento que possa ser um tipo de Constituição. Os principais Estados que a compõem viveram de renda na guerra fria; apoio econômico e militar ilimitado da parte dos EUA, principalmente através da OTAN. Países ex-colonizadores dominavam parte do mercado e das matérias-primas de suas ex-colônias. Mas tudo muda. Os EUA não possuem mais recursos para as necessidades, tanto no plano econômico como no militar. As ex-colônias são sempre mais emancipadas, algumas se transformam em potências locais. Na África negra os capitais europeus são escoraçados pela presença marcante da República Popular da China.

Como se não bastasse tudo isso, o fortalecimento da perspectiva euro-asiática – a renascida potência da República Russa e suas relações com a China – apavora e, ao mesmo tempo, atrai setores de classe dominante na Europa.

Além da crise econômica, o renascer de nacionalismos, localismos, xenofobismo, a União Europeia vivera uma forte tensão geopolítica, pois os EUA lutarão para manter a hegemonia na OTAN, encontrando a contraposição crescente da Rússia.

Uma das consequências imediatas da crise será o aumento do protecionismo do seu mercado. Isto é normal já que a troca de produtos se realiza a 85% dentro de suas próprias fronteiras. Não adianta se lamentar, o que devemos fazer é criar o nosso mercado interno sul-americano e tratar a União Europeia como parceira de igual para igual.

O terceiro membro do diretório imperialista, e segundo PIB do mundo, o Japão, encontra-se já há anos com dificuldades em fazer funcionar o seu particular tipo de capitalismo que, no passado, repre-

sentou inovações impressionantes. Atualmente vive seu momento mais difícil depois da Segunda Guerra Mundial. Assiste a um crescimento de outros países asiáticos que lhe limitam a expansão, e sobretudo dos "primos" chineses. Pouco espaço de manobra resta.

Se o quadro delineado sumariamente é verdadeiro o imperialismo encontra-se debilitado seriamente. Debilitado, mas não morto, e está pronto para contra-atacar em diversas frentes. Faz parte da sua própria natureza, não poderá fazer diversamente.

A vitória do presidente Barak Obama, apesar de representar um avanço que devemos valorizar, não poderá modificar a essência da política imperialista. Para que isto acontecesse seria indispensável uma transformação profunda na correlação de forças entre as classes no interior dos Estados Unidos. De um conceito importante o novo grupo dirigente tem consciência: não é plausível poder governar o planeta de forma unipolar. Deverá buscar um multilateralismo que convenha a seus interesses, tentando recriar alianças e isolar os que considera inimigos. Dialogar mais com setores moderados dos palestinos e controlar a sanha dos governos israelenses; tentar dividir os governos progressistas e revolucionários da América Latina; atizar os nacionalismos e divisões europeias; manter os governantes corruptos de vários Estados árabes; debelar as imundas leis extraordinárias criadas pela administração W. Bush durante a chamada guerra contra o terrorismo; e por aí vai.

Um foco sensível nesta estratégia é representado pelo Afeganistão. São vários os fatores que apontam para isso. Não por nada o presidente Obama colocou que se impõe aumentar o mais rapidamente possível os contingentes militares que ali já se encontram. A resistência com que se defrontam no Iraque abateu o moral e estraçalhou o prestígio dos invasores, daí o objetivo de conseguir uma vitória clara e compartilhada. Existe a ilusão de que isso seja possível naquele pobre país que é o Afeganistão. Conta já com tropas da OTAN, e uma retirada daquele campo seria praticamente mortal para a existência deste organismo atravessado de contradições. Existem interesses fortes em tentar controlar o acesso aos canais de transporte de energia. Manter o Paquistão sob controle férreo, pois este país está ameaçado de desagregar-se. Dominar um espaço importante para poder pressionar a Índia e construir o cerco à China.

Aqui entramos no terreno mais complexo, a China. Não pode haver dúvida de que para o imperialismo este país representa o maior adversário. O crescimento de sua economia, tecnologia, poder militar, influência mundial reduz, objetivamente, o terreno onde o imperialismo pode atuar. Claro, po-

de-se argumentar que a República Popular da China tem problemas. E tem mesmo. Mas tudo indica que conta com possibilidades de superá-los. A redução do mercado global pode ser muito bem compensada por um enorme mercado interno, além disso ela possui reservas que chegam a 2 trilhões de dólares. O Estado controla o sistema bancário e os setores estratégicos. Uma sólida aplicação de capitais – como já foi decidido – para reforçar a agricultura familiar, combater a grave degradação ambiental e encontrar novas fontes energéticas são fatores que manterão o consenso. Provavelmente, os líderes chineses preferem concentrar seus esforços no plano interno e manter uma política pacífica e de intercâmbio com os EUA. Dificilmente, porém, estes poderão suportar o agigantar-se chinês sem tentar bloqueá-lo.

A batalha para conquistar uma sociedade socialista, sempre passou também pela luta anti-imperialista. Está aí o exemplo de Cuba.

Que devemos fazer no atual quadro que se nos apresenta?

Se são válidas as premissas deste artigo – de que a crise é sistêmica do capitalismo e não existe saída tipo Keynesiana –, podemos prever que nos próximos meses e anos haverá um acirramento das lutas de classes. E devemos estar, os comunistas e anticapitalistas em geral, prontos a uma participação ativa e hegemônica.

Mais do que nunca é fundamental manter o governo federal em mãos progressistas. Não se trata apenas de mais uma importante, mas normal, eleição. Muito se jogará na América Latina e mesmo no planeta, de como o Brasil conseguirá superar esta crise.

Decisivo é aprofundar, de forma generosa e fraternal, as relações com os países latino-americanos. Não porque somos bons, mas porque somos revolucionários. Ser capaz de superar as distâncias e os lares que a história nos legou.

Construir uma defesa e uma moeda comum. Um amplo mercado de novo tipo, voltado para a segurança alimentar, solidário, ambientalmente suportável, ampliando o consumo para os setores mais carentes. Avançar na construção de uma democracia participativa que envolva as populações nas discus-

sões de seus problemas. Recuperar ao público, os bens comuns, como água, energia, terra, minerais, que a privatização levou nestas décadas.

Um esforço altíssimo para avançar numa boa educação de massas e alcançar altas metas no domínio da tecnologia dos mais diversos campos.

Hoje a América do Sul conta com 450 milhões de habitantes e toda a América Latina com 650 milhões, a maioria jovem, com um denso crescimento demográfico. Isto representa cerca de 10% da população mundial. O que é um elemento de valor no contexto mundial.

Evidentemente nem todos os governos latino-americanos são progressistas, mas devemos reforçar a tendência de integração, pois isso isolará os mais retrógrados.

Os neocolonizados de sempre, de cada país, usarão todos os instrumentos para evitar que esta integração avance e se aliarão – e não será a primeira vez – com os inimigos exógenos.

O Brasil tem a missão de continuar a construção deste ser magnético que é o BRIC (Brasil, Rússia, Índia, China). O avanço dos acordos entre estes países poderá criar uma nova arquitetura para um governo mundial mais equilibrado, com uma reforma dos organismos internacionais a começar da ONU, passando pelas entidades financeiras como Banco Mundial, FMI etc. Além de servir de circulação de novas tecnologias espaciais, comunicação, biomédicas, para serem colocadas a serviço da humanidade.

Devemos olhar com carinho para os países da África Negra. Afinal, o Brasil é o segundo país do mundo com a maior quantidade de negros. Seu trabalho, sua cultura, seu sacrifício, suas lutas são um pilar desta nação. Simplesmente o Brasil, com o que tem de bom, não existiria sem eles.

Se um dos motivos da força imperial é a moeda dólar aceita em quase todo o mundo – e bem de refúgio de muitos países a começar da China e do Brasil – devemos lutar por uma torção nesta moldura. Vamos acelerar a construção da moeda comum entre países sul-americanos; realizar intercâmbios internacionais numa mescla de moedas diversificadas; não comprar os bônus do tesouro da FED. Em pouco tempo se esvaziariam os fundos anuais de quase 650 bilhões de dólares com os quais os Estados Unidos mantêm sua desproporcionada força militar.

Hoje a América do Sul conta com 450 milhões de habitantes e toda a América Latina com 650 milhões, a maioria jovem, com um denso crescimento demográfico. Isto representa cerca de 10% da população mundial.

Desencadear uma campanha internacional para a expulsão das bases militares estadunidenses das dezenas de países que os suportam. São perigosas, servem para agressões aos povos, criam subalternidade, e custam caro. Sem tais bases não seria possível pressionar e golpear os povos que lutam por independência.

A peleja cultural tem um papel-chave em todo este quadro. Impõe-se quebrar o cerco da cultura (ou incultura) imperialista. Valorizar e divulgar ao máximo nossa música, dança, pintura, escultura, cinema, teatro, literatura, artesanato, cozinha, costumes. Destacar as lutas populares e os heróis reais da nossa história. Abrirmos a mente para as tantas culturas que existem no planeta e não consumirmos tudo o que vem do mundo anglo-saxão como se fosse o oráculo, a que nós pobres aborígenes nos curvamos abobalhados.

O sofrimento dos emigrados, da população mais carente, dos trabalhadores em geral, aumentará nos países centrais do capitalismo. Irá jorrar novos conflitos sociais, ásperos e difíceis. A solidariedade de todos, para com estes lutadores, é indispensável.

Aumentar os contatos, discussões, colaborar no que é possível com o movimento social dos Estados Unidos. Ele existe, mas é débil pela sua fragmentação. A crise ajudará a união, e o perigo de repressão violenta é real. São uma riqueza preciosa e também construtores do mundo de amanhã.

A saída para a crise não será indolor e a possibilidade da volta de regimes fascistas – mesmo que se chamem com outros nomes – não pode ser descartada e nos obriga a estar alertas.

As forças anti-imperialistas de todas as partes devem perder um certo complexo e superar a confusão difusa. Muitos erros foram cometidos no século passado e amargamos derrotas pesadas no plano internacional. Ainda carregamos o fim

Pintura de Salvador Dali



A saída para a crise não será indolor e a possibilidade da volta de regimes fascistas – mesmo que se chamem com outros nomes – não pode ser descartada e nos obriga a estar alertas.

do sistema socialista europeu nas nossas vidas. Porém o capitalismo não é a solução, mas a destruição do planeta. Devemos estar totalmente convencidos, e proclamar de cabeça erguida, espírito límpido, de que nós almejamos e combatemos pelo socialismo, que é o futuro indispensável.

Não é uma posição mística, ou sectária, mas de construção política, organizativa e social se quisermos um dia chegar a um mundo não po-

lar, não mais governado por impérios.

José Luiz Del Roio é jornalista. Foi senador (2006-2008) na Itália.

Um dos pilares da democracia é a imprensa livre.
A revista Princípios tem página garantida nesta história.

Parabéns por sua trajetória que chega ao número 100.



NA LUTA PELOS DIREITOS DOS TRABALHADORES

www.fsindical.org.br



A CENTRAL QUE FUNCIONA PARA OS TRABALHADORES

Integração sul-americana: parcerias com autonomia

ALDO REBELO

Desde o século XIX personalidades como José Bonifácio de Andrada e Silva e o barão do Rio Branco previram a estratégica união da América do Sul. Apesar dos avanços do passado, foi no governo do presidente Lula que o Brasil pôde ampliar sua vocação sul-americana, necessária para o desenvolvimento contínuo e sustentável



A união estratégica do Brasil com a América do Sul foi antevista pela inteligência poderosa de José Bonifácio de Andrada e Silva. Já em maio de 1822, como ministro do Reino e Negócios Estrangeiros, o futuro Patriarca da Independência deu instruções ao cônsul que mandava a Buenos Aires Manuel Antônio Correia da Câmara, para que iniciasse negociações com a Argentina visando à criação de uma federação sul-americana. Observava que “o Brasil, grande, rico e poderoso, só precisa de vizinhos abastados e venturosos para comerciar e defender-se com eles”.

Outro protagonista de nossa diplomacia, o barão do Rio Branco, acalentou a chama do pan-americanismo diferenciado da Doutrina de Monroe (“a América para os americanos”) dos Estados Unidos,

inclinando-se para os ideais da união subcontinental de Simon Bolívar e San Martín. Resolveu pacificamente, sem deixar sequelas, a questão do Acre com a Bolívia e assinou tratados de limites com mais cinco países: Venezuela, Colômbia, Peru, Uruguai, Argentina, além da Guiana Holandesa, hoje Suriname. A teoria da confrontação, herdada dos estudos geopolíticos europeus do século XIX e também da Guerra Fria, teve seus dias de glória durante a década de 1970, quando Argentina e Brasil alimentaram uma disputa pela hegemonia no Cone Sul, hoje morta e enterrada. Em nossa política externa atual, a Argentina é parceiro estratégico no subcontinente.

Apesar dos avanços do passado, foi no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva que o Brasil pôde ampliar sua vocação sul-americana de espaço geo-

político contíguo e parceiro. Avançou a estabilização do Mercosul, desenvolveu o programa da Integração da Infra-estrutura Regional Sul-americana (IIRSA), com um gigantesco plano de obras sem as quais a integração física seria miragem. É essencial conectar os sistemas de transportes e ligar os dois oceanos. Destacam-se com a Bolívia as hidrelétricas do rio Madeira e com o Equador a ligação transoceânica do complexo Manta-Manaus. O BNDES abriu linhas de vários bilhões de dólares ao comércio bilateral e realização de obras. Um exemplo marcante foi o financiamento de 242,9 milhões de dólares ao Equador para a construção da hidrelétrica de San Francisco, a ser executada pela empresa estatal equatoriana Hidropastaza (80%) e a brasileira Norberto Odebrecht (20%), construtora da obra. Quando a usina ficou pronta, a Odebrecht repassou sua participação ao governo daquele país.

No plano das instituições multilaterais, e apontando para a unificação de um bloco, à semelhança da União Europeia (que levou 50 anos para atingir a maturidade), desenha-se, em um futuro promissor, a formalização da União de Nações Sul-Americanas (Unasul). Esta seria uma revitalização da antiga Comunidade Sul-Americana de Nações, e teria a ambição de criar uma zona de livre comércio, unindo o Mercosul e a Comunidade Andina de Nações, além do Chile, Guiana e Suriname, com capital, banco, parlamento e moeda, um mercado de 400 milhões de pessoas e um Produto Interno Bruto de 4 trilhões de dólares.

A cooperação do Brasil com os vizinhos se faz, sobretudo, em infraestrutura, base para que as nações amigas lastreiem seu desenvolvimento em setores estratégicos, como energia, transporte, comunicações, capacitação tecnológica na agropecuária, exploração de recursos naturais – estes, por sinal, fora de qualquer cobiça de nossa parte. Recriam-se as condições, portanto, para a reformulação de projetos nacionais depois da avassaladora onda de desmantelamento das economias sul-americanas a partir das desestatizações, liberalização predatória de mercados e domínio por parte de empresas estrangeiras. A desnacionalização teve como paroxismo simbólico o ato do governo do Equador de trocar a moeda do país, o sucre – homenagem a um herói da libertação sul-americana, Antonio José Sucre – pelo dólar dos Estados Unidos.

Posta a cooperação nestes termos, o Brasil não

Desenha-se,
em um futuro
promissor, a
formalização da
União de Nações
Sul-Americanas
(Unasul). Esta
seria uma
revitalização
da antiga
Comunidade Sul-
Americana de
Nações

tem a ambição de isolar a América do Sul como um mercado cativo de suas empresas que começam a se internacionalizar, e ainda menos numa reserva de fornecimento de matérias-primas. Esta visão seria mais própria aos Estados Unidos e União Européia, cujas fontes de abastecimento de gás e petróleo oscilam em preocupante instabilidade. Convém lembrar que Venezuela, Colômbia e Equador são grandes exportadores de petróleo para os Estados Unidos. A China compra cada vez mais da Venezuela.

Por causa do gigantismo geográfico-populacional-econômico, o Brasil sobressai naturalmente como potência regional. Por isso cumpre-lhe ser cooperativo e solidário com os vizinhos que buscam o desenvolvimento, às vezes tentando corrigir atabalhoadamente séculos de injustiça social. Neste aspecto, a política externa brasileira formula-se essencialmente como política de Estado, atenta aos interesses nacionais permanentes, acima da temporalidade dos governos. Tal e qual hoje preservamos nossa autonomia como nação independente, sem alinhamentos automáticos ou servidões ideológicas, auguramos que nossos parceiros trilhem a mesma rota de altivez na defesa de seus interesses nacionais.

Ao contrário das potências industriais, que recebem “lições de casa” opostas ao que fizeram para desenvolver-se, não podemos esquecer nossa história nem deixar de ver que ainda temos problemas estruturais dos quais os vizinhos também tentam se livrar. Em contrapartida, não faltam provocadores para açular retaliações quando a Argentina protege sua indústria da competitividade dos produtos brasileiros, o Paraguai anuncia a revisão da alta concentração da propriedade da terra ou a Bolívia estatiza seus recursos minerais – medida que tomamos em 1934, com tal extensão que ficou proibido furar um poço no quintal sem autorização do Estado.

Incidentes naturais com alguns vizinhos, um deles incubado de décadas, o de Itaipu com o Paraguai, e, recentemente, os de companhias brasileiras na Bolívia e Equador, sinalizam que quanto maior for o desenvolvimento assimétrico do Brasil na região, mais crescerá a tentativa esdrúxula de qualificar o País já não como cabeça-de-ponte do “imperialismo americano”, como se dizia durante o governo militar (“subimperialismo brasileiro”), mas como um dragão neocolonial a esfumaçar a soberania de vizinhos. Em



Presidentes durante encontro da União de Nações Sul-Americanas (Unasul), em maio de 2008, Brasília

verdade, está se contornando um novo tabuleiro geopolítico na América do Sul. A emergência em bloco de governos com matizes nacionais e democráticos, a exemplo de Bolívia, Equador, Paraguai e Venezuela, indica que nossa diplomacia terá de desdobrar-se para desmontar factoides e acomodar os interesses econômicos com a tradição de boa-vizinhança, hoje fortalecida por uma corrente integracionista, cooperativa e solidária que viceja no subcontinente. Somos o segundo país que mais tem vizinhos de chão (dez, com a Guiana Francesa), só superado pelos 17 da Rússia, mas com todos vivemos em paz ao longo de 16.889 km de fronteiras.

De qualquer forma, é ilusão achar que vivemos num mundo pacífico. O que não faltam são escaramuças e guerras promovidas pelas potências e seus satélites. Como já tivemos oportunidade de assinalar, “a conjuntura é marcada por instabilidade e choques de interesses entre as potências e seus satélites. Bombardeios de nações soberanas, deposição de governantes, desmantelamento de Estados extrac continentais, forja de nações a partir de enclaves étnicos, invasões de território, são acontecimentos em choque com o ideal da paz”. A América do Sul não está imune a esses conflitos de interesse. Foram vários os litígios regionais nos últimos 30 anos, alguns ainda latentes, como os eclodidos por limites marítimos e terrestres entre Chile e Peru, Chile e Bolívia, Venezuela e Guiana, Peru e Equador, e recentemente opondo Equador e Colômbia por invasão de território. Em 1978, Argentina e Chile quase foram à guerra pela posse de três ilhas no Canal de Beagle, numa demonstração de que o interesse nacional não se modela com ideologia nem afinidade política, pois os governos (militares) dos dois países na época (Videla e Pinochet) eram ditaduras siamesas.

Problemas sempre haverá nas relações entre vizinhos-parceiros que compartilham dificuldades e desafios e buscam superá-los a partir de um projeto nacional baseado na soberania. Num e noutro episódio, um país poderá considerar que seu interesse está em risco, mas seu único caminho será a mesa de negociações, institucionalizando-se um foro regional para a solução pacífica de controvérsias, sem atenção ao histrionismo de palanque ou o concurso de potências extrarregionais, como recentemente conseguimos operar no incidente da Colômbia versus Equador e do conflito interno em curso na Bolívia. Trata-se de estabilizar a relação de amizade, econômica, mas não predatória, com vistas à prosperidade conjunta, preparando as economias do subcontinente para a participação competitiva no mundo globalizado. Um bom parâmetro pode ser a relação que o Brasil consolida com os Estados Unidos, baseada na disputa e na cooperação.

Não só no Brasil, mas também nos países vizinhos, temos problemas graves e urgentes a enfrentar antes de nos distrairmos na canoa furada do “imperialismo brasileiro”. Tal como ocorreu, e ainda ocorre, entre nós, a exemplo de movimentos de ruptura como a Guerra aos Holandeses, a Independência, a Abolição, a República e a Revolução de 1930, também nos demais países da América do Sul nenhum partido ou movimento político-social terá capacidade de alcançar sozinho mudanças estruturais relevantes e duradouras. Só a união de forças heterogêneas, como se deu nos ciclos transformadores da sociedade brasileira, poderá criar a base para manter nossos países na senda do desenvolvimento contínuo e sustentável.

Aldo Rebelo é deputado federal pelo PCdoB/SP

**LOUVÁVEL É UMA
REVISTA QUE
DA PRIMEIRA
À CENTÉSIMA
EDIÇÃO MANTÉM
INALTERADOS
SEUS PRINCÍPIOS.**

Parabéns, Revista Principios, pela histórica e meritosa centésima edição.



CTB

SINDICATO DOS TRABALHADORES
METALÚRGICOS
DE CAXIAS DO SUL E REGIÃO
NOSSA CLASSE FAZENDO HISTÓRIA

A dinâmica revolucionária e os fundamentos materialistas do marxismo

O professor Quartim de Moraes passa em revista o caminho percorrido pela ação transformadora do marxismo no século XX e aponta as singularidades e o alcance dos processos revolucionários segundo a realidade dos países, orientação e política de alianças adotadas



JOÃO QUARTIM DE MORAES

Em 1989-1991, durante a derrocada do campo socialista do Leste Europeu e da União Soviética, em que se exauriu a grandiosa experiência revolucionária aberta com a Revolução de Outubro 1917, longas colunas de desertores, perplexos e desanimados, capitulando diante do que consideravam o “fracasso” do marxismo e da ideia mesma de socialismo, foram

comer na mão dos sub-pensadores do “fim da história”. Perante esse penoso espetáculo – agravado pela desenvoltura bélica da OTAN e pela ofensiva neoliberal contra as conquistas sociais dos trabalhadores nos países burgueses –, a prioridade, para os comunistas honrados, não era proceder ao exame crítico das causas e do significado do desmonte da sociedade soviética, por mais imprescindível que ele fosse, mas

defender o legado teórico de Marx, Engels, Lênin e continuadores, assim como o exemplo histórico das lutas revolucionárias de todos os povos.

Duas décadas depois do grande desastre soviético, acumulam-se os sinais de que as forças anti-imperialistas e socialistas chegam, em escala internacional, ao final do período de defensiva estratégica. Em vários países da América Latina, elas estão na ofensiva. A bancarrota de Wall Street pode acelerar a crise da hegemonia planetária estadunidense, já minada pelo insucesso das aventuras bélicas de recolonização do Médio Oriente. É mais do que tempo, para o marxismo e o comunismo, de reavaliar os fundamentos filosóficos de seu combate e de suas expectativas sobre o curso da história universal.

Não faltam explicações econômicas e políticas para as derrotas da luta pelo socialismo. Não perderemos tempo com os ideólogos do capital, para os quais toda tentativa de superar as “leis do mercado” e a lógica da valorização do capital estão de antemão fadadas ao insucesso. No interior do marxismo, desde a grande revolução bolchevista de outubro 1917, muitas foram as críticas dirigidas à experiência soviética, a começar pelas de Rosa Luxemburgo. A de maiores consequências político conduziu, no final dos anos 1950, à chamada ruptura sino-soviética, com desastrosos efeitos sobre o movimento comunista e anti-imperialista internacional. Mas a questão fundamental concerne à célebre definição enunciada na *Ideologia Alemã*: “O comunismo não é para nós um estado de coisas (ein Zustand) que deva ser implantado, nem um ideal ao qual a realidade deva se adaptar. Chamamos comunismo o movimento real que abole o presente estado de coisas (den jetzigen Zustand). As condições desse movimento resultam de premissas que já existem (der jetzt bestehenden Voraussetzung)” (1). Essas premissas não somente continuam existindo, mas nos oferecem a chave da compreensão do mundo atual, notadamente das crises que, por serem historicamente condicionadas, assumiram maiores proporções com o desenvolvimento da grande indústria e a importância crescente do sistema de crédito. Mas não podemos deixar de reconhecer que a realidade do “movimento que abole o presente estado de coisas” se manifesta apenas contraditoriamente, como tendência negada pe-

Duas décadas
depois do
grande desastre
soviético,
acumulam-se
os sinais de que
as forças anti-
imperialistas
e socialistas
chegam,
em escala
internacional, ao
final do período
de defensiva
estratégica.

la persistente dominação das relações capitalistas de produção.

No *Manifesto Comunista* redigido por Marx e Engels por incumbência da Liga dos comunistas, a ideia de que a tendência ao comunismo está inscrita na dinâmica histórica também se expressa no movimento objetivamente contraditório do capital: o desenvolvimento, potencialmente pujante, das forças produ-

tivas é freado pelos limites impostos pela lógica da valorização à reprodução ampliada do processo produtivo. Mas nele se acrescenta a expectativa de que o proletariado romperia a dominação burguesa nos países europeus avançados e instauraria uma livre associação de produtores, na qual, a ciência, a técnica e todos os meios de produção da riqueza social se tornariam patrimônio comum da humanidade. Em 1848-49, como notamos em “O *Manifesto* e a refundação do comunismo” (2), era plausível a hipótese de que o proletariado europeu tomaria o poder nos países de maior desenvolvimento capitalista. Tomou-o em 1871 efemeramente, embora, na capital da França. Tomou-o e o conservou na Rússia de 1917. No entanto, ainda que confirmando, em larga medida, as expectativas do *Manifesto* sobre o papel do proletariado europeu na emancipação universal do trabalho, a revolução de Outubro de 1917 comportava pelo menos dois

componentes fortemente heterodoxos: o partido de vanguarda (organização revolucionária “de tipo novo”, o *Manifesto*) e a aliança da classe operária com o imenso campesinato russo, construída no programa e na ação pela lúcida e audaciosa política dos bolchevistas sob a direção de Lênin.

Enquanto durou o impulso revolucionário do movimento operário europeu, a heterodoxia bolchevista foi considerada desvio de rota circunstancial relativamente ao curso da revolução proletária previsto no *Manifesto*: rompido o elo mais fraco do capitalismo, o proletariado logo conquistaria o poder nos países economicamente mais avançados e o grande rio da História voltaria a seu curso normal (3). Os dirigentes da Rússia revolucionária e do movimento comunista internacional tiveram razão em considerar, naquele momento, que estavam no prelúdio da vitória do proletariado na Europa central e ocidental. Quatro ou cinco anos depois, porém, a ofensiva proletária estimulada pela vitoriosa revolução bolchevista quebrava-se nas



Em alguns meses será escolhida a sede das Olimpíadas e Paraolimpíadas de 2016. O Rio é uma das 4 cidades finalistas. Os Jogos nunca aconteceram na América do Sul. E agora é a hora e a vez do Brasil. As Olimpíadas vão inserir o país no centro da atenção mundial, promovendo e incentivando investimentos em transporte, segurança e urbanização. Gerando mais qualidade de vida, bons negócios e centenas de milhares de empregos, não só no Rio, mas no país inteiro. Antes, durante e depois dos Jogos, deixando uma herança de desenvolvimento social. Agora, tudo isso depende também de você, do seu apoio. Nenhuma cidade-sede vence sem contagiar sua gente. Participe. Vamos mostrar ao Comitê Olímpico Internacional que nossa candidatura já empolgou a torcida brasileira. **Acesse o portal do Ministério do Esporte – www.esporte.gov.br – conheça o projeto e assine embaixo o seu apoio.**



**A gente conta com
um campeão mundial:
o braço forte de
190 milhões de brasileiros.**

Olimpíadas no Brasil: esse jogo dá futuro.

muralhas da reação. Mais adiante, entretanto, na Espanha, de 1936 a 1939 e nas fileiras do glorioso Exército Vermelho ou na luta armada dos partisans, de 1941 a 1945, reencontramos o movimento operário europeu, com os comunistas à frente, na linha de fogo da luta contra o nazifascismo. Nas décadas seguintes, ele se manteve na linha de frente das grandes lutas sociais na Europa Ocidental, notadamente da greve geral de maio de 1968 na França e da revolução de 1974 em Portugal.

Mas a corrente principal do combate revolucionário internacional deslocara-se, a partir da longa guerra de libertação conduzida pelos comunistas chineses, passo gigantesco rumo à emancipação dos povos da Ásia, para os três continentes submetidos à agressão colonial e à dominação imperialista. Ela assumira novas formas (guerras populares) e novo conteúdo (nacional-camponês). Os resultados históricos dessas revoluções foram muito diferentes: onde e quando elas aprofundaram-se rumo ao socialismo, estava presente a fórmula da vitória soviética: a aliança operário-camponesa; onde faltou esta aliança, a luta de libertação nacional não foi além da descolonização. Mas nenhuma delas correspondeu à dinâmica histórica anunciada em 1848.

A explicação mais aceita do “desvio” das revoluções vitoriosas para a periferia colonial do sistema capitalista está na teoria do elo mais fraco: não é nos países onde o capitalismo é mais desenvolvido, mas naqueles onde as contradições provocadas pelo desenvolvimento do modo de produção capitalista interagem com formas pré-capitalistas de exploração e de opressão que se criam as condições mais propícias à ruptura revolucionária. Mas na medida em que, na segunda metade do século XX, somente triunfaram as lutas de libertação nacional dos povos submetidos ao imperialismo e ao colonialismo, a noção de elo mais fraco mudou de significado. Ela tinha sido concebida para explicar por que as revoluções operário-socialistas não triunfavam nos países capitalistas mais desenvolvidos. O desvio russo cabia dentro dessa explicação, mas não o desvio colonial. Pressentida por Lênin, quando enfatizou a adesão da “aristocracia operária” dos países imperialistas à ordem burguesa, a transferência para os continentes colonizados dos aspectos mais opressivos da exploração capitalista foi justificada por Mao Tsetung em suas teses sobre o “cerco das cidades pelo campo”. A despeito de sua unilateralidade, elas apontam para o ponto cego das previsões de Marx e de Engels: a polarização em escala planetária entre o imperialismo e os povos coloniais.

O evidente descompasso entre o curso efetivo da revolução no século XX e as exaltantes expectativas

sobre a missão redentora atribuída à classe operária pelo *Manifesto* não põe em questão nem a crítica da economia política burguesa desenvolvida no *Capital* e nas obras conexas (ela continua a nos oferecer a chave da compreensão do mundo atual), nem os objetivos essenciais do programa histórico do comunismo, mas tão somente a mística redentora, esse culto profano da Razão na História. Jacob Gorender (um homem cuja vida e cuja obra merecem respeito) inferiu desse descompasso, cuja expressão mais desastrosa foi a destruição da União Soviética, que “a classe operária é ontologicamente reformista”. Esta frase lamentável apenas reveste de desanimado verniz filosofante a constatação, velha de mais de um século (remonta a Kautsky, de quem Lênin a retomou), de que a consciência socialista chega “de fora para dentro” na classe operária, já que esta, espontaneamente (isto é, sem teoria e organização revolucionária), trava somente lutas reivindicativas. A conclusão que Lênin, e mesmo Kautsky, extraíram da constatação do reformismo espontâneo dos operários foi o ânimo para forjar o partido do socialismo. Com a diferença de que Lênin foi a fundo na questão, mostrando que a exploração imperialista da periferia colonial favorecia a formação de uma aristocracia operária nos países dominantes, reforçando o reformismo e a aceitação do capitalismo.

O uso recorrente do vocabulário “ontológico”, modismo intelectual difundido nos meios marxistas do Brasil pelos epígonos de G. Lukács, permite as mais díspares conclusões, servindo tanto para declarar a classe operária reformista em sua essência, quanto para confortar, num registro otimista, mas igualmente idealista, a “missão histórica” do proletariado. Comum às duas posições é supor que há uma essência humana trans-histórica, à qual se podem atribuir predicados positivos ou negativos, todos eles, como é próprio às especulações metafísicas, impermeáveis a qualquer comprovação. Não é casual a ostensiva preferência dos marxistas “ontológicos” pelo jovem Marx, do qual eles extraem uma esquemática história da “essência genérica” do homem em três atos: (1) a unidade inicial do “ser social”; (2) a ruptura dessa unidade pela alienação do trabalho, que reduz as relações entre os homens a relações entre mercadorias; e (3) a supressão da alienação pelo comunismo. O caráter revolucionário do marxismo, segundo essa doutrina pronta e fechada, estaria no reconhecimento de que a reconciliação da humanidade consigo mesma supõe a supressão do trabalho alienado. Com certeza, uma vez ultrapassada a lógica da valorização do capital e suprimida a exploração do trabalho pelo capital, a resolução feliz da alternativa socialismo ou barbárie conduzirá a humanidade a um patamar de

civilização inédito. Mas não é subjetivizando a história – isto é, entendendo-a como o processo trans-histórico da alienação/desalienação do sujeito coletivo Humanidade – que chegaremos lá.

Mesmo admitindo que o marxismo não é uma filosofia, mas um movimento de ideias em que concorrem várias posições filosóficas (que vão do materialismo ao racionalismo neo-hegeliano), cabe assinalar que, no afã de enfatizar a subjetividade, o “trabalhismo ontológico” professado por alguns epígonos de Lukács e de seu discípulo francês Goldmann chega a sustentar teses frontalmente opostas às de Marx. Assim, um deles, Youssef Ishagpour, declara em uma edição de fragmentos póstumos de Goldmann, que “a fonte exclusiva da riqueza econômica” é “o trabalho” (5). Um mínimo de conhecimento sério da obra de Marx bastaria para saber que, segundo este:

“o trabalho não é a fonte (ênfase no original: nicht die Quelle) de toda riqueza. A natureza é a fonte dos valores de uso (e é exatamente nisso que consiste a riqueza material) tanto quanto o trabalho, o qual, não é, em si mesmo, nada mais do que a manifestação de uma força material, a força de trabalho humana. [...] Os burgueses têm boas razões para atribuir ao trabalho uma potência criativa sobrenatural, na verdade, é exatamente o laço unindo o trabalho à natureza que faz com que o homem despojado de qualquer propriedade além da de sua força de trabalho, deva ser, em todas as sociedades e civilizações, o escravo de outros homens que se tornaram proprietários das condições materiais do trabalho” (6).

Certamente, não é atribuindo ao trabalho uma potência criativa sobrenatural que levaremos adiante o indispensável aprofundamento crítico dos pressupostos em que se apoia a ideia de que a tendência

ao comunismo está inscrita na dinâmica histórica. Só os cegos voluntários podem deixar de constatar o desvio de rota relativamente ao curso da revolução proletária previsto no *Manifesto*. Como desviar desse desvio? Desde logo, levando inteiramente a sério, na discussão das perspectivas do programa comunista, a célebre e radicalmente materialista exortação de Lênin pela análise concreta da situação concreta. A presente situação internacional apresenta traços novos, dos quais evidentemente a crise econômica aguda no centro do capitalismo é o mais notável. Pela primeira vez desde que foi desencadeada, em 1979-1980, pelos ultrarreacionários Margaret Thatcher, na Inglaterra, e Ronald Reagan, nos Estados Unidos, um ataque frontal contra o “welfare state” (7), os preceitos do neoliberalismo sofrem desmoralização generalizada. Mas o desgaste do inimigo não implica automaticamente o fortalecimento do movimento operário e socialista. A crise suscita a retomada das lutas sociais e enfraquece a posição hegemônica dos Estados Unidos, mas por enquanto não a ponto de impedir o prosseguimento das guerras imperialistas de recolonização, hoje concentradas no Médio Oriente. Decisivo para os comunistas nessa nova situação é discernir, em escala internacional, e transformar em plataforma unitária a mais dinâmica articulação entre o conteúdo anti-imperialista e o conteúdo socialista da grande batalha de ideias que está na ordem-do-dia. O leninismo, de novo e sempre, é o melhor guia para a ação e o melhor antídoto contra a tendência utópica a deixar de lado o curso concreto do processo histórico para somente reiterar os grandiosos objetivos finais da desalienação do trabalho.

João Quartim de Moraes é professor de Filosofia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Notas

- (1) *Ideologia Alemã*, Parte 1, A, p. 226. (ênfase do original). Sempre é bom lembrar que esse livro não foi voluntariamente publicado por Marx e Engels e que, portanto, não pode ter o mesmo peso que as obras que eles próprios publicaram.
- (2) Ver *Crítica Marxista*, 6 (1998), p. 126-127.
- (3) Lênin, em geral comedido e sóbrio em suas previsões, concluiu o discurso de encerramento do Congresso de fundação da Internacional Comunista, a 6 de março 1919, com a solene declaração de que estava próxima a hora da fundação da República Mundial dos Sovietes.
- (4) Antes mesmo, porém, do esmagamento das revoluções operárias europeias de 1918-1924, a traição social-democrata ao compromisso solene de lutar contra a guerra e de não permitir que as burguesias dos países beligerantes se servissem de “seus” trabalhadores como carne de canhão, introduzira no movimento operário europeu uma amarga e duradoura ruptura.
- (5) ISHAGPOUR, Y. *Lukács y Heidegger*, Buenos Aires, Amorrortu, 1975, p. 16.
- (6) MARX, K. “Glosas marginais ao programa do partido alemão do trabalho”, in *Ausgewählte Werke*, band IV, op. cit., p. 382-383 (ênfase no original).
- (7) Preconizada por Hayek e outros ideólogos da “reação capitalista”, essa política econômica foi aplicada experimentalmente no Chile, sob a bota de Pinochet, pelos “Chicago-boys”.

Marx, Keynes e a Finança Capitalista

LUIZ GONZAGA DE MELLO BELLUZZO

Dois pensadores cujas obras se vinculam a polos opostos de classe e de projetos de sociedade foram re-valorizados no curso da presente crise capitalista, Marx e Keynes. O professor Belluzzo, destacado economista e, honrosamente, colaborador assíduo de Princípios, apresenta neste ensaio elaborações destacadas desses dois autores sobre uma singularidade marcante dessa tormenta que assola o mundo: os efeitos do agigantamento do capital fictício. Para Marx, explica Belluzzo, “No capital a juros, o capital parece negar o que, prima facie, for colocado em seus fundamentos”. E acrescenta: “Quando Marx diz que ‘parece negar’ não está dizendo que é uma mera ilusão, mas que o sistema, em sua ‘realidade concreta’, funciona em contradição com seus fundamentos. O capital, em sua forma suprema, mais desenvolvida, parece tentar a obtenção da mais-valia do seu próprio processo de circulação, da relação consigo mesmo (D-D’), prescindindo da mais-valia que possibilita a valorização”.

Já Keynes, sublinha Belluzzo, alertava que os possuidores dos meios de produção podem usar seu poder para promover o próprio enriquecimento, em benefício do conjunto da sociedade ou simplesmente entregar-se ao “amor do dinheiro” e à proteção patrimonial, produzindo a pobreza coletiva.





Pintura a óleo de René Magritte

as “formas”. Mas a exposição teórica se inicia com a forma elementar, a mercadoria. Da mercadoria para o dinheiro, do dinheiro para o capital; da circulação e da re-produção do capital para a autonomização e desenvolvimento das formas capital produtivo, capital mercantil e capital a juros. A mercadoria em sua dupla determinação de valor de uso e valor de troca é analisada com a categoria mais elementar do regime de produção capitalista já constituído. A “mercantilização geral” só ocorre sob o capitalismo. O capital a juros é a forma mais geral porque corresponde à culminância do processo de construção teórica que avança da mercadoria e do dinheiro – as formas mais abstratas – para as formas mais concretas que correspondem à feição final assumida pelo regime do capital.

No capital a juros, o capital parece negar o que, *prima facie*, for colocado em seus fundamentos. Quando Marx diz que “parece negar” não está dizendo

que é uma mera ilusão, mas que o sistema, em sua “realidade concreta”, funciona em contradição com seus fundamentos. O capital, em sua forma suprema, mais desenvolvida, parece tentar a obtenção da mais-valia do seu próprio processo de circulação, da relação consigo mesmo (D-D’), prescindindo da mais-valia que possibilita a valorização.

Quando Marx fala da socialização produzida pelo crédito concentrado nos bancos no processo de expansão do sistema capitalista, isto significa que o crédito permite o aumento das escalas produtivas, da massa de trabalhadores reunidos e explorados sob o comando de um só capital.

Significa mais que isto: os capitalistas passam a ser mais interdependentes e “solidários” sob o sistema de crédito. Na sociedade anônima, os proprietários individuais são substituídos, em sua função de controle do capital, pelos administradores profissionais e pelos gerentes. O capitalista passa a ser o detentor de uma quota, parte do valor do capital. Com o sistema de crédito, separam-se efetivamente o capital em funções e o capital enquanto proprieda-

I – Marx: Crédito, Acumulação e Capital Fictício

No livro III de *O Capital*, Marx examina as características do moderno sistema de crédito:

O nivelamento da taxa de lucro “sobre o qual repousa toda a produção capitalista”. Marx discute aí o instrumento apropriado para a mobilidade dos capitais no processo de igualação da taxa de lucro.

Diminuição dos custos de circulação. O sistema de crédito reduz a necessidade de retenção de fundos capitalistas dada a centralização do capital monetário nos bancos de depósito e demais instituições de crédito, o que permite acelerar o processo de reprodução do capital.

O sistema de crédito permite a acumulação de capital muito além das possibilidades de cada capital industrial e ao mesmo tempo torna concreta a ocorrência de crises de realização e de superprodução.

Marx trabalha de uma forma peculiar ao demonstrar a gênese e a estrutura das relações de produção capitalistas: a investigação começa pelo regime do capital já constituído e articulado em todas as su-

de. Essa separação do capital em funções do capital como propriedade, faz com que toda remuneração apareça sob a forma de juros. (Formas aparentiais não são formas ilusórias, mas as formas necessárias pelas quais se manifestam as relações de produção transformadas pelo processo de abstração real promovido pelo movimento de autotransformação e diferenciação das relações capitalistas.) Os juros aparecem como forma de remuneração do capital total. Essa forma de capital é a forma mais geral e abstrata de existência do capital, a sua forma “verdadeira”, no sentido de que é a mais desenvolvida.

Função e propriedade não estavam separadas quando se trata do capital em geral. O capitalista e industrial representava ambas as coisas, função e propriedade. Marx fala claramente que essa forma de existência do capital dá origem ao monopólio e à crescente intervenção do Estado na economia.

A propriedade do capital agora é exercida, em última instância, sob a forma social (pelos bancos e pela massa de poupadores), o que possibilita e incita o controle e a intervenção do Estado. Marx desdobra analiticamente a questão em dois aspectos: primeiro, o fato de a propriedade ser exercida agora sob a forma social, dentro dos limites do regime do capital. Trata-se da abolição progressiva da propriedade individual sem destruir os princípios da propriedade privada. Esse fenômeno tem também como contrapartida a mobilização social dos fundos capitalistas concentrados nas instituições bancárias.

A ideia de que o capital social está concentrado nos bancos, significa que isso tem implicações tanto para a circulação mercantil como para a acumulação e reprodução. Os bancos cumprem funções distintas aí. Qual a implicação para a circulação mercantil? Essa circulação não está mais adstrita à capacidade de uns capitalistas concederem crédito a outros, mas à capacidade dos agentes que administram o “capital socializado” de descontarem os títulos que os capitalistas apresentam. Neste caso os bancos agem como provedores de liquidez aos certificados das transações realizadas pelo setor privado. Marx quer mostrar que a circulação e a reprodução continuam a se apoiar nas transações entre proprietários privados de mercadorias e na subordinação da força de trabalho, mas que o sistema de crédito impõe a eles uma subordinação às regras da concorrência.

Sob o crédito, a circulação do capital e do dinheiro não depende mais do endosso sucessivo dos títulos de crédito pelos capitalistas: a confiança está agora concentrada nos bancos. Marx reforça a ideia de que, ao concentrar capital monetário, os bancos ganham a prerrogativa de emitir notas que abastecem as necessidades de liquidez da economia. Isso altera

as regras de funcionamento de gestão monetária: a moeda de crédito, ao mesmo tempo em que transforma os bancos em emissores de meios de pagamento também concede uma centralidade incontornável ao Banco Central. Essa instituição estabelece as mediações entre os bancos privados e a soberania monetária do Estado. O Banco Central cuida de regular as delicadas relações entre a moeda como bem público – ou seja, referência “confiável” para as decisões de endividamento destinado a prover liquidez à produção, ao consumo e ao investimento – e sua “outra” natureza, a de objeto do enriquecimento privado.

A expansão da economia capitalista foi acelerada pela capacidade dos bancos de emprestar, diversificando o risco, um múltiplo dos depósitos à vista escriturados em seus registros. São passivos que podem ser exigidos pelos depositantes sem pré-aviso e mobilizados por eles como meios de pagamento. Os bancos criam moeda. De certa forma, todas as inovações são descendentes das técnicas de “alavancagem” e das tentativas de repartir o risco.

No que diz respeito à acumulação e à reprodução do capital, a concentração do crédito tem efeito ainda mais importante na medida em que permite ao banco fazer antecipação de capital monetário para as unidades de produção de valor. Essa possibilidade de antecipar capital, abastecer liquidez para o investimento, dá uma força redobrada ao processo de reprodução ampliada, à acumulação e seus efeitos decorrentes, como a culminação da concorrência na concentração e a centralização dos capitais.

A forma social assumida pelo capital no sistema de crédito rompe barreiras que estavam colocadas pela forma de existência da propriedade particular. Por isso o capitalismo não é definido apenas pela existência da propriedade privada, mas como um sistema que tende a integrar e submeter todas as formas de existência, solidariza o movimento de reprodução da vida econômica e social. Isto não apenas porque os produtores se tornam mais interdependentes, ou porque mais trabalhadores são colocados sob o comando do mesmo capital, mas sim porque tende a romper as barreiras que fazem a acumulação depender das decisões puramente individuais sem que o sistema deixe de se basear na decisão privada quanto à valorização da riqueza.

O sistema de crédito permite que os capitalistas se associem como proprietários do mesmo capital. Marx faz uso da abstração real: as formas concretas realizam o conceito que as determina. Neste caso, a propriedade coletiva dentro dos marcos jurídicos da propriedade privada mostra como a interdependência entre os produtores acirra a concorrência entre eles e promove a concentração do capital produtivo

e a centralização do comando capitalista. O processo de abstração real vai se concretizando em formas reais de existência da propriedade (1). A participação acionária e seus desdobramentos realizam a propriedade coletiva dos meios de produção pelos capitalistas no propósito de se enfrentarem na arena da concorrência e das rivalidades. A grande empresa capitalista centraliza os fundos que permitem operar os meios de produção de que dispõe. (A ação é a forma mais conspícua de manifestação desse fenômeno porque ele significa que cada propriedade funciona em relação ao capital como o proprietário de uma quota parte desse valor, que é um valor já socializado.) A abstração crescente do capital acompanha suas formas mais concretas, mais imediatas. Pode-se dizer que o sistema de crédito, em suas articulações com a economia real da produção e do emprego, encarna a forma geral do capital. No capital por ações, o proprietário tem em mente escapar dos constrangimentos de um empreendimento particular. No capital a juros, os prestamistas finais disponibilizam – através dos bancos comerciais e demais intermediários financeiros – recursos para o conjunto da classe capitalista para um empreendimento que eles, os investidores finais, não sabem qual é.

A partir daí Marx vai analisar a natureza do capital fictício: e vai mostrar que tudo no capitalismo, que todas as suas formas de valorização aparecem como se fossem subordinadas a essa valorização de capital fictício. Todas as formas de renda aparecem necessariamente sob a forma de renda capitalizada (inclusive estende aos salários). Marx dá o exemplo de uma aplicação de 100 libras que rende 5%. Isso significa que qualquer aplicação de 100 libras, tomando a taxa de juros média do mercado, deve render 5%. Quando ele faz esta afirmação, está dizendo que a taxa de juros aparece efetivamente como o limite inferior da aplicação de qualquer capital. A existência da capitalização ou dessa forma de remuneração do capital determina o preço de aquisição de ativos. Todos os capitalistas, inclusive os capitalistas em função, passam a calcular seu capital a partir desse critério. A forma-propriedade do capital, a relação jurídica de propriedade, reaparece no capital financeiro e passa a se sobrepor às demais: as normas da valorização do capital efetivo são fixadas no mercado de valores fictícios.

Os títulos representativos de direitos à riqueza

A expansão da economia capitalista foi acelerada pela capacidade dos bancos de emprestar, diversificando o risco, um múltiplo dos depósitos à vista escriturados em seus registros.

impõem uma nova forma de cálculo, de avaliação do valor de todo o capital. Essa nova forma se dá pelo rendimento esperado que o capitalista pretende obter do rendimento de uma soma qualquer, seja a aplicação, seja um título já existente, seja em títulos novos, seja em capital produtivo. Há um deslocamento de eixo de cálculo capitalista.

O capital fictício tem uma importância teórica maior do que os marxistas costumam lhe atribuir. O capital fictício introduz critérios de valorização do capital, distintos do capital efetivo. Esses critérios são necessariamente especulativos, no sentido de que se apoiam na avaliação do curso esperado do preço dos títulos. É o rendimento esperado descontado pela taxa de juros do mercado.

No capítulo sobre expectativas em longo prazo, Keynes fala que, antes dos mercados financeiros desenvolvidos, o investimento era irrevogável para o capitalista. Com o aparecimento das novas formas de investimento, o capitalista deixa de estar ligado àquele investimento, tem agora maior mobilidade. O lado negativo desta mobilidade é a avaliação que o capitalista é obrigado a fazer a respeito do curso futuro desses valores, o que pode reduzir seu impulso a criar nova riqueza, novas formas produtivas.

Marx vai insistir que o “valor do capital é sempre um ingresso capitalizando”. A ideia de capital fictício não tem a ver com o fato de os títulos serem meras duplicações, mas tem a ver com a natureza da capitalização desse valor, que é imaginária, realizada através do cálculo do valor presente do ativo.

Nos capítulos sobre Capital a Juros e Capital-Efetivo Marx vai tratar das relações entre taxas de lucros e taxas de juros no ciclo e também da demanda de crédito no ciclo. No que diz respeito à relação entre as duas taxas, elas tendem a ter comportamentos divergentes em algumas fases do ciclo. Convergem no momento de auge, ambas tendem a subir. Quando se abandona o auge, na reversão o movimento é divergente. (Marx discute aí com Tooke e Fullarton.) Ao iniciar-se a reversão a taxa de lucro já é baixa, mas a de juros sobe. Na depressão convergem, e na recuperação o movimento é divergente – na recuperação a taxa de lucro é alta e a de juros baixa. Em uma carta, Engels diz que quando ocorre a reversão, ou seja, quando cai a demanda do capital de empréstimo porque os capitalistas não estão investindo mais, então, a taxa de juros cai também porque há

um excesso de capital. Marx responde discordando.

A relação das duas taxas no auge tem a ver com o financiamento de acumulação capitalista, fundos não demandados para financiar a acumulação. Quando reverte, o crédito concedido para a circulação mercantil cai, como antecipação de capital cai (a demanda de crédito), porém continua alta a demanda de meios para pagamento para pagar o rastro de dívidas acumuladas. Marx inclusive diz que a confusão dos autores ingleses estava no fato de que quando se fragiliza a demanda de dinheiro de crédito para a circulação, cai também a demanda de dinheiro dentro da pequena circulação mercantil

(cai a massa de salário, cai o número de trabalhadores empregados, cai a necessidade de dinheiro para financiar salários etc.). Mas, no entanto, o que continua alta é a demanda de capital-dinheiro sob a forma de meio de pagamento entre os capitalistas (além do fato de que as empresas, no auge do ciclo, fizeram negócios além da conta, isto é, passaram a especular com o crédito farto). Na crise, a quebra de confiança trava o sistema de pagamentos, os bancos retraem a oferta de crédito, e a taxa de juros sobe. O estoque, que é uma dívida, é refinanciado nesta fase. Agrava-se a chamada preferência pela liquidez, aumenta a demanda de dinheiro pelos capitalistas que não confiam mais uns nos outros. Na depressão, as taxas de juros caem e os lucros já estão em seu nível mais baixo. Caem as taxas de juros porque há quebra geral, queima, liquidação de capital efetivo, concentração e recomposição das reservas bancárias daqueles bancos que sobraram (crise clássica). Na recuperação, então com as reservas recompostas com os capitalistas sobreviventes, há uma elevação da taxa de lucro e queda das taxas de juros. Aqueles capitalistas que realizaram sua busca de liquidez ficam mais líquidos. Marx diz que no primeiro momento da recuperação, essa se faz quase que exclusivamente via crédito entre capitalistas, sem recurso ao crédito bancário esta cresce depois.

Marx trata aí simultaneamente das condições de oferta e demanda de crédito.

Existe uma outra questão importante, para explicar a subida da taxa de juros, que é a continuação da especulação mesmo depois que estala a crise, uma certa inércia da especulação. Este fato, Marx se refere à crise de 1857, é que torna os movimentos dos bancos na retração muito mais violenta do que

precisaria ser.

No caso da crise de 1857, a Inglaterra, devido a uma má colheita teve de importar e se desfez de suas reservas em ouro. Não tinha então como compensar, através de uma oferta adicional de meios de pagamentos, a demanda crescente. O banco da Inglaterra deixou que as falências fossem além dos limites. Marx diz então que numa ocasião como esta, o banco tem que baixar a taxa de desconto e compensar a escassez de meios de pagamentos. Marx fala que a variação na taxa de desconto, na Inglaterra, teria sido a menor se o Banco da Inglaterra não tivesse

separado os dois departamentos: o de emissão (ligado ao ouro) e o de valores e títulos.

A crise de 1857 ocorre em plena vigência do ato bancário de 44 que impôs uma conversibilidade das notas em relação a certa quantidade de ouro. E quando sobreveio a crise, como houve uma fuga fantástica de ouro para o exterior, por causa inclusive da situação deficitária permanente do ponto de vista comercial da Inglaterra, o que aconteceu é que o Banco da Inglaterra além da retração normal deu uma “freada” na oferta de crédito. Mas a “freada não foi suficiente porque os bancos começaram a correr para o Banco da Inglaterra para obter disponibilidade de reservas e fazer frente à inadimplência que estavam

enfrentando e à paralisação dos negócios.

Marx critica a teoria quantitativa da época que fundava o valor do dinheiro na conversibilidade com o ouro. No sistema de crédito, o dinheiro entra através da demanda de crédito por parte dos comerciantes e capitalistas. Essa demanda de crédito tem naturezas distintas conforme a fase do ciclo. Na fase de expansão, por exemplo, a demanda é de finança, (para nova acumulação) no sentido keynesiano. Na fase de crise é demanda de meio de pagamento, para manter a solvência dos negócios em operação.

Keynes e a instabilidade da finança no capitalismo

Keynes postula uma constituição do econômico muito distinta, senão antitética, àquela proposta pelas teorias marginalistas ou do Equilíbrio do Equilíbrio Geral. Discípulo de Marshall, Keynes estende os instrumentos marshallianos “à análise da produção como um todo”. A construção do princípio da demanda efetiva é uma derivação original das cur-

Tanto Keynes quanto Marx supõem de partida a existência de relações assimétricas no momento decisivo do intercâmbio capitalista: a troca dinheiro por força de trabalho

vas de oferta e demanda marshallianas: o preço da oferta agregada é definido como a expectativa de receitas – deduzidos os custos dos fatores – que os empresários esperam receber, caso ofereçam um determinado volume de emprego; a demanda agregada é imaginada pelos empresários a partir das receitas – deduzido o custo de uso – que esperam receber dos gastos em consumo e investimento por parte da comunidade.

O manuscrito de 1933, descoberto tardiamente e incorporado ao Volume XXIX das *Obras Completas*, marca a ruptura teórica entre Keynes e seu mestre. Keynes começa com uma distinção entre uma economia cooperativa (ou de salário real) e uma economia empresarial. No modelo da economia cooperativa, cumprem-se exatamente os postulados da teoria “clássica”: 1) o salário real é igual à produtividade marginal do trabalho, que declina à medida que o emprego aumenta, conforme o princípio dos rendimentos decrescentes; a utilidade do salário, para um determinado nível de emprego, é igual à desutilidade, na margem, do esforço despendido pelo trabalhador.

Keynes argumenta que tal economia só poderia existir se as decisões de produção fossem tomadas de forma centralizada e a distribuição dos recursos obedecesse a um plano racional e não à coordenação – executada através do mercado – de uma multidão de decisões privadas. Na economia cooperativa, o objetivo é a maximização do produto material. Nessa economia, evidentemente, não se apresenta o problema da demanda efetiva, uma vez que a decisão de poupar corresponde necessariamente à decisão de investir. (Esse deve ser o enunciado rigoroso da lei de Say, axioma fundamental da economia neoclássica. Para que ele seja logicamente sustentável é preciso imaginar – veremos mais adiante – que os proprietários dos meios de produção são também os produtores diretos.) Assim, nesta economia, o dinheiro só existe como unidade de conta, um expediente destinado a denominar os bens que estão sendo distribuídos conforme as regras de uma sociedade de produtores “cooperados”.

Tanto Keynes quanto Marx supõem de partida a existência de relações assimétricas no momento decisivo do intercâmbio capitalista: a troca dinheiro por força de trabalho. Keynes escreveu nos textos

Um determinado grupo de indivíduos é responsável pelas decisões cruciais. Não é suficiente que sejam sábios, prudentes e virtuosos. Não haverá sabedoria ou virtude capaz de livrá-los de decisões socialmente insensatas

preparatórios da Teoria Geral que concebe “a organização da sociedade consistindo, de um lado, em um número de firmas ou empreendedores que possuem equipamento de capital e comando sobre os recursos sob a forma de dinheiro e, de outro, em um número de trabalhadores buscando emprego. Se a firma decide empregar trabalhadores para usar o equipamento de capital e gerar um produto, ela deve ter suficiente comando sobre o dinheiro para pagar os salários e as matérias-primas que adquirir de outras

firmas, durante o período de produção até o momento em que o produto seja convenientemente vendido por dinheiro”. A economia empresarial imaginada por Keynes funciona conforme “a profícua descoberta de Karl Marx”, ou seja, segue as normas do circuito dinheiro-mercadoria-dinheiro, D-M-D’. A fórmula da circulação do capital utilizada nos manuscritos de 1933 tem o propósito de afirmar o caráter originário do gasto monetário capitalista, num duplo sentido: 1) uma classe social tem a faculdade de gastar acima de sua renda corrente; e 2) esta decisão cria um espaço de valor (a renda nominal), mediante o pagamento dos salários sob a forma monetária. Ao contrário da lei de Say em que a oferta cria a sua própria demanda, é o gasto que cria a renda – *expenditure creates income*. O que permite ao capitalista gastar acima de sua renda corrente é a existência do crédito. Na Teoria Geral, Keynes

tratou do caráter instável do investimento privado, concebido por ele como uma vitória do espírito empreendedor sobre o medo decorrente da “incerteza e da ignorância quanto ao futuro”. É a tensão não mensurável entre as expectativas a respeito da evolução dos rendimentos do novo capital produtivo e o sentimento de segurança proporcionado pelo dinheiro que vão determinar; em cada momento, o desempenho das economias de mercado. A vida do homem comum vai depender do volume de gastos que os capitalistas – detentores dos meios de produção e controladores do crédito – estarão dispostos a realizar, criando mais renda e mais emprego. O destino da sociedade é decidido na alma dos possuidores de riqueza, onde se trava a batalha entre as forças de criação de nova riqueza e o exército negro comandado pelo “amor ao dinheiro”.

As decisões de gasto estão subordinadas às expectativas dos capitalistas – enquanto possuidores

de riqueza monetária – do sistema bancário em derradeira instância – de abrir-mão da liquidez, criando crédito e incorporando novos títulos de dívida à sua carteira de ativos.

Os bancos, operando num regime de reservas fracionárias, desfrutam de uma condição peculiar em relação aos demais intermediários financeiros: a prerrogativa de multiplicar depósitos, isto é, passivos bancários que se convertem em ativos líquidos. Estes depósitos podem ser movimentados por seus titulares com o propósito de adquirir bens e serviços ou de liquidar contratos.

O crédito é uma aposta, sujeita a perdas, no acréscimo de valor a ser criado no processo de produção – cuja operação depende da contratação de força de trabalho e da compra e utilização dos elementos do capital fixo e circulante –, bem como da realização deste valor na venda dos bens produzidos. As decisões de gasto apoiadas no crédito devem, portanto, ser avaliadas pelo sistema de instituições que administra a moeda e os fundos financeiros da sociedade.

Os capitalistas gastam na expectativa de capturar lucros, enquanto geram – ao remunerar os fatores de produção – a renda da comunidade. No processo de “fechamento” do circuito gasto-utilização da renda, os lucros capturados pelas empresas e a fração da renda não-gasta, apropriada pelas famílias, definem o montante da poupança agregada, ou seja, o *fundings* adicional necessário para o pagamento do serviço das dívidas e a acumulação de riqueza. Podemos, desta forma, imaginar a economia como uma estrutura de balanços inter-relacionados e em transformação: aos ativos correspondem passivos que resultaram de decisões passadas. A esta configuração patrimonial estão se agregando os resultados das decisões em curso relativas à posse de ativos e à forma de financiá-los. Além de adiantar recursos líquidos, criar liquidez, para a efetivação do gasto, o sistema bancário – juntamente com os demais intermediários financeiros – é encarregado de intermediar as mudanças patrimoniais ao longo dos sucessivos “momentos” de geração e utilização da renda.

Numa economia monetária, o enriquecimento privado só pode ser alcançado mediante a produção de mercadorias ou a posse de ativos – novos ou já existentes – que dão direitos a rendimentos sob a forma monetária. Em condições de incerteza, os possuidores de riqueza apostam na possibilidade de as formas “particulares” de riqueza preservarem o seu valor no momento crucial e inescapável da conversão para a forma “geral”, o dinheiro.

O dinheiro em Keynes como em Marx não é apenas o intermediário das trocas, mas, sim, simultaneamente um bem público e a única forma socialmente

reconhecida de enriquecimento privado. Enquanto “bem público” o dinheiro é referência para os atos de produção e intercâmbio de mercadorias, assim como para a avaliação da riqueza e das dívidas. Por isso, o dinheiro deve estar sujeito a normas de emissão, circulação e destruição que garantam a reafirmação de sua universalidade como padrão de preços, meio de pagamento e reserva de valor. Há sempre o risco de que, no momento da transfiguração de sua riqueza particular em riqueza geral, o proprietário de ativos ou de mercadorias receba soma de dinheiro inferior ao valor gasto para produzi-los ou adquiri-los. No outro extremo do espectro de riscos, o possuidor de riqueza teme a realização do valor esperado de sua riqueza numa moeda cujo “prêmio de liquidez” está ameaçado por práticas permissivas de monetização das dívidas. Os bancos centrais estão, portanto, submetidos a tensões permanentes. Os credores e proprietários da riqueza líquida costumam exigir mais “austeridade” e os devedores e despossuídos pedem mais generosidade por parte das políticas monetárias. Estas políticas definem, na verdade, as condições de acesso à liquidez, ao obscuro objeto do desejo. Nos momentos em que o medo do futuro atropela o espírito de iniciativa, a demanda capitalista por riqueza pode se concentrar em ativos líquidos já existentes, jogando para baixo os preços dos papéis privados e provocando a contração do crédito, com prejuízos para o emprego e a renda da comunidade. Esta demanda por liquidez não suscita o aumento da produção e a contratação de novos trabalhadores para satisfazê-la. Por isso, o investimento não deve ser deixado exclusivamente aos caprichos do ganho privado. Entregues à sua lógica, os mercados são incapazes de derrotar a incerteza e a ignorância.

Sir Isaiah Berlin valeu-se de Arquíloco para distinguir dois tipos de sabedoria e de ciência: “A raposa sabe muitas coisas, o ouriço sabe uma grande coisa”. O economista George Shackle (2) usou o texto de Berlin para definir Keynes e a Teoria Geral, diante do desencontro de ideias que assolou a chamada teoria econômica durante os anos 1930. Shackle sugeria que, sob vistosa pelugem de raposa, escondia-se Keynes, o ouriço. A Teoria Geral parece ter muitas ideias, mas apenas uma é fundamental: a acumulação de riqueza numa economia descentralizada e monetária é um salto no vazio.

No livro *Epistemics and Economics* (3) Shackle cuida das questões do equilíbrio e da racionalidade, tão caras aos economistas. “O tempo e a lógica”, comenta Shackle, “são estranhos um ao outro. O primeiro implica a ignorância, o segundo demanda um sistema de axiomas, um sistema envolvendo tudo o que é relevante. Mas, infelizmente, o vazio do futuro com-

promete a possibilidade da lógica”.

George Shackle está simplesmente afirmando que a economia é um saber que está obrigado a formular suas hipóteses levando em consideração o tempo histórico, dimensão em que se desenrola a ação humana. Ela deve se entregar ao estudo do comportamento dos agentes privados em busca da riqueza,

no marco de instituições sociais e políticas produzidas ou construídas pelas ações e decisões do passado. A especificidade da ação econômica, numa sociedade em que as decisões são “descentralizadas”, é definida pelo caráter crucial das antecipações do grupo social que detém o controle da riqueza e que deve decidir o seu uso a partir de critérios privados. Por um lado, os planos individuais de utilização da riqueza não podem ser pré-reconciliados; por outro, os resultados não-intencionais do turbilhão de ações egoístas modificam irremediavelmente as circunstâncias em que as decisões foram concebidas. Há, portanto, uma dupla incerteza.

Shackle, combinando criativamente Hayek e Keynes, está conferindo às decisões empresariais de investimento um caráter crucial, na medida em que “criam o futuro”. Esta criação do futuro é, para ele, um ato que decorre do poder originário e irreduzível dos que controlam a criação de riqueza no capitalismo. É um ato praticado em condições de incerteza radical que muda, a cada momento, a configuração da economia.

Os detentores de riqueza sob a forma monetária são obrigados a apostar que nenhum fenômeno perturbador vai ocorrer, entre o momento em que tomam a decisão de empregar o seu dinheiro na contratação de fatores de produção e a recuperação, no futuro, deste valor monetário acrescido do lucro. Tais decisões são tomadas individualmente na suposição ilusória de que o futuro vai continuar reproduzindo o passado.

Keynes não estava negando a possibilidade de funcionamento das economias descentralizadas. Estava sugerindo que, ao contrário do que procurava

demonstrar a bela arquitetura dos modelos de equilíbrio geral, a reprodução destas sociedades não estava garantida. Estava sim amparada em convenções precárias, que poderiam ser desfeitas por impulsos, medos e súbitas mudanças no estado de expectativas da classe social que tem o monopólio dos meios de produção. Esta classe de empresários e de senhores

da finança desfruta de uma posição de poder que nasce da posse dos meios de produção e do controle do crédito. Podem usá-lo para promover o próprio enriquecimento, em benefício do conjunto da sociedade ou simplesmente entregar-se ao “amor do dinheiro” e à proteção patrimonial, produzindo a pobreza coletiva.

Um determinado grupo de indivíduos é responsável, nestas sociedades, pelas decisões cruciais. Não é suficiente que sejam sábios, prudentes e virtuosos. Não haverá sabedoria ou virtude capaz de livrá-los de decisões socialmente insensatas,

simplesmente porque eles não podem abandonar seus impulsos de acumular riqueza abstrata. Tampouco podem – recorrendo à lógica e ao cálculo de probabilidades – adivinhar o futuro. Estão condenados a construir o futuro a cada momento, com o precário conhecimento do passado.

Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo é economista.

Notas

- (1) Marx exemplifica assim argumentando: “Aqueles que acham que atribuir ao valor existência independente é mera abstração esquecem que o movimento do capital industrial é essa abstração como realidade operante (in actu)”, Livro 2, v. 3, Cap. IV, p. 106, Civilização Brasileira.
- (2) Shackle. *La Naturaleza del Pensamiento Económico*, FCE, Mex, 1968.
- (3) Shackle, G. L. S. *Epistemics and Economics*, Cambridge University Press, 1972.

Pintura a óleo de René Magritte





Patrimônio preservado através de inúmeros projetos aprovados na esfera federal.



Carnaval 2009. Organizado, tranquilo e pago pelos patrocinadores com o apoio do governo estadual.

Olinda história

Olinda arte

Olinda emoção

Olinda cidadã

Olinda cidadão

Olinda novo tempo

Novo momento

Realização

Olinda desenvolvimento

Crescimento

Estrutura

Cidade Monumento

Patrimônio da Cultura

474 anos de vida

Cada dia mais linda

Eternamente Olinda



Olindão. Parceria com o Ministério dos Esportes investe 1 milhão em gramado, alambrados, torres de iluminação e vestiários.

V8 e V9 com calçamento, saneamento, luz, água e 661 novas casas.

V O C Ê F A Z

OLINDA

P R E F E I T U R A D A C I D A D E

Relendo Marx

Marx concluiu que o capital procuraria ampliar suas possibilidades de acumulação na forma $D - D'$, na qual ele nunca deixa de existir como riqueza abstrata. E anteviu: quando essa forma se tornasse predominante, a civilização do capital entraria em crise. Benjamin sustenta que a genialidade de Marx "foi ter percebido que o capitalismo se esgotaria, mesmo dando certo. Ou melhor: se esgotaria justamente por dar certo, por desenvolver plenamente suas potencialidades"

CÉSAR BENJAMIN

O mundo moderno permitiu o desenvolvimento pleno, pela primeira vez, das potencialidades e das contradições da forma-mercadoria. Ela esteve presente, é verdade, na grande maioria das sociedades, mas sempre de maneira marginal e limitada. A sociedade burguesa a libertou, transformando-a em princípio organizador da vida social. Marx estudou a fundo esse novo mundo. Não por acaso, começa *O capital* pela análise da mercadoria: é valor de uso, é valor de troca, é fruto do trabalho humano. Não pode existir no singular: só há mercadoria onde há mercadorias.

A relação mercantil mais simples é, pois, $M - M$, e o sentido dessa relação é claro: a troca de qualidades. Pois, considerado como valor de uso, o primeiro M (por exemplo, trigo) é necessariamente diferente do segundo (por exemplo, lã). Por outro lado, a troca só se torna possível porque os agentes nela envolvidos estabelecem um princípio de equivalência entre duas coisas distintas.

Essa troca direta, na forma $M - M$, jamais poderá organizar em torno de si a vida social, pois é muito limitada no espaço e no tempo: o proprietário de trigo que necessita de lã precisa encontrar, no mesmo

momento, no mesmo lugar, o proprietário de lã que necessita de trigo. Se essa dupla condição não for cumprida, o ato de troca não se realiza. Por isso, a forma $M - M$ só opera na margem da vida social.

Para que o espaço mercantil se desenvolva é necessário explicitar e desvelar aquele princípio de equivalência que, na troca simples, estava implícito e velado. Isso ocorre quando uma mercadoria qualquer passa a representá-lo. Essa mercadoria que se torna equivalente geral se chama dinheiro. Com o tempo, ele perde o substrato material para tornar-se completamente simbólico. Quando passa a intermediar o ato de troca, este assume a forma $M - D - M$. O sentido da operação original ($M - M$) é preservado, pois também aqui os agentes partem de um dado M (por exemplo, trigo) para chegar a outro M (por exemplo, lã), qualitativamente diverso. D serve apenas como facilitador do processo: agora, o proprietário de trigo que precisa de lã não necessita mais encontrar o proprietário de lã que precisa de trigo. Ele troca sua mercadoria com qualquer pessoa, em qualquer lugar, em qualquer momento, e recebe o equivalente geral. De posse desse equivalente, compra a mercadoria que desejar, de qualquer outra pessoa, em qualquer outro lugar, em qualquer outro

momento. O espaço-tempo da troca se amplia.

A DIREÇÃO DO PROCESSO aponta para um novo desdobramento. Pois logo a posse do equivalente geral torna-se mais desejável do que a posse de uma mercadoria específica: quem tem o equivalente, tem *in potentia* qualquer mercadoria. Grupos sociais crescentemente importantes passam a operar em um outro circuito de troca: $D - M - D'$. Desaparece a diferença qualitativa entre as duas pontas do processo. É de uma acumulação quantitativa que agora se trata: obter mais do mesmo (D' deve ser maior do que D). Libertadas dos estreitos limites do valor de uso, as relações de troca se expandem ainda mais, agora colocadas a serviço da ampliação da riqueza abstrata, ilimitada por definição.

Essas passagens foram realizadas muitas vezes ao longo da história, em muitas sociedades, criando por toda parte a figura de comerciantes, atacadistas, mercadores e banqueiros. Mas, nas sociedades antigas, a acumulação de capital era sempre bloqueada num ou noutro ponto. Às vezes não havia força de trabalho disponível para produzir o que vender; às vezes não havia redes de distribuição dos produtos; às vezes não havia pessoas dotadas dos meios necessários para comprá-los; às vezes o processo ia do início ao fim, mas o empreendedor não conseguia reter consigo o lucro e reinvesti-lo, reiniciando o ciclo. Antes dos tempos modernos, esse conjunto de condições raramente se completou e nunca adquiriu estabilidade suficiente.

O que houve de novo na Europa moderna, e que está na gênese do mundo atual, foi a inclusão, no circuito do dinheiro, de três elementos que sempre haviam ficado fora dele: a força de trabalho humana, a terra e os meios de produção. Transformar coisas em mercadorias é banal, mas não é banal transformar em mercadorias os atributos fundamentais das

pessoas e da natureza. Karl Polanyi chamou essa passagem de "a grande transformação" e mostrou a violência que ela implica.

SE TUDO SE TRANSFORMA em mercadoria, então o

circuito mercantil reorganiza à sua imagem e semelhança, pela primeira vez na história humana, toda a vida social. Todos os agentes sociais relevantes agora incluem-se nele. Eis a nova forma, muito mais abrangente: $D - [FT + T + MP] - M - D'$, em que FT é a força de trabalho, T é a terra e MP são os meios de produção. Agora, toda produção é produção de mercadorias e, para lembrar Piero Sraffa, a produção de mercadorias passa a ser feita com mercadorias. As coisas não mais se transformam em mercadoria; elas são mercadoria. O circuito mercantil se completou, como a cobra que mordeu o próprio rabo, e assim se tornou irreversível. Nenhum poder externo pode mais destruí-lo.

O estudo específico desse circuito, na sua forma mais avançada, é o ob-

jeto de *O capital*. Marx demonstra que a sociedade organizada para produzir essa acumulação ampliada de riqueza abstrata desenvolverá, pelo menos, quatro características novas:

- (a) será compelida a aumentar incessantemente a massa de mercadorias (M), seja pelo aumento da capacidade de produzi-las, seja pela transformação de mais bens, materiais ou simbólicos, em mercadoria; no limite, tudo será transformado em mercadoria;
- (b) será compelida a ampliar o espaço geográfico inserido nesse circuito, de modo que mais riquezas e mais populações dele participem; no limite, esse espaço será todo o planeta;
- (c) será compelida a criar permanentemente novos bens e novas necessidades; como as "necessidades do estômago" são limitadas, esses novos bens e novas necessidades, criados para dar sus-



tentação a uma acumulação ilimitada, serão, cada vez mais, bens e necessidades voltados para a fantasia, que também é ilimitada;

(d) será compelida a contrair o tempo em que o capital existe encarnado em coisas e valores de uso (FT, MP, M), de modo a mantê-lo, tanto quanto possível, na sua forma preferencial de riqueza abstrata (D).

Essas características vão definir a dinâmica fundamental da nova sociedade. Ela aponta para três direções: uma revolução técnica incessante (voltada para aumentar a potência produtiva, expandir o espaço e contrair o tempo da acumulação), uma profunda revolução cultural (para fazer surgir o homem portador daquelas novas necessidades em expansão) e a formação do sistema-mundo (para incluir o máximo de populações no processo mercantil).

Um enorme esforço de pensamento foi feito durante cem anos – mais ou menos entre 1780 (William Petty) e 1880 (Léon Walras, Carl Menger, William Jevons, Alfred Marshall) – para justificar a existência e demonstrar o potencial dessa sociedade sem mecanismos visíveis de regulação, na qual tudo é móvel e “o que é sólido desmancha no ar”. Uma sociedade muito estranha, quando vista em perspectiva histórica.

O discurso que afirma a possibilidade de uma sociedade desse tipo funcionar tornou-se conhecido como economia política, uma ciência europeia e moderna por excelência.

MARX FEZ A CRÍTICA da economia política. Não vamos revisitá-la aqui. Basta lembrar a engenhosa solução que concebeu para o enigma da acumulação capitalista. Ao contrário do que dizia a economia política de seu tempo, o excedente, que impulsiona essa acumulação, não pode se formar no próprio mercado, pois ali as trocas, sendo troca de equivalentes, resultam em um jogo de soma zero entre compradores e vendedores. O excedente só se forma porque existe uma mercadoria especial – a força de trabalho – cujo

consumo é realização de trabalho, ou seja, produção de valor. Ao ser consumida, ela produz mais valor do que o valor que possui.

Aqui aparecem os fundamentos da teoria da exploração, que legitimou e impulsionou o movimento operário, especialmente na Europa, e foi considerada o eixo em torno do qual deveria girar a luta de classes no mundo contemporâneo. Para demonstrar a exploração do trabalhador, a teoria do valor é ne-

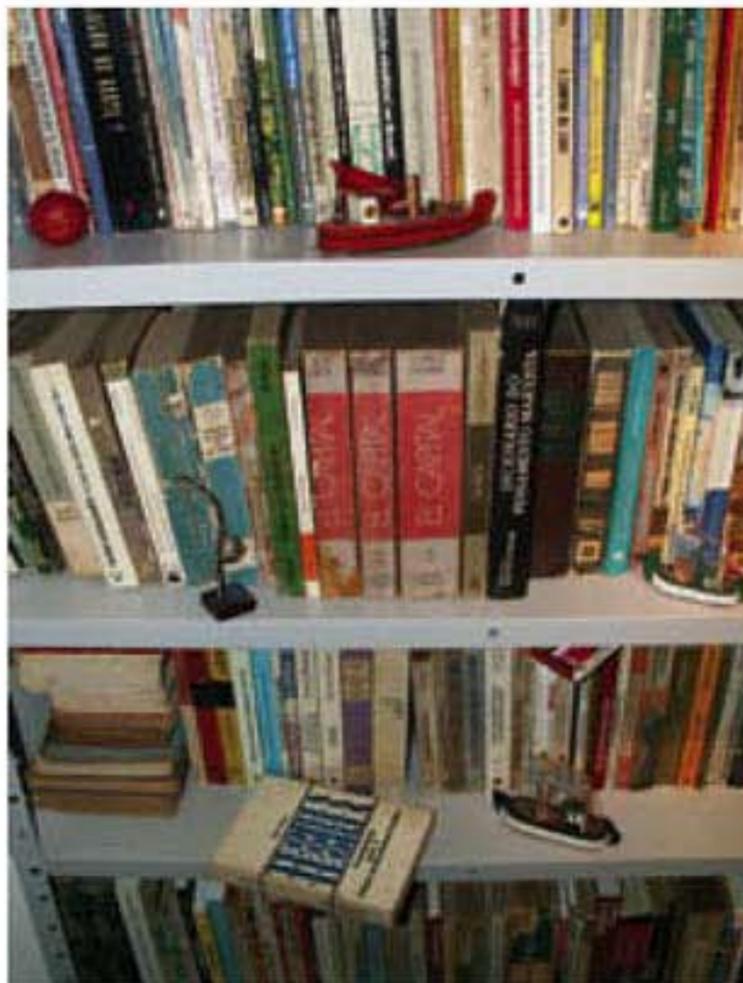
cessária, pois a exploração é apresentada como sendo a extração de mais-valor.

Foi nessa análise que o movimento socialista se baseou para definir sua estratégia: o capitalismo seria superado por uma luta de classes voltada para eliminar a exploração do trabalho (ou seja, a extração de mais-valor). Essa superação ocorreria nas sociedades capitalistas maduras, onde essa forma de relação social estaria generalizada e plenamente desenvolvida. Não fazia sentido esperar que as sociedades mais atrasadas parassem algo mais avançado do que as mais avançadas.

É bem verdade que a história real subverteu esse esquema, com a revolu-

ção ocorrendo na Rússia atrasada, mas isso não foi suficiente para alterar bases conceituais tão solidamente demonstradas. A superação do capitalismo na Europa permaneceu sendo o evento aguardado por todos os socialistas, mesmo depois da grande cisão do movimento operário.

Essa leitura é o pano-de-fundo que conduziu o movimento socialista aos grandes impasses atuais. O próprio Marx, porém, nos permite dar um passo à frente. Sabemos hoje que o Marx da maturidade, que fez a crítica da economia política (ao contrário do Marx do *Manifesto*), não imaginou que o capitalismo necessitasse de uma exploração crescente dos trabalhadores, em termos absolutos. Foi um crítico feroz da “lei de bronze dos salários”, defendida por Lassalle, que apontava para um empobrecimento inevitável do proletariado; sempre divergiu de Bakunin, que associava pobreza e revolução; formulou com grande consistência teórica a possibilidade de



Quem acredita que outro mundo é possível não abre mão de Princípios



**SINDICATO
METALÚRGICOS**

BETIM IGARAPÉ BICAS

Rua Santa Cruz, 811 - Centro - Betim - Minas Gerais - Cep. 32510-020 - Telefone: (31) 3539-6511
imprensa@metalurgicosdebetim.org.br

caminhos alternativos para o desenvolvimento capitalista, baseados na expansão da mais-valia relativa (que introduz a possibilidade de um conflito de classes de soma positiva, para usar uma expressão da moderna teoria dos jogos).

EIS, PORÉM, O MAIS IMPORTANTE: o percurso teórico de Marx não foi interrompido na análise do modo de produção capitalista, tal como ele aparece na forma $D - [FT + T + MP] - M - D'$. Seu verdadeiro lance de gênio foi ter percebido que o capitalismo não se deteria aí, pois a acumulação realizada assim força o capital a entrar e sair permanentemente de sua forma líquida, imobilizando-se sucessivamente em "coisas". É uma forma de acumulação arriscada e que contém em si, do ponto de vista do capital, muito tempo morto. Ao deixar a forma D , o capital não tem garantias de que ressurgirá ampliado em D' . Inúmeras causas, analisadas em detalhe em *O capital*, podem impedir o desfecho exitoso do processo.

Marx concluiu que o capital procuraria ampliar suas possibilidades de acumulação na forma $D - D'$, na qual ele nunca deixa de existir como riqueza abstrata. E anteviu: quando essa forma se tornasse predominante, a civilização do capital entraria em crise. Pois, ao repudiar as "coisas", o trabalho e a atividade produtiva, ao afastar-se do mundo-da-vida, a acumulação de capital não poderia mais ser o eixo em torno do qual a vida social se organiza. A forma-mercadoria – que, levada às últimas consequências pelo capitalismo, havia reorganizado profundamente as sociedades humanas e impulsionado o desenvolvimento da técnica – teria então de ser superada ou, pelo menos, remetida novamente a um lugar secundário, cedendo a vez a algum outro princípio de organização da vida social.

O fim do capitalismo, assim concebido, não decorre do aumento nos níveis absolutos de exploração do trabalho. É de uma crise civilizatória muito mais ampla que agora estamos tratando. Marx não precisaria estudar tanto, nem ter grande talento, para anunciar a superação de um sistema que, a partir de certo ponto, não pudesse mais funcionar ou causasse o empobrecimento permanente dos trabalhadores. Nesse caso, o desenlace seria óbvio. O gênio de Marx foi ter percebido que o capitalismo se esgotaria, mesmo dando certo. Ou melhor: se esgotaria justamente por dar certo, por desenvolver plenamente suas potencialidades.

É VERDADE QUE O MARX economista e militante enfatizou a crítica à exploração do trabalho pela extração de mais-valor, talvez pelo seu potencial mobilizador do movimento operário. Porém, o Marx

filósofo – que é o mais importante – apontou também outra coisa: mantida sob o comando do capital e aprisionada nos sucessivos rearranjos da forma-mercadoria, a capacidade criadora da humanidade – capacidade que decorre da sua liberdade essencial, ontológica – poderia tornar-se muito mais destrutiva agora, quando a potência técnica da própria humanidade já estaria muito mais desenvolvida. Dependendo de quais forças sociais predominassem, essa potência técnica expandida poderia ser colocada a serviço da liberdade (com a abolição do trabalho físico, cansativo, mecânico e alienado) ou da destruição (com a tendência ao desemprego e à guerra).

Esta me parece ser a disjunção mais relevante proposta por Marx e sua profecia mais certa. O capitalismo venceu. Estamos, finalmente, em um sistema-mundo em que tudo é mercadoria, em que se produz loucamente para se consumir mais loucamente, e se consome loucamente para se produzir mais loucamente. Produz-se por dinheiro, especula-se por dinheiro, faz-se guerra por dinheiro, mata-se por dinheiro, corrompe-se por dinheiro, organiza-se toda a vida social por dinheiro, só se pensa em dinheiro. Cultua-se o dinheiro, o verdadeiro deus da nossa época – um deus indiferente aos homens, inimigo da arte, da cultura, da solidariedade, da ética, da vida do espírito, do amor. Um deus que se tornou imensamente mediocrizante e destrutivo. E que é insaciável: como vimos, a acumulação de riqueza abstrata é, por definição, um processo sem limites.

O capitalismo venceu. Talvez, agora, possa perder. Pois, antes que o novo possa surgir, Hegel dizia, é preciso que o antigo atinja a sua forma mais plena, que é também a mais simples e mais essencial, abandonando as mediações de que necessitou para desenvolver-se. O momento do auge de um sistema, quando suas potencialidades desabrocham plenamente, é o momento que antecede seu esgotamento e sua superação. A crise atual é, exatamente, a crise que decorre da predominância da acumulação $D - D'$.

A necessidade de encontrar outra forma de organização social não decorre primordialmente de os trabalhadores serem mais ou menos explorados – este não é o aspecto essencial da questão. Decorre do fato de a humanidade, agora manejando técnicas tão poderosas, precisar finalmente assumir o comando de sua própria história, se quiser sobreviver. Esse passo pressupõe que o princípio organizador da vida social deixe de ser a acumulação de capital e a forma-mercadoria. É este o desafio que está posto para nós neste século.

César Benjamin é cientista político e editor da Contraponto editora.

Ciência & Tecnologia para o desenvolvimento nacional

MARCO ANTONIO RAUPP

A despeito de seu histórico de exportador de matérias-primas, pode-se dizer que atualmente o Brasil já

conta com a necessária infraestrutura científica e tecnológica para contribuir com um plano de desenvolvimento nacional robusto e de longo prazo



Oficina Desafio, parceria entre o Museu Exploratório de Ciências da Universidade Estadual de Campinas e o Instituto Sangari

Houve um tempo, entre a consolidação da Revolução Industrial (final do século XVIII e início do século XIX) e a segunda metade do século XX, em que a economia mundial era basicamente dividida em dois grupos de países. De um lado estavam os países produtores de alimentos e outras matérias-primas (minério, madeira, couro etc); do outro lado figuravam os países fabricantes de bens industrializados.

Em boa medida pelo conhecimento científico que detinham e da tecnologia que dominavam, os países industrializados se tornaram os primos ricos da grande família do capitalismo internacional. Pelas

razões opostas, ou seja, quase ausência de ciência e tecnologia, próprias ou compradas de terceiros, os países produtores de matéria prima se caracterizaram pela pobreza e pelo atraso, não só econômico, mas também social, especialmente nos campos da educação e da cultura.

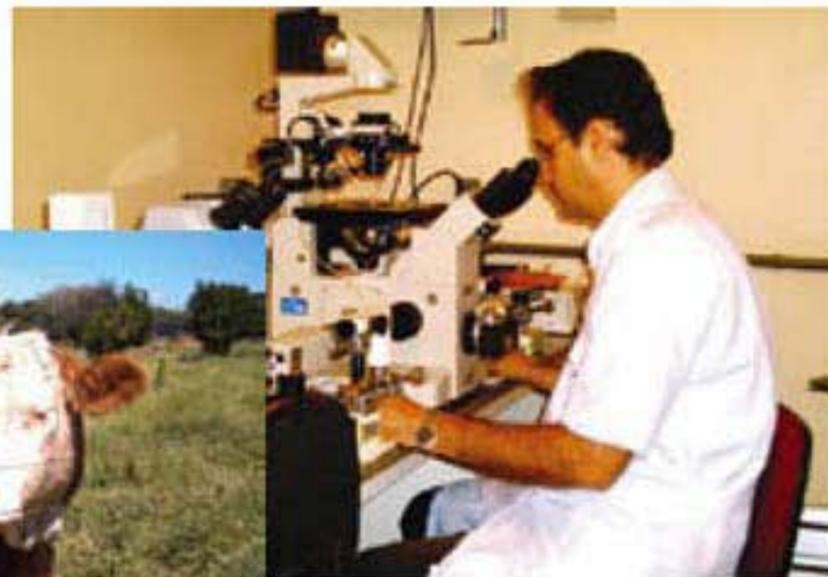
O Brasil, como se sabe, sempre integrou o grupo dos países agrícolas. Os esforços para a sua industrialização tiveram início somente no governo Getúlio Vargas, por meio de um modelo que procurava harmonizar investimentos de

três fontes distintas: governo federal, capital privado nacional e capital privado estrangeiro.

No final do século XX, contudo, com a extinção da União Soviética e o conseqüente encerramento da Guerra Fria, a configuração política e econômica internacional se alterou. A divisão entre Primeiro Mundo (países capitalistas ricos), Segundo Mundo (países socialistas) e Terceiro Mundo (países capitalistas pobres) deixou de existir. Sob domínio absoluto do capitalismo, o mundo passou a ser integrado por países "desenvolvidos" e por países "em desenvolvimento".

Também nas últimas décadas do século XX passou a ocorrer uma aceleração, cada vez maior, da aquisição do conhecimento científico e do avanço da tecnologia. A tal ponto de o investimento em ciência e tecnologia tornar-se imprescindível mesmo para um país produtor de alimentos *in natura* e de matérias-primas industriais. Não são mais somente terra fértil e clima favorável que garantem o êxito da produção agrícola; é preciso agregar tecnologia, como melhoria de sementes, máquinas e equipamentos mais eficientes e novos métodos de plantio, para assegurar aumento de produtividade na agricultura.

A ciência e a tecnologia passaram a ser determinantes no mundo atual também porque o domínio delas resulta em mais um elemento importante para o desenvolvimento econômico e social de uma nação: a inovação. De poucos anos para cá o trinômio "Ciência, Tecnologia & Inovação" (C,T&I) tornou-se uma expressão universal. Uma nova maneira de caracterizar os países os diferencia como "líderes" ou como "seguidores" em termos de inovação. Ou seja, as pequenas Coreia do Sul e Cingapura, se caracterizam como "líderes" em inovação, ao lado da Alemanha e do Japão, dentre outros países desenvolvidos,



Laboratório da Embrapa onde foi produzida "Vitória", o primeiro animal clonado no Brasil

ao passo que Brasil, Argentina e México, por exemplo, ainda são "seguidores".

Mesmo que em rápidas palavras, este é o cenário que se apresenta para o Brasil, neste momento, em relação à participação da ciência e da tecnologia na construção de um projeto de desenvolvimento nacional. Aliás, C&T nunca foram atores tão importantes, como são agora, para a boa performance econômica e social de um país. O dado favorável, até otimista, é que o Brasil já conta com uma infraestrutura científica e tecnológica de boa qualidade para dar uma contribuição significativa para o seu crescimento sustentado. Como, porém, o nosso sistema de C&T ainda está em construção, serão necessários alguns ajustes para que continue evoluindo.

A atividade organizada de produção de conhecimento científico estabeleceu-se no País nos últimos 50-60 anos. No centro desse processo estiveram a reforma universitária, institucionalizando a pós-graduação, e a estruturação de um sistema de apoio e financiamento à pesquisa e aos pesquisadores nas universidades e nos centros de pesquisa governamentais.

O CNPq, a Capes, a Finep e as fundações de amparo à pesquisa (FAPs) foram e são agentes executores dinâmicos do processo. A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e a Academia Brasileira de Ciências (ABC) desempenharam papel fundamental no convencimento e na mobilização das mentes e dos esforços para que o processo se estabelecesse e se desenvolvesse.

Como indicador sinalizando efetivos resultados desse sistema, temos hoje a taxa de 2% de participação da produção nacional de trabalhos científicos na produção mundial – resultado bastante significativo,



**Parto
normal**

**Deixe essa
ideia nascer
em você.**

O parto normal é mais natural.

A recuperação é mais rápida e você e o bebê correm menos risco de infecção. E com um profissional enfermeiro obstetra, habilitado, inscrito no Conselho Regional de Enfermagem - COREN, você está em boas mãos.

8 de março. Dia Internacional da Mulher, dia da vida. Nossa homenagem.



cofen
Conselho Federal de Enfermagem

www.portalcofen.gov.br

pois mostra que o nosso sistema básico de produção de ciência está do “tamanho econômico do país”, já que esse índice é basicamente o mesmo da participação do Produto Interno Bruto brasileiro no PIB mundial.

Outro dado que revela a eficácia do sistema é a formação de novos pesquisadores em nossas universidades. Em 1987, o Brasil titulou 868 doutores; em 2008, formou mais de 10 mil. Com isso, somados os mestres, o País contava no final de 2006 com um total de 178 mil pesquisadores, enquanto no ano 2000 eles não chegavam a 111 mil – aumento de 60% no período. Considerando o total de pessoal envolvido com pesquisa (pesquisadores e pessoal de apoio), os números são de 354 mil profissionais em 2006 ante 210 mil em 2000 – ampliação de 68%. Ainda no campo de pessoal dedicado a atividades científicas, outra referência indispensável são os Diretórios dos Grupos de Pesquisa do CNPq. Eles mostram que em 1997 havia no Brasil 8.632 grupos, envolvendo 33.980 pesquisadores; já em 2006 eram 21.024 grupos, somando 90.320 pesquisadores.

Mais um aspecto fundamental é o crescimento do dispêndio em C&T em relação ao PIB do País nos últimos anos. Em 2000 esse dispêndio representava 1,22% do PIB, índice que passou para 1,46% em 2006.

Esse aumento de pessoal e de investimento em C&T e P&D possibilitou que a pesquisa brasileira passasse a ocorrer em uma extensa gama de áreas e subáreas do conhecimento, dado fundamental para o País encontrar soluções para os mais diversos problemas internos e, ao mesmo tempo, garantir sua representatividade no cenário científico internacional. A participação do Brasil no projeto Genoma Humano se insere nesse contexto. Contávamos, já antes da virada para este século, com pesquisadores em quantidade e qualidade suficientes para participação em um dos mais ousados e complexos projetos da ciência em todos os tempos. Pesquisadores brasileiros estiveram lado a lado com colegas de países como Alemanha, China, EUA, França, Japão e Reino Unido.

Notável também no período a contar da segunda metade do século XX foi a constituição de casos específicos de sucesso no que se refere às ciências aplicadas e à pesquisa tecnológica. São exemplos emblemáticos desses casos o sistema Embrapa nas

atividades agropecuárias; a rede Petrobras, capitaneada pelo Cenpes e com destaque para a Coppe/UFRJ, na indústria petrolífera; a tradicional Fiocruz no sistema de saúde pública; o Centro Técnico Aeroespacial (CTA) e a Embraer na indústria aeronáutica; o Inpe na produção de previsões de tempo e na articulação de uma rede industrial de construção de satélites artificiais; e o sistema Cnen – Eletrônica na tecnologia nuclear.

Esse conjunto de dados revela que o sistema nacional de ciência e tecnologia tem robustez suficiente para contribuir com o País em um igualmente robusto projeto de desenvolvimento nacional. Para que essa contribuição possa ser efetiva e crescente será necessário, porém, que o sistema nacional de C&T seja alvo de uma atenção permanente, do governo e da sociedade. Não só por razões de sobrevivência do próprio sistema, mas porque, no curso atual dos acontecimentos há desafios cujo enfrentamento merecerá dedicação e esforços iguais ou maiores que aqueles já dedicados à sua construção básica. A superação desses desafios será crucial para saúde e bom funcionamento do próprio sistema, para o reconhecimento de sua utilidade pela sociedade e para que as atividades dos cientistas contribuam também para o equilíbrio social e regional no País.

O primeiro desses desafios – e, sem dúvida o maior e mais importantes deles – é que a ciência e a tecnologia seja uma questão de Estado, ou seja, que as grandes decisões da

área não fiquem submetidas aos sabores e humores das políticas de governo e/ou dos interesses do partido a que pertencer o ministro de C&T. Temos a reconhecer que, nos últimos anos, é notório o crescimento da importância que o governo federal (e também vários governos estaduais) vem atribuindo à ciência e tecnologia, mas nossa vigilância e participação terão de ser também crescentes, para que o processo não pare de evoluir.

O segundo desafio é a deficiente educação básica e média. Requer o engajamento da comunidade científica para a sua superação, além da cidadania, obviamente. Não podemos nos furtar à participação, especialmente na questão do ensino das Ciências e das Matemáticas.

As nossas melhores universidades devem priori-

Em 1987, o Brasil titulou 868 doutores; em 2008, formou mais de 10 mil. Com isso, somados os mestres, o País contava no final de 2006 com um total de 178 mil pesquisadores, enquanto no ano 2000 eles não chegavam a 111 mil – aumento de 60% no período

zar a formação de bons professores, e em boa quantidade. Isso não vem ocorrendo. Pelo contrário, a formação de professores está cada vez mais sendo relegada àquelas mais destituídas de condições e qualidades. A expectativa positiva é que a nova Capes (dirigida a resolver problemas da educação básica e média) estimule esse movimento. Educação de qualidade é o mais importante requisito para a inclusão social.

A ampliação de vagas nas universidades públicas, sem perder a qualidade, é outro grande desafio. A vaga em instituição pública é a que de fato está aberta para os filhos da nova classe média, e o atendimento da demanda por profissionais de ensino superior e técnico é condição *sine qua non* para o desenvolvimento do País. Basta comparar o número de engenheiros que formamos com aquele da China para que entremos em “estado de choque”.

Os dez mil doutores que o nosso sistema de pós-graduação forma anualmente certamente nos darão condições de garantir essa expansão, especialmente na esfera das faculdades tecnológicas e escolas técnicas, tão necessárias.

A ciência brasileira está 60% localizada na Região Sudeste. Por razões estratégicas e de justiça federativa, é uma situação que não pode perdurar, constituindo-se num desafio para o planejamento estratégico e a política de ciência e tecnologia (C&T). Temos que redirecionar investimentos federais e estimular as FAPs locais. Isso, de fato, já vem ocorrendo em estados como Amazonas, Pará e Bahia, mas em outros com alguma tradição houve retrocesso.

Em regiões como a Amazônia, o semiárido e a Plataforma Continental Marinha, o conhecimento científico é absolutamente necessário para uma intervenção econômica sustentável – ambiental e socialmente –, preservando o patrimônio do País. É imperativa a atuação do sistema de ciência e tecnologia nessas áreas, e sua expansão, contemplando essa atuação, é vital, até para justificar os investimentos da sociedade nas nossas atividades. O aspecto estratégico impõe o desafio de melhor distribuímos as atividades de C,T&I no País, contribuindo para a superação das desigualdades regionais.

Outro importante desafio a ser enfrentado reside na separação existente tradicionalmente entre o siste-

ma universitário e as atividades de pesquisa e desenvolvimento (P&D) nas empresas. Existem honrosas exceções de colaboração e temos avançado bastante na aproximação, mas muito ainda resta a fazer para que o fluxo de transformação do conhecimento em riqueza seja otimizado, desde o aspecto cultural, passando pelo operacional, até o marco legal. Além do estímulo

à participação eventual de pesquisadores em projetos de interesse da empresa, mecanismos como incubadoras de empresas nascentes nas universidades, parques tecnológicos congregando universidades, centros de pesquisas e empresas com interesse em tecnologia e inovação, e mestrados profissionais, podem ser estimulados por políticas públicas para criar pontes de cooperação, em benefício da economia do País. O sistema universitário de pesquisa terá, certamente, o reconhecimento da sociedade por essa postura.

Finalmente, menciono o desafio de superar um gargalo que decorre do fato de a C&T ser atividade recente em nosso País, e que é transversal a todas as outras, sua superação sendo importante para a boa fluência de todas as outras superações. Tal é a questão no marco legal para o exercício dessas atividades. Legislações desenvolvidas em outras épocas e situações, voltadas para outros propósitos, são confrontadas e/ou questionadas sistematicamente pelas atividades demandadas pelo desenvolvimento científico e tecnológico do País. Alguns avanços est-

tão ocorrendo, como a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre células-tronco, a Lei de Inovação e a Lei do Bem. Mas entendemos que uma revisão geral para identificação de gargalos, incluindo aí um estudo sobre o status institucional das organizações de pesquisa, o regime de contratação de pessoal, entre outros, toma-se necessário.

Em resumo, para finalizar, temos claro que o Brasil possui um sistema de ciência e tecnologia apto e pronto para colaborar com o país na elaboração e na execução de um plano de desenvolvimento nacional robusto e de longo prazo. Ao mesmo tempo, há questões importantes a serem resolvidas, para que o sistema se fortaleça, cresça e, assim, possa aperfeiçoar e ampliar sua contribuição ao País.

Marco Antonio Raupp é presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

Em regiões como a Amazônia, o semi-árido e a Plataforma Continental Marinha, o conhecimento científico é absolutamente necessário para uma intervenção econômica sustentável – ambiental e socialmente –, preservando o patrimônio do País

A universidade brasileira e os desafios do século XXI



Antonio Cruz/Abr

Estudantes em defesa das universidades

Exclusão e desigualdade social ainda persistem como ranço no elitista e oligárquico sistema universitário brasileiro. Entretanto, caso seja reformada, a universidade pode cumprir sua função original de fomentar conhecimento, atuando, assim, na formação de quadros dirigentes para o país

ALOÍSIO TEIXEIRA

*"A minha casa pobre é rica em quimera".
Carlos Drummond de Andrade*

A universidade pública brasileira – em particular as federais – vive hoje o mais rico processo de discussão da história. É isso que permite vislumbrar a oportunidade para a construção das bases de um verdadeiro sistema nacional de educação superior, adequado e integrado a um novo projeto nacional para o Brasil.

Transformações na universidade em plano mundial: um resumo

A universidade é uma Instituição milenar, datando suas origens do Século XII, com as experiências pioneiras de Bolonha e Paris. Foi, no entanto, no Século XIX, com as transformações ocorridas a partir da Revolução Industrial na Inglaterra e da generalização do modo de produção fabril, que a Universidade tomou a forma que hoje conhecemos. Suas finalidades passaram a ser:

- A produção, o armazenamento e a difusão do conhecimento científico e tecnológico;
- a formação das elites dirigentes selecionando, por via meritocrática, os quadros para direção do Estado e das empresas.

Justamente tais funções estão postas em tela de juízo, à medida que cresce a percepção de que escaparam às mãos da Universidade.

A produção de conhecimento científico e tecnológico, no ciclo expansivo do capitalismo mundial

ocorrido desde o fim da Segunda Guerra Mundial, assumiu características inteiramente diversas das que assumira anteriormente. O processo de internacionalização do capital levou as grandes corporações multinacionais a introduzirem, em suas estruturas empresariais, grandes centros de pesquisa e desenvolvimento, tornando a tecnologia um diferencial de competitividade na luta pela conquista de mercados.

Essa mudança acarretou profundos impactos, pois o conhecimento gerado nas empresas é um segredo industrial – enquanto o conhecimento gerado na Universidade é essencialmente público. Em consequência, as trajetórias de desenvolvimento da pesquisa de ponta vivem sob ameaça de exclusão da Universidade, ou pelo menos de “despublicização” (1).

Igualmente, o papel relacionado à formação da elite dirigente também é questionado, à medida que vai-se universalizando o ensino superior. Em países desenvolvidos, na América, na Europa e na Ásia, o percentual de jovens, com idade entre 18 e 24 anos, que cursam instituições de educação superior, já ultrapassou a casa dos 60%. Tomando-se um direito universal, a que todos podem ter acesso, a Universidade já não forma elites, processo esse que encontrará outros percursos, nem sempre baseados nos princípios do mérito.

I A especificidade do caso brasileiro

Do ponto de vista econômico, o Brasil experimentou, nas décadas de 50, 60 e 70 do século passado, um vigoroso processo de crescimento, com a industrialização e a urbanização do país, passando a um novo padrão de acumulação, especificamente capitalista. Esse crescimento acelerado, por certo, não só não resolveu inúmeros problemas, como criou outros tantos, gerando assimetrias e desigualdades, muitas das quais permanecem até hoje.

O que nos interessa destacar, no entanto, é que o Brasil deu essa arrancada para a constituição do modo de produção especificamente capitalista no momento em que se afirmava o movimento expansivo da economia mundial no pós-Segunda Guerra Mundial. O Brasil esteve situado na fronteira desse processo, e a internacionalização de seu mercado interno foi o traço mais marcante e o principal motor de sua expansão. Suas consequências mais importantes foram a presença e a liderança exercida pelas empresas internacionais nos setores mais dinâmicos e uma divisão de esferas entre as empresas nacionais e o Estado, em que predominou a sua lógica e a sua dinâmica. O longo ciclo de industrialização que se estendeu de meados dos anos 1950 ao final dos anos 1970 foi comandado pela estratégia de crescimento, padrão

de produção e acumulação de capital das grandes empresas internacionais, dos setores dinâmicos da indústria de bens duráveis de consumo, particularmente a automobilística e a eletro-eletrônica.

Uma das características desse processo é que ele não propicia uma capacidade endógena de geração de tecnologia, uma vez que, nos setores líderes, dominam as empresas multinacionais, cujas atividades de P & D realizam-se em seus países de origem. Enquanto nos setores convencionais, onde as empresas de capital nacional tinham maior peso relativo, as tecnologias utilizadas eram de uso difundido, incorporadas nos bens de capital importados. Dessa forma, o intenso processo de industrialização por via da internacionalização não gerou estímulos à articulação orgânica entre a universidade e o sistema produtivo (2).

Esta observação permite concluir que, ao contrário do que ocorre em países de capitalismo central, a função que a universidade brasileira vem historicamente desempenhando, relativa a produção, armazenamento e difusão do conhecimento científico e tecnológico, ainda pode e deve ser desempenhada no Brasil. Mais que isso, poderíamos dizer que pensar em um projeto nacional para o país supõe atribuir à universidade brasileira um papel central nas atividades de P & D.

Quanto à formação das elites dirigentes, há que se registrar que o Brasil ainda está muito distante da universalização do ensino superior. Apenas 12% dos jovens entre 18 e 24 anos estão matriculados em instituições de ensino superior (3). Assim, se é verdade que a universidade brasileira continua a ser, em última instância, um monopólio social, atuando como mecanismo de reprodução dos padrões de exclusão característicos do país, também é verdade que pode, caso seja reformada, atuar como importante elemento na formação de quadros dirigentes para o país.

Estes dois aspectos – o modelo de industrialização internacionalizado, que não gerou impulsos modernizantes para a universidade brasileira e o padrão excludente dessa instituição – não se apresentam desligados um do outro. Ao contrário, a opção pelo modelo de desenvolvimento adotado veio reforçar uma tendência histórica do país no que se relaciona ao ensino superior.

II A universidade brasileira: uma visão histórica

Passados quase 200 anos da criação das primeiras instituições de ensino superior no país e cerca de 90 anos das primeiras instituições universitárias ainda não temos no Brasil verdadeiras universidades.

Esse diagnóstico não é novo: foi formulado pelos educadores brasileiros na década de 30 do século passado e renovado nos anos 1960; ele deu origem a duas experiências frustradas de criação de verdadeiras universidades:

- A UDE, em 1935, liderada por Anísio Teixeira;
- A UnB, em 1960, liderada por Darcy Ribeiro e, mais uma vez, por Anísio Teixeira.

Ambas foram frustradas pela incompatibilidade entre os regimes ditatoriais vigentes e o necessário clima de liberdade e autonomia que deve presidir a existência de uma universidade.

Por que isso ocorreu? Por que podemos afirmar que não existem verdadeiras universidades em nosso país?

Na verdade, o conjunto de características que configuram as instituições de ensino superior decorre de um processo genético-estrutural que está ligado ao processo de formação da economia capitalista no Brasil. O Brasil é a meca da desigualdade e os traços constitutivos de heterogeneidade estrutural nos fornecem o quadro geral para o entendimento de nosso sistema de educação superior.

Um pouco de história pode ilustrar o argumento: ao contrário do que ocorreu na América espanhola – onde foram criadas universidades desde o século XVI – a política portuguesa obrigava as elites da colônia a se submeterem ao monopólio da educação superior exercido por Coimbra, visando a consolidar-lhes a condição de súditos da coroa. Somente com a chegada da família real portuguesa ao Brasil, em 1808, é que foram criadas as primeiras instituições de ensino superior. Mas tratava-se de instituições de cunho estritamente profissionalizante: escolas de Medicina na Bahia e no Rio de Janeiro (ambas em 1808) e de Engenharia no Rio de Janeiro (1810). E voltadas apenas para os interesses da elite e não para a resolução dos dramáticos problemas de um país de dimensões continentais.

Com a Independência do país em relação a Portugal (1822) novas escolas foram criadas, mas sempre voltadas para a formação profissional, sem uma perspectiva verdadeiramente universitária. Tanto que, por ocasião da proclamação da República (1889), havia no Brasil apenas seis estabelecimentos de ensino superior e nenhuma universidade: as Faculdades de Direito de São Paulo e do Recife; as Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia; a Escola Politécnica do Rio de Janeiro e a Escola de Minas de Ouro Preto.

Somente nos anos 1920 esse quadro começou a ser modificado, a partir dos intensos movimentos de renovação social, política e cultural, que iriam culmi-

nar na Revolução de 1930. Fazem testemunho deste processo, as greves operárias, o movimento tenentista, a Semana de Arte Moderna (1922), a fundação do Partido Comunista (1922), a criação da Academia Brasileira de Ciências (1922) e da Associação Brasileira de Educação (1924), entre outros. É nesse contexto que surge, ainda que tardia, a primeira universidade brasileira. Em 7 de setembro de 1920, por ocasião do 98º aniversário da Independência, um decreto presidencial deu origem à Universidade do Rio de Janeiro (4). Posteriormente, foram criadas também a Universidade de Minas Gerais (1927) e a Universidade de São Paulo (1934).

O ato de criação de uma Universidade não correspondia, no entanto, a um projeto verdadeiramente universitário. Ao contrário, tratava-se quase de um simples ato burocrático de justaposição de instituições de ensino superiores (de formação profissional) previamente existentes. No caso da Universidade do Rio de Janeiro, sua criação se deu pela reunião da Faculdade de Medicina, da Escola Politécnica e da Faculdade de Direito. Posteriormente, novas unidades foram-lhe agregadas, consolidando-se um “pacto federativo”, que garantia a autonomia das partes e impedia a formação de um verdadeiro tecido universitário.

A Universidade brasileira surgiu assim com o traço constitutivo e indelével da fragmentação e da formação profissionalizante, o que viria a moldar sua estrutura e levar à formação de uma cultura que marcaria sua trajetória posterior, constituindo-se até hoje em obstáculo ao seu pleno desenvolvimento.

III A universidade brasileira e o regime militar

As limitações da estrutura universitária brasileira estavam em claro desacordo com a realidade de um país que acelerava o seu desenvolvimento industrial, e isso não escapou à percepção dos militares. Não cabe uma avaliação rigorosa e extensa da política educacional do regime militar, até porque não se constituiu em um todo homogêneo, quer do ponto de vista de sua concepção, quer de sua evolução temporal. Mas alguns aspectos marcantes das políticas da ditadura para o ensino superior brasileiro podem ser destacados:

- Em primeiro lugar a repressão, que se abateu sobre professores – muitos deles impedidos de lecionar no país –, sobre estudantes – muitos deles impedidos de estudar, perseguidos, presos e assassinados –, e sobre as instituições – com o Decreto nº 477 e a intervenção na única experiência universitária verdadeiramente inovadora que foi a Universidade Nacional de Brasília.
- Em segundo, a “reforma universitária”, de

cunho modernizante e autoritário, que permitiu a expansão da rede de universidades federais, com a criação de pelo menos uma universidade federal por estado, e a adoção de várias normas que podem ser consideradas atualizadoras: introdução da estrutura departamental e do sistema de créditos, fim da cátedra vitalícia, docência em tempo integral e indissociabilidade entre ensino e pesquisa.

- Em terceiro, o desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação. O modelo adotado, no entanto, foi o da justaposição de institutos de pós-graduação e pesquisa novos à velha estrutura da universidade, na esperança de que as novas instituições inoculassem a modernidade de fora para dentro. Para isso, teve que fazer concessões à comunidade científica organizada em instituições externas à universidade. A implantação em nível nacional, em curtíssimo período de tempo, do sistema de pós-graduação e pesquisa nas universidades brasileiras só foi possível graças a essa espécie de entente cordiale entre o governo militar e a comunidade científica (5). Para ser mais explícito, a fantástica expansão do sistema de pós-graduação e pesquisa na universidade brasileira, a partir do final dos anos 1960, foi induzida pelo governo militar através de suas agências de fomento, por meio de ações planejadas e executadas com a participação da comunidade científica.

Seria injusto não destacar o efeito modernizante produzido por estas ações sobre o sistema universitário. No entanto, forjadas no ambiente do autoritarismo, constituíram-se com fortes traços de centralização e inteiramente à margem da institucionalidade existente.

- O quarto e último aspecto da política da ditadura para o ensino superior é, em certa medida, uma contrapartida do anterior. A pressão social pela expansão do sistema universitário brasileiro, que já vinha desde a década anterior, não cessara depois do golpe militar de 1964. Ao contrário, até se intensificara, assumindo a luta por "vagas e verbas" um conteúdo nitidamente político, ampliado pela maré montante da revolução mundial dos estudantes, de 1968. A solução encontrada foi uma espécie de "divisão do trabalho", em que à universidade pública era permitida sua qualificação, mas não sua expansão, garantindo com isso a possibilidade de implementação da política para a pós-graduação e a pesquisa; o outro lado da moeda foi a redução dos níveis de exigência do Conselho Federal de Educação para a abertura de novas instituições privadas de ensino superior, que começam a se expandir desde então, para

atender à crescente demanda social.

A consequência para o ensino superior, da aplicação desse conjunto de políticas, foi contraditória. Certamente agravaram-se tanto a heterogeneidade do sistema quanto a fragmentação no interior de cada instituição, além de se criarem filtros que dificultavam a democratização do acesso à universidade: os alunos da rede pública de ensino médio, quando conseguem completar este ciclo, não dispõem de condições para superar os obstáculos do vestibular nas universidades públicas. Eles desistem de ingressar no terceiro grau ou optam por universidades particulares, de reduzida qualidade. Por outro lado, os estudantes de maior renda, frequentadores de bons colégios da rede privada, têm maior acesso ao ensino de qualidade das universidades públicas.

A aplicação dessas políticas, apesar de seu caráter contraditório e em vários aspectos regressivo, permitiu alguns avanços para as grandes universidades públicas, à medida que se modernizaram e adquiriram significativo grau de excelência no ensino de graduação e de pós-graduação e na pesquisa. Mas significou também a consolidação de suas características regressivas constitutivas: fragmentação, patrimonialismo, elitismo e autorreferência, dispersão administrativa e geográfica – agravadas a partir da crise dos anos 80 do século passado por se reproduzirem em um quadro de grande heterogeneidade quanto a recursos e condições de trabalho entre suas diversas unidades constitutivas.

IV A universidade brasileira e o restabelecimento da democracia

A redemocratização do país, a partir do início dos anos 1980, não modificou substancialmente esse quadro. Mesmo a introdução, na Constituição de 1988, do almejado princípio da autonomia universitária, não significou a aplicação prática do conceito, pelo menos no que diz respeito ao conjunto de instituições federais de ensino superior. E a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 1996) não incorporou todas as demandas de mudança a que aspiravam os setores mais progressistas da Universidade.

Até mesmo a questão do financiamento à pesquisa, base de nosso sistema de pós-graduação, não sofreu alterações de monta. A restauração da democracia no país não ensejou a criação de mecanismos mais participativos e transparentes, adequados a uma universidade que cresceu, melhorou sua qualidade e aspira à plena realização do princípio da auto-

nomia. Ao contrário, tais mecanismos têm revelado poderosa resistência à sua superação, acabando por impor uma verdadeira tutela sobre a Universidade, por corpos que lhe são estranhos e que não têm delegação social para isso.

Esse quadro agravou-se durante os anos 1990, quando se assistiu a um acelerado processo de crescimento do segmento privado. As matrículas nas instituições particulares, que eram da ordem de 40% em 1960, atingiram em 2001 percentual superior a 70% (6). Empreendeu-se, de fato, naquela década, um virtual processo de destruição das universidades públicas federais. O conjunto de políticas adotadas, que afetaram o cerne da questão do financiamento, veio muitas vezes disfarçado pelo falso argumento da oposição entre ensino fundamental e ensino superior, e pela necessidade de se atender prioritariamente ao primeiro, justificando assim novos cortes de recursos para a universidade.

V A universidade brasileira: uma nova agenda de debates

Alguma coisa mudou nesses últimos anos e antes de mais nada no governo federal. Entre elas, vale destacar:

- O estabelecimento de um clima de diálogo, imprescindível para que se possa pensar o futuro da instituição universitária no Brasil;
- a recuperação dos orçamentos que, ainda que insuficiente, permitiu às universidades federais recuperar os patamares de mais de uma década atrás;
- o protagonismo reassumido pelo sistema público federal de educação superior; e
- o incentivo à expansão e à reestruturação da educação superior pública federal, com a alocação de recursos específicos, principalmente na rubrica de investimentos.

Essas mudanças exigem da universidade pública um esforço para discutir os problemas já diagnosticados no passado por nossos grandes educadores, Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro, bem como para refazer a agenda das reformas e atualizar as políticas para a recuperação do tempo perdido. Isso passa por:

- Autonomia;
- financiamento;
- reorganização sistêmica;
- renovação das estruturas administrativas e acadêmicas.

Muitos pontos poderiam ser tocados, desde a necessária integração entre as atividades de pesquisa e extensão, à indispensável aplicação do mé-

todo científico à busca de soluções para os problemas concretos do país, passando pela ampliação de seus métodos de gestão, que deverão ter um caráter cada vez mais democrático, participativo e transparente. Certamente, entre esses pontos, coloca-se o reconhecimento, por parte da universidade, de que suas atividades extramuros devem perder qualquer traço de assistencialismo ou limitar-se à mera busca de fontes não-públicas de recursos financeiros; elas devem, ao contrário, ser organizadas de modo sistemático, como um serviço público que a Universidade presta à sociedade que a mantém, envolvendo tanto professores como estudantes. Tais serviços adquirem importância excepcional no momento presente, particularmente nos campos da educação e da saúde, onde a universidade deve envolver-se em atividades que vão da elaboração de programas e projetos ao planejamento e execução de ações concretas com vistas à prevenção e ao combate de doenças e à erradicação do analfabetismo e ao desenvolvimento de programas educacionais em ampla escala.

Um dos problemas mais graves diz respeito ao acesso à educação superior. Vale destacar alguns pontos dessa subagenda:

- Democratização do acesso, com expansão do número de vagas e abertura de cursos noturnos, permitindo a um número cada vez maior de jovens ingressar nas universidades públicas e receber um ensino superior de qualidade.
- Adoção de novas técnicas de ensino que permitam dar um caráter verdadeiramente massivo ao ensino superior.
- Aperfeiçoamento dos mecanismos de ingresso na universidade, com vistas à eliminação do vestibular que hoje se constitui como verdadeira barreira à entrada na universidade pública de estudantes provenientes das classes de menor renda.
- Melhoria permanente da qualidade de ensino, especialmente ao nível de graduação, para reduzir a frustração dos estudantes com os cursos que recebem e que são uma das causas principais do elevado índice de evasão das universidades públicas.
- Ampliação do número de bolsas e de seu valor, principalmente para estudantes de graduação, sob variadas formas (estudo, pesquisa, monitoria etc.), de modo a ampliar as possibilidades de permanência, particularmente aos mais carentes, na universidade.
- Desenvolvimento de políticas ativas de assistência estudantil, com alocação de recursos específicos para construção e custeio de restaurantes e alojamentos universitários.
- Atualização e expansão dos acervos de bibliotecas e adoção de sistemas informatizados que per-

mitam acesso on-line dos usuários, estudantes e professores, aos textos de que necessitam.

- Eliminação de mecanismos arcaicos de avaliação dos estudantes que constroem barreiras artificiais ao seu progresso na vida acadêmica.
- Ampliação do ensino de pós-graduação stricto sensu, retirando-lhe o verniz elitista que contraria os interesses reais da sociedade.

Há, no entanto, problemas que vão além do que poderia visualizar a genialidade de nossos grandes educadores do passado, como Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro. Nenhum deles estava posto diante das exigências da integração dos conhecimentos e do processo de universalização da educação superior, tal como se coloca hoje no mundo.

E aqui as perguntas devem ser formuladas de modo claro e direto: estarão nossas instituições de educação superior orgânica e estruturalmente preparadas para viver esses processos? Podem instituições concebidas e organizadas para a formação profissional de pequenas elites dar conta das exigências do momento presente? Podem nossas estruturas de organização acadêmica dar conta de interligar os conhecimentos e preparar os jovens para uma visão integrada da ciência e da cultura?

A resposta só pode ser uma: não. Instituições concebidas como federações de unidades autônomas de formação profissional e baseadas na formação celular da estrutura departamental, se já eram obsoletas há tempos, hoje são um obstáculo intransponível ao desenvolvimento de um verdadeiro projeto nacional e a condenação ao atraso de nosso sistema de educação superior e de desenvolvimento científico e tecnológico.

A busca de um novo modelo está em curso. E o caminho para encontrá-lo é o debate, desde que garantidos os seguintes princípios fundadores:

- Manutenção do caráter público das atividades universitárias;
- preservação e ampliação das grandes conquistas da instituição universitária como autonomia e forma democrática de governo, com participação de todos os seus segmentos em seus órgãos deliberativos;
- fidelidade aos padrões internacionais de produção, cultivo e difusão do saber;
- compromisso ativo com a busca de soluções para os problemas sociais e do desenvolvimento global e autônomo da sociedade nacional; e
- liberdade de manifestação e de pensamento para todos os membros da comunidade acadêmica.

Uma universidade assim estruturada, indispensável para a construção de um projeto nacional, pode parecer uma utopia para quem se defronta com a atual realidade brasileira. Mas ela está a um passo de nós. Basta querê-la. Pois, nas palavras de Eduardo Galeano:

“Ela está no horizonte. Aproximo-me dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dois passos. Por mais que eu caminhe jamais a alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para fazer caminhar”.

Aloísio Teixeira é Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), doutor em Economia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e professor titular do Instituto de Economia da UFRJ.

Notas

- (1) Lembrar, a respeito, que um dos projetos mais importantes da atualidade – o Projeto Genoma – vem sendo desenvolvido, nos Estados Unidos, por uma empresa privada.
- (2) A única exceção fica por conta das empresas públicas. Nesse caso houve, em muitos momentos, articulação com a Universidade para o desenvolvimento de inovações de processo e produto. Ocorre que, nestas últimas duas décadas, o segmento de empresas públicas foi bastante afetado pelas políticas de desnacionalização e privatização.
- (3) Do total de jovens matriculados em instituições de ensino superior, pouco mais de 20% cursam universidades públicas, que são as que, como norma geral, preenchem os requisitos mínimos para o desenvolvimento do ensino de qualidade e da pesquisa.
- (4) A Universidade do Rio de Janeiro funcionou com esse nome até 1937, quando a Lei nº 452 a reorganizou e mudou sua denominação para Universidade do Brasil. Em 1965, por ocasião da reforma implantada pelo regime militar, foi-lhe conferida a atual denominação de Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).
- (5) Ver, a respeito, Benício Viero Schmidt, Renato de Oliveira e Virgílio Alvarez Aragon (org.), op. cit., p. 230 e seq. Ver também Pablo Gentili (org.): *Universidades na Penumbra – Neoliberalismo e reestruturação universitária*, SP: Cortez, 2001, p. 36 e 37.
- (6) A idolatria ao superávit fiscal primário, ícone diante do qual se ajoelham todas as equipes econômicas do país, desde o início dos anos 1990, e a capitulação às políticas recomendadas pelo Banco Mundial, levaram a essa situação em que o investimento no ensino superior é visto como um gasto, que deve ser regido por princípios de “eficiência” e “produtividade”. Ver Hélgio Trindade (2001): 17 e seq.

Jamais regressará a dor

ao coração das mães

nem a vergonha

à alma de cada cubano honesto!



RAÚL CASTRO

Convicção nos ideais, heroísmo em realizá-los, a confiança no povo como sujeito principal da construção da sociedade nova são elementos que se destacam neste pronunciamento do presidente Raúl Castro Ruz feito em Santiago de Cuba, em 1º de janeiro último, em honra às comemorações dos 50 anos da revolução cubana. O presidente Raúl proclama que “a revolução está mais forte que nunca”. Contudo, descarta qualquer abordagem triunfalista. Diz ele, sobre a atualidade do processo: “Significa que têm diminuído os perigos? Não, não nos iludamos. Quando comemoramos este meio século de vitórias, impõe-se a reflexão sobre o futuro, sobre os próximos cinquenta anos, que serão também de permanente luta”

Santiago e santiagueiros,
Orientais,
Combatentes do Exército Rebelde, da luta clandestina e de cada
batalha em defesa da revolução durante esses 50 anos,
Compatriotas,
O primeiro pensamento, num dia como o de hoje, é para os que



caíram nesta longa luta. Eles são paradigma e símbolo do esforço e do sacrifício de milhões de cubanos. Em estreita união, empunhando as poderosas armas que significaram a direção, os ensinamentos e o exemplo de Fidel, aprendemos, no rigor da luta, a transformar sonhos em realidades; a não perder a calma e a confiança diante dos perigos e das ameaças; a levantar o ânimo depois dos grandes reveses; a converter em vitória cada desafio e a vencer as adversidades, por mais insuperáveis que pudessem parecer.

Nós que tivemos o privilégio de viver com toda intensidade essa etapa de nossa história, sabemos bem o quanto se tornou certo o alerta que ele nos fez naquele oito de janeiro de 1959, em seu primeiro discurso ao entrar na capital:

“A tirania foi derrocada. A alegria é imensa. Porém, ainda há muito por fazer. Não nos enganemos acreditando que daqui por diante tudo será fácil; talvez doravante tudo seja mais difícil”, concluiu.

Pela primeira vez o povo cubano alcançava o poder político. Nessa ocasião, junto com Fidel, os *mambises* entraram em Santiago de Cuba. Ficavam para trás 60 anos exatos de dominação absoluta do nascente imperialismo norte-americano, que não tarda-

ria em mostrar seus verdadeiros propósitos ao impedir a entrada do Exército Libertador nesta cidade.

Para trás ficavam também a grande confusão e, sobretudo, a enorme frustração gerada pela intervenção norte-americana. Contudo, mantiveram-se erguidos, mesmo após a sua dissolução formal, a vontade de luta do Exército Mambí e o pensamento que guiou as armas de Céspedes, Agramonte, Gómez, Maceo e tantos outros próceres e combatentes pela independência.

Vivemos mais de cinco décadas de governos corruptos, de novas intervenções norte-americanas. A tirania machadista e a revolução frustrada que a derubou. Mais tarde, em 1952, com o apoio do governo norte-americano, o golpe de Estado que instaurou novamente a ditadura, fórmula aplicada nesses anos para assegurar seu domínio na América Latina.

Ficou claro para nós que a luta armada era a única via. Como antes havia ocorrido com Martí, para nós revolucionários se colocava novamente o dilema da guerra necessária pela independência, que ficou incompleta em 1898.

O Exército Rebelde retomou as armas *mambisas* e, depois do triunfo, se transformou para sempre nas invictas Forças Armadas Revolucionárias.

A Geração do Centenário, que em 1953 assaltou os quartéis Moncada e Carlos Manuel de Céspedes, contou com o importante legado de Martí, com sua visão global humanística que extrapolava a conquista da libertação nacional.

Em termos históricos, foi breve o tempo que intermediou a frustração do sonho *mambí* e a vitória da guerra de libertação. No começo deste período, Mella, um dos fundadores do nosso primeiro partido comunista e criador da Federação Estudantil Universitária (FEU), converteu-se em herdeiro legítimo e ponto de ligação do pensamento martiano às ideias mais avançadas.

Foram anos de amadurecimento da consciência e da ação de operários e camponeses, e de formação de uma intelectualidade genuína, valente e patriótica, que os acompanha até o presente.

Os mestres cubanos, fiéis depositários das tradições de luta de seus predecessores, semearam-nas sobre o melhor das novas gerações.

Desde o exato momento do triunfo, fez-se evidente para cada homem e mulher humilde que a revolução era um justiceiro cataclismo social que atingira todas as portas, desde os palacetes da Quinta Avenida na capital até a mais mísera e remota cabana de nossos campos e montanhas.

As leis revolucionárias não só deram cumprimento ao programa de Moncada, como também superaram-no com sobra na evolução lógica do processo. Além disso, estabeleceram um precedente para os povos da nossa América que, há 200 anos, iniciaram o movimento emancipador do colonialismo.

Em Cuba, a história americana tomou rumos diferentes. Nada moralmente valioso foi alheio ao torvelinho que, ainda antes de primeiro de janeiro de 1959, começou a varrer opróbrios e iniquidades, ao mesmo tempo em que abriu passo ao gigantesco esforço de todo um povo, decidido a dar-se a si próprio tudo quanto merece e que conseguiu construir com o seu sangue e o seu suor.

Milhões de cubanas e cubanos têm sido trabalhadores, estudantes, soldados ou as três coisas simultaneamente, quantas vezes as circunstâncias o exigiram.

A síntese magistral de Nicolas Guillén resumiu o significado para o povo do triunfo de janeiro de 1959: "Tenho o que tinha de ter", disse um de seus versos, referindo-se não a riquezas materiais, mas ao fato de sermos donos do nosso destino.

É uma vitória duplamente meritória, porque foi alcançada apesar do ódio doentio e vingativo do poderoso vizinho.

O fomento e o apoio à sabotagem e ao banditismo; a invasão da praia Girón; o bloqueio e demais

agressões econômicas, políticas e diplomáticas; a permanente campanha de mentiras dirigida a denegrir a revolução e seus líderes; a crise de outubro, os sequestros e ataques a embarcações e aeronaves civis; o terrorismo de Estado, com seu terrível saldo de 3.478 mortos e 2.099 incapacitados; os planos de atentados contra Fidel e outros dirigentes; os assassinatos de operários, camponeses, pescadores, estudantes, diplomatas e combatentes cubanos. Estes e outros muitos crimes atestam o obstinado empenho em apagar, a qualquer preço, a luz de justiça e decoro que significou a alvorada de 1º de janeiro.

Uma após outra, todas as administrações norte-americanas não cessaram suas tentativas de forçar uma mudança de regime em Cuba, empregando uma ou outra via, com maior ou menor agressividade.

Resistir tem sido a palavra-de-ordem e a chave de cada uma de nossas vitórias, durante esse meio século de luta incessante, em que invariavelmente arriscamos nossa própria pele, sem deixarmos de reconhecer a ampla e decisiva solidariedade recebida.

Desde há muitos anos, nós revolucionários cubanos aderimos à máxima martiana: "A liberdade custa muito caro e é necessário ou resignar-se a viver sem ela ou decidir-se a comprá-la pelo seu preço".

Nesta praça, no 30º aniversário do triunfo, Fidel nos disse: "Aqui estamos porque temos podido resistir". Uma década depois, em 1999, desta mesma sacada, afirmou que o período especial constituía "a mais extraordinária página de glória e firmeza patriótica e revolucionária, (...) quando nos encontramos absolutamente sós no meio do Ocidente, a 90 milhas dos Estados Unidos, e decidimos seguir adiante". Fim da citação. Assim o repetimos hoje.

Tem sido uma resistência firme, livre de fanatismos, baseada em sólidas convicções e na decisão de todo um povo de defendê-las ao preço que for necessário. Exemplo vivo disso, nestes momentos, é a inabalável firmeza de nossos gloriosos Cinco Heróis (Aplausos e exclamações de "Viva!").

Hoje não estamos sós contra o império neste lado do oceano, como ocorreu nos anos 1960, quando os Estados Unidos impuseram o absurdo de expulsar Cuba da OEA, em janeiro de 1962, o país que pouco



Os 50 anos da Revolução



Cubana homenageados no Fórum Social Mundial de 2009

antes havia sido vítima de uma invasão organizada pelo governo norte-americano e escoltada até nossas costas por seus navios de guerra. Precisamente, como foi demonstrado, essa expulsão era o prelúdio de uma intervenção militar direta, impedida somente pela instalação dos foguetes nucleares soviéticos, o que desembocou na crise de outubro, conhecida mundialmente como a “crise dos mísseis”.

Hoje a revolução é mais forte do que nunca e jamais cedeu um milímetro sequer em seus princípios, nem nos momentos mais difíceis. Não muda minimamente essa verdade o fato de que alguns poucos se cansam e até reneguem a sua história, esquecendo-se de que a vida é um eterno batalhar.

Significa que têm diminuído os perigos? Não, não nos iludamos. Quando comemoramos este meio século de vitórias, impõe-se a reflexão sobre o futuro, sobre os próximos cinquenta anos, que serão também de permanente luta.

Observando as atuais turbulências do mundo contemporâneo, não podemos pensar que serão mais fáceis. Digo-o não para assustar a ninguém, mas porque é a pura realidade.

Também devemos ter muito presente o que Fidel nos disse a todos, mas especialmente aos jovens, na Universidade de Havana, em 17 de novembro de 2005: “Este país pode se autodestruir; esta revolução

pode destruir-se, os que não podem destruí-la hoje são eles; nós sim, nós podemos destruí-la e seria culpa nossa”, sentenciou.

Diante dessa possibilidade, me pergunto: Qual é a garantia de que não ocorra algo tão terrível para nosso povo?

Como evitar um golpe tão aniquilante, após o qual necessitaríamos de muito tempo para recuperarmos e alcançarmos de novo a vitória?

Falo em nome de todos os que lutamos, desde os primeiros disparos nos muros do Moncada, há 55 anos, até dos que cumpriram heróicas missões internacionalistas.

Falo também, é claro, em nome dos que tombaram nas guerras de independência e, mais recentemente, na guerra de libertação. Representando todos eles, falo em nome de Abel e José Antônio, de Camilo e Che, quando afirmo, em primeiro lugar, que isso exige dos dirigentes de amanhã não esquecerem nunca que esta é a revolução dos humildes, pelos humildes e para os humildes (aplausos); que não se abrandem com os cantos de sereia do inimigo e que tenham consciência de que, por sua essência, nunca deixará de ser agressivo, dominante e traiçoeiro; que não se distanciem jamais de nossos operários, camponeses e do resto do povo; que a militância impeça que destruam o partido. Aprendamos com a história.

Se atuarem assim, contarão sempre com o apoio do povo, inclusive quando se equivocarem em questões que não violem princípios essenciais. Mas, se seus atos não estiverem em consonância com essa conduta, não contarão sequer com a força necessária nem a oportunidade para retificá-los, pois lhes faltará a autoridade moral que só outorgam as massas a quem não cede na luta. Poderiam terminar sendo impotentes ante os perigos externos e internos, e incapazes de preservarem a obra que é fruto do sangue e do sacrifício de muitas gerações de cubanos.

Se isso chegasse a suceder, ninguém duvide, nosso povo saberá ir à luta, e na primeira linha estarão os *mambises* de hoje, que não se desarmarão ideologicamente nem deixarão cair a espada (aplausos e exclamações).

Compete à direção histórica da revolução preparar as novas gerações para assumirem a enorme responsabilidade de levar adiante o processo revolucionário.

Esta heróica cidade de Santiago, e Cuba inteira, foi testemunha do sacrifício de milhares de compatriotas; da ira acumulada ante tanta vida mutilada pelo crime; da dor infinita de nossas mães e do valor sublime de suas filhas e filhos.

Aqui nasceu um jovem revolucionário, que con-

tava somente com 22 anos quando foi assassinado, que simboliza essa disposição para o sacrifício, pureza, valentia, serenidade e amor à pátria de nosso povo: Frank País García.

Nesta terra oriental nasceu a revolução. Aqui foi a clarinada da La Demajagua e do 26 de julho; aqui desembarcamos no Granma e iniciamos o combate em montanhas e planícies, que logo se estendeu a toda a ilha. Como disse Fidel em *A história me absol verá*, aqui “cada dia parece que vai ser outra vez o de Yara ou o de Baire”.

Nunca mais voltarão a miséria, a infâmia, o abuso e a injustiça à nossa terra!

Jamais regressará a dor ao coração das mães nem a vergonha à alma de cada cubano honesto!

É a firme decisão de uma nação em pé de luta, consciente de seu dever e orgulhosa de sua história (aplausos).

Nosso povo conhece cada imperfeição da obra que ele mesmo tem levantado com seus braços e defendido, colocando em risco sua própria vida. Nós revolucionários somos nossos principais críticos. Não temos hesitado em elucidar publicamente deficiências e erros. Sobram os exemplos passados e recentes.

Desde o 10 de outubro de 1868, a desunião foi a causa fundamental de nossas derrotas. A partir de 1º de janeiro de 1959, a unidade, forjada por Fidel, tem sido a garantia de nossas vitórias. Nosso povo conseguiu mantê-la frente a todas as vicissitudes e tentativas divisionistas e soube situar os anseios comuns por cima das diferenças, derrotando mesquinhez com a força do coletivismo e da generosidade.

As revoluções só avançam e perduram quando o povo as leva adiante. Ter compreendido essa verdade e atuado invariavelmente em conformidade com ela, tem sido o fator decisivo da vitória da revolução cubana frente a inimigos, dificuldades e desafios em aparência invencíveis.

Ao chegar o primeiro meio século de revolução triunfante, que venha com ele o principal tributo a nosso maravilhoso povo; a sua exemplar decisão, valor, fidelidade, vocação solidária e internacionalista; a sua extraordinária demonstração de vontade, espírito de sacrifício e de confiança na vitória, no partido, em seu máximo líder e, sobretudo, em si próprio (aplausos).

Sei que expresso o sentimento de meus compatriotas e de muitos revolucionários no mundo, ao render homenagem nesta hora ao Comandante em Chefe da revolução cubana, Fidel Castro Ruz (aplausos e exclamações).

Um indivíduo não faz a história, o sabemos, mas há homens imprescindíveis capazes de influenciar em seu curso de maneira decisiva. Fidel é um des-

ses, ninguém duvida, nem mesmo seus inimigos mais tenazes.

Desde muito jovem fez seu um pensamento martiano: “Toda a glória do mundo cabe num grão de milho”. Converteu-o em escudo contra o presunçoso e o passageiro, em sua principal arma para transformar lisonjas e honras, por merecidas que fossem, em maior modéstia, honradez, vontade de luta e amor pela verdade, que invariavelmente ele pôs acima de tudo.

A essas ideias se referiu, nesta mesma praça, há 50 anos. Suas palavras daquela noite mantêm absoluta vigência.

Neste momento especial que nos faz meditar sobre o caminho percorrido e, sobretudo, sobre o ainda mais longo que está pela frente, quando ratificamos novamente o compromisso com o povo e com nossos mártires, permitam-me concluir repetindo o alerta premonitório e o chamado ao combate que nos fizera o Comandante em Chefe neste histórico lugar, em 1º de janeiro de 1959, quando assinalou:

“Não cremos que todos os problemas venham a se resolver facilmente, sabemos que o caminho está tomado de obstáculos, mas nós somos homens de fé, que sempre enfrentamos as grandes dificuldades. O povo poderá estar certo de uma coisa: podemos nos equivocar uma e muitas vezes, mas o que não poderá dizer jamais a nosso respeito é que roubamos, que traímos”.

E acrescentou:

“Nunca nos deixaremos arrastar pela vaidade nem pela ambição, (...) não há satisfação nem prêmio maior do que cumprir com o dever”, concluiu.

Numa data de tanto significado e simbolismo, refletamos sobre estas ideias que constituem um guia para o verdadeiro revolucionário. E o façamos com a satisfação de haver cumprido o dever até o presente; com o aval de ter vivido com dignidade o mais intenso e fecundo meio século de história pátria e com o firme compromisso de que nesta terra sempre poderemos exclamar com orgulho:

Glória aos nossos heróis e mártires!

Viva Fidel!

Viva a revolução!

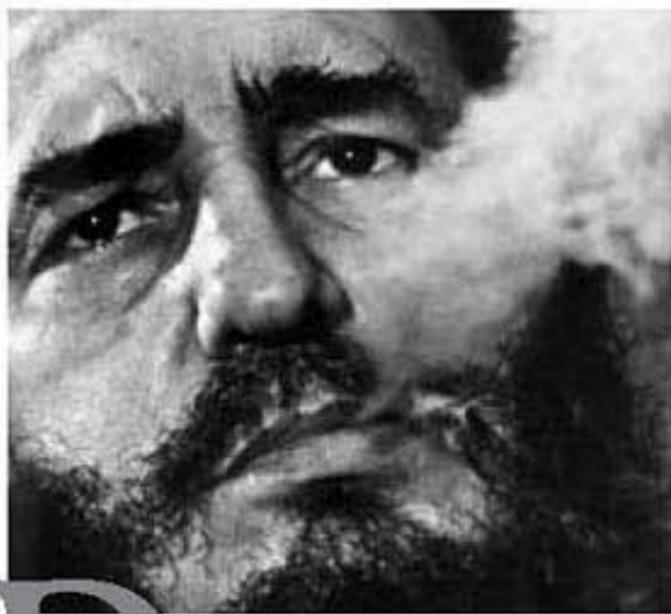
Viva Cuba livre!

Raúl Castro é presidente de Cuba – Discurso pronunciado no ato pelo 50º aniversário do triunfo da revolução, realizado em Santiago de Cuba, em 1º de janeiro de 2009.

Tradução de Eugênio Rezende de Carvalho.

Os 50 anos da *Revolução Cubana* e sua projeção internacional

EUGÊNIO REZENDE DE CARVALHO



O significado da Revolução Cubana vai além da repercussão que teria um movimento guerrilheiro que derrubou uma ditadura subserviente aos interesses norte-americanos. Ela se projetou mundialmente quando seu governo revolucionário entrou em choque com a principal potência do mundo capitalista

Passados cinquenta anos da vitória da Revolução Cubana, chama a atenção o fato da extraordinária projeção internacional alcançada por Cuba, Fidel e sua revolução. Para se entender melhor o seu significado há que se levar em conta, necessariamente, um conjunto de elementos históricos, tanto anteriores como posteriores ao 1º de janeiro de 1959. Isso porque o próprio conceito de *revolução* pode remeter a dois momentos distintos: ora para designar um instante específico de luta e de tomada do poder pelos guerrilheiros, ora para se referir ao longo processo seguinte de consolidação do caráter efetivamente revolucionário do novo regime.

Conforme enfatizemos um ou outro desses momentos, podemos nos deparar com distintas caracterizações da Revolução Cubana: no primeiro caso uma guerra de guerrilhas predominantemente rural, democrática e popular, contra a ditadura de Fulgêncio Batista e seu exército; no segundo caso – desdobramento do primeiro – uma revolução de caráter socialista, nacional e anti-imperialista, num contexto de guerra fria e de enfrentamento com os vizinhos Estados Unidos. Acreditamos que, especialmente em razão desse segundo sentido, a revolução e o regime

cubanos ganharam posteriormente uma fantástica projeção internacional, que surpreendeu – e ainda hoje surpreende – até mesmo os seus principais líderes e opositores.

Não obstante tais caracterizações, urge considerar alguns antecedentes históricos desse processo revolucionário deflagrado na década de 1950. Um deles é resultado da peculiar posição geográfica de Cuba. Situada estrategicamente na região inter-hemisférica do Caribe, a cerca de apenas 150 quilômetros da costa estadunidense, na porta de entrada para o acesso ao istmo centro-americano, através do qual se poderia estabelecer – como de fato se estabeleceu – a ligação entre os oceanos Atlântico e o Pacífico, Cuba foi durante a segunda metade do século XIX alvo de permanente cobiça por parte dos Estados Unidos, de onde partiram constantes e ameaçadoras propostas de anexação. É inegável que tal posição geo-estratégica delimitaria o destino histórico da ilha a partir do final do século XIX, principalmente no que se refere às suas relações com a vizinha e emergente potência capitalista do norte.

Outro antecedente histórico fundamental diz respeito às circunstâncias e ao processo tardio da independência cubana. Diferentemente da região

continental ibero-americana, onde as independências ocorreram nas primeiras décadas do século XIX, Cuba e Porto Rico ainda permaneceram como colônias espanholas até 1895, quando teve início a guerra independentista liderada por José Martí. Visando a resguardar seus interesses geo-políticos na região do Caribe e retomando certos princípios da Doutrina Monroe, os Estados Unidos intervieram no conflito em 1898 ao lado dos cubanos, impondo uma rápida derrota às forças espanholas e estabelecendo uma junta de militares estadunidenses que governaria a ilha até a sua independência formal em 1901.

Na verdade, tratou-se de uma independência hipotecada aos Estados Unidos que, ao deixarem a ilha, impuseram a aprovação de uma emenda à Constituição cubana – Emenda Platt – que dava ao governo estadunidense o direito de intervenção e de total controle sobre a política externa de Cuba. Além disso, tal emenda concedia aos Estados Unidos o direito de manter em território cubano uma base militar na região oriental de Guantánamo, mantida até hoje. Tal relação neocolonial imposta ao país caribenho pela potência norte-americana iria marcar profundamente os acontecimentos seguintes da história econômica e social cubana, bem como as relações de interdependência entre os dois países, mantidas durante as décadas que antecederam à deflagração do processo revolucionário.

Por fim, tomemos em conta as relações e os vínculos políticos e econômicos estabelecidos historicamente entre Cuba e Estados Unidos durante a primeira metade do século XX, período em que os norte-americanos consolidaram o seu poderio e controle sobre as atividades econômicas da ilha: dominavam os principais investimentos estrangeiros – serviços elétricos e telefônicos, produção de açúcar, estradas de ferro etc. – e detinham a propriedade de uma parte considerável das terras e minas, além de controlarem as importações e exportações cubanas. Por tudo isso, nessa época, Cuba já era um dos primeiros países latino-americanos em importância pa-

ra os investimentos externos dos Estados Unidos.

A fim de preservar tamanhos interesses econômicos em Cuba, durante a primeira metade do século XX os Estados Unidos patrocinaram e sustentaram uma sucessão de governos submissos, corruptos e ditatoriais. Um desses governantes, Fulgêncio Batista – um oficial do exército cubano –, após ser derrotado na eleição presidencial de 1952, deu um golpe militar e retomou o poder que já havia ocupado alguns anos antes, instaurando em Cuba uma nova ditadura. Diante desse quadro, alguns grupos da sociedade cubana começaram a considerar e planejar alternativas insurrecionais de tomada do poder. No seio

de um desses grupos estava o então jovem advogado recém-formado, Fidel Castro. Pode-se afirmar que tais circunstâncias históricas geraram os ingredientes que favoreceriam, em seu devido tempo, o amadurecimento de uma alternativa radical de rompimento com um modelo já esgotado de um regime que mesclava autoritarismo e neocolonialismo.

O processo revolucionário cubano teve início propriamente com um simbólico acontecimento ocorrido em 26 de julho

de 1953. Na cidade oriental de Santiago, um grupo de insurretos – entre eles Fidel Castro – promoveu um ataque ao Quartel Moncada, visando à tomada de armamentos para dar início à luta revolucionária contra a ditadura de Fulgêncio Batista. A ação foi frustrada e Fidel Castro preso, juntamente com os poucos combatentes que sobreviveram ao contra-ataque. Julgado e condenado a 15 anos de prisão, foi anistiado em 1955 – após dois anos detido –, quando seguiu para o exílio no México. Dessa forma, o assalto ao quartel Moncada foi transformado num símbolo, provocando uma grande reação da ditadura, tendo a sua data inspirado o nome do grupo político de resistência que logo seria constituído por Fidel, o Movimento 26 de Julho.

A luta contra o governo de Batista teria continuidade durante o exílio no México, onde Fidel aglutinaria um grupo que passou a planejar e preparar



Che Guevara, em agosto de 1961, condecorado no Brasil com a Grã Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul.



A CTB é uma central:

Classista

A CTB se orienta por um ideal classista, associado à defesa intransigente dos interesses imediatos e futuros da classe trabalhadora brasileira, bem como à luta cotidiana, permanente e sem tréguas contra a exploração e pela valorização da classe trabalhadora;

Democrática

Plural, aberta a todas as correntes sindicais e políticas que atuam no movimento; uma central que condena o exclusivismo e o hegemomismo estreitos e adota o critério da proporcionalidade qualificada na composição de sua direção;

Unitária

Que concebe a unidade como um princípio fundamental da luta da classe trabalhadora, defende a norma da unicidade das entidades, repudia o divisionismo e entende que a diversidade não impede a união nas ações concretas do movimento sindical;

De luta

Que não transige com os direitos e interesses dos trabalhadores e trabalhadoras e compreende que só com muita mobilização e fortes batalhas o movimento sindical conseguirá dobrar o patronato e atingir seus objetivos.



Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB)

Av. Liberdade, 113 4º andar CEP: 01503-000 Liberdade São Paulo-SP

Tel.: (11) 3106.0700 E-mail: ctb@portalctb.org.br

Visite o portal da CTB: www.ctb.org.br

um desembarque militar em Cuba, grupo do qual fazia parte um jovem médico argentino que Fidel conheceu no exílio, Ernesto Guevara. Essa segunda investida ocorreu em 1956, quando Fidel e mais de 80 companheiros militarmente inexperientes e mal armados partiram para Cuba, rumo à região oriental de Santiago, num iate chamado “Granma” – nome que seria dado mais tarde ao jornal oficial do regime Cubano. Entretanto, logo no seu desembarque os combatentes foram surpreendidos e atacados pelas tropas de Fulgêncio Batista. Os 12 sobreviventes – entre eles Fidel e Raúl Castro e Che Guevara – se refugiaram na Sierra Maestra, de onde passariam nos anos seguintes a organizar uma guerrilha rural, dando início assim a uma terceira etapa da luta pela tomada do poder.

Esse pequeno grupo, que passou a denominar-se Exército Rebelde, iniciou todo um trabalho de organização e de propaganda revolucionária entre os camponeses da região, paralelamente à busca de apoio de outros contingentes urbanos que já lutavam contra a ditadura – trabalhadores, estudantes e intelectuais –, sobretudo através de transmissões da Rádio Rebelde, organizada por Che Guevara para difundir as ações dos guerrilheiros. Aos poucos os rebeldes organizaram verdadeiros “territórios livres” na Sierra Maestra, ajudados por comandos que atuavam nas cidades. Logo após uma fracassada greve geral em 1958, organizada pelos seus opositores, Batista ordenou o início de uma violenta ofensiva final, mobilizando mais de 10 mil soldados bem armados em direção à Sierra Maestra com o propósito de exterminar a guerrilha. Depois de quase de três meses de combate, tal contingente foi derrotado pelos cerca de 300 guerrilheiros, que iniciaram imediatamente uma contraofensiva final da montanha em direção às cidades.

A partir de agosto de 1958, as colunas de Che, Raúl e Fidel Castro passaram a tomar cidades importantes e a incorporar cada vez mais voluntários à causa revolucionária. Percebendo a derrota iminente, diante do avanço da guerrilha e da crescente perda de apoio dos EUA, Fulgêncio Batista renunciou ao governo e fugiu para a República Dominicana em 1º de janeiro de 1959, dia em que Fidel e seus companheiros entraram vitoriosos na cidade de Santiago e que os rebeldes tomaram a capital Havana, diante da rendição incondicional do exército de Batista. Finalmente, após 25 meses de combate desde o desembarque na ilha, os revolucionários conquistaram o poder, pondo fim a uma ditadura cruenta de quase oito anos.

O grande desafio que se colocou a partir daquele reveillon de 1959 foi constituir o governo revolucio-

nário a partir de alianças com múltiplos grupos e setores sociais – inclusive da burguesia – que haviam ajudado a derrotar a ditadura, embora o poder de fato tenha ficado nas mãos do Exército Rebelde e dos líderes do Movimento 26 de Julho. Sem fazer parte direta do novo governo, Fidel Castro se destacava como a principal liderança da revolução. Instaurou-se de imediato no seio do novo poder revolucionário uma acirrada discussão ideológica sobre o caráter da revolução: camponesa ou proletária, nacionalista ou comunista, militarista ou civilista...

As primeiras medidas do governo revolucionário consistiram basicamente na eliminação de toda a estrutura estatal que havia servido à ditadura militar – polícia, parlamento e tribunais especiais; na anulação da Emenda Platt; no combate à corrupção, bem como na redução e controle rígido de preços, impostos e tarifas. Mas a primeira lei de reforma agrária, promulgada ainda em 1959, embora relativamente tímida, iria se tornar um dos pontos centrais de atrito nas relações entre o novo regime cubano e os Estados Unidos, ao expropriar latifúndios de companhias e bancos estrangeiros norte-americanos, responsáveis pelos altíssimos índices de concentração da propriedade da terra em Cuba – muitas terras e usinas açucareiras eram dadas em garantia de empréstimos norte-americanos e posteriormente apropriadas. Os grandes proprietários e as usinas que tiveram as suas terras expropriadas, juntamente com o governo e os capitais estadunidenses, passaram imediatamente a hostilizar, sabotar e boicotar de todas as formas o novo governo de Cuba.

Ao longo do ano de 1960 a tensão entre os dois países se agravou, após a intervenção nas empresas petrolíferas estadunidenses que dominavam o mercado cubano. Diante da negativa dessas companhias de fornecer petróleo a Cuba, o governo revolucionário passou a importar esse produto diretamente da União Soviética. Como represália, o governo dos Estados Unidos cancelou toda a compra de açúcar de Cuba – 700 mil toneladas anuais –, cuja economia dependia quase que exclusivamente da exportação desse produto. Em seguida o governo cubano reagiu nacionalizando sem indenização as principais companhias norte-americanas que funcionavam na ilha, atuando nas áreas de petróleo, eletricidade e telefonia. Em resposta, os Estados Unidos suspenderam todas as exportações para Cuba.

Diante das agressões econômicas sofridas, o governo revolucionário de Cuba foi impelido a buscar novos parceiros comerciais, intensificando suas relações com a União Soviética, para onde passou a exportar a sua safra de açúcar e de onde passou a importar o petróleo, além de outros produtos de

que necessitava. Num momento de auge da “guerra fria”, de forte disputa e tensão internacional entre as duas grandes superpotências, em que Cuba sofria um intenso boicote político e econômico dos Estados Unidos – logo praticado também por países europeus e latino-americanos –, as possibilidades de alianças do novo regime cubano viam-se cada vez mais restritas. Nessa conjuntura fechada, a aliança com a União Soviética e o bloco de países socialistas se converteu na alternativa natural – se não única – de sobrevivência da revolução cubana. Como resultado dessa aliança, os Estados Unidos romperam relações diplomáticas com Cuba em janeiro de 1961 e, num discurso em abril do mesmo ano, Fidel declarou o caráter socialista da revolução cubana, mais de dois anos após da tomada do poder.

Não demorou muito para os ataques dos Estados Unidos extrapolar a esfera meramente econômica, incorporando ações de cunho militar. Em abril de 1961, com o objetivo de derrubar o novo governo – curiosamente no dia seguinte à declaração do caráter socialista da revolução cubana –, os Estados Unidos promoveram um fracassado desembarque militar, na Baía dos Porcos, de um comando de quase 1.400 exilados cubanos treinados pela CIA, com o apoio das forças aéreas e navais norte-americanas. Em seguida ao fracasso dessa tentativa de invasão militar, os Estados Unidos decretaram um embargo comercial total à ilha em setembro de 1961, vigente até os dias de hoje. No ano seguinte, diante da forte pressão dos Estados Unidos sobre os demais países membros, Cuba é expulsa da Organização dos Estados Americanos (OEA).

O aprofundamento da crise nas relações com os Estados Unidos e seus aliados, levou o governo cubano a se preocupar ainda mais com a sua defesa. Valendo-se das suas novas alianças, Cuba permite a instalação em seu território de bases de lançamento de mísseis soviéticos, em troca de proteção diante das constantes ameaças e tentativas de invasão da ilha. Ao descobrirem essas bases em 1962, os Estados Unidos decretaram um bloqueio naval contra Cuba, ameaçando-a com uma intervenção militar. Talvez esse tenha sido o ponto máximo de acirramento da guerra fria, momento em que o mundo esteve bastante próximo da deflagração de uma guerra nuclear – tendo Cuba como pivô –, quando navios soviéticos que seguiam para Cuba foram ameaçados pela marinha norte-americana. Esse episódio ficou conhecido como a “crise dos mísseis”, superada somente após um acordo entre as superpotências, segundo o qual a União Soviética retiraria os mísseis de Cuba e, em troca, os Estados Unidos não invadiriam a ilha.

Assim, mesmo diante das mais fortes adversidades, Cuba completou seus primeiros anos revolucionários com a proposta de construção do socialismo. Externamente inserida e favorecida pela planificação econômica do bloco socialista – o intercâmbio comercial com a comunidade socialista chegou ao índice médio de 75% nas décadas seguintes –, internamente buscou consolidar paulatinamente a edificação de uma nova sociedade, logrando avanços consideráveis nos índices de desenvolvimento econômico e social, com destaque para os campos da educação e da saúde, fato reconhecido até mesmo pelos mais ferrenhos inimigos do socialismo.

Contudo, no momento em que os cubanos usufruíam de tal desenvolvimento, a comunidade dos países socialistas entrou em crise e logo se desfez, com efeitos imediatos e nefastos para Cuba. Era o começo do fim da guerra fria. A especialização econômica com a qual tanto havia se beneficiado, notadamente dependente da planificação socialista, a partir do final da década de 1980 passou a representar dramaticamente a maior ameaça ao regime castrista, agravada pelo isolamento político e, sobretudo, pela permanência do embargo econômico norte-americano contra a ilha.

Em suma, o desdobramento e a projeção internacional da Revolução Cubana, que ora completa cinquenta anos, são resultado direto do contexto da “guerra fria” e de um mundo política e ideologicamente bipolarizado, onde Cuba se tornou o pivô de uma disputa acirrada entre as potências líderes dos blocos capitalista e socialista, como um modelo, por um lado, a ser evitado e aniquilado e, por outro, a ser defendido e exportado. Nesse sentido, a projeção e a significação mundial da Revolução Cubana são decorrência direta da radicalização da guerra fria cujos efeitos foram agravados pelo choque de interesses entre o governo revolucionário cubano e a principal potência do mundo capitalista. Seu significado vai, assim, muitíssimo além da natural repercussão histórica que teria um simples movimento revolucionário guerrilheiro que ousou derrubar, em meados do século XX, numa ilha caribenha, uma ditadura corrupta e subserviente aos interesses econômicos norte-americanos.

*Eugênio Rezende de Carvalho é doutor em História Social e das Ideias pela Universidade de Brasília e professor da Universidade Federal de Goiás, onde exerce a docência e desenvolve pesquisas na área de História Latino-americana. É autor dos livros *Nossa América: a utopia de um novo mundo* (São Paulo: Anita Garibaldi, 2001) e *América para a humanidade: o americanismo universalista de José Martí* (Goiânia: UFG, 2003).*

Venezuela: Resistir,

A revolução bolivariana, sob a liderança de Hugo Chávez, é um dos processos mais férteis da luta anti-imperialista que se desenvolve na América Latina. Nela se depositam grandes esperanças de mudanças, sobretudo, pelo compromisso proclamado de construção do socialismo. Neste artigo, Carolus Wimmer, membro da direção do Partido Comunista da Venezuela (PCV), apresenta reflexões sobre os êxitos conquistados e sublinha os dilemas, riscos e problemas que, na ótica do PCV, precisam ser enfrentados para que tenha êxito a transição do capitalismo ao socialismo

CAROLUS WIMMER

Com o referendo de 15 de fevereiro de 2009 sobre a emenda constitucional, propomos dar continuidade aos avanços políticos e sociais que estão sendo realizados em prol da população, da classe operária, das trabalhadoras e trabalhadores em geral. De igual modo, como prosseguir com a criação do instrumento unitário de direção coletiva necessário à transição do capitalismo ao socialismo.

Em tais condições, precisamos manter Hugo Chávez no exercício da Presidência da República. Trabalhamos para acumular forças em direção à esquerda, comprometidas com um processo revolucionário que nos permita criar condições materiais e culturais que tornem possível passar do capitalismo para o socialismo.

Depois da vitória, estamos em um momento his-

tórico de exacerbação da luta de classes. O resultado da emenda nos apresenta diferentes cenários que precisam ser levados em consideração.

a) Com a aprovação, dão-se as condições políticas gerais para a continuidade do avanço em direção ao socialismo, preservando a possibilidade de isso ser realizado pelo caminho menos doloroso que temos transitado até o momento. Além disso, nosso país manterá sua atual política internacional de ofensiva contra o imperialismo e pela busca da integração dos países do Sul. Manter-se-ão as Missões que têm oferecido bem-estar aos setores mais vulneráveis da população; assim como avançaremos na organização das trabalhadoras e trabalhadores do país para que assumam, com toda responsabilidade, o papel que legitimamente lhes corresponde nas decisões políticas, de planejamento, produção

lutar, vencer



e distribuição de bens e serviços, privilegiando o proletariado e seus aliados naturais contra a burguesia e o imperialismo. Tudo isso em um contexto de aprofundamento da luta ideológica no seio da ampla aliança de classes e grupos comprometidos no combate anti-imperialista.

- b) A oposição pró-imperialista, que não alcançou os votos suficientes, intensificará a ofensiva reacionária. Em consequência, é mais imperioso do que nunca organizar os trabalhadores e trabalhadoras e preparar um caminho diferente ao relativamente pacífico pelo qual caminhamos hoje em dia. Isto como forma de impedir o regresso ao poder executivo nacional de governantes que afundaram nosso povo na miséria, atraso e dependência, sob a opressão do imperialismo e da oligarquia. Os resultados eleitorais do passado nos mostram

tendências que não podemos deixar de considerar e que merecem toda a atenção, como é de costume nos partidos marxistas-leninistas. Por mais dura que seja a realidade e por mais difíceis que se apresentem as circunstâncias originadas no referido evento.

Não vamos nos deter nas magnitudes numéricas da votação, que são suficientemente conhecidas. Apoiados nelas e na análise do desenvolvimento das contradições de classe manifestadas na estratégia e na tática dos atores e, por suposto, nos acertos mais evidentes, podemos fazer uma primeira aproximação ao tema. Esforço que nos permita avançar em direção às mudanças previstas para esta etapa do desenvolvimento do processo, de acordo com a nossa própria formulação programática e tática.

A análise nos indica, então, que a direita pró-imperialista melhorou sua linha de ação geral.

Aperfeiçoou o concernente à sua participação no processo eleitoral, sem que com isso abandonasse o desenvolvimento de outras linhas de ação dirigidas ao prosseguimento de sua luta política reacionária, que utiliza diversas formas e métodos contrarrevolucionários.

A direita pró-imperialista concentrou esforços e trabalhos explícitos e implícitos para alcançar posições de caráter estratégico sem dispensar forças e esforços em âmbito nacional. O desenho estratégico e a execução tática foram harmoniosos e concretizaram os objetivos nesta etapa de confrontação eleitoral. Conseguiram confundir, neutralizar e até mesmo ganhar uma parte dos setores populares que defenderam o processo em eventos anteriores. É importante continuar analisando estes fenômenos para extrair as experiências que nos permitirão prever com maior rigor científico os resultados das condições sociais.

A afirmação anterior nos leva a examinar em conjunto, e não de maneira separada, os atores políticos atuais. A inter-relação entre eles é medida mais pelos interesses de classe que representam e defendem, do que pelo discurso ou o campo que ocupam nas forças “chavistas”, ou contra o governo, no terreno do imperialismo e da direita tradicional ou de novo cunho.

Nesse sentido, consideramos positiva a intensificação da luta de classes, especialmente no campo da ideologia, pois concepções perigosamente favoráveis aos interesses da burguesia ainda estão muito enraizadas em amplos setores da população e dentro do governo. Concepções que se manifestaram, inclusive, nas táticas antiPCV durante o findado processo eleitoral.

Esta realidade demanda:

- Aprofundar, ampliar e acelerar no seio do Partido e da Juventude Comunista, o processo de formação de quadros e de elevação da consciência socialista assentada no marxismo-leninismo. Trabalho este com o fim de desenvolver um profundo debate ideológico e político dirigido a construir hegemonia em todo o complexo sistema de relações sociais no qual nos desenvolvemos, ao mesmo tempo em que fortalecemos organicamente o Partido e sua Juventude.
- Impulsionar na forma orgânica, sustentada e coerente, em toda a estrutura do Partido, a linha política de articulação e acúmulo de forças com o conjunto do movimento popular revolucionário. Tanto o movimento que atua em qualidade de correntes organizadas no seio de outras organizações políticas policlassistas do processo bolivariano, quanto

o que se expressa de forma autônoma. Esta ação destina-se a consolidar espaços de ação comum de caráter estratégico – construído com base na definição de áreas de coincidências, e também de divergências, entre o teórico e o prático.

- Enfatizar a ação do coletivo militante do PCV e da JCV, acumulando forças em direção à classe operária e outros setores de trabalhadores, ao campesinato pobre e à intelectualidade revolucionária. Esta tarefa tem por meta consolidar e desenvolver uma correlação de forças que corroborem com o rumo socialista do processo revolucionário. Correlação e rumo que abram possibilidades para que a classe assuma seu papel de vanguarda da revolução e supere a condição de acompanhante subordinado à pequena-burguesia ou, ainda, de espectadora passiva do processo.
- Sustentar teoricamente e avançar no terreno do concreto na construção da Frente Ampla Nacional Anti-imperialista e pelo Socialismo, com o objetivo de seguir rumo ao desenvolvimento e consolidação da direção coletiva do processo revolucionário venezuelano.
- Disseminar no seio do Partido e da Juventude Comunista a mais profunda análise em torno das teses aprovadas no XIII Congresso Extraordinário do PCV nas quais foi definido o Partido que a revolução precisa. Esta medida visa a adotar as diretrizes políticas e orgânicas que permitam sua aplicação consequente a toda e por toda a estrutura orgânica de nossa organização.

Tendências mais relevantes

Nós sintetizamos as tendências mais relevantes da atualidade da seguinte forma:

- a) Favorecimento dos interesses da burguesia emergente, que está se fortalecendo, estreitamente vinculada ao governo nacional, altamente partidizada, substituindo os grupos tradicionais do poder. Fato que demonstra uma conciliação de classes para manter a governabilidade do país e garantir o controle de alguns ramos do poder público e um equilíbrio sustentável no tempo dentro da Força Armada Nacional Bolivariana.
- b) Esta concepção, que legitima a liderança da pequena e média burguesia no seio do que deve ser a ampla aliança nacional anti-imperialista, pela consolidação da libertação nacional, afetará a estratégia de construção do socialismo em longo prazo.
- c) Ainda não se conseguiu uma unidade suficiente, assim como o fortalecimento das forças revolucionárias, democráticas e progressistas em torno das linhas programáticas e táticas sólidas, com

a perspectiva de transição em direção ao socialismo, o que mostra, como consequência, uma grande fragilidade em ambos os sentidos.

- d) Consolidação do PSUV como o partido político do governo do presidente Hugo Chávez Frías, cujos métodos de direção correspondem aos de um partido policlassista, determinado por sua origem e pela concepção de classe de seus integrantes, e dentro do qual as correntes marxistas-leninistas são minoritárias.
- e) A evidente contradição entre o socialismo científico e o que é dito caracteriza o processo atual. Estamos convencidos de que o governo atual – por sua composição de classes e a influência que elas têm nas decisões – não vai criar as condições de transição do capitalismo ao socialismo, a não ser que consigamos ajustar uma correlação de forças políticas e sociais que o obrigue a tomar decisões de Estado nessa direção.
- f) As incompreensões e ataques ao PCV, e sua intenção expressa de eliminá-lo politicamente, obedecem a diversas razões, entre elas, podemos indicar a presença de elementos anticomunistas no PSUV e a influência de tendências historicamente inimigas dos partidos comunistas, como os trotskistas.
- g) Acentuam-se com força fatores adversos à sociedade e às mudanças progressistas nos âmbitos econômico, político, social e cultural, tais como corrupção, insegurança, gasto excessivo e supérfluo, a falta de controle sobre o uso do dinheiro público, a ausência de correspondência entre o discurso e a prática política e institucional de numerosos quadros do processo, a falta de controle sobre os meios privados de comunicação que são aproveitados ao máximo na defesa do imperialismo e da oligarquia crioula.
- h) Aumenta de forma perigosa a presença do fenômeno do paramilitarismo em todo o território nacional, com suas sequelas de crimes e negócios sujos, o que comprova um maior posicionamento político do governo de Estados tão importantes como Zulia e Táchira.

O que foi anteriormente exposto, de não se reverter, conduz ao desgaste da figura do presidente Chávez como líder do processo de mudanças e des-

qualifica o discurso do socialismo; além disso, abre caminho à influência da direita e aos planos diversos do imperialismo, dirigido a liquidar os avanços revolucionários.

Isso nos conduz a um labirinto de acontecimentos futuros que, de serem mal analisados e pugnados, podem abrir uma enorme brecha no processo atual de mudanças e, por isso, somos obrigados a prever os acontecimentos do futuro imediato, de forma a não ser surpreendidos pela dinâmica em desenvolvimento.

Afirmamos no XII Congresso e no XIII Congresso extraordinário de nosso Partido, que a principal fragilidade neste processo está na ausência de uma direção coletiva que trace as linhas firmes do acionar das forças imersas no combate político, social, econômico e cultural. Pior ainda: o movimento popular revolucionário carece da unidade, combatividade e da força material de uma organização de vanguarda do proletariado, que assuma as tarefas da transição do capitalismo ao socialismo, e, por essa razão, a pequena e a média burguesia pugnam por dirigi-lo de acordo com seus interesses particulares de classe.

A ideia anterior nos exige contribuir, em maior medida, na criação das condições para a construção dessa vanguarda coletiva da qual fazemos parte, sem deixar de lado nossos objetivos programáticos, apesar das dificuldades percebidas.

Nós caracterizamos o processo de liberação nacional e sinalizamos como principal inimigo o imperialismo norte-americano. E enquanto isso continue sendo válido, é obrigação dos comunistas entender perfeitamente e atuar com consequência para evitar o retrocesso que se vislumbra no horizonte da pátria em direção a regimes já superados e aos quais boa parte do nosso povo não está disposta a regressar.

Caráter de classe do PCV

Por tudo isso, a ênfase do PCV e da JCV no trabalho ideológico, político e organizativo no seio da classe operária e demais setores de trabalhadores e trabalhadoras, campesinato pobre e intelectualidade revolucionária, na linha de acumular forças de caráter e conteúdo popular revolucionário, não é uma opção e, sim, uma necessidade imperativa do momento histórico.

Na essência do marxismo-leninismo há duas

Trabalhamos
para acumular
forças em direção
à esquerda,
comprometidas
com um processo
revolucionário
que nos permita
criar condições
materiais e
culturais que
tornem possível
passar do
capitalismo para
o socialismo

concepções básicas que incidem diretamente na fortaleza ou fragilidade ideológica, orgânica e política do PCV, que são: **a concepção do papel histórico da classe operária** e **a concepção do papel histórico do Partido Comunista**. Quando estas duas concepções não estão interiorizadas em todo o ativo militante, e nem dominam todos os aspectos da vida do Partido, sobrevivem deficiências e problemas como os que ainda existem em nossa organização, os quais devemos expor e pontuar para identificar e aplicar as direções que permitirão superá-los, de acordo com sua complexidade, em curto, médio e longo prazo.

Devemos ter este compromisso consciente: fortalecer a estrutura orgânica do Partido sob o cumprimento consequente das direções leninistas de organização; detectar, avaliar e corrigir nossos problemas de organização e funcionamento; desenvolver metodologias de trabalho e uma disciplina que nos permita avançar e desenvolver as tarefas imediatas de 2009 e a dos anos seguintes; ampliar nossa militância e nossos organismos, em todos os níveis, ao grau que necessita a revolução socialista venezuelana; em suma, ser, quantitativamente e qualitativamente, cada dia mais comunistas!

Isto nos leva a examinar, em primeiro lugar, a formação e presença da classe operária no conjunto da sociedade venezuelana – com a presença de um milhão de trabalhadores nas indústrias de base, mas produtora da maioria das entradas do país. Temos que levar em conta, também, as concepções ideológicas predominantes na classe operária com bastante influência reformista.

Reivindicando, como fazemos, à classe operária a função da classe que conta com as condições necessárias para representar a construção da nossa sociedade frente às demais classes de trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade, temos a tarefa vital e decisiva para a revolução socialista de levar a classe operária venezuelana a ocupar o seu papel de vanguarda.

Para isso, deve ser levado em consideração que, no setor de serviços e nos denominados técnicos e profissionais, há mais de dois milhões de trabalhadores vinculados direta ou indiretamente ao Estado em todos os níveis, o que lhes configura qualidades

diferentes. Tais particularidades não nos eximem de orientar prioritariamente nosso trabalho e política de crescimento em direção às empresas de base e indústrias fundamentais, sendo claro que nelas se define a correlação de forças na luta pelo poder.

Outra de nossas maiores tarefas se encontra no setor agroindustrial e campo – vital para alcançar a soberania alimentar –, no qual segue o predomínio do latifúndio e a falta de contundência nas lutas do campo.

O PCV está obrigado a cumprir seu papel histórico como o instrumento indispensável para dirigir a classe operária venezuelana no caminho da liberação nacional e na construção do socialismo. Para tanto, uma das tarefas fundamentais do nosso Partido hoje em dia é o crescimento direcionado à classe operária, alimentando-se dela, construindo células nas empresas e incrementando nossa presença nos setores fundamentais da economia: petróleo, mineração, indústria pesada ou semipesada, energia elétrica, portos, agroindústria, cimentos, alimentos, transporte pesado.

O Partido Comunista da Venezuela, durante seus 78 anos de vida orgânica, tem sido sempre um Partido revolucionário, além disso, tem sido sempre, e sempre será, leal ao marxismo-leninismo, à revolução socialista, ao internacionalismo pro-

letário. Sua política tem sido a permanente luta contra a dominação dos monopólios imperialistas norte-americanos e à conquista de liberdade, democracia e bem-estar para nosso povo.

Nosso Partido é importante referência histórica, política e programática dos ideais socialistas e da luta de classes, que se intensifica cada vez mais, no meio da complexidade nacional e internacional.

O PCV trabalha para alcançar os níveis de desenvolvimento ideológico, orgânico, político e de influência de massas requeridos pelas exigências diárias do processo, e que nós definimos como o Partido que requer a Revolução venezuelana.

A ênfase do PCV e da JCV no trabalho ideológico, político e organizativo no seio da classe operária, na linha de acumular forças de caráter e conteúdo popular revolucionário, não é uma opção e, sim, uma necessidade imperativa do momento histórico

Carolus Wimmer é membro do Birô Político do Partido Comunista da Venezuela (PCV), Vice-presidente do Parlamento Latino-americano.

Tradução de Claudia Valdovinos

Uma década da revolução bolivariana

Ao completar dez anos, a revolução bolivariana se realimentou de energias com a vitória do “sí” no referendo de fevereiro último. Este novo êxito eleitoral deriva das conquistas que o povo e o país tiveram nos últimos anos. A revolução segue, pois, seu curso sob o combate férreo do imperialismo e com a tarefa de superar problemas e dilemas. Sua coragem política e suas realizações são motivos de ânimo e esperança para a luta patriótica e pelo socialismo na América Latina



Hugo Chávez, em fevereiro de 2009, ao ser anunciado o resultado do referendo na Venezuela, favorável a uma possível nova candidatura

ALTAMIRO BORGES

A vitória do “sí” no referendo de fevereiro – que garantiu a possibilidade da reeleição ilimitada para todos os cargos executivos do país – confirmou a força da “revolução bolivariana” liderada por Hugo Chávez, mas também apontou seus limites e desafios. A Venezuela continua fraturada, como atesta o resultado da votação – 56% para o “sí”, 44% para o “no”. A oposição oligárquica, que se apresentou mais unida e decidiu participar da disputa democrática, ainda insiste nos meios golpistas e ilegais, ao desabastecer as prateleiras de mercadorias essenciais e ao desencadear uma poderosa campanha midiática. Ela mudou de tática, mas não do objetivo de derrubar Chávez.

A mídia venezuelana, que arquitetou o golpe de abril de 2002 e outros atos de sabotagem, continua a ser o principal “partido da direita”. Faz de tudo para manipular corações e mentes. Segundo pesquisa do Observatório Mundial de Mídia, a campanha contra a emenda da reeleição teve 71% da cobertura nos veículos de comunicação; o “sí” ficou com 29% dos noticiários. Outra pesquisa, da Entorno Inteligente, apontou que de cada 100 artigos publicados na mídia impressa, 77 foram a favor do “no” e 23 a favor do “sí”. Nas principais cadeias de televisão, o estudo detectou 73% das matérias favoráveis ao “no” e 27% favoráveis ao “sí”.

Apesar do bombardeio midiático e das sabota-

gens patronais, Hugo Chávez venceu a 14ª eleição, das 15 realizadas nestes dez anos. Como afirma o sociólogo argentino Atilio Boron, o resultado de pleito é uma “péssima notícia para o império” e a oligarquia local. “A emenda constitucional aprovada pelo povo venezuelano evidencia o desespero dos adversários, de dentro e de fora, da revolução bolivariana. Eles estão conscientes de que a consolidação da liderança de Chávez e a continuidade de seu projeto reforçam os espaços da esquerda na balança política regional”. Aos poucos, com suas limitações e erros, a revolução bolivariana avança e abre novas perspectivas.

Uma trajetória de avanços

Empossado em 2 de fevereiro de 1999, o presidente Hugo Chávez completou 10 anos à frente da “revolução bolivariana” na Venezuela. Sua inesperada eleição, em dezembro de 1989, com 56% dos votos, foi uma resposta à devastação neoliberal e representou duro golpe ao bipartidarismo oligárquico imperante neste país desde 1958 – através do pacto de “Punto Fijo”. Ela deu início a uma experiência inédita na América Latina, com a vitória de inúmeros governantes progressistas, antineoliberais, e recolocou na agenda política o debate sobre o “socialismo do século XXI”.

Nesta década, Hugo Chávez – que chegou ao governo sem contar com partidos estruturados e movimentos sociais consistentes – enfrentou enormes obstáculos. Além dos problemas estruturais de um país sem parque industrial, sem soberania alimentar e com povo condenado à miséria, ele foi alvo da fúria das elites racistas, das conspirações do imperialismo e do cerco da mídia. Com base no apoio popular e num núcleo nacionalista das forças armadas, ele derrotou o golpe de Estado de abril de 2002, o *locaute* petroleiro de dezembro/janeiro de 2003 e incontáveis iniciativas de desestabilização do seu governo. Segundo pesquisa recente, atuam no país 271 organizações não-governamentais financiadas pelos EUA e com propósitos golpistas.

“A palha e o furacão revolucionário”

Num processo radicalizado, ele insistiu na via democrática, ao contrário do que alardeia a mídia. Hugo Chávez enfrentou e venceu três eleições presidenciais (1998, 2000 e 2006), três referendos constitucionais (dois em 1999 e outro em 2004), quatro pleitos executivos (2000, 2004, 2005 e 2008) e dois legislativos (1999 e 2005). Na mais recente disputa, o Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV) conquistou 17

dos 23 governos estaduais e 233 prefeituras (80% das existentes). Nesta trajetória, ele sofreu apenas uma derrota, no referendo de dezembro de 2007.

A cada nova vitória, Chávez foi firmando sua convicção no projeto bolivariano. “Eu sou apenas uma débil palha arrastada pelo furacão revolucionário”, explica. Após derrotar o golpe de 2002, ele exonerou os generais golpistas e acelerou os programas sociais. Com a derrota do *locaute*, ele demitiu a casta de diretores e gerentes endinheirados e assumiu, de fato, o comando da poderosa empresa de petróleo da Venezuela – a PDVSA. Ele também enfrentou a ditadura midiática, não renovando a concessão pública da RCTV e incentivando rádios e TVs comunitárias. A partir da eleição presidencial de 2006, Chávez anunciou sua ideia híbrida do “socialismo do século XXI”.

Mudanças políticas radicais

Vários fatores explicam os avanços da revolução bolivariana, com seus ziguezagues e lacunas. A primeira é a radical mudança política no país, com o governo apostando na participação ativa das camadas populares – na chamada democracia protagônica. Através dos comitês bolivarianos, das *missiones* (programas sociais sob controle da sociedade) e dos conselhos, há um enorme esforço pedagógico para envolver os “excluídos”. Na retaguarda deste processo movimentista aparecem as forças armadas. “Nossa revolução é pacífica, mas não é desarmada”, enfatiza sempre Chávez.

O debate político na Venezuela é dos mais intensos e democráticos. As sucessivas eleições e as várias instâncias de participação popular procuram superar a fragilidade dos movimentos sociais e a debilidade de um processo centrado num único líder. Nesta empreitada se dá a guerra contra a ditadura midiática. Balanço recente indica que, além dos quatro veículos estatais, hoje já existem 250 rádios comunitárias, 24 emissoras de TV sob controle popular, 300 periódicos alternativos e uma potente rede de internet – de 640 mil usuários em 2002 pulou para 4,142 milhões em 2008.

Mudanças no campo econômico

Outro fator determinante para os avanços da revolução bolivariana são as mudanças no terreno econômico. Inicialmente, o processo foi até conservador, cauteloso. Com o tempo, as mudanças ganharam ritmo – com a estatização, de fato, da PDVSA, introdução de tributos sobre ganhos das multinacionais e medidas de controle do fluxo de capitais, entre ou-

tras, de cunho antineoliberal. Procura-se diversificar a base produtiva do país, que continua muito dependente do petróleo, no que foi batizada de econômica endógena. Há também o estímulo às cooperativas e às propriedades sociais. Com base nestas medidas, a economia cresceu em média 11,2% nos últimos cinco anos.

Na fase recente, a revolução bolivariana acelerou o processo de estatização de áreas estratégicas, comprando empresas privadas na telefonia (Cantv), energia (AES), siderurgia (Sidor) e bancos (Santander). A proposta do “socialismo do século XXI” ainda é uma peça de propaganda. Diante da grave crise mundial do capitalismo, que afeta duramente o preço e o volume das exportações de petróleo, o governo tenta atrair o chamado setor produtivo. Em julho passado, promoveu um encontro com 300 empresários e lançou um forte programa de subsídios às empresas. Há muita polêmica sobre o lançamento de uma nova NEP, a exemplo do ocorrido na revolução soviética.

Pujança dos programas sociais

O que dá forte impulso à revolução bolivariana, porém, são os programas sociais implantados nestes 10 anos. Três reportagens recentes – “Uma década de Chávez”, da revista *Carta Capital*; “Chávez, as dez vitórias e a mídia”, do jornal mexicano *La Jornada*; e “A nova Venezuela do presidente Chávez”, do periódico francês *Le Monde Diplomatique* – evidenciam o esforço do governo para melhorar a vida da sua população. A oligarquia racista, o imperialismo e a mídia venal até hoje não entenderam estas mudanças. Vale a pena listar alguns dados do período 1998-2007:

- Miséria extrema: baixou de 20,3% para 9,4%;
- Pobreza: de 50,4% para 33,07%;
- Diferença entre riqueza/pobreza: de 28,1% para 18%;
- Mortalidade infantil: de 21,4 para 13,9 para cada mil nascidos vivos;
- Desemprego: de 16,06% para 6,3%;
- Salário-mínimo: de 154 dólares para 286 dólares, o mais alto da América Latina;
- Aumento do poder aquisitivo da população: 400%;
- Investimento na educação: de 3,38% para 5,43% do PIB;
- Educação básica: de 89,7% para 99,5% das crianças;
- Educação superior: de 21,8% para 30,2% dos estudantes;
- Investimento em saúde: de 1,36% para 2,25% do PIB;

Limites e desafios futuros

Estes sensíveis avanços, desprezados pela mídia hegemônica mundial, é que garantem o prestígio do presidente Hugo Chávez e a consolidação deste projeto revolucionário. Não negam, porém, as dificuldades e as debilidades dessa experiência marcada pela originalidade e ousadia. Há, ainda, muitos obstáculos à construção do “socialismo do século XXI”, ideia-força apresentada pelo líder venezuelano como uma bandeira de propaganda. Na prática, a revolução em curso é democrática, popular e antiimperialista. As medidas socializantes são tímidas, em decorrência da correlação de forças ainda adversas – no mundo, no continente e no próprio país – e dos limites deste processo.

O próprio Hugo Chávez já reconheceu, em várias ocasiões, as dificuldades para a construção de um instrumento político à altura das imensas tarefas revolucionárias. O Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV), criado em 2007, ainda é uma legenda eleitoral, sem maior organicidade e densidade ideológica. Há muita tensão com o Partido Comunista da Venezuela e outras forças e personalidades progressistas, o que prejudica a unidade do campo revolucionário. Há também, segundo Chávez, muitos entraves no terreno econômico, que podem ser agravados agora com a crise mundial, que atinge o principal produto de exportação do país, o petróleo. E são recorrentes os problemas no campo administrativo, com críticas duras ao burocratismo e à corrupção.

Da mesma forma que as outras experiências progressistas da América Latina, mais moderadas ou radicalizadas no enfrentamento ao neoliberalismo, a venezuelana ainda é frágil. Demanda muito cuidado para evitar qualquer retrocesso. A “revolução bolivariana” está inserida num quadro de defensiva estratégica das forças socialistas. Ela depende da sagacidade e da liderança de Chávez, do avanço das forças populares no país e na região, das reações do “império do mal” e do desdobramento da crise capitalista. A oligarquia local e o imperialismo farão de tudo para derrotá-la. Daí a importância da coesão da frente das forças revolucionárias e progressistas da Venezuela apoiadas sempre na mobilização e organização crescentes do povo. O melhor modo de comemorar os dez anos da revolução bolivariana é oferecer-lhe apoio e solidariedade, de todas as partes do mundo, em especial, da América Latina.

Altamiro Borges é jornalista e membro do Comitê Central do PCdoB



A tomada de parte da Palestina para criação de um Estado judeu desencadeou massacres e guerras ao longo do século XX e início do século XXI. Em dezembro último o mundo presenciou uma das mais sangrentas versões destes conflitos

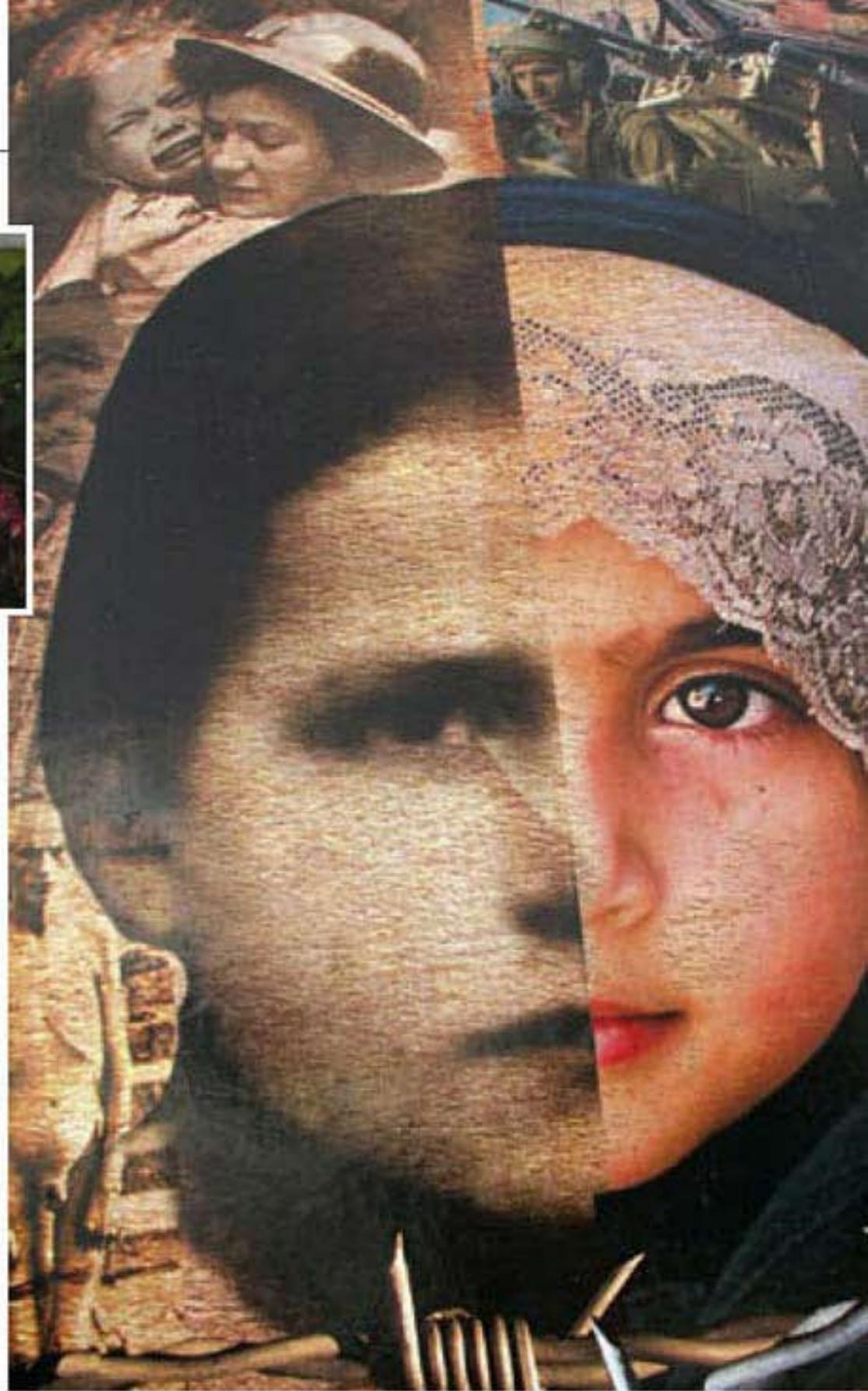
O conflito entre Israel e Palestina

JAMIL MURAD

O conflito árabe-israelense tem raízes na pregação, pelo movimento sionista, da criação de um Estado judeu na Palestina, e na imigração de judeus para lá, fomentada por financistas britânicos no começo do século XX, com o apoio do governo inglês.

Esse movimento levou, em 1947 e depois dos horrores da Segunda Guerra Mundial, à criação pela ONU do lar judeu, com a partilha da Palestina em

dois Estados, um judeu e outro palestino. A proposta foi rejeitada pelo mundo árabe, marcando mais um passo no conflito cujo derradeiro episódio, sangrento e desproporcional, foi a agressão militar contra a Faixa de Gaza, entre o final de 2008 e o início de 2009. A pretexto de liquidar a resistência do Hamas – o grupo político que dirige a Faixa de Gaza –, Israel fez violento uso da força militar contra a população palestina, alegando o lançamento de foguetes



contra seu território, e a não renovação do acordo de seis meses de não agressão (que terminou em dezembro). Um acordo que previa a abertura das passagens entre os territórios palestino e israelense e que foi violado sistematicamente pelos israelenses, que mantiveram o bloqueio de Gaza impedindo o trânsito de pessoas e a entrega da ajuda humanitária internacional, numa agressão contra todo o povo palestino, como diz seu embaixador no Brasil, Ibrahim Al Zeben.

O resultado desta agressão foi devastador. Mais de 1.300 pessoas morreram, entre elas mais de 400 eram crianças, e cerca de 5.500 ficaram feridas. Estima-se que quatro mil casas foram destruídas e milhares danificadas, deixando cerca de 80 mil desabrigados. Universidades, escolas, hospitais, creches, mesquitas, prédios de instituições públicas foram destruídos. Comboios humanitários da ONU também foram bombardeados. Além da desproporção entre a agressão de Israel e as forças palestinas de resistência, foram usadas armas proibidas por convenções internacionais, como o fósforo branco, que provoca lesões gravíssimas.

Terra dividida – e ocupada

O drama vivido pelos palestinos já é antigo. Em 1880, dos 500 mil habitantes da Palestina, apenas 24 mil eram judeus. Ante o violento antissemitismo na Europa, o banqueiro inglês Rothschild passou a fi-

nciar a imigração de judeus para a Palestina, instalando colônias para fixar essa população que serviria de suporte para os interesses do imperialismo britânico na região.

A Organização Sionista Mundial, criada em 1897, apoiou aquela imigração defendendo a tese de seu líder e fundador, Theodor Hertz, de instalação de um Estado judeu na Palestina, justificando-a com o preconceituoso (contra árabes e palestinos) argumento de que ele seria uma muralha contra a Ásia e uma sentinela avançada contra a “barbárie”.

Após a Primeira Guerra Mundial, com a derrota e desagregação do Império Otomano, a Inglaterra ficou com Palestina, Iraque e Jordânia, e a França com Síria e Líbano.

Antes, em 1917, o secretário da Chancelaria britânica, Arthur Balfour, já havia confirmado para Rothschild o apoio britânico à criação, na Palestina,

de um lar nacional judeu. E a imigração aumentou rapidamente o número de judeus no local onde, em 1931, havia um milhão de palestinos (o dobro de 50 anos antes). Entretanto, o número de judeus mais de sete vezes, chegando a 175 mil. Em 1936, quando houve violentos confrontos pela independência, o exército judeu Haganah deixou claro seu caráter de instrumento do imperialismo atuando junto com os britânicos na repressão aos patriotas palestinos – antecipando o que ocorreria mais tarde, depois da criação do Estado judeu.

Em 1948, época da fundação do Estado de Israel, os judeus já eram 500 mil, quase três vezes mais do que em 1931; hoje, após 60 anos, são sete milhões, e não há sinal de paz entre árabes e judeus no horizonte.

Até aquele ano, a Cisjordânia correspondia à Palestina. Posteriormente foi dividida em três partes: a Faixa de Gaza, a atual Cisjordânia e uma outra que passou a integrar o Estado de Israel. Em 1967, após a Guerra dos Seis Dias, a Faixa de Gaza e a Cisjordânia foram ocupadas militarmente por Israel. Hoje, a Cisjordânia é governada pela Autoridade Nacional Palestina, laica e defensora da coexistência de dois Estados, o que joga por terra qualquer justificativa de não aceitação de seu Estado por parte de Israel.

Mas o governo de Tel Aviv continua a espoliação territorial e promove a instalação de colônias (condenadas pela ONU e pela comunidade internacional), para subtrair mais fatias do território palestino. Segundo o Movimento Pacifista “Paz Agora”, em 2008 as colônias judaicas cresceram 57% em relação a 2007. Na campanha eleitoral deste ano em Israel, o Likud, partido de direita, e outros partidos fundamentalistas propuseram a ampliação desses assentamentos. Além disso, cerca de 700 barreiras militares na fronteira transformam o cotidiano palestino em um drama permanente. Como se já não bastasse, o “muro do apartheid”, com 700 km de extensão em terras palestinas, segue pouco a pouco acrescentando a Israel territórios que antes da guerra de 1967 eram palestinos. Muitas vezes, áreas ricas em água. A CIA (Central Intelligence Agency) norte-americana diz que há 364 mil israelenses nos assentamentos no meio de 2,5 milhões de palestinos.

O jornalista Gustavo Chacra (*O Estado de S. Paulo*, 01.02.2009) constatou que “a ocupação militar israelense paralisa a Cisjordânia”. Isto é, seja com o governo do radical Hamas, que não aceita o Estado de Israel, ou com a moderada Autoridade Palestina Al Fatah, que o aceita, a ofensiva de Israel contra a Palestina é violenta e desproporcional, seja em Gaza ou na Cisjordânia.

A resistência árabe-palestina

A resistência árabe e palestina contra a decisão da ONU nasceu junto com a criação do Estado de Israel. Na década de 1950 surgiu o Movimento Nacionalista Árabe, formado por estudantes: a Resistência Palestina estava se organizando. Foi neste contexto que surgiu em 1964 a Al Fatah, em Gaza, onde vivia seu líder Yasser Arafat, um palestino de Jerusalém. Desde o início ela havia decidido seguir o caminho da Argélia que, através da revolução, se libertou da colonização da França. Neste mesmo ano foi criada, em uma conferência dos países árabes, a OLP (Organização para a Libertação da Palestina), uma frente política nacionalista. Inicialmente ela era dirigida por lideranças mais próxima dos governantes árabes mas, após a derrota na guerra de 1967, Yasser Arafat assumiu sua direção, mantendo-se como líder da OLP até sua morte em 2004.

A propaganda pró-Israel e pró-imperialista criou a falsa imagem do caráter religioso da luta, opondo judeus a islamitas. Dela resulta uma visão distorcida do conflito, que é movido, desde seus primeiros tempos, pelo nacionalismo palestino e pela determinação de expulsar os colonizadores e o imperialismo cujo principal instrumento, hoje, é o Estado de Israel.

Aliás, lembra o jornalista Bernardo Kucinski, que é membro da comunidade judaica brasileira, foi entre os "árabes que os judeus gozaram da maior liberdade religiosa" (artigo publicado no portal *Carta Maior*). E também de "acesso irrestrito ao saber, às artes e à ciência". Ele faz um breve retrospecto da história e afirma que "o período de ouro da diáspora judaica se dá nos domínios do império árabe. Sua desgraça começa exatamente com a queda de Granada para os cristãos em 1492 e a expulsão dos judeus da Espanha e Portugal. Surge a inquisição que queimava judeus na fogueira, depois os pogroms (na Rússia czarista) que os abatia sem suas aldeias, e finalmente o Holocausto", na Alemanha nazista.

A determinação contra a ocupação estrangeira está na base da árdua luta pela afirmação da OLP como única e legítima representante do povo palestino, e explica a forte repressão que sofreu ao longo da história. Como em 1970, quando a ofensiva conhecida como "setembro negro", comandada pelo rei Hussein (Jordânia) com ajuda dos EUA matou quatro mil palestinos e feriu onze mil. Os israelenses, por sua vez, também reagiram mal à fundação da OLP, à qual acusavam de terrorista. Alegavam que só era possível negociar com representantes árabes como o rei da Jordânia, que se negava a representar os palestinos.

Em 1974, em um discurso histórico na ONU, Arafat propôs aos israelenses que saíssem do isolamento moral aceitando o estabelecimento na Palestina de um Estado democrático no qual cristãos, judeus e muçulmanos vivessem em justiça, igualdade e fraternidade. A partir daí a OLP passou a ser a representante do povo palestino nos fóruns internacionais e conquistou o posto de observador na ONU. Em 1988 o Conselho Nacional Palestino reconheceu o Estado de Israel e defendeu a formação de um Estado palestino em Gaza e na Cisjordânia, com capital em Jerusalém. Seu território teria apenas 22% do original.

Passados mais de vinte anos esta proposta não se viabilizou. As forças dominantes em Israel não aceitam o Estado palestino. Mesmo por que em Israel as forças democráticas e progressistas e que apoiam a paz e o Estado palestino são minoritárias. Sua situação é bem ilustrada pelo caso do primeiro-ministro israelense Yitzhak Rabin, que acertou uma negociação de Paz com Arafat e foi assassinado por um jovem israelense de ultradireita.

A situação ficou ainda pior nos oito anos do governo de George Bush. A prioridade estadunidense em atacar o Oriente Médio se impôs sob o pretexto de luta contra o terrorismo e Israel aderiu a esta agenda com grande interesse político. Israel e Bush tacharam a liderança de Arafat como terrorista e não negociavam com ele. A agenda do império americano girou em torno do combate ao chamado "terrorismo", sem chance para a discussão da paz e da criação do Estado palestino.

No caminho entre o Ocidente e o Oriente, a maior reserva mundial de petróleo

Os ingleses já haviam proposto, na década de 1930, a criação de dois Estados, um judeu e outro palestino; ela corresponde ao interesse geopolítico das potências ocidentais nessa região estratégica que é o ponto de conexão entre Europa, Ásia e África.

No século XIX o comércio entre a Europa, principalmente o Império Britânico, e o Oriente foi enormemente facilitado pela construção do Canal de Suez, inaugurado em 1869 (nacionalizado pelo governo egípcio de Gamal Abdel Nasser em 1956). Ele reduziu à metade o tempo de viagem entre Europa e Índia, e o trajeto de 18 mil km foi encurtado para 10 mil. Os interesses em torno do Canal foram, e são, gigantescos.

A existência de grandes reservas de petróleo na região reforça sua importância estratégica. É por ela que passam oleodutos e gasodutos que ligam os

centros produtores aos mercados consumidores da Europa. Desde 1859 quando o primeiro poço de petróleo jorrou na Pensilvânia, EUA, o petróleo tornou-se a principal fonte de energia. Mas os EUA, principais consumidores de produtos industrializados e de combustível fóssil do mundo, têm reserva de petróleo apenas por poucos anos, e isso é motivo de dor de cabeça para seus dirigentes. Em outras palavras, os EUA são os maiores consumidores e dependem de petróleo importado. É ele que explica a presença dos EUA no Oriente Médio, e Israel, defendido forma incondicional, é a ponta de lança da ganância estadunidense na região. Este também foi o motivo pelo qual os EUA invadiram e ocuparam Iraque, e não a alegada implantação da democracia.

Duas organizações de orientação islâmica: Hamas e Jihad

Quando o partido Hamas venceu as eleições legislativas de 2005 na Faixa de Gaza e nomeou como primeiro-ministro Ismail Haniyeh, o conflito entre os palestinos cresceu. O Hamas expulsou de Gaza os membros da Autoridade Palestina (Al Fatah) de Mahmud Abbas e esta fez o mesmo com o primeiro-ministro do Hamas. A quebra da unidade do povo enfraqueceu a luta e trouxe consequências graves, pois facilitou a ocupação por Israel. Principalmente numa situação em que, tal como fizeram com Yasser Arafat (que ficou preso na sede do governo palestino, em Ramallah, por três anos, só saindo para morrer em um hospital em Paris), Israel não aceita negociar com o Hamas, preferindo apostar na violência e na ocupação dos territórios.

O governo israelense alega que a guerra do fim de 2008 foi uma resposta aos foguetes disparados pelo Hamas. Por outro lado, os palestinos argumentam que, há dois anos, o bloqueio a Gaza (com apoio da União Europeia e dos EUA), como represália à eleição do Hamas, tornou insuportável e dramática a vida de 1,5 milhão de habitantes.

As palavras do professor Paulo Sérgio Pinheiro, ex-secretário de Direitos Humanos (*Folha de S. Paulo*, 06-01-2009), descrevem esta situação: "Israel, ao fechar os acessos da fronteira de Gaza, descumpra suas obrigações como potência ocupante e pune coletivamente a população civil", sendo equivocado "o não reconhecimento das eleições legítimas" que levaram ao poder o Hamas "e sua classificação como movimento terrorista".

Horror condenado

Há várias hipóteses para explicar a agressão de

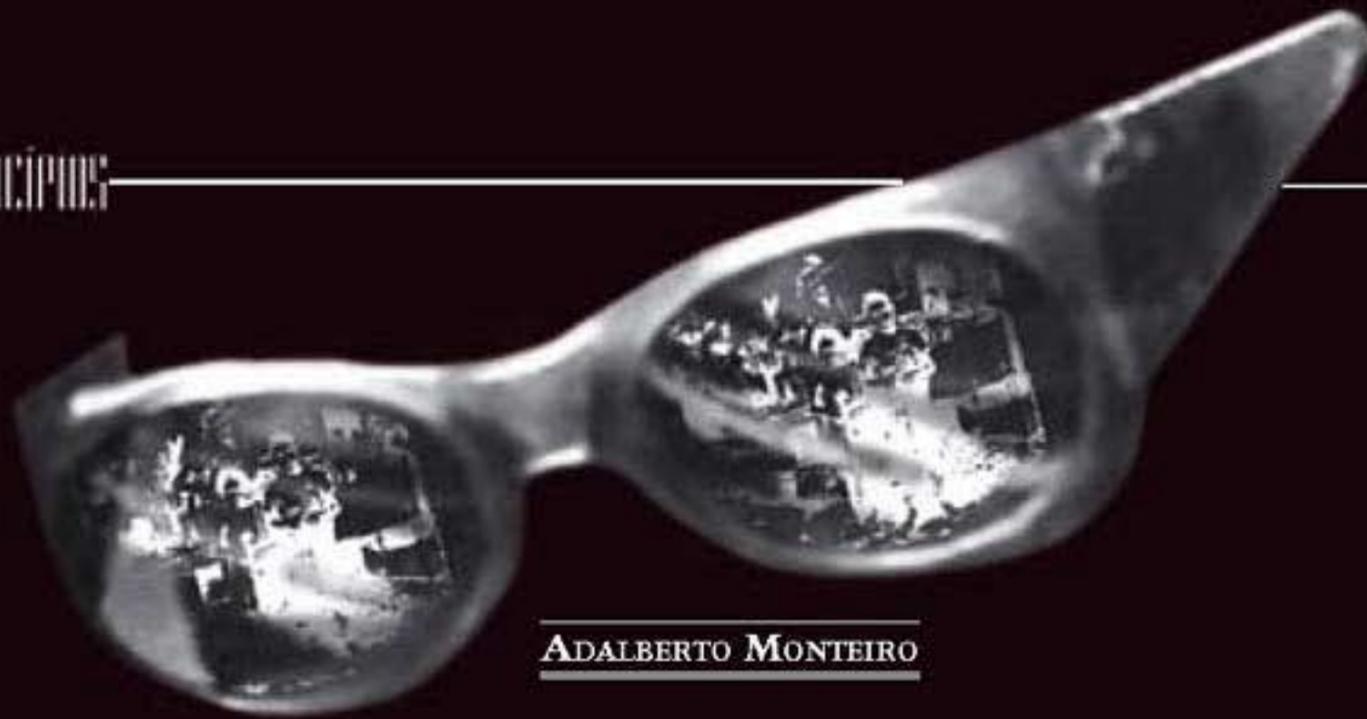
dezembro de 2008, e não se excluem. Uma delas é a aproximação das eleições em Israel, com apoio maior para as posições pró-guerra. Outra é o apoio incondicional a Israel do governo de George Bush nos EUA, já que se espera maior moderação do novo presidente Barack Obama, mesmo apoiando Israel.

O horror da agressão israelense foi tamanho que a opinião pública se levantou condenando a carnificina e exigindo um "BASTA". Manifestações públicas contra ela se espalharam pelas capitais e grandes cidades do mundo, demonstrando o respeito que a resistência palestina merece. E apoio, para cumprir seus objetivos fundamentais que são a conquista de seu Estado nacional palestino, soberano, independente, viável economicamente, convivendo democraticamente com todos os países do mundo, inclusive com o Estado de Israel. As nações, a ONU, os amantes da paz, da justiça e do progresso precisam se envolver na busca da justiça para este sofrido povo palestino. E justiça é garantir-lhe sua pátria, o Estado palestino soberano, com capital em Jerusalém.

Jamil Murad é vereador pelo PCdoB/SP.

BIBLIOGRAFIA:

- AMIGOT, Fernando. *Ayape. Intifada Palestina*.
- BINUR, Yoram. *Meu Inimigo Sou Eu (um repórter judeu na Palestina ocupada)*. São Paulo, Scritta, 1991.
- Delegação Especial da Palestina no Brasil. *A Questão Jerusalém*.
- KAPELIOUK, Ammon. *O Massacre de Sabra e Chatila*. São Paulo, Veja - Novo Espaço, 1983.
- MESA, Roberto. *Palestina: Fundamentos Históricos e Jurídicos do Direito à Autodeterminação do Povo Palestino* (Coleção Realidades), Espanha, Editado por Escritório da Liga dos Estados Árabes.
- PORTOCARRETO, Nilza Pereira da Silva. *Por que Escrevi sobre os Palestinos*. Brasília: Senado Federal, 1983.
- Prontuário de los Territórios Ocupados - Assuntos Árabes 3* - Impreso y encuadernado em Di Cónsoli y Tuadisco Impresores - Tenente General J. D. Perón 2370 - Buenos Aires.
- SALEM, Helena. *O que é Questão Palestina* (Coleção Primeiros Passos). São Paulo, Nova Cultural/ Brasiliense, 1991.
- Sawan, Dr. Farid. *OLP - (breve estudo)*.
- Wolf, Fausto. *Os Palestinos (Judeus da 3ª Guerra Mundial)*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1986.



ADALBERTO MONTEIRO

O cantor de blues

Ele
Era
Alto,
Assim...
Dum
Tamanho...
De
Uma
Árvore
Que as pedradas
Não alcançam os frutos.
E de sua garganta de veludo,
Jorrava,
Lentamente,
Jarras e jarras
De blues.

De linho era seu terno branco,
E vermelho o sapato de cromo.

Os óculos eram grandes e escuros,
Sua tez de tão negra era azul.

E
No
Seu
Longo
Pescoço
Ereto
Estava
Hasteada
Em forma
De gravata
A bandeira de seu país.

Comovido com a música,
Encantado com a figura,
Pela magia da cultura,
Vi que naquele feroz império decadente
Há um povo oprimido como a gente.
E dessa vez não desejei
Atear fogo na listrada bandeira,
Suja de sangue,
E enfeitada com decadentes estrelas.





Entrevista com Ariano Suassuna

Cultura popular e resistência nacional



Ariano Suassuna recebe a revista *Princípios*

POR FÁBIO PALÁCIO DE AZEVEDO

Notório defensor da cultura popular e das raízes brasileiras, Ariano Vilar Suassuna é um dos grandes intelectuais da cena contemporânea. Nascido na Cidade da Parahyba (atual João Pessoa) em 16 de junho de 1927, Suassuna é filósofo, professor, dramaturgo, romancista, poeta e ensaísta.

Residente em Pernambuco desde 1942, o criador de *O auto da Compadecida* (1955) realizou estudos superiores na célebre Faculdade de Direito do Recife, formando-se ainda, anos mais tarde, em Filosofia. De 1956 a 1994 ministrou as cadeiras de Estética e História da Cultura Brasileira na Universidade Federal de Pernambuco, defendendo em 1976 tese de livre-docência intitulada *A onça castanha e a ilha Brasil: uma reflexão sobre a cultura brasileira*.

Peças e romances de Ariano Suassuna já foram traduzidos para mais de 10 línguas. De sua pena brotaram obras como o *Auto de João da Cruz* (1950), peça vencedora do Prêmio Martins Pena; *O santo e a porca - o casamento suspeito* (1957); *A pena e a lei* (1959), premiada no Festival Latino-Americano de Teatro; *A farsa da boa preguiça* (1960), e o *Romance d'A pedra do reino e o príncipe do sangue do vai-e-volta* (1971), obra literária de fôlego, ganhadora do Prêmio Nacional de Ficção do Instituto Nacional do Livro.

Inteligência pujante e irrequieta, Suassuna fundou em 1947, em parceria com Hermilo Borba Filho, o Teatro do Estudante de Pernambuco. Em conjunto com outros intelectuais, criou ainda, em 1959, o Teatro Popular do Nordeste (TPN) e o Movimento de Cultura Popular (MCP), ambos no Recife. Foi também o principal mentor do chamado Movimento Armorial, que revelou ao Brasil nomes como o do músico Antônio Madureira e o do cantor, compositor e bailarino Antônio Nóbrega.

Firme defensor das raízes nordestinas, Suassuna chefiou a Secretaria de Cultura do Governo de Pernambuco no terceiro mandato de Miguel Arraes (1995-1998), posto que voltou a ocupar desde 2006, agora na gestão de Eduardo Campos. Desde 1990 ocupa a cadeira número 32 da Academia Brasileira de Letras, cujo patrono é Araújo Porto Alegre.

Princípios – *O senhor fundou, no início da década de setenta, o chamado Movimento Armorial. Qual o significado e os objetivos desse movimento?*

Ariano Suassuna – O Movimento Armorial foi criado com o objetivo de buscar uma arte brasileira erudita fundamentada nas raízes populares da nossa cultura. E para, através dessa arte, lutar contra o processo de descaracterização e de vulgarização da cultura brasileira.

Princípios – *Talvez em parte como decorrência de uma “herança maldita” do movimento modernista de 1922, forjou-se em nosso país uma concepção de modernidade como algo que se constrói necessariamente em oposição, em ruptura com a tradição. De que forma o senhor conceberia a relação entre o tradicional e o moderno na cultura?*

Ariano Suassuna – Eu vejo a questão por outro lado. Houve um tempo em que os teóricos da arte, principalmente os da gravura e da música, sustentavam a seguinte ideia: o Brasil é um país subdesenvolvido e, em consequência disso, sua cultura é também subdesenvolvida. E a única forma que nós temos para fazer com que a cultura brasileira saia desse subdesenvolvimento é aproximá-la dos padrões da cultura europeia. Então havia na música um cidadão chamado Koellreuter (1), que era contra toda forma de música brasileira. Ele achava que a nossa música, para ser moderna, tinha de ser feita na linha da chamada “música de vanguarda” europeia. Ao mesmo tempo, um austríaco chamado Friedlander (2) sustentava ideia semelhante – a de que os gravadores brasileiros tinham que se aproximar da gravura em metal que se fazia na Europa ou nos Estados Unidos para que, então, a gente saísse do subdesenvolvimento cultural. Veja bem: durante algum tempo o moderno foi considerado aqui aquilo que – a meu ver, do modo mais subserviente possível – se aproximava das artes europeias e americanas. E então eu lutava contra isso. Pensava que na música, por exemplo, os caminhos não eram os de Koellreuter, eram os de Villa-Lobos. Villa-Lobos o que fez? Estudou as raízes populares da nossa cultura e criou uma música de vanguarda brasileira. E na gravura os caminhos eram os do grande Gilvan Samico (3). Ou, antes dele, os de Goeldi (4), que fazia uma gravura procurando expressar o nosso país e o nosso povo. Era por esse caminho que eu queria enveredar, e enveredei.

Princípios – *Qual seria, no seu entendimento, o significado do termo “cultura popular”? Trata-se de uma noção bastante polissêmica, sobre a qual*

se construíram interpretações as mais diversas...

Ariano Suassuna – Um grande pensador europeu dizia que terminologia a gente usa a que quiser, desde que defina os termos que usa. Então há aqueles que usam a palavra “popular” no sentido de “arte que é divulgada”...

Princípios – *...Ou no sentido de “aquilo que o povo gosta”...*

Ariano Suassuna – Não é nem “gosta”. É no sentido daquilo que o povo recebe. Porque às vezes ele nem gosta. Mas ele não tem outra coisa... Não é verdade?

Princípios – *É verdade.*

Ariano Suassuna – Por isso eu uso uma terminologia ligada à Revolução Francesa. Na Revolução Francesa havia três classes sociais: nobreza, clero e povo. Acontece que esse “povo” era uma hipocrisia, porque nele estava incluída a burguesia nascente – os grandes fabricantes de tecidos, os grandes comerciantes... Eles queriam tomar os privilégios concedidos à aristocracia, coisa que fizeram muito bem. Mas eles não os dividiram com o povo. Eles usaram o povo para tomar o poder, mas quem tomou o poder lá na Revolução Francesa foi a burguesia. Eles falavam em “três estados”. Mas aí eu digo sempre que os três estados eram na verdade quatro. Havia a nobreza, o clero, a burguesia e, além disso, o campesinato pobre e o nascente operariado das cidades. Então o que eu chamo “arte popular” é a arte ligada a esse quarto estado. Isso é característico de países em que uma cultura dominou outra. Aqui, por exemplo, a cultura portuguesa dominou a princípio a cultura indígena e a negra. E, então, a cultura portuguesa ficou sendo considerada a erudita; a outra era a popular. Depois, com o processo de fusão das diversas etnias você começou a ter o princípio do povo brasileiro, formado pelos descendentes mestiços de negros, índios e portugueses pobres. É isso que, em nosso país, faz o “quarto estado”. E é a isso que eu chamo “arte popular”: a arte feita por esse quarto estado.

Princípios – *Qual a relação entre a cultura popular e a cultura nacional brasileira?*

Ariano Suassuna – Eu pessoalmente acho que, no Brasil, só é nacional o que é popular ou aquilo que se liga ao popular.

Princípios – *O senhor é um profundo conhecedor da cultura popular do Nordeste. Quais as raízes dessa cultura?*

Ariano Suassuna – Eu não faço distinção entre o

Nordeste e as outras partes do Brasil. Acho que cada região nossa tem suas peculiaridades, mas no todo o caminho é o mesmo. Vejo, por exemplo, uma identidade muito grande entre Minas Gerais e o Nordeste. Um grande brasileiro, que foi Alceu Amoroso Lima (5), dizia que do Nordeste para Minas corre um eixo que, não por acaso, segue o curso do São Francisco – o Rio da Unidade Nacional. A esse eixo, dizia ele, o Brasil tem que voltar de vez em quando se não quiser se esquecer de que é Brasil. Amoroso Lima não era nem mineiro nem nordestino, motivo pelo qual a frase dele é ainda mais importante. Da mesma forma que ele teve a grandeza de dizer isso a meu ver cabe a nós, mineiros e nordestinos, dizer que o eixo não se esgota aí, não. Ele se prolonga para o Norte até a Amazônia, e para o Sul até o Rio Grande. Para mim, a coisa melhor no Brasil é essa unidade de contrastes.

Princípios – Muitos afirmam que a cultura brasileira possui raízes marcadamente barrocas.

Ariano Suassuna – Eu acho.

Princípios – De que forma a visão de mundo barroca moldou a cultura brasileira?

Ariano Suassuna – Para entender o barroco você precisa entender o que é o clássico e o que é o romântico. No artista clássico, qualquer que seja a época, predomina a razão sobre a paixão. No romântico predomina a paixão sobre a razão. O barroco, a meu ver, é a primeira manifestação romântica de dissolução do clássico. Por isso mesmo ele tem elementos clássicos e românticos, renascentistas e medievais, eruditos e populares. Veja por exemplo um compositor como Bach (6). Ele tem as Paixões, que são músicas compostas na linha da tradição, e tem os Concertos de Brandemburgo, onde ele se baseou em danças populares. Os grandes barrocos – Cervantes (7) na literatura, Bach na música, Goya (8) na pintura – são sempre grandes artistas.

Princípios – Que manifestações de nossa cultura revelam as características do estilo barroco?

Ariano Suassuna – Eu acabo de dizer que o barroco é uma união dialética de contrários. Pois bem. O Brasil é fundado exatamente na época em que Portugal está passando pelo barroco. Quer dizer então que recebemos uma influência enorme. Você pega o primeiro grande poeta brasileiro – veja, eu não estou dizendo o primeiro grande poeta nascido no Brasil. O primeiro grande poeta brasileiro foi a meu ver Gregório de Matos (9). Era um barroco. Ele recebeu uma influência enorme de Quevedo (10), de Góngora (11), de Calderón de La Barca (12), de Cervantes.

Então, o Brasil já nasce barroco pela herança ibérica. Aqui ainda se acrescentam às contradições – a essa unidade de contrastes do barroco – a cultura negra, a cultura indígena e as outras que vieram depois.

Princípios – Diversos autores afirmam que o barroco surgiu – ou pelo menos se aprofundou – com esse choque de civilizações. Não seria ele uma visão construída para se pensar a diferença?

Ariano Suassuna – É talvez a mais impura. Mas é a mais impura por ser a mais complexa e completa das visões de mundo. Exatamente porque abarca tudo isso. O barroco é aberto para tudo.

Princípios – Ele segue ao longo dos séculos na cultura brasileira? Ou vai se apagando?

Ariano Suassuna – Veja bem: sobre essa questão há um ponto de vista histórico e sociológico ou um ponto de vista, digamos, mais ligado à filosofia. Do ponto de vista filosófico o barroco se fortaleceu. A música de Villa-Lobos é barroca; o romance de Guimarães Rosa é barroco. Por isso eles são expressão do país.

Princípios – O Brasil completou recentemente 100 anos sem Machado de Assis. Qual sua apreciação sobre essa figura gigantesca de nossa literatura?

Ariano Suassuna – Machado dizia que no Brasil existem dois países: o país oficial e o país real. O Brasil oficial é o Brasil dos privilegiados. E o Brasil real é o Brasil do povo. Nossa tarefa é a de acabar com essa cisão, e eu parto desse princípio ao estudar a formação da sociedade brasileira. No entanto, do ponto de vista literário eu não me considero da linhagem de Machado. Existem a meu ver duas grandes linhagens na literatura brasileira: a de Machado de Assis e a de Euclides da Cunha. Eu sou da de Euclides da Cunha. Apesar disso admiro Machado de Assis, mas não tanto quanto admiro a...

Princípios – ...Guimarães Rosa, por exemplo?

Ariano Suassuna – A Guimarães Rosa eu admiro demais. Mas é claro: Guimarães Rosa é da linhagem de Euclides, não é? Essa é a linhagem à qual procuro me filiar. Mas reconheço a importância literária de Machado de Assis. Vou lhe dar um exemplo radical. Meu livro predileto de Machado de Assis, diferentemente do que acontece por aí, é o *Quincas Borba*. Eu não gosto de *Dom Casmurro*, não. Acho *Dom Casmurro* um livro besta, para lhe ser franco. Eu lá me interesso em saber se Bentinho foi como ou não (risos)? O livro dele que mais me interessa é o *Quincas Borba*.

Exatamente porque é o que mais se aproxima da linhagem quixotesca. O personagem é um louco, pelo qual tenho uma simpatia enorme. E por isso o livro sai daquele ambiente a meu ver por demais estreito de Machado de Assis, que só escrevia sobre a classe média urbana do Rio de Janeiro. A mesma crítica eu faço a Nelson Rodrigues. Acho que ambos só escrevem sobre os problemas da classe média urbana do Rio de Janeiro, embora Machado seja melhor do que Nelson Rodrigues. Veja só: na mesma linha do Quincas Borba existe na literatura brasileira um livro literariamente menos bem escrito, mas que a mim me toca mais. É o *Triste fim de Policarpo Quaresma*, de Lima Barreto. É um livro quixotesco, não é? Então eu prefiro Euclides da Cunha a Machado. Sinto falta em Machado de uma coisa que para mim é vital na literatura. Eu sinto falta de paixão e falta de compaixão. E isso está em *Os sertões*. Euclides da Cunha escreve com uma paixão muito maior. Machado de Assis era cético demais para o meu gosto. Não há lugar para esperança na obra de Machado de Assis.

Princípios – *Com obras como O auto da compadecida e Hoje é dia de Maria a grande mídia parece dar-se conta, em definitivo, de que a cultura popular também pode ter apelo junto ao grande público. Esse processo parece ter sido corroborado com o recente sucesso de A pedra do reino, romance de sua autoria que virou série na Rede Globo. A aceitação da cultura popular e nacional é hoje maior do que antes?*

Ariano Suassuna – É maior. Mas, infelizmente, tenho que contestar sua pergunta. Eu faço uma distinção entre êxito e sucesso, ‘tá certo (risos)? *Os sertões* de Euclides da Cunha é para mim um êxito. Mas essa arte de massa espalhada pela televisão é sucesso, e não êxito. Do ponto de vista do êxito *A pedra do reino* na televisão foi, a meu ver, uma beleza. Mas a resposta popular não foi tão grande quanto a de *O auto da compadecida*. Não foi nem poderia ser. Eu avisei desde o começo: ninguém espere, porque é uma obra mais complexa. Mas as pessoas vêm me dizer às vezes: “teve audiência mais baixa do que tal ou qual programa”. E eu digo: “nem eu nem Luiz Fernando Carvalho (diretor de *A pedra do reino*) queríamos estar na pele dos que ganharam em audiência da gente”. Se eu quisesse ter audiência mesmo eu tinha pedido a Ratinho para fazer a adaptação d’*A pedra do reino* (risos).

Princípios – *Diversos movimentos da cena cultural contemporânea – como o hip-hop ou o mangue beat da sua Recife – recorrem a elementos da cultura popular, que são reconfigurados e*

transpostos para o terreno da cultura de massas. Qual o significado desse fenômeno, acentuado a partir dos anos noventa? Estaria esse processo servindo a uma reciclagem dos produtos da indústria cultural? Ou representaria na verdade uma rendição da indústria da cultura à onda de patriotismo que tomou conta do Brasil a partir de meados dos anos noventa?

Ariano Suassuna – Eu acho que é o contrário. Para mim foi uma rendição das forças que antes às vezes eram até aliadas nossas em favor da cultura brasileira e que se renderam ao mercado. Eu não rompi somente com esses movimentos aos quais você se referiu. Rompi desde o começo com o tropicalismo. Os tropicalistas eram do nosso lado e passaram para o outro.

Princípios – *Certa vez tive oportunidade de conferir um diálogo do senhor com o Chico Science, do movimento mangue beat. O senhor dizia que ele não era um armorial...*

Ariano Suassuna – Eu não afirmei isso. Foi ele que disse: “Eu sou um armorial”. Eu apenas o interpelei assim: “Então por que é que você se chama Chico Science? Mude seu nome para Chico Ciência que eu subo com você no palco”. É evidente que, quando eu disse a ele para tirar o “Science”, não era somente isso. Era tirar o “Science” e tudo o que havia por trás disso. Quer dizer: eu estava de acordo com o que ele tinha de Chico, mas não com o que ele tinha de “Science”.

Princípios – *Vivemos hoje um tempo em que virou moda afirmar-se a relatividade do juízo estético – o mesmo que dizer que a beleza é apenas uma questão de gosto. O que o senhor pensa disso?*

Ariano Suassuna – Eu sou absolutamente contrário.

Princípios – *São possíveis parâmetros objetivos para se avaliar uma obra de arte?*

Ariano Suassuna – São possíveis parâmetros objetivos. Há três atividades incluídas aí nisso que você falou. Você tem a arte, a crítica de arte e a Filosofia da Arte – a Estética. Então na arte domina o gosto individual. Mas na Estética lidamos com as essências, que para mim são imutáveis. Veja bem: a Estética nos fala de dois grandes campos pelos quais a arte se interessa – o doloroso e o risível. No doloroso as duas categorias principais são o trágico e o dramático. No risível são o cômico e o humorístico. Eu acho que o trágico, por exemplo, é o mesmo em qualquer lugar, qualquer que seja o seu tempo.



Já a tragédia, que é uma das realizações do trágico em forma de arte, essa recebe uma influência muito grande do gosto da época e do indivíduo. Mas o trágico... Eu o defino a você de uma maneira que serve para todo tempo. No trágico há, primeiro, um personagem excepcional e representativo. Ele é representativo porque tem em si as qualidades e os defeitos de sua comunidade. E ele é excepcional porque tem essas qualidades e esses defeitos em um grau muito elevado. Então essa é a primeira condição do trágico. Segundo: esse personagem está empenhado em uma ação elevada. No decorrer dessa ação elevada ele entra em um conflito. E nesse conflito ele encontra o infortúnio. Isso é verdade para qualquer tragédia, independente das inclinações do indivíduo ou da época.

Princípios – Essa visão se aproxima mais da concepção de Hegel que da de Kant, não?

Ariano Suassuna – Sim. Eu não gosto de Kant.

Princípios – Em sua Iniciação à Estética o senhor afirma que a Estética de Hegel é a mais monumental obra já escrita no campo da Filosofia da Arte. Qual sua apreciação sobre essa obra?

Ariano Suassuna – Acho realmente que a maior obra já escrita no campo da Estética é a de Hegel. Mas eu não sou hegeliano, não. Porque ele tinha um fundamento neoplatônico do qual não compartilho. Eu sou da linhagem de Aristóteles, que era mais realista.

Princípios – Vivemos um período marcado por certo cientificismo estreito e por aquilo a que muitos denominam “determinismo tecnológico”. Chega-se a dizer – direta ou indiretamente – que a Filosofia e as Humanidades não teriam mais papel nenhum a jogar. O que o senhor pensa disso? É sadia essa tentativa de cisão absoluta entre Ciência e Filosofia?

Ariano Suassuna – Discordo totalmente disso. Aliás, a meu ver não deveria existir essa oposição entre Ciência e Filosofia, nem entre Ciência e Arte. Só cientistas de pequena estatura têm oposição à Arte ou à Filosofia. Certa vez li uma declaração de Einstein na qual ele narrava que, quando concebeu a Teoria da Relatividade, estava nos Alpes, numa cabana isolada. E ele tinha ouvido música de Bach, muita música de Bach. Aí ele ficou exaltado e saiu andando na neve. Afirma ele que, de repente, numa

intuição, teve uma ideia de como seria o universo. E ele disse uma frase que achei ótima: “Era tão bela (a ideia) que não podia deixar de ser verdadeira”. É lógico que, depois disso, ele passou 16 anos para reduzir aquilo que ele tinha imaginado a termos analíticos. Por isso eu entendo que tanto a Arte quanto a Ciência e a Filosofia, todas três, partem de um núcleo só: aquilo a que chamo “a noite criadora da vida pré-consciente do intelecto”. É claro que depois dessas intuições cada qual segue o seu caminho. O artista parte para a criação da beleza pela arte; o filósofo para o conhecimento através da totalidade, e a ciência para a busca da verdade em campos separados. Mas todas três partem do mesmo núcleo.

Princípios – O principal desafio colocado hoje para as forças que elegeram o presidente Lula é o da construção de um novo projeto nacional de desenvolvimento. De que forma a cultura pode contribuir para a realização desse projeto?

Ariano Suassuna – A cultura tem um papel a meu ver muito importante, mas politicamente pouco eficiente. Diante da política, ela perde em eficácia, mas ganha em visão. Eu vou lhe dar um exemplo pessoal. Em 1971 publiquei um romance no qual, pela voz de Quadema – um de meus personagens –, eu falava no sonho que alimentava de ver a unidade da América Latina, o sonho de ver uma imensa nação abarcando do México à Patagônia. E depois quem sabe se a África e a Ásia não viriam juntar-se a nós? Para mim esse é o destino do mundo: a união dos povos em uma enorme fraternidade. Mas atenção! Enquanto isso não vem a gente tem que partir primeiro para o fortalecimento da nação; segundo, para o do continente. Porque, se a gente for pelo caminho de largar o nacional na busca do internacional, o imperialismo nos engole em dois tempos.

Princípios – Muita gente acha que se pode ser internacional sem ser profundamente nacional...

Ariano Suassuna – Não pode.

Princípios – ...E cai em uma espécie de cosmopolitismo radical.

Ariano Suassuna – Exatamente. Isso que eles pregam como internacional é de fato cosmopolitismo, uma caricatura do universal.

Princípios – Qual sua opinião sobre o socialismo? Trata-se de um projeto historicamente superado ou continua sendo uma alternativa?

Ariano Suassuna – Não está superado de maneira nenhuma. O socialismo para mim é o sonho que puxa a gente para frente. E eu acho um sonho indis-

pensável. Eu não sou otimista nem pessimista. Acho que os otimistas são ingênuos e os pessimistas amargos. Procuro ser um realista esperançoso. Sei que é difícil, mas é possível. Às vezes temos certa dificuldade de acreditar, porque a gente quer que o tempo da história, o tempo social, coincida com o tempo da nossa biografia. Mas não é assim, não! O caminho do social é muito lento, e a gente tem que manter o sonho porque é ele que nos carrega para lá.

Fábio Palácio de Azevedo é jornalista, mestre em Comunicação e Semiótica.

Entrevista realizada em 29 de outubro de 2008.



Notas:

- (1) Ariano Suassuna refere-se a Hans-Joachim Koellreuter (1915-2005), compositor austríaco introdutor do dodecafonismo no Brasil.
- (2) Trata-se do pintor abstrato e gravador europeu Johnny Friedlander (1912-1992).
- (3) Ariano faz alusão a Gilvan Samico (1928-?), prestigiado pintor e gravador pernambucano.
- (4) O artista mencionado é Oswaldo Goeldi (1895-1961), um dos maiores nomes da gravura no Brasil, professor de nomes como Lívio Abramo e Gilvan Samico.
- (5) Ariano traz à baila o nome de Alceu Amoroso Lima (1893-1983), escritor, crítico literário, pensador e líder católico brasileiro que adotou o pseudônimo de Tristão de Ataíde.
- (6) Johann Sebastian Bach (1685-1750), unanimemente considerado o maior gênio da música barroca.
- (7) Miguel de Cervantes (1547-1616), romancista, dramaturgo e poeta castelhano, autor de *Dom Quixote de La Mancha*, uma das mais importantes obras da literatura universal.
- (8) O nome citado é o de Francisco José de Goya y Lucientes (1746-1828), pintor e gravador espanhol.
- (9) O baiano Gregório de Matos Guerra (1636-1696) é considerado o maior gênio da poesia barroca brasileira.
- (10) Ariano refere-se a Francisco Gómez de Quevedo y Santibáñez Villegas (1580-1645), escritor e poeta do século de ouro espanhol, gigante do barroco.
- (11) O nome mencionado é o de Luis de Góngora y Argote (1561-1627), poeta e dramaturgo espanhol, expoente maior da literatura barroca.
- (12) Pedro Calderón de la Barca (1600-1681), dramaturgo e poeta barroco espanhol.

Em nome de Marx



(ALTAMIRA, César. Os marxismos do novo século, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008, 459 p.)

Neste tempestuoso início de século, reter aspectos da contribuição original do pensador italiano Antônio Labriola (1843-1904) (1) é-nos instigante e tem grande pertinência.

Não porque bastaria um julgamento definitivo (e quase desconhecido) do teórico revolucionário Franz Mehring: "Inteiramente independente deles, Labriola tivera o mesmo desenvolvimento intelectual de Marx e Engels" – recupera Valentino Gerratana.

Gerratana ressalta: especialmente no curso de profícuca correspondência com Engels (1890-94), Labriola esmiuçou o método dialético: o qual exigia "salvar os fenômenos", para "deixar intacta a natureza empírica de cada formação particular"; simultaneamente voltando o "pensamento dirigido no sentido de dar conexão e unidade à variedade da observação".

Neste viés, numa narrativa teórica desenvolvida e bem estruturada, *Os marxismos do novo século*, do argentino César Altamira surpreende. Propõe-se a, ambiciosamente: a) analisar a "Escola da Regulação" francesa, até a sua crise teórica; b) destrinchar signos do "Operaísmo Italiano"; c) configurar uma corrente denominada de "Open Marxism"; d) confrontar as correntes "Open Marxism" com o "Autonomismo" desdobrado do "operaísmo" italiano; e e) polemizar em torno e "para uma teoria do conhecimento materialista".

A pesquisa – estribada numa interpretação de enorme gama de autores –, conforme Altamira nuclearia a ideia de qualquer renovação do marxismo na nossa época, enseja desafio particular que "exige dar conta da reestruturação em curso do capitalismo e do novo tipo de capitalismo emergente" (p. 52). Ou, ainda, essa empreitada "terá que dar conta dos sugestivos deslocamentos operados na composição dos grupos que constituíam o velho proletariado, assim que emergiu a chamada fase pós-fordista de acumulação" (p. 53).

Assim, o desenvolvimento de novas categorias analíticas é necessário para dar conta da "teoria e

da prática dos novos sujeitos sociais, assim como da nova natureza do trabalho de acordo com a atual dinâmica do capitalismo" (idem, *ibidem*). Daí as referências (criteriosas e críticas) do rico painel de autores – em enfoques e momentos múltiplos –, principalmente de A. Negri, M. Tronti, C. Offe, D. Harvey, A. Lipietz, B. Coriat, R. Boyer, G. Bernis, N. Poulantzas, P. Boccara, S. Brunhoff, M. Aglietta, S. Clarke, J. Holloway. Entrecruzados sobre ideias de Marx, L. Althusser, G. Deleuze, F. Guattari, F. Nietzsche; algo de Hegel... mais de Keynes.

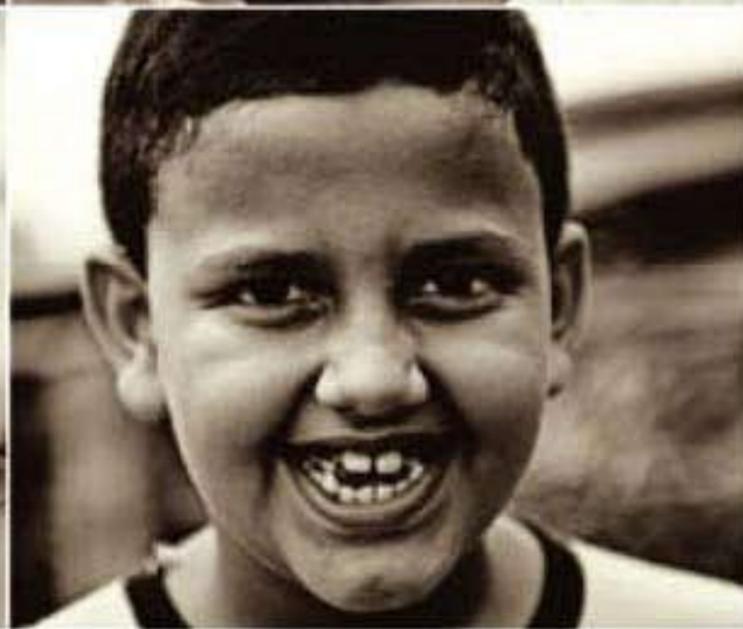
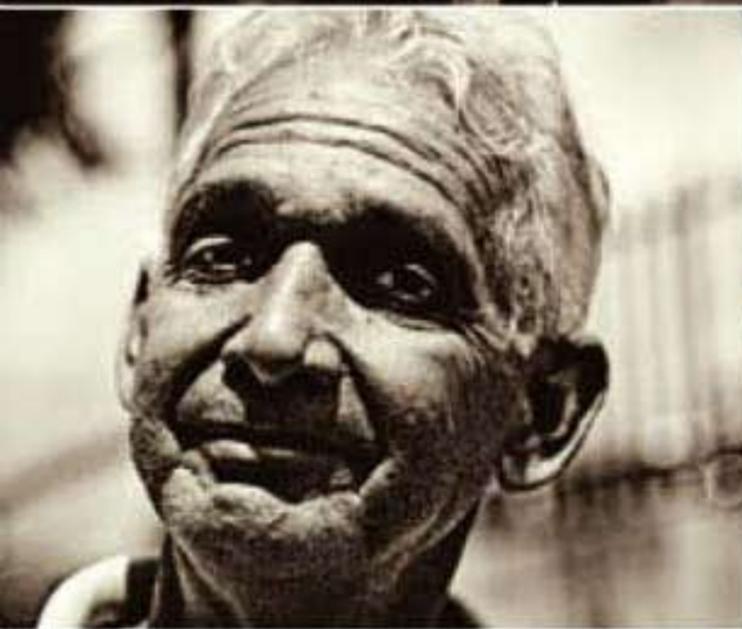
Pontos centrais de um "resumo": 1) Altamira constrói uma interpretação crítica convincente da "Escola da Regulação", subsumida numa mutação involucionista: de "uma teoria da transformação social a serviço do reformismo radical", noutra, "convencionalista, simplesmente uma teoria acadêmica com relação ao existente" (p. 113). 2) Sua visível simpatia às concepções autonomistas do "operaísmo" italiano, desemboca no romantismo da tese de um protagonismo operário "pivô dessa cultura política". (...) "E que não se limitou a propor reivindicações, mas que proporcionou uma metodologia de discussão e encontros coletivos: as assembleias nas fábricas" (p. 216). 3) Nas curvas da síntese entre "Open Marxism" x "Autonomia Operária", a idealização filosófica *ipsis verbis*: o "autonomismo [teórico de Negri] (2) retomará o Lênin que tomou a matéria-prima da subjetividade espontânea dos trabalhadores de fábrica e a transformou em uma arma coerente e subversiva" (p. 348).

A obra de Altamira convida à controvérsia e à cultura marxista. Mas a dialética é "ciência do conjunto das conexões" (Engels) (3).

A. Sérgio Barroso é doutorando em Economia Social e do Trabalho e diretor de estudos e pesquisas da Fundação Maurício Grabois

Notas

- (1) Sobre a originalidade em Labriola ver especialmente: "Antonio Labriola e a introdução do marxismo na Itália", de V. Gerratana, in: HOBBSBAWN, E. (org.) *História do marxismo*, v. 4, Paz e Terra, 1986. Também verbetes in: HUISMAN, Denis. *Dicionário dos Filósofos*, Martins Fontes, 2004; BOTTOMORE, T. (org.) *Dicionário do pensamento marxista*, Zahar, 1983.
- (2) "O Manifesto" – escreveu Hobsbawn – "vê o desenvolvimento do proletariado como 'a organização dos proletários em classe e consequentemente em um partido político'" (Sobre história, p. 308, Companhia das Letras, 1998).
- (3) *Dialética da Natureza*, p. 201, Paz e Terra, 1979, 2ª edição.



TODOS COM A
NOTA

TAMBÉM É SOLIDARIEDADE.

Exija a nota fiscal, deposite nas urnas da campanha e leve um sorriso para quem mais precisa.

É com solidariedade que iremos construir um Pernambuco cada vez melhor. Por isso, o Governo do Estado ampliou a Campanha Todos com a Nota para o Módulo Solidário. Agora, ao exigir a nota fiscal, além de contribuir para o aumento da arrecadação do Estado, você estará ajudando diretamente milhares de pernambucanos atendidos pelas principais entidades assistenciais. Basta depositar as suas notas fiscais nas urnas da campanha. Faça sua parte e ajude a colocar um sorriso na vida de quem mais precisa.

MAIS INFORMAÇÕES: 3183.3045
www.sigas.pe.gov.br

SECRETARIA
DA FAZENDA

SECRETARIA
DE DESENVOLVIMENTO
SOCIAL E DIREITOS
HUMANOS

GOVERNO DO
Pernambuco

PRINCÍPIOS
Nº 100

100% EM
DEFESA DO
BRASIL E DO
SOCIALISMO

Princípios

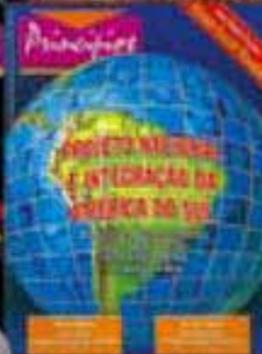
O SOCIALISMO TRAIU:
PERESTROIKA



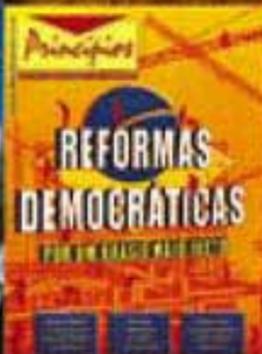
NEOLIBERALISMO
E BARBARIE



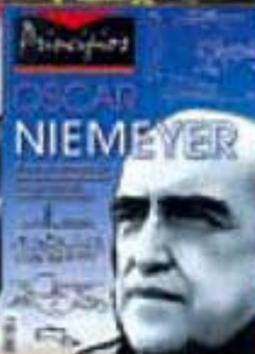
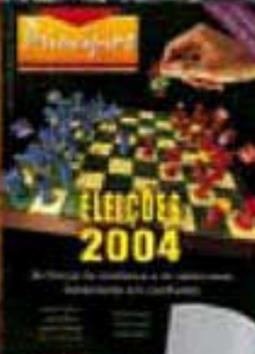
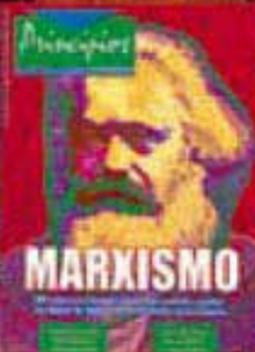
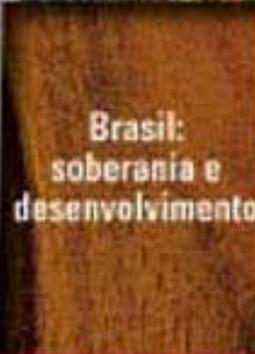
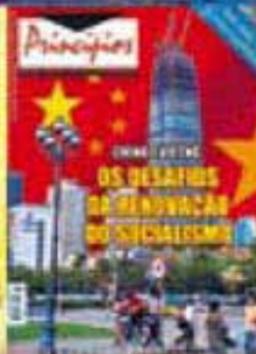
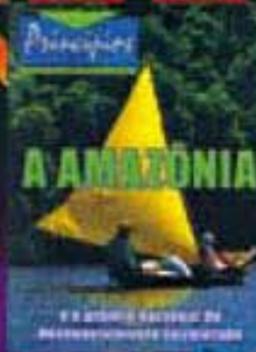
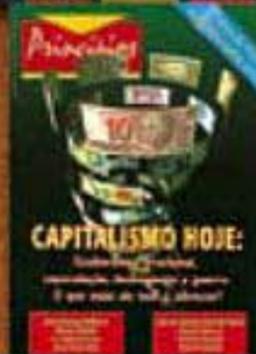
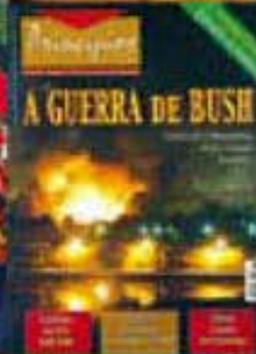
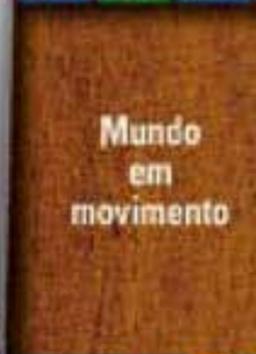
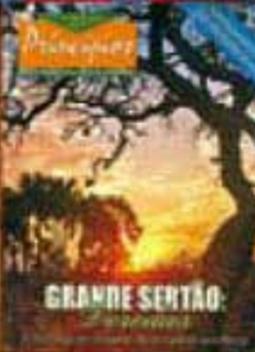
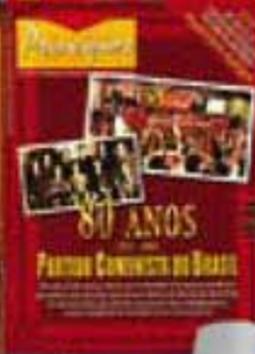
Combate
ao
neoliberalismo



Luta
pela paz
e contra
a guerra



Marxismo
e socialismo
renovado



ISSN 1415788



Assine *Princípios* e ganhe um DVD com a coleção de 100 edições da revista.